

RELATÓRIO DE GESTÃO

do Exercício de 2010

Matriz



Brasília, 2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD
MILTON ELIAS ORTOLAN
Presidente

EVANGIVALDO MOREIRA DOS SANTOS
MILTON ELIAS ORTOLAN
BOAVENTURA TEODORO DE LIMA
EDILSON GUIMARÃES
GUILHERME DA COSTA DELGADO
Membros

CONSELHO FISCAL – CONFIS
PEDRO ATAÍDE CAVALCANTE
FRANCISCO WAYNE MOREIRA
WESLEY JOSÉ GADÊLHA BEIER
Membros

Diretoria Colegiada
EVANGIVALDO MOREIRA DOS SANTOS
Presidente

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor Administrativo

AMAURY PIO CUNHA
Diretor Financeiro

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
Diretor de Operações e Abastecimento
SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendência de Orçamento e Avaliação
PAULO SÉRGIO SILVEIRA
Superintendente

MARIA DE LOURDES MARINO
Assistente

EDMAR JOSÉ TOSTA
Gerência de Avaliação de Resultados - Geare

EDMAR JOSÉ TOSTA
JOSÉ PEREIRA ROCHA
GRACE MARY MORENO DA SILVA
JORACY MENDES LIMA DOS REIS
MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA
Elaboração

Betti Isabel Borgmann
Apoio-Capa
supor@conab.gov.br
Fones: (061) 3312-6286 / 6272 / 6257
Fax (061) 3225-0451

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN 107/2010, da Portaria TCU n.º 277/2010 e das orientações da Controladoria-Geral da União contidas na NE n.º 03/2010, aprovadas pela Portaria CGU n.º 2.546/2010.

Brasília, maio / 2011

Sumário

Lista de Siglas.....	6
Lista de Quadros e Figuras.....	10
Apresentação.....	14
1 - Identificação.....	17
2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária.....	21
2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	21
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	22
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	25
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	27
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	28
2.1.5 – Gestão de Estoques-Armacenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	31
2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	34
a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos.....	34
b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.....	35
c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos.....	35
d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte.....	36
e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros.....	36
2.3 - Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade.....	37
2.3.1- Relação dos Programas.....	37
2.3.2- Principais Ações do Programa.....	39
2.3.2.1 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.....	39
2.3.2.2-(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	41
2.3.2.3 - (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	43
2.3.2.4 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	47
2.3.2.5 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	50
2.3.2.6 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	54
Quadro XVI - Demonstrativo da Capacidade Estática Descredenciada.....	57
2.3.2.7 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	57
2.3.2.8 - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG.....	62
2.3.2.9 - (0110) Contribuição à Previdência Privada.....	63
2.3.2.10 - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	65
2.3.2.11 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.....	66
2.3.2.12 - (10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos.....	68
2.3.2.13 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	69
2.3.2.14 - (2130) Formação de Estoques Públicos.....	71
2.3.2.15 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	76
2.3.2.16 - (2272) Gestão e Administração do Programa.....	77
2.3.2.17 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro.....	79
2.3.2.18 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	82
2.3.2.19 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.....	84
2.3.2.20 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	90
2.3.2.21 - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento.....	91

2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades.....	92
2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.....	92
a) Vendas em Leilão Público.....	92
b) Programa Vendas em Balcão.....	93
c) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP.....	96
2.3.3.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.....	97
a) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural-PEPRO.....	98
b) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.....	98
c) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar.....	100
d) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas.....	102
2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem.....	102
2.3.3.4 – Remoção de Produto.....	105
2.3.3.5 - Projeto SigaBrasil.....	106
2.3.3.6 – Participação na Execução do Fome Zero.....	106
a) Produtos recebidos em doação.....	107
b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos.....	107
2.3.3.7 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café.....	111
a) Levantamento da Safra Brasileira de Café.....	111
b) Levantamento dos Estoques Privados de Café.....	113
2.3.3.8 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar.....	115
2.3.3.9 – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja.....	118
2.3.3.10 – Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso.....	119
a) Dendê.....	120
b) Pinhão Manso.....	120
2.3.3.11–Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural.....	121
2.3.3.12 – Leilões de Importação de Coco.....	123
2.3.3.15 – Cobranças.....	123
2.3.3.16 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.....	126
2.3.3.16.1 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA.....	129
2.3.3.16.2 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.....	132
a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.....	134
b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque.....	135
c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação.....	135
d) Execução Orçamentária.....	136
2.3.3.16.3 - Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.....	137
2.3.3.17 - Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI.....	142
2.3.4 – Programa de Revitalização da Conab.....	148
a) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab.....	148
b) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafra).....	149
c) Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis.....	150
d) Promoção da Eficiência das cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.....	152
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	153
2.4.1 - Programação Orçamentária da Despesa.....	153
2.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes.....	153
2.4.1.2 - Programação de Despesas de Capital.....	153
2.4.1.3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	154
2.4.1.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	154

2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa.....	155
2.4.2.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	155
2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	155
2.4.2.1.2 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	155
2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	158
2.4.2.2.1-Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	158
2.4.2.2.2 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	158
2.4.3 – Execução Física das Ações realizadas pela Unidade.....	163
a) Cumprimento das Metas Físicas.....	164
b) Ações que apresentaram problemas de execução.....	164
2.4.4 – Indicadores de Desempenho ou institucionais.....	164
3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	170
4 – Restos a Pagar no Exercício e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	170
4.1 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	170
4.2 - Análise Crítica.....	170
5- Composição dos Recursos Humanos.....	171
5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos.....	176
6 – Informações sobre Transferências.....	182
7 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	182
a) Declaração do Siconv.....	182
b) Declaração do Siasg.....	183
8 – Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei n.º 8.730/93.....	184
9 – Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	185
10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	187
11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	190
12 – Gestão da Tecnologia da Informação.....	192
12.1 – Planejamento da área.....	193
12.2 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos.....	194
12.3 – Segurança da Informação.....	194
12.3.1 – Segurança Lógica.....	194
12.3.2 – Segurança Física.....	196
12.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas.....	196
12.4.1 – Relação de sistemas entregues em 2010.....	196
12.4.2 – Relação de sistemas mantidos em 2010.....	199
12.5 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI.....	199
12.5.1 – Aquisição de Equipamentos.....	200
12.5.2 - Contratação de serviços de TI.....	200
12.6 – Portal da Companhia.....	201
13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal.....	202
14 – Renúncias Tributárias.....	202
15 – Atendimento às Determinações do TCU.....	203
15.1 - Deliberações do TCU atendidas no Exercício.....	203
15.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	208
15.3 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	208
15.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	219
16 - Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Auditoria Interna da Conab. (ANEXO A).....	220
17 – Outras Informações Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício de 2010.....	221
18 – Informações Contábeis da Gestão.....	222
Os documentos originais assinados encontram-se à disposição dos órgãos de controle.....	222

18.1 – Declaração do Contador.....	222
18.2 – Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64.....	222
18.3 – Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76.....	223
18.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social.....	243
18.5 – Parecer da Auditoria Independente.....	247
19 – Informação sobre a Remuneração paga aos Administradores.....	248
19.1 – Remuneração paga aos Administradores.....	248
20 – Contratação de Consultores na Modalidade “Produto” - (ANEXO B).....	252
21 – Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	253
21.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:.....	253
a) Identificação da Entidade.....	253
b) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes.....	253
c) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes.....	254
d) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB.....	254
21.2–Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, como disposto no art.25 da Lei Complementar n.º108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.....	271
22 – Atividades Desenvolvidas pela Sureg-AP.....	281

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
Abracen	Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento
AGF	Aquisição do Governo Federal
Ano-Safra	Intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Armazém cadastrado	Armazém cadastrado na Conab, por solicitação dos interessados, que é sistematicamente submetido a vistoria objetivando apurar informações sobre as unidades (ambiente natural e artificial), registrando sua capacidade estática e qualificação técnica
Armazém credenciado	Armazém apto a operar com os estoques do governo federal. O credenciamento objetiva habilitar as unidades cadastradas para prestação de serviços de armazenagem, para tanto a Conab realiza vistoria no armazém, habilitando aquela que se enquadrar nos requisitos constantes do Manual de Operações da Conab
Armazém descredenciado	Armazém excluído do rol de unidades armazenadoras habilitadas a receber produtos do governo federal, por terem praticado desvio de mercadorias, prática de sinistro doloso ou troca de mercadorias e erros graves (propositais ou não) na gestão dos estoques, que ocasionem riscos para as pessoas e/ou animais, prestar informações falsas nos comprovantes de depósito ou outros documentos exigidos pela Conab
Armazém impedido	Armazém que não pode receber produtos dos estoques públicos ou vinculados a algum programa do governo federal, pelo não cumprimento de exigências legais e/ou dos requisitos técnicos/operacionais definidos pela Conab, bem como por débito e/ou pendência financeira com a Companhia
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
Camex	Câmara de Comércio Exterior
CAN	Coordenador de Ação Nacional
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
Ceasa	Centrais de Abastecimento
Ceagesp	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Ceasaminas	Centrais de abastecimento de Minas Gerais
Centreinar	Centro de Treinamento em Armazenagem
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGSR	Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural
CGU	Controladoria-Geral da União
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
Contrato de Opção	Instrumento de política pública para o setor agrícola que visa proteger o produtor o/ou cooperativa de eventuais oscilações do mercado, uma espécie de seguro contra queda dos preços
COPEC	Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
CPR-Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Deral	Departamento de Economia Rural
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DevCoCast	Aplicações do GEONETCAST para e por países em desenvolvimento

EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
EE	Estoque Estratégico
EFD	Escrituração Fiscal Digital
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER/RO	Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuárias
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
Empasa	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
ER	Estoque Regulador
EUMETSAT	European Organisation for the Exploitation of Meteorological Satellites
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Flana	Federação Latino-Americana de Abastecimento
Fome Zero	Política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funarbe	Fundação Arthur Bernardes
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
FUNCAFE	Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) foi concebido pelo Departamento de Defesa dos EUA no início da década de 1960, sob o nome de 'Projeto NAVSTAR'. O sistema foi declarado totalmente operacional apenas em 1995. Consiste em 28 satélites que orbitam a terra a 20.200 km duas vezes por dia e emitem simultaneamente sinais de rádio codificados
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa Técnica e Extensão Rural
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
LNT	Levantamento de Necessidades de Treinamento
LTCAT	Laudo Técnico de Condições Ambientais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MOC	Manual de Operações da Conab
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS	Ministério da Previdência Social
NF-e	Nota Fiscal Eletrônica
NOC	Manual de Normas da Organização
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos

	mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
Paint	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PD	Parcerias de Desenvolvimento
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEC	Plano de Educação Corporativa
PEP	Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PESOJA	Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Plano-Safra	Conjunto de medidas destinadas ao apoio do plantio da safra agrícola, contemplando preços mínimos, condições de comercialização, créditos para financiamento da produção, seguro agrícola etc
PMTI	Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
Preços Mínimos	Objetivam reduzir a incerteza dos produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP	Prêmio de Risco de Opção Privada
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo
SAAGRA	Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAGRO	Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAJUR	Sistema de Atividades Jurídicas
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
SigaBrasil	Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira
SIGEST	Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Simab	Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil
SIMEPAR	Sistema Meteorológico do Paraná
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SISCOD	Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE	Sistema de Comercialização Eletrônica
SISMAT	Sistema de Material
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPAE	Secretaria de Produção e Agroenergia
SPC	Secretaria de Previdência Complementar
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sureg	Superintendência Regional
TI	Tecnologia da Informação
TPF	Tabela de Participação Financeira
TR	Taxa referencial
TVN	Termo de Vistoria e Notificação
UA	Unidade Armazenadora
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Vendas em Balcão	Programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado
VEP	Valor de Escoamento do Produto
xFAC	Sistema de Faturamento e Controle de Estoques

Lista de Quadros e Figuras

Quadro	Título	Pag
I	Identificação da Unidade	17
II	Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos	39
III	Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS	41
IV	Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS) – Exercícios 2009 a 2010	42
V	Demonstrativo da Execução da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	44
VI	Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária, por Sureg	45
VII	Comparativo dos exercícios 2009/2010	46
VIII	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	48
IX	Evolução do Auxílio-Alimentação	48
X	Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	51
XI	Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2008 a 2010	51
XII	Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional	52
XIII	Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras	54
XIV	Demonstrativo de Execução da Despesa	55
XV	Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada e Credenciada	56
XVI	Demonstrativo da Capacidade Estática Descredenciada	57
XVII	Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais	58
XVIII	Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento	59
XIX	Metas e Resultados - Exercícios 2008 a 2010	59
XX	Demonstrativo das Despesas Realizadas	60
XXI	Cursos de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado Realizados em 2010	60
XXII	Projeto Graduar e Língua Estrangeira - Exercícios 2009 e 2010	60
XXIII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira	62
XXIV	Demonstrativo da Execução da Ação Contribuição à Previdência Privada	63
XXV	Demonstrativo de Execução Física e Financeira	64
XXVI	Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Débitos	66
XXVII	Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais	67
XXVIII	Demonstrativo de Execução da Despesa	67
XXIX	Demonstrativo da Execução da Ação Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos	68
XXX	Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	70
XXXI	Demonstrativo das Despesas Realizadas de 2007 a 2010	71
XXXII	Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos	72
XXXIII	Demonstrativo das Despesas Realizadas	73
XXXIV	Demonstrativo das Aquisições Realizadas	74
XXXV	Demonstrativo das Remoções Realizadas	75
XXXVI	Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	77
XXXVII	Demonstrativo da Execução da Despesa	77
XXXVIII	Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa	78
XXXIX	Demonstrativo de Execução da Despesa	79
XL	Demonstrativo da Execução da Ação Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	80
XLI	Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	83
XLII	Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios	84
XLIII	Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	85
XLIV	Demonstrativo de Execução da Despesa	85
XLV	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2008/09 e 2009/10	86
XLVI	Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2009/10 e 2010/11	88
XLVII	Balço de Oferta e Demanda	89

Quadro	Título	Pag
XLVIII	Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	90
XLIX	Demonstrativo da Execução da Ação Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	91
L	Demonstrativo de Vendas em Leilão Público	93
LI	Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF e Produto	96
LII	Demonstrativo de Comercialização pelo VEP	97
LIII	Demonstrativo da Execução da Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	97
LIV	Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO	98
LV	Demonstrativo de Comercialização pelo PEP	99
LVI	Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar	101
LVII	Demonstrativo do Pagamento da Subvenção aos Produtores Extrativistas	102
LVIII	Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem	103
LIX	Demonstrativo da Remoção de Produtos	105
LX	Demonstrativo das Doações Realizadas	107
LXI	Demonstrativo da Distribuição de Produtos	108
LXII	Demonstrativo da Doação de Feijão	109
LXIII	Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios	110
LXIV	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10	112
LXV	Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11	113
LXVI	Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011	113
LXVII	Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF	114
LXVIII	Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café	114
LXIX	Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar	116
LXX	Demonstrativo da Produção de Açúcar	117
LXXI	Demonstrativo da Produção de Alcool	118
LXXII	Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2009/10	119
LXXIII	Demonstrativo da Intenção para a Safra 2010/11	119
LXXIV	Demonstrativo da Safra 2010	120
LXXV	Levantamento de situação do Pinhão Manso	121
LXXVI	Demonstrativo da Execução da Despesa	121
LXXVII	Demonstrativo do Número de Apólices	122
LXXVIII	Demonstrativo da Execução Orçamentária	123
LXXIX	Demonstrativo de Cobranças	124
LXXX	Demonstrativo de Recebimentos até 31/12/2010	125
LXXXI	Demonstrativo Gerencial de Cobrança	126
LXXXII	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA	129
LXXXIII	Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA	130
LXXXIV	Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA	131
LXXXV	Demonstrativo da Execução da Despesa - MDA	132
LXXXVI	Demonstrativo das Metas Previstas	134
LXXXVII	Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	135
LXXXVIII	Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS	135
LXXXIX	Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS	136
XC	Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS	137
XCI	Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	138
XCII	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	140
XCIII	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos-MDS	141
XCIV	Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS	142
XCV	Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	144
XCVI	Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos-MI	145
XCVII	Demonstrativo de Ajuda Humanitária	146
XCVIII	Demonstrativo de Ajuda Humanitária, período 2004-2010	147
XCIX	Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de alimentos/MI	148
C	Identificação das Unidades Orçamentárias	153

Quadro	Título	Pag
CI	Programação de Despesas Correntes	153
CII	Programação de Despesas Capital	153
CIII	Quadro Resumo da Programação de Despesas	154
CIV	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (ANEXO A)	154
CV	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	155
CVI	Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ	157
CVII	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	158
CVIII	Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	159
CIX	Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	163
CX	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	170
CXI	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	171
CXII	Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual-Situação Apurada em 31/12/2010	172
CXIII	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária-Situação Apurada em 31/12/2010	172
CXIV	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade-Situação Apurada em 31/12/2010	173
CXV	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Enquadramento-Situação Apurada em 31/12/2010	173
CXVI	Composição do Quadro de Estagiários-Situação Apurada em 31/12/2010	173
CXVII	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	174
CXVIII	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	174
CXIX	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	175
CXX	Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra	175
CXXI	Demandas Trabalhistas por Sureg e Risco	181
CXXII	Estrutura de Controles Internos da UJ	185
CXXIII	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	187
CXXIV	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	190
CXXV	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	191
CXXVI	Gestão de TI da UJ	192
CXXVII	Técnicos da Sutin por tipo de vínculo	194
CXXVIII	Técnicos da Sutin por Área	194
CXXIX	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	203
CXXX	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	208
CXXXI	Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna da Conab (ANEXO B)	220
CXXXII	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	249
CXXXIII	Síntese da Remuneração dos Administradores	250
CXXXIV	Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (ANEXO C)	252
CXXXV	Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab	253
CXXXVI	Síntese da Remuneração do Conselho de Administração	254
CXXXVII	Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	257
CXXXVIII	Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento	259
CXXXIX	Meta de rentabilidade	259
CXL	Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos Jan a Dez/2010	262
CXLI	Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003	278
CXLII	Execução da Despesa de Pessoal-Sureg-AP	281
Figuras	Título	
I	Demonstrativo da Evolução dos Estoques Públicos	76
II	Municípios Beneficiados	101
III	Demonstrativo da Evolução do Estoque Médio Armazenado	104

Quadro	Título	Pag
IV	Demonstrativo da Evolução da Receita de Armazenagem de Estoque de Terceiros	104
V	Área de Atuação do PAA em 2010	128
VI	Evolução do Número de Empregados	177
VII	Evolução do Número de Treinandos e do Custo <i>Per Capta</i>	179
VIII	Serviços de Saúde	180
IX	Evolução das Demandas Trabalhistas	181
X	Área de Atuação do PAA	282

Apresentação

O Relatório de Gestão, que integra a prestação de contas da Sede da Companhia Nacional de Abastecimento-Conab ao Tribunal de Contas da União-TCU, referente ao exercício fiscal de 2010, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa n.º 63, de 1.º de setembro de 2010, a Decisão Normativa n.º 107, de 27 de outubro de 2010, a Portaria TCU n.º 277, de 7 de dezembro de 2010, e de acordo com as orientações contidas na Norma de Execução n.º 03, de 27 de dezembro de 2010, da Controladoria-Geral da União, aprovada pela Portaria n.º 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Considerando o Anexo II, item A – Conteúdo Geral, da DN 107, não foram atendidos os itens 3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, 6 - Informações sobre Transferências, e 14 – Renúncias Tributárias, por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício, e também o item 13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por não se aplicar à natureza jurídica da Conab.

O Plano Plurianual-PPA e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam claramente o foco da gestão pública para a qualidade e transparência na utilização dos recursos públicos. Assim, apresentamos neste Relatório a atuação da Conab, segundo esses preceitos, e de acordo com as Ações executadas pela Conab no âmbito dos Programas do Governo Federal.

As atividades desenvolvidas estão inseridas nas diversas Ações que compõem os programas de governo inscritos no PPA, havendo atividades que foram realizadas, também, sob a forma de descentralizações orçamentárias/financeiras, em atendimento a Termos de Cooperação celebrados com órgãos públicos detentores das ações orçamentárias.

As ações finalísticas, ou seja, aquelas diretamente vinculadas à missão institucional, compõem o Programa Abastecimento Agroalimentar visando, entre outros objetivos, ao aumento e diversificação da produção agrícola e a formação de estoques públicos, com vistas à regularidade do abastecimento interno e à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

As demais ações, inseridas no Programa acima mencionado, são de cunho administrativo e foram desenvolvidas de acordo com a legislação e acordos que regem a relação entre a empresa e os empregados.

O presente relatório detalha o desenvolvimento de todas as Ações e os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, assim como os fatores endógenos e exógenos que contribuíram para o não-atingimento pleno das metas estabelecidas, tendo como balizador cinco grandes linhas de atividades, apresentando como carro chefe a Política de Garantia de Preços Mínimos.

- **Gestão dos estoques públicos:** fiscaliza os estoques públicos e administra as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques, participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Informações do setor agropecuário:** desenvolve atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário.
- **Programas sociais e de abastecimento:** desenvolve atividades voltadas à disponibilização de produtos, desde a aquisição, o transporte até a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** oferece serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista de hortigranjeiros:** induz ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e promove articulações com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

Entre as ações que a Conab desenvolve, a PGPM ocupa posição de destaque, em vista dos benefícios diretos que propicia aos agricultores – por meio da sustentação da renda e da garantia de remuneração mínima. As intervenções realizadas objetivam a retirada de excedentes de produção para a correção de eventuais distorções de preços recebidos pelos produtores.

Em 2010, em função dos preços praticados no mercado para os produtos amparados pela Política de Preços Mínimos-PGPM terem se mantido por quase todo o período acima dos preços mínimos fixados houve menor atuação no mercado. Foram adquiridas 1,3 milhão de toneladas de produtos agrícolas e providenciada a remoção para áreas próximas às regiões de consumo, garantindo, assim, espaço nas unidades armazenadoras das zonas de produção para a guarda de novos produtos.

Destacam-se também as diversas ações direcionadas ao combate à fome e à desnutrição, quer seja pela distribuição de cestas de alimentos às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou em situação de insegurança alimentar e nutricional, pelo atendimento às solicitações de doações de alimentos apresentadas por milhares de entidades sociais civis ou públicas, ou pela operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, especificamente quanto ao instrumento CPR-Doação, e também pelo envio de alimentos a famílias de países amigos atingidos por desastres naturais.

Necessário destacar que a Sede da Conab, identificada no corpo deste Relatório como Matriz, por ser esta a denominação corrente, tem como funções principais o planejamento, a organização, a coordenação, a avaliação e a publicidade das ações e dos resultados alcançados, atuando, também, de forma direta na execução de diversas atividades. Conseqüentemente, o presente relatório apresenta de forma detalhada alguns resultados apurados nas diversas Superintendências Regionais.

A Diretoria classifica como boa a performance da Companhia, nesse exercício de 2010, levando em conta as ações efetivamente realizadas e os resultados apresentados.

Ressalte-se, por fim, o apoio e orientações recebidos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA e o estreito relacionamento mantido com os Ministérios do Desenvolvimento e Combate à Fome-MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e com o Ministério da Integração Nacional-MI, na condição de parceiros na execução dos Termos de Cooperação e programas de apoio social que visaram amenizar as efetivas carências alimentares, os efeitos das intempéries climáticas e a insuficiência de renda dos produtores rurais familiares, notadamente aqueles menos favorecidos.

1 - Identificação

Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA		
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação abreviada: Conab		
Código SIORG: 002114	Código LOA: 22211	Código SIAFI: 22211
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato: (061) 3312-6000 Fax: (061) 3326-9058		
Endereço Eletrônico: conab@conab.gov.br		
Página da Internet: www.conab.gov.br		
Endereço Postal: SGAS Quadra 901, Bloco “A”, Lote 69, Brasília-DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, Art. 19, Inciso II		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 Estatuto Social Regimento Interno Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab-MOC Normas de Organização-NOC Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
135100	Companhia Nacional de Abastecimento – Conab	
135167	Unidade de Estoque Estratégico/DF	
135168	Núcleo Estoque Regulador/DF – PGPM	
135347	Núcleo do Estoque Estratégico-SEDE-EE	
135348	Núcleo Estoque Regulador-SEDE-ER	
135350	Presidência – Presi	
135351	Gabinete – Gabin	
135352	Assessoria da Presidência – Aspre	
135353	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional – Copri	

135354	Auditoria Interna – Audin
135355	Procuradoria Geral – Proge
135356	Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
135357	Gerencia de Avaliação de Resultados – Geare
135359	Gerencia de Planejamento e Programação e Orçamento – Gepor
135360	Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
135361	Gerencia da Rede de Armazéns Próprios – Gerap
135362	Gerência de Movimentação de Estoques – Gemov
135363	Gerência de Formação e Controle de Estoque – Gefoc
135365	Gerência de Execução Operacional – Gerop
135366	Gerência de Programas Sociais de Abastecimento – Gepab
135368	Diretoria Financeira – Difin
135369	Superintendência de Contabilidade – Sucon
135370	Superintendência de Finanças – Sufin
135371	Gerência de Execução Orçamentária – Georc
135373	Superintendência de Administração – Supad
135374	Superintendência de Recursos Humanos – Sureh
135375	Gerência de Sistemas e Informações – Gesin
135377	Gerência de Material – Gemat
135378	Pessoal à Disposição de Outros Órgãos
135388	Gerência de Administração Rede e Segurança da Informação – Geasi
135389	Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag
135390	Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob
135428	MO/Distrito Federal
135450	Superintendência de Abastecimento Social – Supab
135452	Gerência de Desenvolvimento de Pessoas e de Qualidade
135454	Superintendência de Operações Comerciais – Suope
135455	Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis
135456	Gerência de Comercialização de Estoques – Gecom
135467	Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias – Coamo
135468	Corregedoria Geral – Coger
135469	Gerência de Imprensa – Geimp
135470	Gerência de Promoção Institucional – Gepin
135477	Controladoria
135495	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – Sutin
135496	Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf
135497	Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof
135498	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa
135499	Gerência de Informações Técnicas – Geint
135500	Gerência de Custos de Produção – Gecup
135501	Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados - Gevep

135502	Gerência de Alimentos Básicos – Gerab
135503	Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais – Gefip
135504	Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários – Geole
135505	Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis
135506	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm
135507	Gerência de Supervisão Técnico-Operacional – Gesup
135509	Gerência de Classificação e Controle de Qualidade – Gecoq
135510	Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad
135511	Gerência de Parcerias Institucionais – Gepri
135512	Gerência de Serviços Gerais – Geseg
135513	Gerência de Protocolos, Serviços Gráficos e Telecomunicações – Gepot
135514	Gerência de Patrimônio e Seguros – Gepas
135515	Gerência de Programação Financeira – Gepro
135516	Gerência de Execução Financeira – Gefin
135517	Gerência de Controle Financeiro e Operações Governamentais – Gefog
135518	Gerência de Execução Contábil – Gecon
135519	Gerência de Controle de Convênios e Operações Governamentais – Gecov
135520	Gerência Fiscal e Tributária – Gefit
135521	Gerência de Análise e Custos – Gerac
135522	Gerência de Cadastro de Pessoal – Gepas
135523	Gerência de Folha de Pagamento – Gefop
135524	Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina no Trabalho – Gebem
135525	Subprocuradoria de Matéria Administrativa – Sumad
135526	Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj
135527	Gerência de Cargos, Salários e Avaliação – Gecav
135528	Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap
135535	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar – Supaf
135536	Gerência de Acompanhamento e Controle das Ações da Agricultura Familiar – Gecaf
135537	Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar – Gepaf
135538	Gerência de Geotecnologias – Geote
135542	Gerência de Auditoria – Geaud
135543	Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop
135571	Unidade Conab PAA Brasília
135573	Gerência de Contratos – Gecot
135574	Ouvidoria – Ouvir
135575	Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico – Suorc
135576	Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Gehor
135577	Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud
135578	Diretoria Administrativa – Dirad
135579	Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc
135580	Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor

135581	Gerência de Controle e Relações do Trabalho – Gecat
135582	Gerência de Riscos – Geris
135583	Gerência de Implantação e Acompanhamento de Programas – Geiap
135588	Gerência de Operações Especiais – Geope
135589	Gerência de Apoio ao Varejo de Pequeno Porte – Gevap
135590	Gerência de Engenharia de Software – Gesof
135591	Gerência de Suporte Técnico – Gesut
135592	Gerência de Produção da Sociobiodiversidade – Gebio
135593	Gerência de Serviços de Assistência à Saúde – Gesas
135594	Gerência de Documentação e Informação – Gedin
135595	Unidade Mercado de Opções – Sede
135603	Superintendência de Orçamento e Avaliação – Supor
135604	Gerência de Armazenagem – Gearm
135609	Coordenadoria de Assuntos Colegiados
138010	Companhia Nacional de Abastecimento – Dif. Int.
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento-Conab
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Todas as Unidades Gestoras acima relacionadas, com seus respectivos códigos SIAFI, apresentam o mesmo código SIAFI da Gestão = 22211	

2 – Responsabilidades, objetivos, programação e execução orçamentária

2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **missão** institucional da Conab é “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia,

explicitados no art. 6.º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (desde a aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de

mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

➤ **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como trigo, café, feijão, milho e sisal, com destaque para o trigo, no estado do Rio Grande do Sul, com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno, decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

➤ **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café e milho em grãos,

referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

➤ **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

➤ **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, que concede um prêmio por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenadas, nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

➤ **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas na Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

➤ **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

➤ **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O PAA não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à

distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.
- Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas e em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a

qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2010, para o Estado do Amazonas. Em 2010, foram cadastradas 185 novos varejistas e disponibilizada, em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA..

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o

Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e dos estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 95 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto

dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t do governo e 429.584 t de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na movimentação dos estoques públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a fiscalização dos produtos agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a

sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de

distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade

financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança..

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 - Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1- Relação dos Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 21 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades em atendimento a Termos de Cooperação com outros órgãos públicos, custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 2.3.3 – Outros Programa, Ações e Atividades

(0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

(0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos - SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal

- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

(0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2- Principais Ações do Programa

2.3.2.1 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental, mediante a realização de exames periódicos.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

Quadro II - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – Exames Periódicos

Controle: SIAFI – PTRES 030856 – Programa de Trabalho 20.301.0352.20CW.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	242.100,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	51,81
Dotação Final	467.307,00	242.100,00	
Execução Orçamentária	466.920,20	242.073,74	51,84
Índice	99,92	99,99	
Meta Física	2.596	494	19,03
Execução Física	2.320	439	18,92
Índice	89,37	88,87	

Fonte: Geare e Gebem

A Ação é caracterizada pela avaliação médica de saúde ocupacional dos empregados da Companhia, de caráter obrigatório, com frequência de realização mínima de uma vez ao ano, abrangendo exame clínico e exames laboratoriais, e sempre que necessário, acrescido de avaliações complementares especializadas (cardiológica, oftalmológica, ginecológica, urológica e outros),

conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 7 (NR-7) da Portaria MTB n.º 3.214/78, atinente aos Programas Médicos de Saúde Ocupacional.

A obrigatoriedade de prestação desses exames periódicos também é disciplinada no Regulamento de Pessoal da Conab (Capítulo XIII – dos Deveres e Proibições). Nesse exame apura-se a aptidão de cada empregado para o exercício de suas funções, cujo resultado, necessariamente, é obtido por meio do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido pelo médico do trabalho da Companhia.

A dotação orçamentária constante na LOA/2010 para esta Ação é de R\$467.307,00 para o atendimento a 2.596 empregados. Até o fim do exercício a Ação atendeu 2.320 empregados (89,37% da meta) ao custo de R\$466.920,20, representando 99,9% da dotação.

Para a Matriz foi destinada dotação orçamentária de R\$242.100,00 para atendimento a 494 empregados, tendo sido executado 99,99% da previsão orçamentária e 88,87% da meta física.

É necessário esclarecer que a SOF/MP não autorizou a suplementação orçamentária solicitada pela Conab para suprir os gastos com a Ação. Assim, parte das despesas foi liquidada na Ação 2004-Assistência Médica Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.

A seguir os indicadores de eficácia utilizados na análise da execução orçamentária e física desta Ação.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	88,87
Análise: Apesar da convocação para a realização dos exames médicos periódicos e das comunicações feitas pela área de recursos humanos para a realização dos exames no período, parte dos empregados tem retardado o início dos exames				

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= SIAFI Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2010	Meta:	100,00	Realizado
			99,99
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

2.3.2.2-(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Serviço de Assistência à Saúde – Gesas

Quadro III - Demonstrativo da Execução Física e Financeira – SAS

Controle: SIAFI – PTRES 024581 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	5.803.050,00	25,73
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	
Dotação Final	22.553.050,00	5.803.050,00	
Execução Orçamentária	22.375.304,26	5.771.485,57	25,79
Índice	99,21	99,46	
Meta Física	14.849	3.419	23,03
Execução Física	15.104	3.434	22,74
Índice	101,72	100,44	

Fonte: SIAFI, Supor e Dirad/Sureh/Gesas

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010 crédito orçamentário de R\$14.882.545,00 e estimado o atendimento médio de 14.849 beneficiários mensais em toda a Conab. Em face do aumento do número de beneficiários e considerando também a ampliação dos procedimentos e o reajustamento de preços praticados pelos prestadores de serviços, a dotação foi suplementada em R\$7.670.505,00, totalizando R\$22.553.050,00.

No acumulado até 31/12/2010, o atendimento atingiu 15.104 beneficiários, isto é,

101,72% do previsto e dispêndio total de R\$22.375.304,26, representando 99,21% do valor programado. Comparativamente a igual período do exercício anterior, verificou-se aumento de 1,29% no número de beneficiários atendidos e aumento de 15,84% no valor liquidado, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IV - Metas e Resultados do Serviço de Assistência à Saúde (SAS) – Exercícios 2009 a 2010

Anos	Prevista		Realizada		% Execução	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
2008	20.497	14.666.772,00	13.698	14.630.333,19	66,83	99,75
2009	14.531	19.340.989,00	14.912	19.233.871,44	102,62	99,45
2010	14.849	22.553.050,00	15.104	22.375.304,26	101,72	99,21

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor se dá de acordo com a faixa salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Especificamente na Matriz, foram gastos R\$5.771.485,57 com o atendimento médico a 3.434 empregados, o equivalente a 99,46% da dotação orçamentária e 100,44% da meta física, conforme demonstrado pelos indicadores de Execução Física e Financeira (eficácia) abaixo.

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: [(X/Y) x100]			
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos			
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			64,57
2008			61,95
2009			111,77
2010	Meta:	100,00	Realizado
			100,44
Análise: Até 2008, a metodologia adotada na Conab para a estimativa da meta física previa o atendimento mensal do empregado mais quatro dependentes. Para 2009, a meta física foi estabelecida pela Secretaria de Orçamento e Finanças-SOF, com base na execução física registrada no período de elaboração da proposta orçamentária, ficando este valor bem abaixo das previsões de atendimentos efetuadas pela Companhia. Em consequência da variação na metodologia de estimativa da meta física houve forte variação no resultado apurado por este indicador. Em 2010, a execução física superou a meta esperada em 0,44% devido principalmente ao crescimento do número de empregados, de dependentes e ao aumento da faixa etária.			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			99,94
2008			99,91
2009			99,98
2010	Meta:	100,00	Realizado
			99,46
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)			
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período			
Fonte: X= Siafi Y= Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gesas			
Resultados:			
2007			588,85
2008			912,20
2009			1.139,04
2010	Meta:	1.139,04	Realizado
			1.680,69
Análise: O valor <i>per capita</i> apurado superou a meta em 47,56% em decorrência do aumento dos preços praticados pelos agentes credenciados, pelo aumento da faixa etária dos empregados que demandam maior número de atendimentos médicos, e pelo aumento do quadro de empregados, demandando exames admissionais..			

2.3.2.3 - (2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad

- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

Quadro V - Demonstrativo da Execução da Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 024580 – Programa de Trabalho 20.365.0352.2010.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	3.133.040,00	785.878,00	
Suplementação/Cancelamento	386.838,00	-	
Dotação Final	3.519.878,00	785.878,00	22,33
Execução Orçamentária	3.500.111,36	778.281,51	22,24
Índice	99,44	99,03	
Meta Física	586	150	25,60
Execução Física	1.090	237	21,74
Índice	186,01	158,00	

Fonte: SIAFI, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

São beneficiários desta Ação:

- **Auxílio à Educação Infantil:** aos filhos e dependentes legais, na faixa etária compreendida a partir do 4.º mês de nascimento até o final do ano em que completar 6 anos de idade;
- **Auxílio Escola:** aos filhos/dependentes legais, a partir do primeiro mês após o final do ano letivo em que completar 6 anos de idade até o final do ano letivo em que completar 15 anos de idade, desde que esteja cursando o ensino fundamental em estabelecimento não gratuito; e
- **Auxílio aos Portadores de Necessidades Especiais:** aos dependentes típicos com necessidades de cuidados especiais, decorrentes de deficiências que comprometam consideravelmente o desenvolvimento das atividades da vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, e aos empregados e dependentes portadores de diabetes crônica tipo I.

Os valores mensais pagos estão de acordo com o aprovado nas cláusulas Décima Sexta (Educação Infantil), Quinta (Escola) e Décima Sétima (Portadores de Necessidades Especiais) do Acordo Coletivo de Trabalho 2009/11 e são: R\$310,80, R\$100,00 e R\$660,45, respectivamente.

Para o exercício de 2010, foi aprovado crédito orçamentário no valor de R\$3.133.040,00 e prevista a concessão do benefício a 586 crianças/mês. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$386.838,00, totalizando R\$3.519.878,00. No exercício foram executados R\$3.500.111,36, equivalentes a 99,44% da dotação final e 186,01% da meta física (média mensal de 1.090 atendimentos). O quadro a seguir apresenta de forma detalhada os benefícios e valores pagos por Sureg.

Quadro VI - Demonstrativo da Execução Física e Orçamentária, por Sureg

UF	Execução Física					%	Execução Orçamentária (Em R\$)					%
	Meta	Executado					Dotação	Executado				
		Auxílio Escola	Auxílio Creche	Aux Port Nec Esp	Total			Auxílio Escola	Auxílio Creche	Aux Port Nec Esp	Total	
AC	5	2	5	1	8	160,00	26.000,00	1.960,00	15.414,00	8.187,20	25.561,20	98,31
AL	10	8	8	3	19	190,00	65.000,00	10.200,00	29.517,60	24.561,60	64.279,20	98,89
AM	15	19	11	3	33	220,00	94.000,00	23.240,00	45.614,80	24.561,60	93.416,40	99,38
AP	1	0	2	0	2	200,00	5.000,00	-	4.972,80	-	4.972,80	99,46
BA	25	30	15	7	52	208,00	170.000,00	45.200,00	54.126,80	69.615,85	168.942,65	99,38
CE	40	43	15	19	77	192,50	275.000,00	49.980,00	68.880,00	155.621,40	274.481,40	99,81
ES	13	16	4	5	25	192,31	75.000,00	21.242,00	18.796,40	34.468,35	74.506,75	99,34
GO	40	41	30	25	96	240,00	355.000,00	54.160,00	106.262,80	194.141,70	354.564,50	99,88
MA	30	23	19	8	50	166,67	181.000,00	29.500,00	77.770,00	73.012,60	180.282,60	99,60
MG	20	18	12	6	36	180,00	127.000,00	24.800,00	56.641,20	45.095,05	126.536,25	99,63
MS	7	8	4	4	16	228,57	54.000,00	8.300,00	17.740,80	27.863,85	53.904,65	99,82
MT	25	19	13	7	39	156,00	131.000,00	21.200,00	56.828,80	52.425,45	130.454,25	99,58
PA	10	8	11	1	20	200,00	67.000,00	9.780,00	49.025,20	8.187,20	66.992,40	99,99
PB	30	40	23	3	66	220,00	165.000,00	48.740,00	82.028,80	33.741,60	164.510,40	99,70
PE	40	48	26	9	83	207,50	221.000,00	59.740,00	80.626,00	79.843,90	220.209,90	99,64
PI	25	27	18	4	49	196,00	141.000,00	34.580,30	72.799,40	33.409,25	140.788,95	99,85
PR	20	13	15	4	32	160,00	107.000,00	16.800,00	56.638,40	32.748,80	106.187,20	99,24
RJ	25	34	9	5	48	192,00	118.000,00	44.780,00	37.940,00	34.730,15	117.450,15	99,53
RN	15	15	9	7	31	206,67	112.000,00	15.040,00	41.322,40	55.001,80	111.364,20	99,43
RO	8	5	6	2	13	162,50	53.000,00	6.240,00	29.948,80	16.374,40	52.563,20	99,18
RR	2	0	4	0	4	200,00	8.000,00	-	7.705,60	-	7.705,60	96,32
RS	5	0	7	3	10	200,00	72.000,00	7.600,00	34.426,00	29.887,70	71.913,70	99,88
SC	10	15	4	1	20	200,00	51.000,00	18.440,00	21.624,40	10.096,30	50.160,70	98,35
SP	5	7	1	0	8	160,00	13.000,00	8.900,00	3.852,80	-	12.752,80	98,10
TO	10	7	8	1	16	160,00	48.000,00	8.380,00	30.760,80	8.187,20	47.328,00	98,60
Matriz	150	129	67	41	237	158,00	785.878,00	162.540,00	274.164,80	341.576,71	778.281,51	99,03
Total	586	575	346	169	1.090	186,01	3.519.878,00	731.342,30	1.375.429,40	1.393.339,66	3.500.111,36	99,44

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

O pagamento do benefício acontece por meio da folha de pagamento elaborada pela Matriz, portanto a execução orçamentária desta Ação é toda na UG 135100, sendo em seguida apropriada a despesa para as demais unidades gestoras. No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de beneficiários por Sureg.

Em relação ao exercício de 2009 verificou-se aumento de 21,63% na execução orçamentária e redução de 7,16% no número de beneficiários, gerando aumento de 31,0% no valor per capta. Tal variação decorre do aumento do valor dos benefícios e do aumento do número de beneficiários do Auxílio Portador de Necessidades Especiais com valor superior aos demais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro VII – Comparativo dos exercícios 2009/2010

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (RS)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	514	586	14,01	2.877.742,16	3.519.878,00	22,31
Execução	1.174	1.090	-7,16	2.877.742,16	3.500.111,36	21,63
Assistência Pré-escolar	432	346	-19,91	1.352.360,41	1.375.429,40	1,71
Auxílio Portador de Necessidades Especiais	149	169	13,42	966.041,75	1.393.339,66	44,23
Auxílio-Escola	593	575	-3,04	559.340,00	731.342,30	30,75
Percentual de Execução	228,4	186,01	-	100,00	99,44	-
Gasto per capita (R\$)				2.451,23	3.211,11	-

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram valores superiores aos esperados, exceção apenas para o indicador de execução orçamentária.

Nome Percentual de Atendimento na Assistência Pré-Escolar	
Descrição Percentual de atendimento Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade	
Objetivo Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)	
Tipo: Eficácia	
Unidade de Medida: %	
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA	
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$	
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos	
Fonte X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor	
Base geográfica: UF e Brasil	
Periodicidade: Mensal	
Responsável: Gerente da Gebem	
Resultados:	
2007	80,83
2008	100,00
2009	222,73
2010	158,00
Meta:	100,00
Realizado	158,00
Análise: Os resultados apurados a partir do exercício de 2009 indicam execução superior à meta, necessitando portanto de melhor ajuste nas propostas orçamentárias	

Nome: Percentual de Execução Financeira da Assistência Pré-Escolar				
Descrição: Percentual de gastos com atendimento Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				100,00
2008				99,54
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,03
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado				

Nome: Custo por Atendimento na Assistência Pré-Escolar				
Descrição: Custo unitário do benefício Pré-Escolar				
Objetivo: Acompanhar a variação dos custos de atendimento do benefício Pré-Escolar aos dependentes legais dos empregados, na faixa etária de quatro meses até o final do ano letivo em que completar 7 anos de idade, ou aos filhos portadores de necessidades especiais, sem limite de idade				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por beneficiário				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiários				
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				5.600,29
2008				5.113,20
2009				2.653,08
2010	Meta:	2.653,08	Realizado	3.283,89
Análise: O valor <i>per capita</i> executado superou a meta em 23,78%, em decorrência do aumento no valor dos benefícios concedidos e do número de empregados/dependentes. Na revisão dos indicadores, a ser realizada em 2011, deverá ser alterada a metodologia de previsão da meta, incluindo, no mínimo, a previsão de aumento do valor dos benefícios				

2.3.2.4 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou

mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem

Quadro VIII - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 001.684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	4.081.020,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	4.081.020,00	17,63
Execução Orçamentária	23.123.978,63	4.080.736,97	17,65
Índice	99,87	99,99	-
Meta Física	4.003	950	23,73
Execução Física	4.329	1.033	23,86
Índice	108,14	108,74	-

Fonte: SIAFI, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Para toda a Conab, a dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$19.092.224,00. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$4.061.531,00 totalizando R\$23.153.755,00 dos quais foram executados R\$23.066.478,63, representando 99,62%. A meta física de beneficiar 4.003 empregados/mês foi superada em 8,14%, perfazendo uma média mensal de 4.329 empregados.

Na Matriz, a execução orçamentária foi de R\$4.080.736,97, representando 99,99% da dotação. O atendimento médio mensal foi de 1.033 empregados, superando a meta física em 8,74%, em função do aumento do número de empregados.

Comparativamente ao exercício anterior houve incremento de 4,94% na despesa realizada e de 2,79% na quantidade de empregados beneficiados, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro IX - Evolução do Auxílio-Alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	929	950	2,26	3.889.028,00	4.081.020,00	4,94
Execução	1.005	1.033	2,79	3.888.780,35	4.080.736,97	4,94
Percentual de Execução	108,18	108,74	-	99,99	99,99	-
Gasto per capita (R\$)				3.869,43	3.950,37	-

Fonte: SIAFI, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Os indicadores utilizados na análise da execução desta Ação são:

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			95,54
2008			107,01
2009			108,18
2010	Meta:	100,00	Realizado
			108,74
Análise: O resultado apurado superou a meta em 8,74% em função do aumento do número de empregados			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			99,98
2008			99,43
2009			99,99
2010	Meta:	100,00	Realizado
			99,90
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			3.926,53
2008			3.218,69
2009			3.869,43
2010	Meta:	3.869,43	Realizado
			3.950,37
Análise: O valor per capita apurado em 2010 superou em 2,09% o do exercício anterior devido ao aumento do valor do benefício			

2.3.2.5 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – Gebem.

Quadro X - Demonstrativo da Execução da Ação Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Controle: SIAFI – PTRES 001.685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	1.609.326,00	22,71
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	1.609.326,00	
Execução Orçamentária	6.981.555,76	1.518.902,74	21,76
Índice	98,54	94,38	
Meta Física	3.897	965	24,76
Execução Física	3.771	928	24,61
Índice	96,77	96,17	

Fonte: Siafi, Dirad/Sureh/Gebem e Difin/Supor

Obs.: A execução orçamentária na Coluna Matriz refere-se apenas aos empregados lotados na UG 135100

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$6.823.390,00, tendo sido suplementada em R\$261.936,00, totalizando R\$7.085.326,00 dos quais foram gastos durante o período R\$6.981.555,76, correspondente a 98,54% do programado. A meta física previa o atendimento a 3.897 empregados/mês e beneficiou no mês de dezembro 3.771 empregados, perfazendo 96,77% da meta. Conforme orientações da Coordenação Geral de Planejamento-CGPLAN/MAPA, foi alterada a metodologia de acompanhamento da meta física, passando da quantidade média no período ou do exercício para o número de beneficiários no mês, neste caso o mês de dezembro.

Comparativamente ao exercício de 2009, a execução orçamentária aumentou 7,7% em decorrência do aumento das tarifas praticadas pelas concessionárias de transporte.

Quadro XI - Metas e Resultados do Auxílio-Transporte – 2008 a 2010

Anos	Prevista		Realizada		% Execução	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
2008	3.161	5.656.353,00	3.535	5.589.901,76	111,83	98,83
2009	3.270	6.522.827,00	4.111	6.482.238,08	125,72	99,38
2010	3.897	7.085.326,00	3.771	6.981.555,76	96,77	98,54

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

A execução orçamentária desta Ação se dá por meio da folha de pagamento elaborada na Matriz ou pela concessão de vale-transporte ou ainda por meio de créditos em cartão magnético, dependendo da escolha do empregado, neste caso a execução se processa na Sureg. O montante executado por meio da folha de pagamento foi de R\$5.928.195,25 enquanto as Superintendências Regionais executaram R\$1.053.360,51, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XII - Resultados do Auxílio-Transporte por Superintendência Regional

Sureg	Auxílio-Transporte							
	Execução Física			Execução Financeira (R\$)				
	Meta	Executado	(%)	Dotação	Executado			(%)
				Folha Pcto	Suregs	Total		
AC	25	24	96,00	18.000,00	17.620,30	0,00	17.620,30	-
AL	60	60	100,00	88.000,00	87.521,70	0,00	87.521,70	99,46
AM	100	96	96,00	240.000,00	239.858,90	0,00	239.858,90	99,94
AP	2	1	50,00	4.000,00	3.374,84	0,00	3.374,84	-
BA	150	145	96,67	255.000,00	213.513,20	41.021,90	254.535,10	99,82
CE	190	183	96,32	300.000,00	238.367,21	60.953,80	299.321,01	99,77
ES	115	112	97,39	172.000,00	81.200,81	90.396,75	171.597,56	99,77
GO	370	364	98,38	693.000,00	434.346,46	259.549,90	693.896,36	100,13
MA	80	71	88,75	139.000,00	85.465,95	52.580,80	138.046,75	99,31
MG	230	227	98,70	438.000,00	429.229,30	8.432,60	437.661,90	99,92
MS	80	76	95,00	102.000,00	90.899,28	10.932,70	101.831,98	99,84
MT	115	113	98,26	177.000,00	165.703,88	10.313,90	176.017,78	99,45
PA	60	58	96,67	95.000,00	79.836,54	15.103,70	94.940,24	99,94
PB	200	190	95,00	251.000,00	238.964,19	11.543,00	250.507,19	99,80
PE	300	299	99,67	566.000,00	543.501,88	22.021,27	565.523,15	99,92
PI	130	126	96,92	235.000,00	164.525,64	70.152,60	234.678,24	99,86
PR	100	97	97,00	165.000,00	164.822,40	0,00	164.822,40	99,89
RJ	160	151	94,38	663.000,00	521.583,06	140.621,70	662.204,76	99,88
RN	110	106	96,36	174.000,00	160.308,06	13.272,00	173.580,06	99,76
RO	50	49	98,00	66.000,00	65.114,20	0,00	65.114,20	98,66
RR	15	14	93,33	20.000,00	19.652,00	0,00	19.652,00	98,26
RS	110	109	99,09	259.000,00	208.217,10	49.826,26	258.043,36	99,63
SC	50	48	96,00	121.000,00	111.106,57	9.207,79	120.314,36	99,43
SP	80	75	93,75	166.000,00	120.670,12	44.601,84	165.271,96	99,56
TO	50	49	98,00	69.000,00	62.676,92	5.370,80	68.047,72	98,62
Matriz	965	928	96,17	1.609.326,00	1.380.114,74	137.457,20	1.517.571,94	94,30
Total	3.897	3.771	96,77	7.085.326,00	5.928.195,25	1.053.360,51	6.981.555,76	98,54

Fonte: Siafi e Dirad/Sureh/Gebem

Obs.: Execução orçamentária da Folha de Pagamento sob a responsabilidade da UG 135100 (Matriz)

Os indicadores utilizados na avaliação desta ação apresentaram comportamento esperado, destacando apenas a execução física cujo resultado superou em 21,33% a meta estabelecida, em função, principalmente do aumento do quadro de empregados.

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados			
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			92,37
2008			117,41
2009			121,33
2010	Meta:	100,00	Realizado
			96,17
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte			
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			99,09
2008			99,62
2009			99,81
2010	Meta:	100,00	Realizado
			94,38
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			1.989,30
2008			1.364,47
2009			1.449,91
2010	Meta:	1.449,91	Realizado
			1.636,75

2.3.2.6 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

Quadro XIII - Demonstrativo da Execução da Ação Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras

Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	500.000,00	30.000,00	6,00
Execução Orçamentária	453.058,55	26.396,04	5,83
Índice	90,61	87,99	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	4.500	-	0,00
Execução Física	6.115	-	0,00
Índice	135,89	-	-

Fonte: Siafi, Dirab/Suarm/Gecad e Difin/Supor

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$500.000,00, tendo sido executado em toda a Conab R\$453.058,55, correspondente a 90,61% do programado. A meta física previa o cadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido cadastradas 6.115, ultrapassando em 35,89% a meta estabelecida para o período.

Pelas características operacionais da Ação, que implica no deslocamento de empregados para o cadastramento/recadastramento de armazéns, e pela dificuldade de formação de equipes com

empregados das próprias Regionais, em função do acelerado ritmo operacional desenvolvido durante o exercício, parte das atividades foi realizada por empregados lotados na Matriz. No período, as despesas realizadas somaram R\$26.396,04, representando cerca de 87,99% da dotação prevista para a Matriz. As despesas com diárias e passagens totalizaram R\$24.250,95 o que representou 91,87% do custo total realizado. O quadro a seguir detalha as despesas por elemento de despesa.

Quadro XIV - Demonstrativo de Execução da Despesa

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	39.992,50	10.454,84	9.447,51	96.813,40	156.708,25
2008	43.185,00	3.488,97	12.560,75	115,75	59.350,47
2009	62.921,50	369,54	7.753,58	30,20	71.074,82
2010	19.557,00	2.130,59	4.693,95	14,50	26.396,04

Fonte: Siafi

Tradicionalmente, o desenvolvimento desta Ação ocorre durante o segundo semestre de cada ano, em função dos trabalhos com a safra. Nesse período, grande parte dos produtos já foram comercializados facilitando a atividade de medição e vistoria dos armazéns. Mesmo assim, foram realizados cadastramentos emergenciais para acerto de documentação e aumento da capacidade estática para dar apoio às ações governamentais, como a formalização das AGFs e aos instrumentos de apoio à comercialização.

Durante o segundo semestre foram realizados os censos de armazenagem nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Rio Grande do Sul (apenas um roteiro não executado em 2008).

No fim do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática disponível para 137.875.605 toneladas, sendo 25.842.460 para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel.

Quadro XV - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada e Credenciada

Sureg	Capacidade Estática (t)					
	Cadastrada			Credenciada		
	2009	2010	Variação (%)	2009	2010	Variação (%)
AC	28.276	28.949	2,4	-	-	-
AL	489.051	550.303	12,5	-	-	-
AM	380.933	376.845	-1,1	5.129	-	-100,0
AP	816	816	0,0	-	-	-
BA	3.580.128	4.010.991	12,0	50.963	17.947	-64,8
CE	333.885	344.454	3,2	4.795	-	-100,0
DF	440.444	460.131	4,5	48.495	-	-100,0
ES	1.414.475	1.377.382	-2,6	-	-	-
GO	12.951.764	12.940.334	-0,1	548.132	1.067.480	94,7
MA	1.606.266	1.742.630	8,5	52.000	-	-100,0
MG	7.622.154	8.084.872	6,1	466.129	89.045	-80,9
MS	6.829.708	7.156.329	4,8	579.507	195.729	-66,2
MT	24.489.057	26.766.487	9,3	1.741.401	1.164.035	-33,2
PA	517.485	569.650	10,1	20.017	-	-100,0
PB	93.627	93.627	0,0	15.217	-	-100,0
PE	973.561	977.449	0,4	25.802	-	-100,0
PI	808.614	898.829	11,2	15.693	-	-100,0
PR	25.813.845	27.327.767	5,9	2.213.646	1.210.360	-45,3
RJ	182.768	182.768	0,0	26.798	-	-100,0
RN	53.515	53.905	0,7	23.698	-	-100,0
RO	512.238	559.307	9,2	40.385	-	-100,0
RR	147.423	148.000	0,4	3.474	-	-100,0
RS	23.163.243	24.567.896	6,1	1.246.677	949.826	-23,8
SC	4.822.546	4.947.313	2,6	160.784	239.769	49,1
SE	6.721	3.221	-52,1	3.221	-	-100,0
SP	11.825.226	12.609.794	6,6	492.393	600.474	22,0
TO	1.157.002	1.095.556	-5,3	31.997	-	-100,0
Total	130.244.771	137.875.605	5,9	7.816.353	5.534.665	-29,2

Fonte: Suarm/Gecad

Verifica-se que a capacidade estática dos armazéns instalados é inferior à produção agrícola nacional de grãos, projetada em mais de 149,0 milhões de toneladas para o período 2010/11, o que deve aumentar os problemas de falta de espaço para a armazenagem de produtos principalmente nas áreas de grande produção, como os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná.

Do total cadastrado apenas 376 armazéns, com capacidade para 5.534.665 toneladas, apresentavam todos os requisitos técnicos para trabalharem com os estoques públicos.

Também na mesma data estavam descredenciados 438 armazéns, com capacidade para 4.133.141 toneladas, por terem sido registrados desvios de produtos, trocas de mercadorias ou sinistros dolosos. Outros 11.525, com capacidade para 67.595.394 toneladas, estavam impedidos de operar com os estoques de propriedade do Governo Federal, por motivos financeiros e/ou técnicos. Além desses, 845 armazéns com capacidade para 6.498.859 toneladas, não haviam assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab e 4.305 armazéns (54.113.546 toneladas) estavam impedidos por falta de renovação da certidão ou como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

Quadro XVI - Demonstrativo da Capacidade Estática Descredenciada

Sureg	Capacidade Estática (t)											
	Descredenciada			Impedida			Sem Contrato			Impedimento no Sicaf		
	2009	2010	Variação (%)	2009	2010	Variação (%)	2009	2010	Variação (%)	2009	2010	Variação (%)
AC	-	-	-	18.673	18.076	-3,20	9.603	9.603	0,00	-	1.270	-
AL	-	-	-	473.988	529.654	11,74	15.063	15.063	0,00	-	5.586	-
AM	-	-	-	349.664	349.664	0,00	3.292	3.292	0,00	22.848	23.889	4,56
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	816	816	0,00
BA	12.677	9.822	-22,52	1.940.704	2.416.520	24,52	16.185	22.179	37,03	1.559.599	1.544.523	-0,97
CE	-	-	-	322.190	283.815	-11,91	6.900	6.900	0,00	-	53.739	-
DF	-	-	-	238.808	200.888	-15,88	33.053	15.323	-53,64	120.088	243.920	103,12
ES	-	-	-	1.034.427	899.387	-13,05	205.602	208.815	1,56	174.446	269.180	54,31
GO	714.714	609.364	-14,74	6.151.818	6.320.466	2,74	200.174	227.747	13,77	5.336.926	4.715.277	-11,65
MA	1.309	-	-100,00	983.418	1.213.388	23,38	-	80.384	-	569.539	448.858	-21,19
MG	7.400	305.476	4.028,05	5.046.080	4.474.769	-11,32	406.964	320.510	-21,24	1.695.581	2.895.072	70,74
MS	658.329	210.019	-68,10	2.902.045	3.287.607	13,29	324.443	360.622	11,15	2.365.384	3.102.352	31,16
MT	234.129	458.911	96,01	9.500.339	11.124.912	17,10	590.294	1.167.719	97,82	12.422.894	12.850.910	3,45
PA	11.997	7.745	-35,44	397.592	443.220	11,48	30.153	30.647	1,64	57.726	88.038	52,51
PB	-	-	-	76.727	69.716	-9,14	1.683	1.683	0,00	-	22.228	-
PE	52.000	52.000	0,00	861.295	863.379	0,24	34.464	34.464	0,00	-	27.606	-
PI	-	-	-	587.923	619.775	5,42	-	43.937	-	204.998	235.117	14,69
PR	34.751	781.756	2.149,59	9.885.386	9.655.857	-2,32	1.573.045	923.888	-41,27	12.107.017	14.755.906	21,88
RJ	-	-	-	101.946	101.946	0,00	54.024	54.024	0,00	-	26.798	-
RN	-	-	-	20.547	20.547	0,00	9.270	9.270	0,00	-	24.088	-
RO	-	-	-	259.499	289.296	11,48	-	27.587	-	212.354	242.424	14,16
RR	-	-	-	140.759	135.585	-3,68	3.190	3.190	0,00	-	9.225	-
RS	1.311.695	1.536.572	17,14	12.529.466	13.018.541	3,90	1.687.216	2.196.444	30,18	6.388.189	6.866.513	7,49
SC	25.531	-	-100,00	2.058.163	2.081.020	1,11	139.038	171.208	23,14	2.439.030	2.455.316	0,67
SE	-	-	-	3.500	-	-100,00	-	-	-	-	3.221	-
SP	44.912	88.181	96,34	8.710.065	8.537.345	-1,98	388.061	561.220	44,62	2.189.795	2.822.574	28,90
TO	142.077	73.295	-48,41	760.160	640.021	-15,80	1.125	3.140	179,11	221.643	379.100	71,04
Total	3.251.521	4.133.141	27,11	65.355.182	67.595.394	3,43	5.732.842	6.498.859	13,36	48.088.873	54.113.546	12,53

Fonte: Suarm/Gecad

A baixa capacidade estática credenciada deverá trazer problemas à Conab no reposicionamento dos estoques públicos quando da retirada dos produtos depositados em armazéns de terceiros, principalmente de cooperativas, objetivando a abertura de espaço para recebimento de produtos da safra 2010/11.

2.3.2.7 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – Dirad
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – Gecap

Quadro XVII - Demonstrativo da Execução da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais

Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	649.000,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	39,06
Dotação Final	1.700.000,00	649.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	589.609,31	37,65
Índice	92,11	90,85	
Meta Física	5.917	1.696	28,66
Execução Física	3.666	1.581	43,13
Índice	61,96	93,22	

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A Diretoria Administrativa (Dirad), responsável pela ação de capacitação dos empregados no âmbito da Conab, desenvolve-a como uma atividade contínua de Treinamento, Desenvolvimento e Educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa (PEC), com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os resultados da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, em nível de matriz e regionais, bem como identificar as novas demandas de treinamentos para o período do LNT. As necessidades devem ser correlatas às competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab buscou incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz e nas Suregs de Pernambuco e Piauí, e, desenvolveu, no âmbito da Companhia, cursos de Educação de Jovens e Adultos, tendo os empregados como educadores. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados, incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$124,78, desde que não oferecidos pela Companhia em cursos fechados, conforme Cláusula Vigésima Quinta do Acordo Coletivo de Trabalho-Biênio 2009/2011.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria dos

processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado na LOA/2010 crédito orçamentário no valor de R\$1.700.000,00 para treinamento de 5.917 empregados. Durante o exercício foi executado o montante de R\$1.565.871,48, correspondendo a 92,11%, com o atendimento de 3.666 empregados.

Especificamente para a Matriz a dotação prevista foi de R\$649.000,00 cuja execução atingiu 90,85%, correspondendo a R\$589.609,31.

No período foram capacitados 1.581 funcionários na Matriz, alcançando 93,22% da meta que previa a capacitação de 1.696 pessoas, mediante o desenvolvimento de eventos nas áreas de Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Administrativa, Planejamento, Informática, Operacional, Financeira etc. Cabe registrar que vários servidores receberam mais de um treinamento durante o ano, daí serem identificados como treinandos. Nesse total, não estão incluídos os dados relativos ao número de participantes nos programas educacionais de idiomas e curso supletivo, tampouco os convidados.

No exercício de 2010, o tempo de treinamento somou 26.118 homens/hora com uma carga horária média de 16,52 horas por treinando.

Quadro XVIII - Demonstrativo de Treinamento por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	357	3.990	11,18
Auditoria	70	1.536	21,94
Comunicação Social	10	481	48,1
Educação e Desenvolvimento	587	8.863	15,1
Financeira	117	2.038	17,42
Gerencial	51	295	5,78
Informática	121	2.120	17,52
Jurídica	15	1.026	68,4
Operacional	58	1.844	31,79
Planejamento	195	3.925	20,13
Qualidade	-	-	-
Total	1.581	26.118	16,52

Fonte: Dirad/Sumoc/Gecap

Em relação ao exercício de 2009 houve aumento de 187,54% no número de treinandos com recuo de 94,55% nas despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XIX - Metas e Resultados - Exercícios 2008 a 2010

Ano	Prevista		Realizadas		% Execução	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
2008	3.311	713.000,00	2.413	710.350,48	72,88	99,63
2009	596	643.000,00	843	619.805,88	141,44	96,39
2010	1.696	659.000,00	1.581	586.009,31	93,22	88,92

Fonte: Siafi e Dirad/Sumoc/Gecap

O fato de a Conab manter, em Brasília, um Centro de Treinamento com uso intensivo durante todo o ano, sem despesas com aluguel de salas e contando com locais para realização de eventos, inclusive com um laboratório de informática, justifica a concentração, na Matriz, de maior número de cursos e de treinandos (43,13%). O Centro disponibiliza, também, salas para reuniões e cursos promovidos por outros órgãos do Governo Federal, como MAPA, MDS, MDA etc.

No que diz respeito às despesas com a referida Ação, a maior incidência de gastos recai sobre Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica, em decorrência da contratação de instituições para realização dos eventos, seguida das despesas com Diárias, Passagens e Locomoção. As despesas

com Indenizações, verificadas no desempenho da Ação, representam a restituição das mensalidades de cursos de idiomas.

Quadro XX - Demonstrativo das Despesas Realizadas

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	42.732,50	862,95	48.920,97	37.630,65	505.961,70	104,03	18.845,21	655.058,01
2008	78.015,30	875,61	102.143,41	28.404,37	481.421,53	-	19.490,26	710.350,48
2009	101.226,00	-	66.922,31	17.100,00	417.639,05	-	16.918,52	619.805,88
2010	141.162,42	1.456,01	58.991,48	32.800,60	334.016,50	1.700,00	15.882,30	586.009,31

Fonte: Siafi

No Programa de Valorização do Servidor, a Matriz proporcionou cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado a 9 empregados. Durante o ano de 2010 a Conab continuou a investir em Cursos de Educação de Jovens e Adultos e no Projeto Graduar, possibilitando o retorno aos estudos de funcionários e prestadores de serviços, proporcionando a 24 deles a conclusão de Ensino Médio e Fundamental. Também concedeu incentivo financeiro para 31 empregados frequentarem cursos de Língua Estrangeira.

Quadro XXI - Cursos de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado Realizados em 2010

Área	Curso	Treinandos	Carga Horária	
Planejamento	MBA em Agronegócio	Especialização	5	2.050
Financeira	Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público	Especialização	1	360
Jurídica	Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdência	Especialização	1	360
	Ciências Jurídicas e Sociais	Doutorado	1	360
Comunicação	Artes Visuais	Especialização	1	360
Total			9	3.490

Fonte: Dirad/Sumoc/Gecap

Quadro XXII - Projeto Graduar e Língua Estrangeira - Exercícios 2009 e 2010

Curso	Nº de Participantes		Homens/Hora	
	2009	2010	2009	2010
Projeto Graduar	4	24	1.600	9.600
Língua Estrangeira	21	31	1.680	2.480
Total Geral	25	55	3.280	12.080

Fonte: Dirad/Sumoc/Gecap

A seguir, os indicadores criados para o acompanhamento da execução física e orçamentária e do atendimento às solicitações de capacitação das diferentes áreas orgânicas da Companhia.

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação			
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA			
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto			
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			133,15
2008			72,88
2009			141,44
2010	Meta:	100,00	Realizado
			93,22
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

Nome: Custo por Empregado Capacitado			
Descrição: Custo por empregado capacitado			
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado			
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados			
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			455,53
2008			294,38
2009			740,05
2010	Meta:	740,05	Realizado
			370,66
Análise: Apesar do aumento com diárias, o custo per capita teve redução de 49,91% devido, principalmente, a maior realização de eventos no Centro de Treinamento da Companhia, em Brasília, com participação de um número maior de treinandos			

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação			
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y=Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			99,10
2008			99,63
2009			97,02
2010	Meta:	100,00	Realizado
			88,92
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

2.3.2.8 - (12BZ) Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia-MG

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Concluir a obra inacabada do graneleiro de fundo tipo “V”, com capacidade para 100.000 toneladas, do Complexo Armazenador de Uberlândia, objetivando sobretudo atuar como alternativa à iniciativa privada e contribuir para minimizar a escassez de espaço para armazenamento, especialmente das safras de soja e milho, na região do Triângulo Mineiro.
- **Descrição:** Em 19/04/1989 foi firmado, pela então Cibrazem, uma das empresas fusionadas da Conab, contrato com a firma construtora Norberto Odebrecht S/A, para executar as obras de ampliação do Complexo Armazenador de Uberlândia-MG, com a construção de um graneleiro com capacidade estática de 100.000 toneladas. A execução dos serviços foi iniciada em 10 de maio do mesmo ano. Do total da obra contratada, foram realizados 52,75% dos serviços. A paralisação da obra, ocorrida em 23/03/1990, teve como causa alegada pela Construtora os constantes atrasos nos pagamentos de suas faturas, aliado às questões administrativas da Conab, notadamente a descontinuidade administrativa vivida pela Companhia, o que levou à postergação de uma solução efetiva sobre sua conclusão. O Complexo Armazenador de Uberlândia possui relevante importância para a agricultura regional e é estratégico para o desempenho das políticas agrícola e de abastecimento, principalmente com a atual diretriz do governo de recompor os seus estoques estratégicos e de segurança alimentar. Dispõe de uma boa rede viária, ligando-se por ferrovia e rodovias aos grandes centros do País. Sob o prisma locacional, observa-se que o Complexo Armazenador de Uberlândia possui posicionamento estratégico, pois está inserido em quatro corredores de exportação: Uberlândia/Santos, Uberlândia/Vitória, Uberlândia/Ilhéus e Uberlândia/Paranaguá.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento–Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques–Suarm

Quadro XXIII - Demonstrativo da Execução Física e Financeira

Controle: SIAFI – PTRES 020871 – Programa de Trabalho 20.605.0352.12BZ.0101	
Discriminação	Dotação e Meta
	Conab
Dotação Orçamentária Inicial	13.400.000,00
Dotação Orçamentária Final	13.400.000,00
Execução Orçamentária Total	10.369.220,00
Índice	77,38
Meta Física (% de execução física)	22
Execução Física	22
Índice	100,00

Fonte: SIAFI e Dirab/Suarm/Gerap

Em 2010, as obras e serviços contratados da UA Uberlândia foram concluídos dentro do prazo contratual, tendo sido aplicados no biênio 2009/10, cerca de R\$40,0 milhões com a obra.

2.3.2.9 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar n.º 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa - Dirad
- **Coordenador Nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima
- **Unidades executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc, Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin

Quadro XXIV - Demonstrativo da Execução da Ação Contribuição à Previdência Privada

Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – Programa de Trabalho 20.273.0352.0110.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	26.722.028,00	19.376.895,95	72,51
Execução Orçamentária	26.722.028,00	19.376.895,95	72,51
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar n.º 109/01, do crédito orçamentário final de R\$26.722.028,00 foi executado o liquidado o montante de R\$24.775.379,97 e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$1.946.648,03, totalizando 100,0% da dotação orçamentária.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R\$24.661.884,00, houve aumento da ordem de 8,35%. Tal aumento decorreu do crescimento da folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado, o montante de R\$14.647.963,34 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$12.074.064,66, contemplando uma massa de 1.605 participantes ativos.

A participação se dá por meio da folha de pagamento elaborada pela Matriz, portanto a execução orçamentária desta Ação é toda na UG 135100, sendo em seguida apropriada a despesa para as demais unidades gestoras.

No quadro a seguir estão detalhados os valores e a quantidade de participantes por Sureg.

Quadro XXV - Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	N.º de Empregados (2010)	N.º Participantes			Execução Financeira (Em R\$)			Execução (%)
		Ativos	Assistidos	Total	Elemento de Despesa		Total	
					Contribuição Patronal	Complemento de Previdência		
AC	24	2	3	5	31.207,22	0,00	31.207,22	100,00
AL	65	37	10	47	157.213,78	0,00	157.213,78	100,00
AM	109	34	14	48	214.071,76	0,00	214.071,76	100,00
AP	5	0	1	1	0,00	0,00	0,00	-
BA	148	33	23	56	191.689,52	0,00	191.689,52	100,00
CE	250	127	139	266	599.101,43	0,00	599.101,43	100,00
ES	137	45	16	61	306.688,38	0,00	306.688,38	100,00
GO	364	112	90	202	792.674,69	0,00	792.674,69	100,00
MA	122	46	19	65	202.028,64	0,00	202.028,64	100,00
MG	251	78	79	157	590.833,20	0,00	590.833,20	100,00
MS	103	62	33	95	354.681,18	0,00	354.681,18	100,00
MT	129	46	27	73	285.238,45	0,00	285.238,45	100,00
PA	74	26	27	53	182.143,75	0,00	182.143,75	100,00
PB	192	42	43	85	273.619,01	0,00	273.619,01	100,00
PE	332	114	80	194	604.503,00	0,00	604.503,00	100,00
PI	182	28	19	47	181.353,06	0,00	181.353,06	100,00
PR	125	81	60	141	543.004,15	0,00	543.004,15	100,00
RJ	224	44	125	169	343.808,71	0,00	343.808,71	100,00
RN	117	39	33	72	253.418,56	0,00	253.418,56	100,00
RO	52	22	9	31	160.639,48	0,00	160.639,48	100,00
RR	17	1	1	2	16.682,27	0,00	16.682,27	100,00
RS	126	57	85	142	341.514,53	0,00	341.514,53	100,00
SC	58	29	21	50	224.569,84	0,00	224.569,84	100,00
SE	-	3	4	7	0,00	0,00	0,00	-
SP	79	37	66	103	342.157,31	0,00	342.157,31	100,00
TO	51	14	2	16	152.290,13	0,00	152.290,13	100,00
Matriz	1.065	446	280	726	4.728.932,61	14.647.963,34	19.376.895,95	100,00
Total	4.401	1.605	1.309	2.914	12.074.064,66	14.647.963,34	26.722.028,00	100,00

Fonte: Difin/Sucon/Gecon, Dre e Cibrius

A seguir, os indicadores utilizados para o acompanhamento da execução orçamentária e avaliação da filiação dos empregados ao Cibrius.

Nome: Percentual de Execução Financeira com a Contribuição à Previdência Privada			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar a execução financeira/orçamentária com a contribuição à Previdência Privada			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X= Siafi e Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumoc			
Resultados:			
2008			100,00
2009			100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado
			100,00
Análise: O resultado apurado ficou dentro do parâmetro esperado			

Nome: Custo Patronal por Participante Ativo no Plano de Previdência Privada			
Descrição: Custo Unitário por empregado ativo			
Objetivo: Identificar o valor despendido pela patrocinadora com cada participante ativo			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado ativo			
Meta: Redução de custo em relação ao previsto			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X= valor executado e Y – quantidade de empregados ativos			
Fonte: X= Siafi e Cibrius			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Superintendente da Sumoc			
Resultados:			
2008			8.583,53
2009			8.817,09
2010	Meta:	100	Realizado 10.602,99
Análise: O custo patronal apresentou variação, a maior, de 20,25% em decorrência do aumento salarial, da implantação do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários e demais aumentos (promoções, gratificação de tempo de serviço)			

Nome: Percentual de Empregados Atendidos com o Benefício da Previdência Privada			
Descrição: Percentual de participantes ativos no Cibrius em relação ao total de empregados da patrocinadora (Conab)			
Objetivo: Acompanhar a evolução da participação dos empregados no Plano de Benefícios da Previdência Privada patrocinado pela Conab			
Tipo: Efetividade			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% dos empregados			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X= número de participantes ativos e Y= total de empregados			
Fonte: X= Cibrius e Y = Sureh/Gedes			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Sumoc			
Resultados:			
2008			43,09
2009			42,87
2010	Meta:	100,00	Realizado 41,88
Análise: Verifica-se que no fim do exercício de 2010 apenas 41,8% dos empregados estavam inscritos no plano de previdência complementar. A baixa motivação é decorrente de: demora na solução do déficit atuarial e a elevada idade dos empregados da Companhia, que para a adesão terão que pagar a título de joia o serviço passado			

2.3.2.10 - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
- **Descrição:** Cumprimento de decisões judiciais relacionadas à pensões vitalícias.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli

- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj

Quadro XXVI - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Débitos

Controle: SIAFI – PTRES 001.686 – Programa de Trabalho 28.846.0901.002F.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	41.505,00	23.505,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	56,63
Dotação Final	41.505,00	23.505,00	
Execução Orçamentária	34.872,12	19.714,92	56,53

Fonte: Siafi e Difin/Supor e Sumaj

A dotação orçamentária aprovada na LOA 2010 foi da ordem de R\$41.505,00. No período foram gastos R\$34.872,12, representando cerca de 84,02% da dotação. Os pagamentos foram efetuados na Sureg/GO (R\$4.141,20), Sureg/RS (R\$11.016,00) e Matriz(19.714,92). A execução orçamentária realizada pela Matriz refere-se ao pagamento de indenizações vitalícias referentes a acidentes ocorridos com terceiros especificamente nos estados de Mato Grosso e do Espírito Santo.

Da previsão de pagamentos na Matriz, no valor de R\$23.505,00, os gastos totalizaram R\$19.714,92, perfazendo 83,88% da meta prevista.

A seguir, o indicador utilizado no acompanhamento da execução orçamentária da Ação.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Débitos Judiciais			
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumaj			
Resultados:			
2007			95,18
2008			64,91
2009			-
2010	Meta:	100,00	Realizado
			83,88
Análise: O indicador utilizado na avaliação desta ação apresentou comportamento esperado.			

2.3.2.11 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – Proge
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj

Quadro XXVII - Demonstrativo da Execução da Ação Cumprimento de Sentenças Judiciais

Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	4.058.764,00	12,9
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	4.058.764,00	
Execução Orçamentária	31.412.433,87	4.042.889,69	12,87
Índice	99,82	99,61	

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A dotação orçamentária inicialmente aprovada na LOA 2010 foi da ordem de R\$12.000.000,00. Conforme Decreto de 07/07/2010, foi consignado crédito suplementar de R\$5.195.246,00. Foram autorizadas novas suplementações por meio do Decreto de 02/08/2010 no valor de R\$10.438.970,00 e do Decreto de 12/11/2010 no valor de R\$931.387,00. Também em dezembro, foram concedidos créditos suplementares para fazer face aos pagamentos dos passivos judiciais de Sentenças Trabalhistas nos valores de R\$2.372.877,00 (Decreto de 06/12/2010) e de R\$529.284,00 (Decreto de 16/12/2010), totalizando R\$31.467.764,00.

A execução no período foi de R\$31.412.433,87, representando cerca de 99,82% da dotação. Da previsão de pagamentos na Matriz, no valor de R\$4.058.764,00, foram pagas sentenças que totalizaram R\$4.042.889,69, perfazendo 99,61% da meta prevista.

Quadro XXVIII - Demonstrativo de Execução da Despesa

Em R\$

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	98.543,33	1.364.246,50	-	-	1.462.789,83
2008	232.525,74	3.321.834,82	-	670.113,65	4.224.474,21
2009	839.460,75	1.736.563,10	14.696,56	-	2.590.720,41
2010	802.343,49	2.970.718,26	4.277,76	265.550,18	4.042.889,69

Fonte: Siafi

A seguir, o indicador utilizado no acompanhamento da execução orçamentária da Ação.

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais			
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais			
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA			
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Superintendente da Sumaj			
Resultados:			
2007			91,42
2008			79,83
2009			92,19
2010	Meta:	100,00	Realizado 99,61
Análise: O indicador utilizado na avaliação desta ação apresentou comportamento esperado.			

2.3.2.12 - (10HG) Estudos das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos

- **Tipo:** Projeto
- **Finalidade:** Tem por finalidade identificar as perdas quantitativas e qualitativas no armazenamento e no transporte dos principais produtos agrícolas nas mais importantes regiões produtoras brasileiras. A determinação dos índices de perda é uma importante ferramenta na regulamentação do setor, visando evitar prejuízos aos produtores, empresas armazenadoras e ao próprio governo.
- **Descrição:** Trata-se de um projeto que será desenvolvido em parceria entre a Conab, Embrapa e Universidades para pesquisar os índices de perdas que ocorrem no período pós-colheita. Os produtos a serem estudados foram selecionados por sua importância na produção nacional e de consumo em massa, como: arroz em casca, milho, soja em grãos e café beneficiado, originários dos estoques governamentais, em quantidades a serem definidas no projeto.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e movimentação de Estoques – Suarm

Quadro XXIX - Demonstrativo da Execução da Ação Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos

Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.10HG.00001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução (%)
Dotação Orçamentária Inicial	400.000,00	
Dotação Orçamentária Final	400.000,00	5,69
Execução Orçamentária	22.743,45	
Meta Física – Estudo Realizado	1	-
Execução Física	-	

Fonte: Difin/Supor

O Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos é uma antiga reivindicação do agronegócio brasileiro, haja vista os compromissos assumidos notadamente com o Ministério Público Federal/Procuradoria da República do Distrito Federal.

Durante o período, houve reuniões entre os técnicos da Conab, Embrapa e pesquisadores de Universidades para definir o modelo do projeto de estudo. Em 22 de dezembro o Coordenador da Minuta do Projeto de Perdas, encaminhou à Conab a proposta de trabalho elaborada por todos os participantes do Estudo, contendo toda a metodologia macro e orçamento detalhados. A proposta está em análise pela Conab, para posterior decisão quanto a formalização do Termo de Cooperação Técnica ou de Convênio a ser celebrado entre a Conab e a Embrapa.

Na LOA 2010 foi consignado o valor de R\$400.000,00. No período foram executados R\$22.743,45 (5,69% da dotação) com passagens e diárias para uma reunião realizada no Centro de Treinamento da Conab.

2.3.2.13 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – Gefis

Quadro XXX - Demonstrativo da Execução da Ação Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares

Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	900.000,00	-
Suplementação/Cancelamento			-
Dotação Final	3.100.000,00	900.000,00	29,03
Execução Orçamentária	2.603.751,25	761.609,00	29,25
Índice	83,99	84,62	
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	-	-
Execução Física	8.952	-	-
Índice	213,14		

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Sufis/Gefis

Quando da elaboração do PPA 2008/11, a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares, constantes no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em decorrência, foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto de estoque fiscalizado(t) para fiscalizações realizadas.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - Sufis que, mediante programação anual, coordena e executa todo o processo de fiscalização, seguindo orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$3.100.000,00, sendo gastos no período R\$2.603.751,25, representando 83,99% da dotação. A execução física superou a meta prevista em 113,14%, sendo realizadas 8.952 fiscalizações. A diferença entre esta quantidade e a constante no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento-Sigplan-SIGPLAN deve-se à inclusão do número de armazéns vistoriados no mês de dezembro (9.^a etapa) nos estados de Sergipe e Goiás. O maior número de realizações decorreu do aumento dos estoques públicos, da realização de fiscalizações especiais necessárias para a formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda e, também, do grande número de operações com os instrumentos de incentivo à comercialização, como o PEP e o PEPRO.

Com relação aos estoques públicos, foram realizadas as nove etapas previstas no programa de fiscalização e mais sete especiais. Foram fiscalizadas cumulativamente 40,1 milhões toneladas de produtos vinculados às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, ao Fome Zero e demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização e a 114,6% da meta física para o exercício (35, 0 milhões de toneladas). Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

Nas operações realizadas no período foram registradas perdas qualitativas – produto abaixo do padrão (3.802 toneladas) e desclassificados (2.517 toneladas) e perdas quantitativas – desvio (21.798 toneladas) e perdas em armazenagem (19.100 toneladas). As diferenças apuradas são registradas nos Termos de Vistoria e Notificação-TVN e em seguida são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio que o produto ficou armazenado, para fins de

enquadramento das ocorrências em desvio ou perdas em armazenagem.

Após a realização deste procedimento foram procedidas as baixas contábeis pelas Suregs, além de comunicados os fatos, acompanhados dos TVNs, à Superintendência de Operações-Suope (para abertura do processo administrativo), à Superintendência de armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm (para atualização dos registros cadastrais – impedimento/descredenciamento do agente armazenador) e à Superintendência de Finanças-Suфин (para cobrança). Ainda para os casos de desvio de produtos a Sureg elabora a *notitia criminis*, de acordo com o disposto na Resolução Conab n.º 09/92, e encaminha à Procuradoria Geral da República.

Também contribuiu para o bom desempenho da atividade a fiscalização de 3.667 operações de apoio à comercialização, tais como: PEPRO, PEP, VEP e, ainda, operações de venda em balcão, pagamento de subvenção aos extrativistas e apólices de seguro rural.

Em 2010, a atividade de fiscalização foi executada durante todo o exercício por diversas Suregs, seja no cumprimento da programação para o exercício ou na fiscalização prévia às aquisições do produtos no âmbito da PGPM. Tal fato exigiu o envolvimento de todos os fiscais existentes na Conab, elevando os custos com diárias e com passagens e locomoção.

A equipe de fiscalização lotada na Matriz participou de várias ações, seja na execução da atividade ou na coordenação das etapas previstas. Da dotação prevista (R\$900.000,00), foram gastos R\$761.609,00, ou seja 84,62%, onde se destacaram as despesas com diárias no valor de R\$542.597,99, representando cerca de 71,24% das despesas, conforme detalhado a seguir.

Quadro XXXI - Demonstrativo das Despesas Realizadas de 2007 a 2010

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2007	288.562,24	42.795,50	97.922,93	5,00	6.219,59	0,00	97.491,01	0,00	532.996,27
2008	399.925,00	44.471,79	133.053,88	0,00	1.611,37	0,00	70.320,00	290,00	649.672,04
2009	538.528,50	54.333,36	101.251,75	80,00	3.207,30	0,00	55.780,00	25,00	753.205,91
2010	542.597,99	63.274,18	86.386,28	0,00	2.107,55	0,00	66.836,00	407,00	761.609,00

Fonte: Siafi

2.3.2.14 - (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – Suope, Superintendência de Contabilidade – Sucon e Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof

Quadro XXXII - Demonstrativo da Execução da Ação Formação de Estoques Públicos

Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.0001			
Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	0,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	371.850.000,00	16,17
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	123.675.170,06	9,84
Índice	54,65	33,26	-
Meta Física	3.517.000,00	0,00	0,00
Execução Física	1.036.732,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Suope

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$2.300.000.000,00. Durante o período foram gastos R\$1.257.049.773,91, representando 54,65% da dotação total.

Com base na previsão de compra de produtos agrícolas elaborada pelas Regionais e da necessidade de recursos para manutenção e remoção dos estoques públicos, a Matriz realiza reuniões mensais com a Secretaria do Tesouro Nacional-STN, Secretaria de Acompanhamento Econômico-SEAE, Secretaria de Política Agrícola-SPA e Banco do Brasil solicitando a liberação de recursos orçamentários/financeiros.

Os pagamentos efetuados pela Matriz totalizaram R\$123.675.170,06, correspondente a 33,26% da dotação prevista para a Matriz e 9,84% da despesa total realizada pela Conab. O quadro a seguir detalha as despesas realizadas pela Matriz.

Quadro XXXIII - Demonstrativo das Despesas Realizadas

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Matriz	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	-	0,00
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	-	0,00
Embalagens	4.059.563,13	107,12	0,00
COFINS	45.441,35	45.441,35	100,00
PASEP	9.740,85	9.740,85	100,00
Armazenagem	485.202.429,50	115.923.979,16	23,89
Seguros em geral	6.456.564,88	6.456.564,88	100,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	587.421,96	22,26
ICMS	19.710.143,75	46.310,44	0,23
ISS	57.965,50	56.617,77	97,67
Serviços gráficos	650,00	-	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	-	0,00
Encargos financeiros	8.685,68	-	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	6.943,09	0,07
Ensaque e reensaque	13.909,09	-	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	-	0,00
Análises laboratoriais	828.520,98	-	0,00
Taxas e pedágios	50.255,47	-	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	495.488,56	0,46
Editais e publicações	46.554,88	46.554,88	100,00
Total	1.257.049.773,91	123.675.170,06	9,84

Fonte: Siafi

Durante o exercício foram adquiridas 1.036.732.929 toneladas de café, feijão, milho, trigo e sisal, ao custo de R\$791.764.743,00 e 1.825.577 unidades de sacaria no valor de 4.464.117,09, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXIV - Demonstrativo das Aquisições Realizadas

UF	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)	Quant.(kg)	Valor (R\$)
BA	Cafê	-	-	504.000	2.564.748,00	504.000	2.564.748,00
	Milho	10	10,00	-	-	10	10,00
	Sisal	1.351.822	1.405.894,88	-	-	1.351.822	1.405.895,00
Subtotal		1.351.832	1.405.904,88	504.000	2.564.748,00	1.855.832	3.970.653,00
ES	Cafê	164.280	657.530,70	312.000	1.613.820,00	476.280	2.271.351,00
Subtotal		164.280	657.530,70	312.000	1.613.820,00	476.280	2.271.351,00
GO	Feijão	2.923.140	3.905.374,12	-	-	2.923.140	3.905.374,00
	Milho	138.575.092	40.314.139,79	-	-	138.575.092	40.314.140,00
Subtotal		141.498.232	44.219.513,91	0	0,00	141.498.232	44.219.514,00
MG	Cafê	-	-	60.142.567	312.399.854,42	60.142.567	312.399.854,00
	Milho	10.750.945	3.128.525,00	-	-	10.750.945	3.128.525,00
Subtotal		10.750.945	3.128.525,00	60.142.567	312.399.854,42	70.893.512	315.528.379,00
MS	Milho	36.026.982	10.017.103,72	351.000	110.214,00	36.377.982	10.127.318,00
	Trigo	2.981.883	1.755.248,91	-	-	2.981.883	1.755.249,00
Subtotal		39.008.865	11.772.352,63	351.000	110.214,00	39.359.865	11.882.567,00
MT	Milho	43.363.126	10.088.008,36	2.106.000	535.410,00	45.469.126	10.623.418,00
Subtotal		43.363.126	10.088.008,36	2.106.000	535.410,00	45.469.126	10.623.418,00
PR	Cafê	-	-	1.267.800	6.496.165,74	1.267.800	6.496.166,00
	Feijão	20.826.236	27.823.013,84	-	-	20.826.236	27.823.014,00
	Milho	108.081.968	31.451.852,68	-	-	108.081.968	31.451.853,00
	Trigo	227.757.208	116.563.541,41	-	-	227.757.208	116.563.541,00
Subtotal		356.665.412	175.838.407,93	1.267.800	6.496.165,74	357.933.212	182.334.574,00
RS	Feijão	28.829	38.437,71	-	-	28.829	38.438,00
	Trigo	319.148.594	157.172.747,21	-	-	319.148.594	157.172.747,00
Subtotal		319.177.423	157.211.184,92	0	0,00	319.177.423	157.211.185,00
SC	Feijão	2.688.900	3.585.110,37	-	-	2.688.900	3.585.110,00
	Trigo	7.514.160	3.975.904,80	-	-	7.514.160	3.975.905,00
Subtotal		10.203.060	7.561.015,17	0	0,00	10.203.060	7.561.015,00
SP	Cafê	-	-	6.096.410	31.545.111,10	6.096.410	31.545.111,00
	Feijão	9.495.616	12.615.644,85	-	-	9.495.616	12.615.645,00
	Milho	26.229.288	7.632.722,81	-	-	26.229.288	7.632.723,00
	Trigo	8.045.073	4.368.608,82	-	-	8.045.073	4.368.609,00
Subtotal		43.769.977	24.616.976,48	6.096.410	31.545.111,10	49.866.387	56.162.088,00
Total Geral		965.953.152	436.499.419,98	70.779.777	355.265.323,26	1.036.732.929	791.764.743,00

Surg	Produto	AGF		Contrato de Opção		Total	
		Quant.(unid)	Valor (R\$)	Quant.(unid)	Valor (R\$)	Quant.(unid)	Valor (R\$)
BA	Sacaria	0	0,00	8.400	25.872,00	8.400	25.872,00
ES		2.488	7.663,04	5.200	16.016,00	7.688	23.679,04
GO		47.378	35.592,64	0	0,00	47.378	35.592,64
MG		0	0,00	1.009.600	3.422.298,06	1.009.600	3.422.298,06
MT		22.440	22.215,60	0	0,00	22.440	22.215,60
PR		365371	274.654,62	21130	65.080,40	386501	339.735,02
SC		48.540	42.022,32	0	0,00	48.540	42.022,32
SP		174.209	143.229,73	120.821	409.472,68	295.030	552.702,41
Total	Total	660.426	525.377,95	1.165.151	3.938.739,14	1.825.577	4.464.117,09

Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

Objetivando a abertura de espaço em armazéns localizados nas zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos da nova safra, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques, a Matriz realizou 76 leilões de fretes, sendo 9 para produtos vinculados à PGPM, tendo sido contratada a remoção de 662.521 toneladas, ao custo de R\$103.595.479,67.

Além da realização dos leilões cabe à Matriz a coordenação das operações de remoção participando, também, do acompanhamento das operações, da avaliação e da prestação de contas enviadas trimestralmente à Secretaria de Política Agrícola-SPA, à Secretaria de Acompanhamento Econômico-SEAE e a Coordenação-Geral de Operações de Crédito do Tesouro Nacional-COPEC.

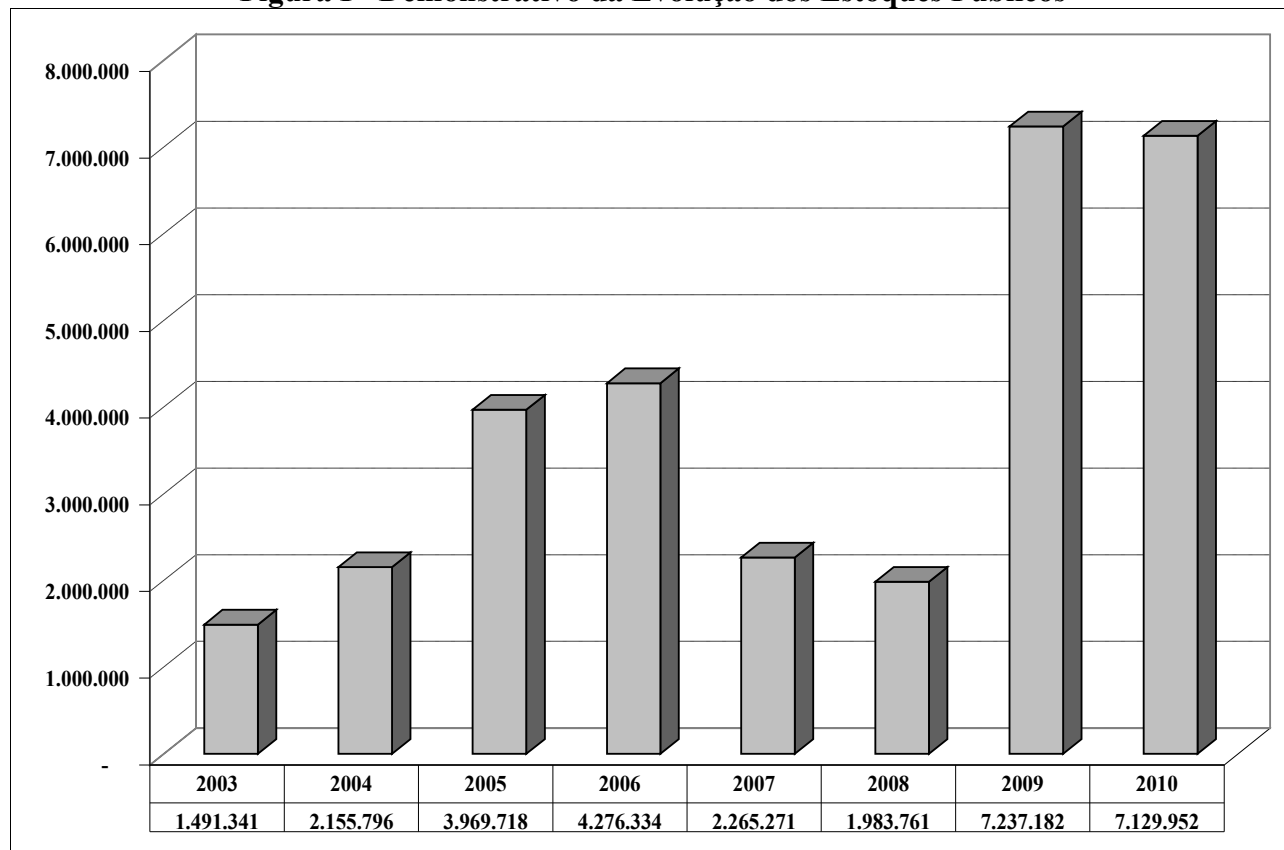
Quadro XXXV - Demonstrativo das Remoções Realizadas

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
AM	RR	Sacaria(unid)	Venda em Balcão	2.921,00	2.656,50	60.000	60.000	0	0	0
GO	CE	Milho	Venda em Balcão	4.435.046,47	3.651.807,80	12.600	12.600	0	0	0
	DF	Milho	Venda em Balcão	339.300,00	281.175,30	5.000	5.000	0	0	0
	GO	Milho	Venda em Balcão	3.087.519,14	2.442.029,00	86.960	86.960	0	0	0
	MG	Milho	Abertura de Espaço	3.170.513,24	2.642.190,57	53.328	53.328	0	0	0
MA	MA	Feijão	Cestas de Alimentos	7608,74	7608,74	72	0	0	0	72
	AL	Milho	Venda em Balcão	647.342,91	510.279,82	2.500	2.500	0	0	0
MG	CE	Milho	Venda em Balcão	4.528.219,13	3.651.225,02	15.600	15.600	0	0	0
	MG	Milho	Recursos Judicial	125.319,96	105.119,75	958	958	0	0	0
	PB	Milho	Venda em Balcão	1.016.664,81	847.892,50	3.500	3.500	0	0	0
MS	AC	Milho	Venda em Balcão	55.257,00	55.257,00	150	150	0	0	0
	AM	Milho	Venda em Balcão	817.900,00	817.900,00	2.000	2.000	0	0	0
	CE	Milho	Venda em Balcão	4.341.480,00	3.983.417,47	9.000	9.000	0	0	0
	ES	Milho	Venda em Balcão	2.160.620,00	984.864,79	3.500	3.500	0	0	0
	MG	Milho	Venda em Balcão	1.863.577,50	1.863.577,50	18.653	18.653	0	0	0
	PA	Milho	Venda em Balcão	588.075,00	574.790,32	1.500	1.500	0	0	0
	PB	Milho	Venda em Balcão	414.825,00	405.444,00	1.000	1.000	0	0	0
	PE	Milho	Venda em Balcão	80.938,00	79.120,34	200	200	0	0	0
	RN	Milho	Venda em Balcão	10.187.925,32	8.591.771,65	20.340	20.340	0	0	0
	RR	Milho	Venda em Balcão	1.268.700,00	1.268.700,00	2.000	2.000	0	0	0
	RS	Milho	Venda em Balcão	3.783.760,00	3.783.760,00	22.000	22.000	0	0	0
	SC	Milho	Venda em Balcão	2.217.220,54	2.207.232,97	22.023	22.023	0	0	0
	SP	Milho	Venda em Balcão	5.180.457,86	5.180.457,86	55.847	55.847	0	0	0
		Milho	Desvio	1.235.946,07	1.014.648,59	14.022	12.202	0	0	1.820
	TO	Milho	Venda em Balcão	286.713,00	280.226,44	999	999	0	0	0
	MT	AC	Milho	Venda em Balcão	56.632,43	47.937,00	250	250	0	0
AM		Milho	Venda em Balcão	884.430,00	748.752,00	3.000	1.305	0	0	1.695
BA		Milho	Venda em Balcão	290.913,00	224.833,50	700	486	0	0	214
CE		Milho	Venda em Balcão	25.204.631,74	19.736.496,07	52.000	18.222	0	0	33.778
ES		Milho	Venda em Balcão	2.045.398,00	1.633.363,65	6.500	318	0	0	6.182
		Contr		1.267.840,00	1.018.345,95	3.500	3.500	0	0	0
MA		Milho	Venda em Balcão	289.020,00	217.248,49	600	487	0	0	113
MG		Milho	Venda em Balcão	2.412.342,30	2.038.762,96	11.649	10.319	0	0	1.330
		Contr		5.881.555,18	4.849.022,13	27.874	25.692	0	0	2.182
		Desvio		1.380.232,26	1.238.626,27	6.866	6.216	0	0	650
PR		Milho	Venda em Balcão	7.713.142,55	6.078.228,00	15.561	6.731	0	0	8.830
PE		Milho	Venda em Balcão	281.664,00	222.101,43	600	600	0	0	0
PI		Milho	Venda em Balcão	3.729.550,12	3.020.008,66	8.000	5.711	0	0	2.289
RN		Milho	Venda em Balcão	14.416.261,68	11.058.536,24	28.000	13.649	0	0	14.351
RO		Feijão	Cestas de Alimentos	24.037,58	24.037,58	127	127	0	0	0
RR	Milho	Venda em Balcão	1.790.220,00	1.492.623,61	4.000	2.442	0	0	1.558	
SE	Milho	Venda em Balcão	446.499,24	349.732,74	1.000	940	0	0	60	
PR	PR	Feijão	Irreg na fiscalização	14.314,66	14.314,66	1.256	1.256	0	0	0
	Trigo	Irreg na fiscalização	839.850,08	839.850,08	24.268	6.621	0	0	17.647	
	SC	Milho	Venda em Balcão	3.294.288,00	3.010.000,00	43.000	31.929	0	0	11.071
RO	RO	Milho	Venda em Balcão	180.985,00	142.713,37	2.000	2.000	0	0	0
RS	RS	Milho	Venda em Balcão	34.413,12	33.640,10	864	864	0	0	0
SP	SP	Milho	Irreg na fiscalização	5.741,57	5.741,57	369	369	0	0	0
	Trigo			77.560,00	77.560,00	2.000	2.000	0	0	0
Total				124.690.559,20	103.595.479,67	662.521	553.894	0	0	108.627

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

No início do exercício, o estoque público administrado pela Conab (PGPM) era de 7,2 milhões de toneladas, tendo sido contabilizado no fim de 2010 um volume de 7,1 milhões de toneladas, representando uma redução de 1,48%.

Figura I - Demonstrativo da Evolução dos Estoques Públicos



Fonte: Dirab/Suope/Gefoc

2.3.2.15 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai

- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf

Quadro XXXVI - Demonstrativo da Execução da Ação Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	350.000,00	200.000,00	
Execução Orçamentária	67.053,63	7.225,51	57,14
Índice	19,16	3,61	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	9.000	
Execução Física	8.908	8.908	100,00
Índice	98,98	98,98	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinf

Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável está cadastrando novas séries estatísticas, tanto dos preços pagos, quanto dos recebidos pelos produtores para o apoio ao Programa de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar – PGPAF, e a elaboração dos cálculos de custos de produção e análise de mercado, que servem de apoio na avaliação da necessidade de intervenção governamental para garantir o Abastecimento Agroalimentar, contando, para tanto, com dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 de R\$350.000,00 e meta física de 9.000 informações a serem disponibilizadas.

Durante o exercício, foram cadastradas/disponibilizadas 8.908 séries, o que representou 98,98% da meta ao custo de R\$67.053,63, cerca de 19,16% da dotação total. Estes gastos referem-se a passagens e diárias para cadastramento dos informantes.

Em função do deslocamento de técnicos lotados na Matriz, a despesa registrada foi de R\$7.225,51 representando cerca de 3,61% da dotação prevista e 10,77% de toda a despesa realizada nesta Ação, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XXXVII - Demonstrativo da Execução da Despesa

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	-	-	-	168.000,00	-	168.000,00
2009	13.933,90	67,00	10.107,32	0,00	10,00	24.118,22
2010	2.700,00	-	4.525,51	-	-	7.225,51

Fonte: Siafi

2.3.2.16 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de

diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – Difin
- **Coordenador Nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – Sureh e Superintendência de Finanças – Sufin

Quadro XXXVIII- Demonstrativo da Execução da Ação Gestão e Administração do Programa

Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	328.164.141,00	71,44
Pessoal	359.742.641,00	287.460.641,00	79,91
Custeio	81.077.168,00	22.605.668,00	27,88
Investimentos	18.522.832,00	18.097.832,00	97,71
Execução Orçamentária	447.856.094,54	316.808.970,90	70,74
Pessoal	356.605.474,56	284.382.253,44	79,75
Custeio	80.499.809,63	22.048.900,87	27,39
Investimentos	10.750.810,35	10.377.816,59	96,53
Índice	97,50	96,54	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

Obs.: (1) Inclui Restos a Pagar

A dotação inicial aprovada na LOA/2010 foi de R\$378.742.641,00, sendo R\$285.142.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$75.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos. Durante o exercício, foram solicitadas e aprovadas suplementações de R\$60.000.000,00 (Decreto de 08/09/2010) e R\$14.600.000,00 (Decreto de 24/12/2010) para Pessoal e suplementação de R\$6.000.000,00 (Decreto de 13/10/10) para Custeio, totalizando a dotação em R\$459.342.641,00.

Até o fim do exercício foram gastos R\$447.856.094,54, representando cerca de 97,50% da dotação final, conforme detalhado no quadro anterior.

Cabe à Matriz a elaboração da folha de pagamento de toda a Conab e às Regionais basicamente o pagamento de encargos (INSS e FGTS) e sentenças. Em 2010, a execução orçamentária na Matriz foi de R\$284.382.253,44.

A variação no Grupo de Despesas de Pessoal de 172,95% entre os exercícios de 2009 e 2010 não decorre de forte aumento nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução da despesa exclusiva da Matriz, ou seja, não eram considerados os valores referentes aos empregados lotados nas Regionais, apesar da execução orçamentária ter sido realizada pela Matriz. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

Quadro XXXIX - Demonstrativo de Execução da Despesa

Discriminação	Matriz			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	80.504.729,96	94.008.953,50	104.187.544,91	284.382.253,44
Outros benefícios assistenciais	97.538,45	79.919,80	140.700,00	556.242,20
Vencimentos e Vantagens Fixas	58.845.889,70	68.400.821,02	75.540.434,67	246.529.149,19
Obrigações patronais	20.080.898,33	23.894.471,43	6.188.726,61	7.269.362,61
Outras despesas variáveis	868.440,88	839.448,82	1.275.184,12	3.963.884,44
Depósitos compulsórios	0,00	372.152,89	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	6.382,62	43.073,21
Despesas de exercícios anteriores	0,00	812,03	4.435,91	13.261,81
Indenizações e restituições trabalhistas	260.857,14	203.988,82	157.797,04	575.670,80
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	351.105,46	217.338,69	160.277,35	233.066,20
Obrigações patronais – Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	20.690.718,82	25.111.740,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	22.887,77	86.802,98
Custeio	18.208.481,39	16.889.508,88	16.507.541,06	22.048.900,87
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	1.828.000,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	2.138,88
Outros benefícios assistenciais	360.108,54	22.975,00	10.093,16	0,00
Diárias	973.064,38	808.335,85	1.124.965,69	1.126.810,05
Material de consumo	889.051,07	851.394,53	1.012.298,43	2.385.843,71
Passagens e Despesas com locomoção	727.662,02	1.006.811,49	692.343,48	514.686,56
Serviços de Consultoria	0,00	139.020,00	31.000,00	15.900,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	15.420,00	18.317,00	0,00	0,00
Locação de mão-de-obra	1.388.319,65	496.813,97	617.250,75	732.656,88
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	12.470.609,92	11.726.434,69	10.972.118,53	12.631.376,42
Obrigações tributárias e contributivas	251.321,48	456.923,36	429.481,44	407.316,72
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	5.031,31	0,00	119.978,12	0,00
Indenizações e restituições	1.127.893,02	1.362.482,99	1.498.011,46	1.783.197,31
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços de terceiros-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	620.952,74
Obrigações tributárias e contributivas-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	21,60
Investimentos	2.307.104,70	2.926.488,37	8.509.186,32	10.377.816,59
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Obras e instalações	78.833,95	86.740,00	3.015.837,81	25.538,02
Equipamento e material permanente	2.228.270,75	2.839.748,37	5.493.348,51	10.012.278,57
Total	101.020.316,05	113.824.950,75	129.204.272,29	316.808.970,90

Fonte: Siafi

2.3.2.17 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.
- **Descrição:** Modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo à agregação de tecnologia.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Superintendência de Abastecimento Social – Supab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Newton Araújo Silva Júnior

➤ **Unidades Executoras:** Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Gehor

Quadro XL - Demonstrativo da Execução da Ação Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	400.000,00	399.000,00	99,75
Execução Orçamentária	33.217,94	33.073,94	
Índice	8,30	8,29	
Meta Física – unidade organizada	16	-	0,00
Execução Física	12	-	
Índice	75,00	-	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dirab/Supab/Gehor

O mercado de produtos hortigranjeiros, no conjunto dos segmentos econômicos, é de significativa relevância em termos físicos e financeiros. É um dos setores da agricultura com maior tendência de crescimento.

Apesar da sua pujança, de expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – ainda que alguns mercados encontrem-se filiados à Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento-Abracen.

Por demanda de representações do setor, a Conab iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuíssem para a melhoria dos processos de produção, guarda/conservação, transporte e comercialização de produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu a proposta de criação do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort.

Pela Portaria MAPA n.º 141, de 24 de março de 2005, foi instituído, no âmbito da Conab, o Prohort, com a finalidade de, em interação com estados e municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio, levar tecnologia à produção, estreitar os contatos com as universidades e ampliar as funções das centrais de abastecimento.

A coordenação do Programa pela Conab é exercida em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, da produção à comercialização.

A meta física contida na LOA/2010 previa mercados atacadistas hortigranjeiros modernizados, a partir da implementação de um banco de dados integrado e ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa em 16 mercados, ao custo de R\$400.000,00.

Durante o exercício foram integrados os mercados de Maceió/AL, Paulo Afonso/BA, Campo Grande/MS, Belém/PA, João Pessoa/PB, Recife/PE, São Gonçalo/RJ, Nova Friburgo/RJ, Pati dos Alferes/RJ, São José do Ubá/RJ, Porto Alegre/RS e Brasília, com a implementação do Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil-Simab.

O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Gehor, na Matriz, onde a execução orçamentária foi de R\$33.073,94, representando apenas 8,9% da dotação aprovada na LOA, cabendo à Matriz o

valor de R\$399.000,00.

Também foram realizadas as seguintes atividades:

- Portal do PROHORT:
 - Atualização diária dos preços de 48 produtos comercializados em 46 mercados atacadistas;
 - Disponibilização de dados de comercialização (preços, volume e origem) no sistema de informações gerenciais;
 - Informações relacionadas ao setor hortigranjeiro e atualização diária de notícias.

- Participação em:
 - Reuniões, como membro, das Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas de Horticultura, Fruticultura, Citricultura, Flores e Plantas Ornamentais – MAPA;
 - Grupo de trabalho da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças para discussão da execução do projeto “Incentivo ao Consumo de Hortaliças” e definição do material a ser distribuído à população e discussão do trabalho “Levantamento Sócio-Econômico da Olericultura no Brasil”.
 - Reunião entre representantes da Conab, Ceasaminas e o Coordenador Geral da Agência de Cooperação da Espanha, na Embaixada da Espanha em Brasília, visando estabelecer projeto de cooperação técnica entre Brasil/Espanha aproveitando o desenvolvimento técnico-operacional desse país em benefício dos pequenos produtores e do comércio de hortigranjeiros no Brasil.
 - Reunião para discussão sobre estruturação do sistema de informações e coleta de quantidades e preços na Empasa (Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas), incluindo os mercados de João Pessoa, Campina Grande e Patos, objetivando a inserção destes mercados ao banco de dados do Prohort/SIMAB.
 - Participação em reunião técnica da Ceasaminas para proposição de um regulamento único para as centrais de abastecimento.
 - Reunião do Grupo de Trabalho de Promoção ao Consumo de FLVs, da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA).

- Visita técnica:
 - Visita à cooperativa Cootaquara, visando conhecer a tecnologia de produção, a estrutura e funcionamento do galpão do produtor, recepção, beneficiamento, embalagem e distribuição de hortaliças e frutas.
 - Visita técnica/Diagnóstico dos Mercados Atacadistas de Hortigranjeiros.
 - Visita técnica para conhecer a estrutura do mercado de abastecimento (observando também a viabilidade de inserção dos mercados ao banco de dados do Prohort) e aplicar questionário de diagnóstico nos seguintes locais: Ceasa-Rio de Janeiro, Ceasa Tocantins (Palmas/TO), Ceasa Alagoas (Maceió/AL) e Ceasa Acre (Rio Branco/AC).

- Participação em eventos:

- I Workshop Nacional sobre Boas Práticas e Certificação na Agropecuária, em Brasília.
 - Encontro dos representantes da Federação Latino-americana de Abastecimento (Flama), com discussão de temas sobre a Origem e Legislação dos Mercados de Abastecimento na América Latina, Segurança Alimentar, Produção Integrada, Programa de Aquisição de Alimentos e Banco de Alimentos, além do Planejamento Estratégico da Flama.
 - Participação na “Semana Sebrae do Agronegócio 2010”. O evento abordou temas relacionados aos cenários e tendências de mercado, experiências inovadoras de mercado e acesso a serviços financeiros.
 - Participação no evento de lançamento do Manual de Procedimentos - Instrução Normativa Conjunta 01, de 23 de fevereiro de 2010 – Registro dos Agrotóxicos para culturas com suporte fitossanitário insuficiente (MMA/Ibama, Anvisa e MAPA).
- **Palestras Proferidas:**
- Participação no Workshop sobre Hortaliças Folhosas no Estado de São Paulo, apresentando a palestra “Ações do Programa Prohort para hortaliças folhosas no Brasil”.
 - Apresentação de palestra sobre Embalagens no Encontro da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – Goiânia/GO.
 - Participação no Encontro Nacional da Abracen, com apresentação de palestra sobre as ações do Prohort.

2.3.2.18 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da idéia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – Supab e Gerência

de Parcerias Institucionais – Gepri

Quadro XLI - Demonstrativo da Execução da Ação Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	300.000,00	170.000,00	56,67
Execução Orçamentária	119.481,27	38.197,57	31,97
Índice	39,83	22,47	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	-	0,00
Execução Física	185	-	0,00
Índice	13,21	-	-

Fonte: SIAFI e Difin/Supor

A Ação contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2010 de R\$300.000,00 objetivando a organização de 1.400 unidades de comercialização. As atividades são coordenadas pela Matriz, que também participa da execução, tendo sido portanto reservado cerca de 56,67% da dotação para o custeio das despesas. Durante o exercício foram gastos R\$119.481,27, representando cerca de 39,83% da dotação, com destaque para as despesas com viagens e locomoção, que somaram R\$102.714,16 (85,96% da despesa).

No exercício foram cadastradas 185 unidades varejistas filiadas na Refap: Amazonas (32), Bahia (8), Ceará (23), Maranhão (5), Paraíba (53), Pernambuco (52) e Piauí (12). A execução física foi de apenas 13,21% da meta prevista, devido à falta de pessoal qualificado, principalmente na Superintendência do Maranhão, o que dificultou a realização das atividades programadas.

A Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap foi concebida com a função básica de ser indutora de ações que promovam, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de, por meio do associativismo, fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias ao suprimento da sua clientela.

É uma associação voluntária, sem alinhamentos jurídicos ou fiscais, que fomenta, sob o estímulo e apoio do agente público, ações de modernização e fortalecimento dos empreendimentos comerciais filiados.

Para a formalização das centrais de negócios cabe à Conab:

- definição das áreas de atuação, considerando a necessidade de apoio institucional ao segmento varejista de pequeno porte e a perspectiva de implantação de uma Central de Negócios,
- identificação do interesse das unidades varejistas em integrar os propósitos da rede, com elaboração de um cadastro técnico;
- formalização do termo de adesão da unidade varejista à rede, pactuando compromissos;
- identificação e alinhamento, em termos de prioridade, das deficiências apresentadas pelas unidades varejistas, para que seja articulado o apoio técnico requerido,
- gerenciamento do apoio técnico, diretamente pela Conab e/ou em articulação com entidades parceiras, abrangendo: pontos de venda, legislação, procedimentos comerciais, processos operacionais e gerenciais, fontes de suprimento e linhas de crédito,
- formação das Centrais de Negócios, contemplando: definição das unidades varejistas

parceiras, esclarecimentos e convencimento dos potenciais participantes, integração dos participantes, nivelamento profissional e processo de formalização da entidade,

- articulação institucional entre as Centrais de Negócios constituídas, fomentando a sua expansão, potencializando estratégias empresariais, elevando o associativismo e preservando os compromissos para com as comunidades circunvizinhas.

Os resultados esperados são:

- para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação, pela formalização e expansão do comércio local;
- para os varejistas: qualificação e expansão de seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto em condições favoráveis às indústrias fornecedoras, e
- para os fornecedores: expansão qualitativa das vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidades ociosas.

A Conab pode atuar eventualmente como fornecedora de produtos, em função da disponibilidade de estoques oriundos da agricultura familiar. Em 2010, foram disponibilizadas 1.448 toneladas de açúcar, arroz, leite em pó e pêssego em calda, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLII - Demonstrativo da Quantidade de Produtos Comercializadas pelas Centrais de Negócios

2010												
Sureg	Açúcar		Arroz Beneficiado		Leite em pó		Pêssego em calda		Total		N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)		
BA	53.810	67.350,80	11.070	11.911,50	15.000	82.500,00	-	-	79.880	161.762,30	169	40.784
CE	-	-	26.580	23.221,20	40.034	220.189,20	-	-	66.614	243.410,40	357	45.889
MA	-	-	25.650	28.479,00	33.050	181.775,00	-	-	58.700	210.254,00	128	31.738
PB	-	-	73.890	75.051,00	98.580	542.190,00	-	-	172.470	617.241,00	683	110.050
PE	820.986	1.002.484,99	26.910	29.754,00	90.560	498.080,00	-	-	938.456	1.530.318,99	1.520	501.960
PI	-	-	32.760	34.725,60	98.424	541.332,00	780	1.794,00	131.964	577.851,60	538	121.823
Total	874.796	1.069.835,79	196.860	203.142,30	375.648	2.066.066,20	780	1.794,00	1.448.084	3.340.838,29	3.395	852.244

Fonte: Dirab/Supab

As despesas da Matriz se concentram em visitas técnicas de campo, estimulando e apoiando o pequeno varejista.

2.3.2.19 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet,

geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – Suinf e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – Geasa

Quadro XLIII- Demonstrativo da Execução da Ação Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	120.000,00	
Execução Orçamentária	877.773,76	111.170,29	12,00
Índice	87,78	92,64	
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	-	
Execução Física	12	-	0,00
Índice	100,00	-	

Fonte: Siafi, Difin/Supor e Dipai/Suinf/Geasa

A dotação aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.000.000,00 e a meta física previa a realização de 12 pesquisas, sendo 6 de campo e as demais por outros meios de busca de informações. Durante o exercício foram gastos R\$877.773,76, representando 87,78% da dotação orçamentária e realizada 100% da meta física prevista.

Os trabalhos são programados e coordenados pela Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras-Geasa, que também participa da execução, tendo para tanto uma dotação de R\$120.000,00. As despesas realizadas no âmbito da Matriz totalizaram R\$111.170,29 (92,64%), com destaque para as despesas com diárias, passagens e despesas com locomoção que, juntas, representaram 88,07% da despesa total, referente a visitas de técnicos da Matriz ao campo.

Quadro XLIV - Demonstrativo de Execução da Despesa

Elemento de Despesa (Em R\$)				
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Total
65.273,50	13.108,17	32.641,62	147,00	111.170,29

Fonte: Siafi

Em atenção às demandas dos usuários de informação de safra, os levantamentos têm sido realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, consolidando o processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Durante o exercício foram elaboradas pesquisas para acompanhamento e fechamento da safra 2009/10 e estimativas de plantio da safra 2010/11, cujos resultados são detalhados a seguir.

a) Safra 2009/10

A área cultivada com as culturas de algodão, amendoim 1.^a e 2.^a safras, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão 1.^a, 2.^a e 3.^a safras, girassol, mamona, milho 1.^a e 2.^a safras, soja, sorgo, trigo e triticale foi de 47,38 milhões de hectares, inferior à safra 2008/09 em 0,6% que foi de 47,67 milhões de hectares.

Já a produção foi superior em 10,4% em relação à anterior, passando de 135,13 milhões para 149,2 milhões de toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XLV - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2008/09 e 2009/10

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr a		Variação		Safr a		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	843,2	835,7	(0,89)	-7,5	1.890,6	1.843,1	(2,51)	-47,5
Amendoim - Total	113,8	84,1	(26,10)	-29,7	300,6	226,0	(24,82)	-74,6
Amendoim 1ª Safra	84,0	63,6	(24,29)	-20,4	246,1	191,9	(22,02)	-54,2
Amendoim 2ª Safra	29,8	20,5	(31,21)	-9,3	54,5	34,1	(37,43)	-20,4
Arroz	2.909,0	2.764,8	(4,96)	-144,2	12.602,5	11.660,9	(7,47)	-941,6
Aveia	111,2	126,4	13,67	15,2	232,2	244,1	5,12	11,9
Canola	0,0	31,0	-	31	0,0	42,2	-	42,2
Centeio	4,7	3,6	(23,40)	-1,1	6,1	4,8	(21,31)	-1,3
Cevada	79,3	77,5	(2,27)	-1,8	237,0	201,4	(15,02)	-35,6
Feijão - Total	4.147,8	3.608,8	(12,99)	-539	3.490,6	3.322,5	(4,82)	-168,1
Feijão 1ª Safra	1.407,0	1.410,1	0,22	3,1	1.344,5	1.463,1	8,82	118,6
Feijão 2ª Safra	1.973,7	1.444,9	(26,79)	-528,8	1.371,6	1.022,8	(25,43)	-348,8
Feijão 3ª Safra	767,1	753,8	(1,73)	-13,3	774,5	836,6	8,02	62,1
Girassol	75,0	71,0	(5,33)	-4	109,4	80,6	(26,33)	-28,8
Mamona	157,5	157,7	0,13	0,2	92,5	100,6	8,76	8,1
Milho - Total	14.171,8	12.966,9	(8,50)	-1204,9	51.003,9	55.968,0	9,73	4964,1
Milho 1ª Safra	9.270,5	7.724,0	(16,68)	-1546,5	33.654,9	34.079,2	1,26	424,3
Milho 2ª Safra	4.901,3	5.242,9	6,97	341,6	17.349,0	21.888,8	26,17	4539,8
Soja	21.743,1	23.467,9	7,93	1724,8	57.165,5	68.688,2	20,16	11522,7
Sorgo	846,1	697,8	(17,53)	-148,3	1.934,9	1.624,2	(16,06)	-310,7
Trigo	2.396,2	2.428,0	1,33	31,8	5.884,0	5.026,2	(14,58)	-857,8
Triticale	75,7	67,5	(10,83)	-8,2	184,7	172,1	(6,82)	-12,6
Total	47.674,4	47.388,7	(0,60)	-285,7	135.134,5	149.204,9	10,41	14.070,4

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

A seguir, breve comentário sobre o comportamento dos principais produtos na safra 2009/10:

- Algodão: a produção registrou retração de 2,51% em relação à safra anterior, devido às expressivas reduções de área na região Nordeste do país, aliado ao recuo na produtividade nos Estados da região Centro-Sul, ocasionado por fatores climáticos desfavoráveis durante a fase reprodutiva. A região Centro-Sul, que participa com 63,4% na produção Brasileira de algodão em caroço, continua liderando o ranking nacional. Naquela região é verificado incremento de área em todos os Estados, com exceção para Goiás com redução de 1,0%.
- Arroz: as reduções de área, no geral, se deram por opção dos produtores. No arroz de sequeiro a redução foi em decorrência da competição com a soja e da falta de abertura de novas áreas. Em parte da região Nordeste, foi a falta de chuvas que não permitiu a semeadura no período ideal para a região. O Maranhão foi o Estado mais prejudicado pela falta de chuvas e a carência de assistência técnica.
- Feijão: A cultura do feijão vem enfrentando altos e baixos nos últimos anos. Na safra 2007/08, os preços altíssimos praticados levaram os produtores a aumentar a área de cultivo e, por consequência, a produção. Com o excesso de produto colocado no mercado, os preços despencaram, levando junto a lucratividade dos produtores e o desestímulo chegou rapidamente. Os anos subsequentes foram de redução de plantio na maioria dos Estados, embora, com produção menor, os preços não tiveram a reação esperada. Somente a partir do

mês de fevereiro de 2010 é que começou a reação do mercado e o preço do feijão subiu consideravelmente, em plena safra, portanto, de forma atípica, trazendo um certo alento aos produtores.

- Milho: O cultivo está bastante tecnificado, fazendo com que a produtividade tenha experimentado aumentos crescentes nas últimas safras. Na maioria das regiões produtoras, o clima foi favorável, com desenvolvimento vegetativo, floração, granação e colheita transcorrendo normalmente. Em relação ao milho Segunda Safra (safrinha), o desenvolvimento da lavoura ocorreu dentro da normalidade para a cultura, em quase todos os estados produtores. As exceções ficaram por conta do Mato Grosso e Goiás que tiveram períodos de estio, que embora pontuais, causou pequenos danos à cultura, principalmente naquelas áreas semeadas mais tarde e que se encontravam no período de floração e granação, mas, com o avanço da colheita, os resultados obtidos estão superando as expectativas em relação a produtividade da lavoura.
- Soja: Em todos os Estados do País, exceção de Roraima, a produção foi maior que a da safra 2008/09. O comportamento climático beneficiou as lavouras, que em nível de País apresenta uma produtividade de 2.927 quilos por hectare, 11,3% superior à da safra passada (2.629 quilos por hectare). Considerando os principais Estados produtores, as maiores produtividades são observadas nos Estados do Paraná com 3.139 quilos por hectare e de Mato Grosso do Sul com 3.100 quilos. Nos Estados do Maranhão e Piauí, devido às baixas precipitações durante o ciclo das lavouras, a produtividade ficou em 2.650 e 2.531 quilos por hectare, respectivamente.
- Trigo: A lavoura teve desenvolvimento satisfatório. A produtividade dos Estados do Paraná e de São Paulo recuperou a produtividade em relação à safra anterior, quando sofreram perdas devido ao excesso de chuvas durante a colheita. Em praticamente todos os estados produtores de trigo, ocorreu redução de área em relação à que foi cultivada na safra anterior. O mercado de trigo esboça pequena reação, consequência do aumento do preço do trigo no mercado internacional, mas, aquém do preço esperado pelos produtores.

b) Safra 2010/11

No período de 13 a 17 de dezembro, os técnicos da Conab visitaram os principais municípios produtores do país, objetivando a realização do quarto levantamento da safra 2010/11, sendo pesquisados todos os Estados da região Centro-Sul, oeste da Bahia e sul do Piauí.

O prognóstico climático para os meses de janeiro, fevereiro e março indica que o volume de chuva deve ficar um pouco acima da média histórica na área que abrange o Maranhão, o Piauí, o Ceará, o oeste da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco e o norte da Bahia. No restante do Nordeste e em todo o Sudeste e Centro-Oeste, o volume de chuva fica dentro da média histórica. Já na área que compreende quase toda a região Sul mais o sul do Mato Grosso do Sul, os índices devem ficar abaixo da média.

Confirmando o resultado do levantamento anterior, divulgado em dez/10, as culturas de arroz, feijão e trigo apresentaram crescimento da área, enquanto que as de algodão e milho tiveram variações negativas.

Este levantamento contempla informações praticamente já definidas para as culturas de arroz, feijão 1.^a safra, milho 1.^a safra e soja, nos Estados da região Centro-Sul. A semeadura do algodão tem previsão de ser concluída em fevereiro. Vale lembrar que o plantio destas culturas, na maioria dos Estados da região Nordeste, ainda não se iniciou.

Quadro XLVI - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safras 2009/10 e 2010/11

UF	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safra		Variação		Safra		Variação	
	2009/10(a)	2010/11(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11(b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão (caroço)	835,7	1.214,5	45,33	378,8	1.843,1	2.860,1	55,18	1017
Amendoim - Total	84,1	85,1	1,19	1	226,0	244,4	8,14	18,4
Amendoim 1ª Safra	63,6	64,5	1,42	0,9	191,9	209,3	9,07	17,4
Amendoim 2ª Safra	20,5	20,6	0,49	0,1	34,1	35,1	2,93	1
Arroz	2.764,8	2.746,7	(0,65)	-18,1	11.660,9	12.628,2	8,30	967,3
Aveia	126,4	153,8	21,68	27,4	244,1	379,0	55,26	134,9
Canola	31,0	46,3	-	15,3	42,2	69,7	-	27,5
Centeio	3,6	2,4	(33,33)	-1,2	4,8	3,2	(33,33)	-1,6
Cevada	77,5	83,2	7,35	5,7	201,4	261,8	29,99	60,4
Feijão - Total	3.608,8	3.593,0	(0,44)	-15,8	3.322,5	3.465,8	4,31	143,3
Feijão 1ª Safra	1.410,1	1.394,3	(1,12)	-15,8	1.463,1	1.540,0	5,26	76,9
Feijão 2ª Safra	1.444,9	1.444,9	-	0	1.022,8	1.140,3	11,49	117,5
Feijão 3ª Safra	753,8	753,8	-	0	836,6	785,5	(6,11)	-51,1
Girassol	71,0	69,8	(1,69)	-1,2	80,6	101,6	26,05	21
Mamona	157,7	194,5	23,34	36,8	100,6	160,2	59,24	59,6
Milho - Total	12.966,9	12.682,2	(2,20)	-284,7	55.968,0	52.723,6	(5,80)	-3244,4
Milho 1ª Safra	7.724,0	7.439,3	(3,69)	-284,7	34.079,2	31.511,2	(7,54)	-2568
Milho 2ª Safra	5.242,9	5.242,9	-	0	21.888,8	21.212,4	(3,09)	-676,4
Soja	23.467,9	24.078,9	2,60	611	68.688,2	68.553,3	(0,20)	-134,9
Sorgo	697,8	850,4	21,87	152,6	1.624,2	1.959,1	20,62	334,9
Trigo	2.428,0	2.149,8	(11,46)	-278,2	5.026,2	5.881,6	17,02	855,4
Triticale	67,5	50,3	(25,48)	-17,2	172,1	125,3	(27,19)	-46,8
Total	47.388,7	48.000,9	1,29	612,2	149.204,9	149.416,9	0,14	212

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

A seguir, breves comentários sobre o volume produzido para os principais produtos para a safra 2010/11:

- Algodão: as condições climáticas favorecem o plantio do algodão nas principais regiões produtoras. As lavouras em germinação apresentam bom estado e sem ataque de pragas. O recorde histórico de alta de preços provocado pela forte redução dos estoques mundiais, ocasionados pela elevada demanda – principalmente da indústria têxtil – proveniente da Ásia, induziram os cotonicultores nacionais a incrementarem a área plantada em 45,3%, o que representam 378,8 mil hectares a mais do que a área cultivada na safra anterior.
- Arroz: a previsão de cultivo é de 2.746,7 mil hectares, 0,7% menor que a área cultivada na safra anterior, que foi de 2.764,8 mil hectares, mas a produção desta safra deve ser 8,3% superior à da safra passada devido a maior produção da região Sul. A variável climática está bastante favorável, principalmente para a cultura irrigada.
- Canola: a lavoura está em expansão nos Estados da região Sul e no Mato Grosso do Sul, mas enfrenta alguns problemas, principalmente os de ordem tecnológica, quando o agricultor encontra maior dificuldade por desconhecer as técnicas de semeadura e colheita. A canola é uma boa alternativa para o cultivo de inverno no sul do país, face aos problemas que o trigo vem enfrentando ultimamente. Entre os Estados que cultivam canola, o Rio Grande do Sul é o maior produtor, com 64,99% do total produzido no país.
- Feijão: a cultura tem apresentado uma variação significativa de comportamento em relação à área cultivada, influenciada pelo clima e comportamento do mercado. Na região Centro-Sul, a primeira safra de feijão tem desenvolvimento normal de alguns Estados, enfrentando problemas devido ao excesso de chuvas, neste início da colheita, com o produto perdendo qualidade.

- Milho: a semeadura do milho transcorreu de forma mais lenta que na safra passada, devido a irregularidades das chuvas. No geral, a previsão é que se colha um produto de boa qualidade devido ao pacote tecnológico utilizado pelos produtores, sementes de qualidade e assistência técnica. A expectativa agora é o mercado externo. A tendência é que os preços permaneçam firmes, pelo menos até a colheita começar, o que tende a exercer pressão baixista nos preços.
- Soja: a área prevista para a safra 2010/2011 é de 24,08 milhões de hectares, correspondente a 2,6%, ou 611 mil hectares superior à safra anterior, constituindo-se na maior área cultivada com a oleaginosa, superando o recorde até então da safra 2004/05, com 23,3 milhões de hectares. De modo geral as lavouras vêm apresentando um bom desenvolvimento, exceção de regiões pontuais como as da Fronteira Sudoeste e Sul do Rio Grande do Sul, onde as chuvas continuam escassas. Os preços médios no mercado internacional continuam trilhando a trajetória de alta desde a última semana de agosto, e este cenário altista se estendeu aos demais subprodutos do complexo soja (farelo e óleo).
- Trigo: em todos os Estados produtores de trigo ocorreu redução de área em relação à que foi cultivada na safra anterior. Já a produção teve aumento de 17% auxiliado pelo clima favorável à cultura. A cultura de trigo necessita de uma variação de clima diferenciado na maioria das culturas de grãos. Na fase inicial do ciclo, a exigência é por temperaturas baixas, suportando bem geadas moderadas; na fase da floração e granação a preferência é por clima com baixa umidade e temperaturas mais elevadas que diminuem o ataque de doenças e favorecem a qualidade do grão a ser colhido.

O quadro a seguir detalha a situação do abastecimento dos principais produtos solicitados pelo mercado até o fim de 2010 e uma estimativa para 2011.

Quadro XLVII - Balanço de Oferta e Demanda

Produto	Em mil toneladas							
	Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
Algodão em pluma	2007/08	567,3	1.602,2	33,7	2.203,2	1.009,2	532,9	661,1
	2008/09	661,1	1.213,7	14,5	1.889,8	983,6	504,9	400,8
	2009/10	400,8	1.194,1	70,0	1.664,9	1.014,9	487,0	163,0
	2010/11	163,0	1.835,0	200,0	2.198,0	1.058,5	545,0	594,5
Arroz em casca	2007/08	2.021,7	12.159,6	589,9	14.771,2	12.500,0	789,9	1.481,3
	2008/09	1.481,3	12.702,0	908,0	15.091,3	12.550,0	894,4	1.646,9
	2009/10	1.646,9	11.660,9	1.100,0	14.407,8	12.600,0	400,0	1.407,8
	2010/11	1.407,8	12.628,2	800,0	14.836,0	12.600,0	600,0	1.636,0
Feijão	2007/08	81,4	3.520,9	209,7	3.812,0	3.580,0	2,0	230,0
	2008/09	230,0	3.502,7	110,0	3.842,7	3.500,0	25,0	317,7
	2009/10	317,7	3.322,5	155,0	3.795,2	3.450,0	4,5	340,7
	2010/11	340,7	3.465,8	100,0	3.906,5	3.500,0	4,0	402,5
Milho	2007/08	2.540,7	58.652,3	808,0	62.001,0	44.288,2	6.400,0	11.312,8
	2008/09	11.312,8	51.003,8	1.132,9	63.449,5	44.279,1	7.765,4	11.405,0
	2009/10	11.405,0	55.968,1	500,0	67.873,1	46.200,0	10.500,0	11.173,1
	2010/11	11.173,1	52.723,3	400,0	64.296,4	47.000,0	9.000,0	8.296,4
Soja em grãos	2007/08	3.675,6	60.017,7	96,3	63.789,6	34.750,0	24.499,5	4.540,1
	2008/09	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	32.564,0	28.562,7	675,0
	2009/10	675,0	68.688,2	200,0	69.563,2	37.800,0	29.300,0	2.463,2
	2010/11	2.463,2	68.553,3	100,0	71.116,5	37.090,0	31.300,0	2.726,5
Trigo	2007/08	1.849,9	4.097,1	5.926,4	11.873,4	9.618,0	746,7	1.508,7
	2008/09	1.508,7	5.884,0	5.676,4	13.069,1	9.863,0	351,4	2.854,7
	2009/10	2.854,7	5.026,2	5.922,2	13.803,1	10.214,2	1.170,4	2.418,5
	2010/11	2.418,5	5.881,6	5.500,0	13.800,1	10.402,0	850,0	2.548,1

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

2.3.2.20 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – Gecad

Quadro XLVIII - Demonstrativo da Execução da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00		
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	13.792.000,00	65,52
Despesas Correntes	5.850.000,00	4.272.000,00	73,03
Despesas de Capital	15.200.000,00	9.520.000,00	62,63
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	0,00	-
Despesas Correntes	1.053.606,66	0,00	-
Despesas de Capital	346.883,27	0,00	-
Restos a Pagar	5.763.613,03	0,00	-
Despesas Correntes	409.482,03	0,00	-
Despesas de Capital	5.354.131,00	0,00	-
Execução Total	7.164.102,96	0,00	-
Índice	34,03	0,00	-
Meta Física – unidade modernizada	70	0	-
Execução Física	88	0	-
Índice	125,71	-	-

Fonte: Siafi e Difin/Supor

A dotação aprovada na LOA/2010 para esta Ação foi de R\$27.050.000,00, sendo R\$5.850.000,00 para despesas correntes e R\$21.200.000,00 para despesas de capital (investimento), contemplando 70 unidades armazenadoras. No Decreto de 13/10/2010 foi autorizado cancelamento da dotação no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, totalizando a dotação em R\$21.050.000,00.

A execução orçamentária desta Ação foi prejudicada pelos seguintes motivos:

- contingenciamento de R\$14.469.161,00 da dotação orçamentária das despesas de capital.
- insuficiência do quadro de engenheiros e técnicos para elaboração e análise dos editais de licitação, incluindo as especificações técnicas e estimativas de custo elaboradas pelas Superintendências Regionais, e, ainda, para exercerem o acompanhamento e a fiscalização da execução das obras.

2.3.2.21 - (4706) Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Possibilitar o acompanhamento e controle dos estoques privados armazenados e avaliar as condições técnico-operacionais do seu armazenamento, com vistas a apurar e registrar os problemas decorrentes das práticas e comportamentos adotados, orientar sobre os procedimentos mais adequados para conservação, maior segurança e manutenção da integridade dos produtos depositados e aumentar a transparência, a responsabilidade, a eficiência e a credibilidade do segmento armazenador.
- **Descrição:** O trabalho consta de inspeção e verificação da existência de estoques e das condições de armazenagem e da documentação pertinente, de acordo com os critérios, as normas e os procedimentos fixados pelo MAPA. As operações serão executadas obedecendo a programação prévia ou em ações específicas para a apuração de denúncias, sendo as informações registradas em Termo de Vistoria que servirão para alimentação e gestão do Sistema Nacional de Cadastro das Unidades Armazenadoras, orientações de política para o setor ou aplicação das penalidades previstas na legislação, quando for o caso.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab
- **Coordenador Nacional da Ação:** Márcio Augusto da Silva Júnior
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Fiscalização de Estoques – Sufis e Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados – Gevep

Quadro XLIX - Demonstrativo da Execução da Ação Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento

Controle: SIAFI – PTRES 001692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Matriz	
Dotação Orçamentária	200.000,00	190.000,00	95,00
Execução Orçamentária	4.013,24	-	0,00
Índice	2,01	0,00	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	200.000	150.000	75,00
Execução Física	30.000	-	0,00

Fonte: Difin/Supor e Dirab/Sufis/Gefis

Esta Ação foi criada com base no Art. 19, Capítulo VII do Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001, que regulamenta a Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 (Lei de Armazenagem), que outorga ao MAPA, entre outras atividades, a responsabilidade pela vistoria dos estoques e das condições de armazenamento dos produtos agropecuários.

Em reunião com o MAPA, ficou definida que a responsabilidade pela execução da Ação é da Conab, cabendo ao MAPA elaborar as diretrizes e as políticas, demandar o que será vistoriado, bem como articular sua operacionalização, através de Termo de Cooperação, conforme estabelece o Decreto n.º 6170/2007.

A meta física para 2010 previa a vistoria de 200.000 toneladas de produtos armazenados em unidades de terceiros; para tanto foi consignada dotação orçamentária de R\$200.000,00.

O cronograma de vistorias é definido pela Conab/Matriz, e a implementação ocorre em várias Unidades da Federação, conforme orientação da Gerência de Vistoria dos Estoques Privados-

Gevep.

Por falta de demanda do MAPA, a Ação não foi executada em sua totalidade.

2.3.3 – Outros Programas, Ações e Atividades

2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda, os Contratos Públicos de Opção de Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas em Leilão Público

Em 2010, a Conab ofertou para venda em leilão público 1.073.015 toneladas de diversos produtos, tendo sido negociadas 709.310 toneladas (66,1% da oferta). O valor da operação com ICMS ficou em R\$231.895.026,05.

Quadro L - Demonstrativo de Vendas em Leilão Público

Produto	UF	Quantidade (t)			Valor da Operação (R\$)	
		Ofertado	Negociado	% Negociado	Sem ICMS	Com ICMS
Algodão empluma	GO	10	-	-	-	-
	MS	1.534	1.534,0	100,00	7.123.815,22	8.218.381,03
Subtotal		1.544	1.534	99,35	7.123.815,22	8.218.381,03
Arroz em casca	MT	180	180	100,00	80.213,50	80.213,50
	RS	6.129	-	-	-	-
Subtotal		6.309	180	2,85	80.213,50	80.213,50
Briquetes de arroz	TO	50	-	-	-	-
Subtotal		50	-	-	-	-
Castanha de caju	PI	26	-	-	-	-
Subtotal		26	-	-	-	-
Farelo de arroz	TO	149	-	-	-	-
Subtotal		149	-	-	-	-
Fécula de mandioca	PR	1.088	1.088	100,00	1.350.655,20	1.384.225,20
Subtotal		1.088	1.088	100,00	1.350.655,20	1.384.225,20
Feijão	BA	3.517	-	-	-	-
	ES	2.000	58	2,90	62.007,40	66.672,80
	GO	11.958	3.772	31,54	5.047.380,32	5.435.461,82
	MS	2.327	-	-	-	-
	MT	500	-	-	-	-
	PR	36.641	6.222	16,98	8.067.060,29	8.112.269,59
	RJ	664	354	53,31	469.588,80	508.093,50
	RS	4.898	1.361	27,79	1.677.374,16	1.803.581,91
	SC	18.010	6.010	33,37	7.630.598,79	8.315.509,55
SP	12.052	1.486	12,33	2.063.552,16	2.126.514,76	
Subtotal		92.567	19.263	20,81	25.017.561,92	26.368.103,93
Milho em grãos	DF	1.198	-	-	-	-
	GO	203.745	197.578	96,97	69.513.827,34	51.964.521,54
	MG	90.998	64.631	71,02	27.452.917,49	25.580.501,34
	MS	144.014	129.898	90,20	42.648.505,83	37.971.812,73
	MT	250.072	209.711	83,86	54.163.414,24	48.040.912,47
	PR	111.058	22.452	20,22	8.635.027,66	6.165.758,91
	RS	56.377	42.909	76,11	19.093.476,31	18.299.925,40
	SP	82.929	13.936	16,80	5.930.570,00	5.449.470,00
TO	26.474	6.130	23,15	2.550.080,00	2.371.200,00	
Subtotal		966.865	687.245	71,08	229.987.818,87	195.844.102,39
Quirera de arroz	TO	30	-	-	-	-
Subtotal		30	-	-	-	-
Sorgo granífero	GO	4.387	4.387	100,00	1.394.062,06	1.430.402,88

Fonte: Dirab/Suope/Geocom

b) Programa Vendas em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei Agrícola Nacional (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente, quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão

sob a gestão administrativa do Governo Federal a um público específico e com um perfil pré-definido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe, instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);
- feijão – 3 toneladas;
- farinha de mandioca – 2 toneladas;
- farinha de trigo – 600 kg
- leite em pó – 600 kg,
- sorgo – 10 toneladas;
- açúcar – 2 toneladas;
- arroz beneficiado – 5 toneladas;
- castanha do brasil – 10 toneladas

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público

- do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos;
 - no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
 - no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
 - não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
 - quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
 - o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

As vendas em balcão de produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e à atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 25 estados mais o Distrito Federal, totalizando 236.999,6 toneladas de produtos, sendo: 236.879,1 toneladas de milho em grãos, 200 quilos de farelo, 2,7 toneladas de arroz, 117,6 toneladas de castanha de caju, com benefício direto que compreendeu 83.243 atendimentos.

O volume total, se comparado ao de 2009, que atingiu 157.517,1 toneladas, apresentou aumento de 50,46%%.

Quadro LI - Demonstrativo de Vendas em Balcão, por UF e Produto

UF	2008			2009			2010		
	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes	Quant. (t)	Valor(R\$)	N.º Clientes
Arroz em Casca									
PR	-	-	-	-	0,00	-	2,7	1.370,4	1
Subtotal	-	0,00	-	0	0,00	-	2,7	1.370,37	1
Castanha de Cajú									
CE	-	-	-	35,6	43.076,00	6	0,0	0,00	-
PI	7,3	9.661,44	1	0,0	0,00	-	15,7	19.849,60	4
RN	167,1	175.449,75	30	399,0	398.998,00	56	101,9	124.379,00	9
Subtotal	174,4	185.111,19	31	434,6	442.074,00	62	117,6	144.228,60	13
Farelo									
RN	-	-	-	32,7	12.018,00	67	0,2	80,00	1
Subtotal	-	0,00	-	32,7	12.018,00	67	0,2	80,00	1
Milho									
AC	299,0	135.255,57	980	204,0	71.425,29	330	242,2	97.929,60	420
AL	776,7	419.147,68	258	992,6	423.528,13	303	2.012,9	818.311,70	480
AM	2.630,5	1.410.693,38	683	1.917,7	809.678,31	709	2.091,9	840.135,00	848
BA	206,5	103.830,08	104	614,0	216.599,95	357	591,3	213.867,44	448
CE	10.953,2	5.779.527,60	3.775	10.702,8	3.961.871,92	3.092	58.722,8	24.098.438,70	25.448
DF	0,0	0,00	0	12,3	3.259,32	10	719,8	219.522,53	276
ES	5.941,0	2.874.173,66	3.609	7.345,9	2.663.269,45	3.828	9.310,9	3.699.073,20	9.045
GO	0,0	0,00	0	434,8	125.951,39	226	3.468,5	1.116.078,28	1.425
MA	865,3	433.605,55	464	358,5	158.243,81	334	2.891,9	1.011.588,00	2.059
MG	2.085,4	970.120,01	1.901	1.741,5	616.316,25	653	6.685,4	2.023.436,00	2.215
PA	1.266,8	613.371,62	122	893,4	365.959,57	109	1.442,3	566.477,00	157
PB	6.458,6	3.260.325,86	1.568	3.805,8	1.565.356,57	1.263	12.996,6	5.492.413,00	5.531
PE	1.431,4	783.739,39	511	362,4	149.513,47	218	4.062,5	1.580.918,00	939
PI	5.956,4	3.127.028,08	3.277	2.626,8	1.152.794,92	2.123	9.341,9	3.930.503,40	5.181
PR	1.008,9	405.240,94	71	0,0	0,00	0	3.825,8	1.368.477,00	208
RJ	0,0	0,00	0	0,0	0,00	0	0,0	0,00	0
RN	10.950,3	5.453.151,50	5.523	10.822,4	4.406.674,91	5.990	30.158,7	12.075.225,31	16.593
RO	1.455,0	590.421,41	3.111	828,7	296.258,69	1.892	1.521,5	502.274,25	1.431
RR	0,0	0,00	0	997,5	561.484,07	644	1.433,0	793.199,00	1.152
RS	256,8	114.539,13	49	54.750,8	15.226.122,25	16.216	17.509,7	6.446.954,56	1.289
SC	20.858,7	8.297.755,69	2.030	56.211,7	16.425.965,70	6.787	65.620,9	22.176.300,00	6.367
SE	1.352,0	652.750,73	312	713,9	279.887,36	142	1.271,9	469.160,00	217
SP	444,0	160.470,40	49	0,0	0,00	0	0,0	0,00	0
TO	710,6	358.230,40	1.103	712,3	312.016,99	1.390	956,7	382.862,00	1.499
Subtotal	75.907,1	35.943.378,68	29.500	157.049,8	49.792.178,32	46.616	236.879,1	89.923.143,97	83.228
Total	76.081,5	36.128.489,87	29.531	157.517,1	50.246.270,32	46.745	236.999,6	90.068.822,94	83.243

Fonte: Conab/Dirab/Supab/Gepab

c) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período, a Conab ofertou 292.133 toneladas de milho. O valor da operação, incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio, foi de R\$20.415.017,76 e o valor total previsto do prêmio foi de R\$5.972.285,48.

Quadro LII - Demonstrativo de Comercialização pelo VEP

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação com ICMS sem o Prêmio (Em R\$)	Prêmio Previsto (Em R\$)
	Ofertada	Negociada		
BA	11.338	7.213	3.058.804,99	366.502,24
GO	22.780	6.476	2.042.349,43	446.848,14
MS	50.000	47.575	13.915.195,34	4.971.167,50
MT	187.671	5.550	1.370.130,00	182.250,00
TO	20.344	76	28.538,00	5.517,60
Total	292.133	66.890	20.415.017,76	5.972.285,48

Fonte: Suope/Geope

2.3.3.2 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Ação orçamentária de responsabilidade do Ministério da Fazenda e executada pela Conab mediante o repasse de recursos financeiros para pagamento das subvenções.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
- **Unidades Executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF

Quadro LIII - Demonstrativo da Execução da Ação Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 3711 – de Trabalho 20.846.0352.0300.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução (%)
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 2.802.000.000,00	-
Dotação Orçamentária Final	R\$ 2.802.000.000,00	39,54
Execução Orçamentária	R\$ 1.107.818.011,00	

Fonte: SIAFI

Para garantir e sustentar os preços, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

Além do pagamento a Matriz também realiza os leilões, cabendo às Suregs o recebimento, conferência e análise da conformidade dos comprovantes da efetivação da operação.

a) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo governo federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação vigente em cada estado da federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do valor de referência.

A Conab realizou 9 leilões para escoamento de milho, com oferta de 1.190.000 toneladas, sendo negociadas 875.097 toneladas e subvenção prevista de R\$76.362.350,2, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LIV - Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	760.000	464.329	51.216.303,20	BA	290.194	23.607.528,40
				PE	3.900	283.080,00
				-	294.094	23.890.608,40
GO	50.000	50.000	3.010.000,00	GO	8.294	488.650,99
MA	60.000	56.750	4.879.350,00	MA	36.513	3.254.469,24
MT	250.000	234.328	12.682.552,00	MT	29.737	1.218.441,39
PI	70.000	69.690	4.574.145,00	PI	41.913	3.096.009,33
Total	1.190.000	875.097	76.362.350,20	-	410.551	31.948.179,35

Fonte: Dirab/Suope/Geope

b) Prêmio de Escoamento do Produto-PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirirem produtos diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando assim a aquisição desses excedentes por parte do governo federal.

Até o fim do exercício foram realizados 67 leilões destinados ao escoamento de arroz, milho, sisal, trigo e derivados de uva, sendo negociado o escoamento de 14.078.478 toneladas de produtos e 20.827 toneladas de derivados de uva, com subvenção prevista de R\$1.066.566.303,30, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LV - Demonstrativo de Comercialização pelo PEP

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Quantidade Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
ARROZ						
RS	270.000	124.760	8.785.104,00	-	-	-
Subtotal	270.000	124.760	8.785.104,00		0	0,00
MILHO						
BA	535.000	423.849	44.667.417,50	AL	44.062	3.196.419,89
				BA	30.926	1.873.352,94
				CE	105.875	8.545.107,53
				ES	32.348	3.137.732,62
				PA	1.675	127.671,62
				PB	77.623	5.888.234,40
				PE	114.532	9.522.057,37
				RN	7.849	557.980,25
	535.000	423.849	44.667.417,50	-	414.890	32.848.556,62
GO	1.590.000	1.494.285	105.316.763,93	AL	7.214	545.213,80
				BA	2.731	212.302,00
				CE	2.457	181.067,35
				ES	149.502	10.283.640,92
				GO	91.596	5.925.438,41
				MG	18.920	1.371.695,65
				MT	26.000	2.036.700,00
				PB	27.413	2.079.295,34
				PE	23.572	1.818.104,00
				PR	4.989	361.702,50
				RJ	13.886	1.001.319,30
				RN	1.709	128.141,35
SE	820	70.760,00				
	1.590.000	1.494.285	105.316.763,93	-	370.809	26.015.380,62
MG	810.000	371.208	27.942.419,25	AL	2.745	207.963,75
				BA	1.500	115.440,00
				CE	600	40.800,00
				ES	1.702	120.065,00
				MG	87.092	6.369.786,58
				PB	12.600	821.244,61
				PE	34.921	2.620.287,50
				RJ	2.187	168.243,23
				RN	400	30.790,46
	810.000	371.208	27.942.419,25	-	143.747	10.494.621,13
MS	900.000	679.720	53.759.490,00	MS	17.017	1.500.006,44
				PR	10.000	770.000,00
				-	27.017	2.270.006,44
MT	7.700.000	6.967.022	475.909.533,66	AC	1.800	166.500,00
				AL	4.790	474.031,00
				AM	10.002	668.696,10
				CE	15.536	1.857.202,00
				ES	9.635	777.870,08
				GO	1.400	101.220,00
				MG	14.767	1.569.847,96
				MT	958.977	85.797.668,86
				PA	300	33.900,00
				PB	20.977	1.487.940,50
				PE	14.414	1.558.006,56
				PR	3.471	202.623,30
				RJ	1.752	89.936,00
RN	4.900	566.225,00				
	7.700.000	6.967.022	475.909.533,66	-	1.062.721	95.351.667,36
PR	1.440.000	1.250.880	49.104.360,00	PR	61.000	2.946.000,00
				MS	470	43.240,00
				-	61.470	2.989.240,00
RO	90.000	41.969	3.606.334,00	AC	740	63.640,00
				AM	629	54.094,00

Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Quantidade Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
SISAL						
BA	130.300	56.154	21.279.997,73	BA	19.006	6.833.216,74
PB	7.900	1.294	491.720,00	-	-	-
RN	4.400	20	6.800,00	-	-	-
Subtotal	142.600	57.468	21.778.517,73	-	19.006	6.833.216,74
TRIGO						
BA	4.000	1.000	138.500,00	BA	1.000	138.500,00
GO	35.000	20.160	3.190.010,00	GO	20.073	3.176.230,15
MS	14.000	500	58.500,00	MS	500	58.500,00
MG	22.000	15.233	2.310.800,00	GO	1.000	160.000,00
				MG	13.202	1.987.056,31
PR	1.450.000	1.023.257	106.472.638,21	MG	14.881	2.038.635,35
				PR	377.922	58.491.236,01
				RS	300	41.100,00
				SP	20.000	2.740.000,00
RS	1.790.000	1.525.630	147.848.518,00	PR	2.500	342.500,00
				RS	585.209	91.102.743,03
SC	187.000	47.478	5.388.819,15	SC	29.351	3.408.151,06
SP	104.000	34.059	6.579.137,87	SP	34.059	6.579.137,88
Subtotal	3.606.000	2.667.317	271.986.923,23	-	1.099.997	170.263.789,79
Total	17.083.600	14.078.478	1.062.856.863,30		3.201.026	347.184.212,70
DERIVADOS DE UVA						
RS	213.316	20.827	3.709.440,00	-	-	-
Subtotal	213.316	20.827	3.709.440,00	-	0	0,00
Total	-	-	1.066.566.303,30		3.201.026	347.184.212,70

Fonte: Dirab/Suope/Geope

c) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA.

A subvenção tem valor fixo de R\$5,00 por tonelada e está limitada a 10.000 toneladas por produtor, com período de vigência para produtos processados entre 1.º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Para Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar na Região Nordeste, na Safra 2009/2010, N.º 01/2010, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 131 e 132 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010 e Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 591, de 12 de agosto de 2010.

Até o fim do exercício foram pagos R\$42.933.501,02 a 11.293 produtores e/ou cooperativas, conforme detalhado no quadro a seguir.

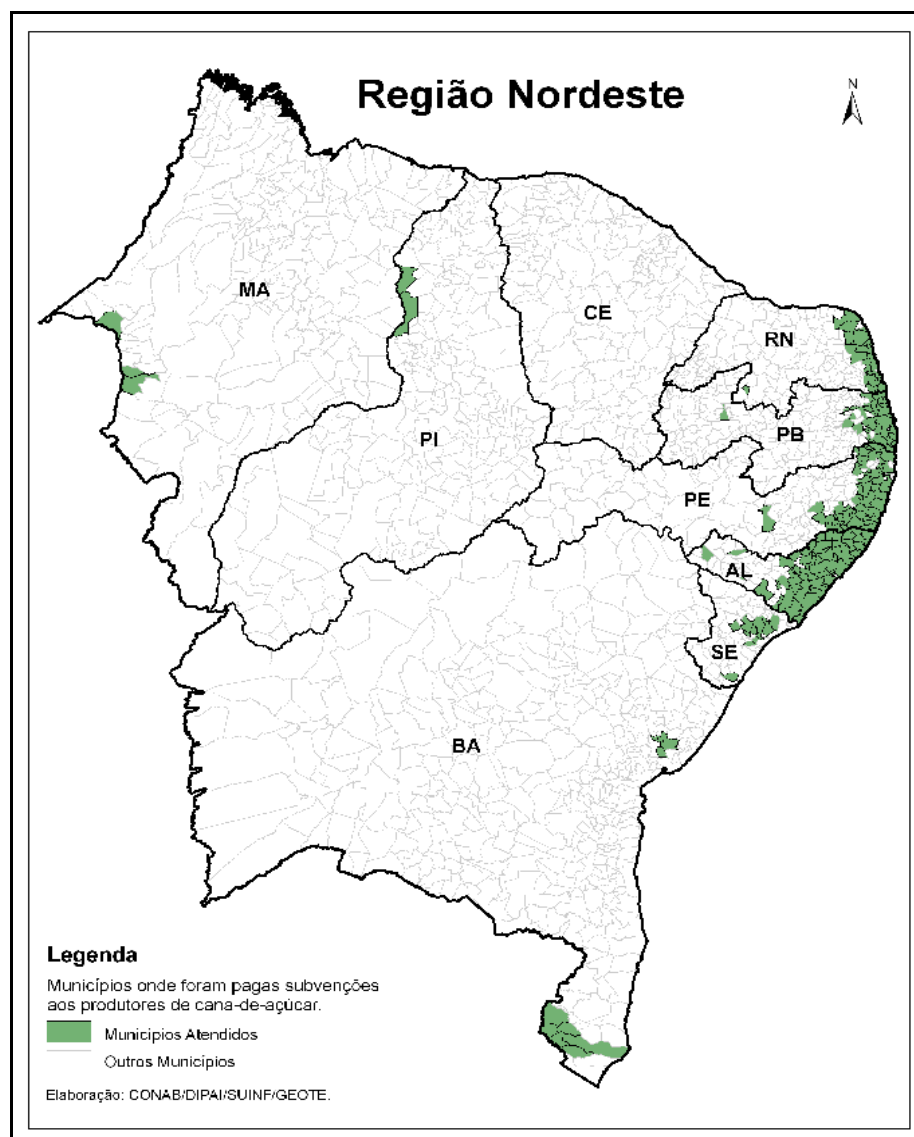
Quadro LVI - Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar

UF	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)
AL	4.270	4.162.025	20.810.123,27
BA	162	474.929	2.374.464,15
MA	14	35.141	175.706,55
PB	1.101	1.364.656	6.823.281,68
PE	5.434	2.090.050	10.450.247,73
PI	105	31.579	157.897,15
RN	178	336.283	1.681.414,14
SE	29	92.073	460.366,35
Total	11.293	8.586.737	42.933.501,02

Fonte: Difin/Sufin/Gefog

A Figura a seguir apresenta os municípios onde os produtores foram beneficiados com o pagamento do subsídio.

Figura II – Municípios Beneficiados



Fonte: Difin/Sufin/Gefog

d) Subvenção Econômica aos Produtores Extrativistas

Subvenção econômica concedida diretamente aos extrativistas portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf, ou, ainda, a associações ou cooperativas com DAP jurídica, que tenham efetuado a venda de seu produto por preço de mercado e este tenha sido inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Durante o exercício foram pagos R\$2.756.407,98 a 16.365 produtores de borracha, amêndoa de babaçu, castanha do brasil e fibra de piaçava nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Maranhão, Pará e Rondônia, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LVII - Demonstrativo do Pagamento da Subvenção aos Produtores Extrativistas

UF	Produto	Quantidade (kg)	N.º de Produtores/Cooperativa	Valor (R\$)
AC	Borracha Natural	219.132,50	867	348.005,95
AM	Borracha Natural	308.972,37	879	562.834,00
	Castanha do brasil com casca	119.033,57	114	33.491,50
AP	Castanha do brasil com casca	760.600,00	346	498.422,50
BA	Fibra de Piaçava	262.281,00	133	182.106,46
MA	Amêndoa de Babaçu	1.484.863,50	13.550	871.733,10
PA	Borracha Natural	6.209,00	18	14.214,80
	Castanha do brasil com casca	73.488,50	19	18.315,27
RO	Borracha Natural	103.797,00	412	219.809,90
	Castanha do brasil com casca	29.898,00	27	7.474,50
Total		3.368.275,44	16.365	2.756.407,98

Fonte: Dipai/Sugof/Gebio

2.3.3.3 – Serviços de Armazenagem

A Rede Armazenadora Própria da Conab administrada pela Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm é constituída por 177 armazéns, agrupados em 95 unidades, com capacidade estática para 2.062.330 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Quadro LVIII- Rede Armazenadora Própria, por UF e Modalidade de Armazenagem

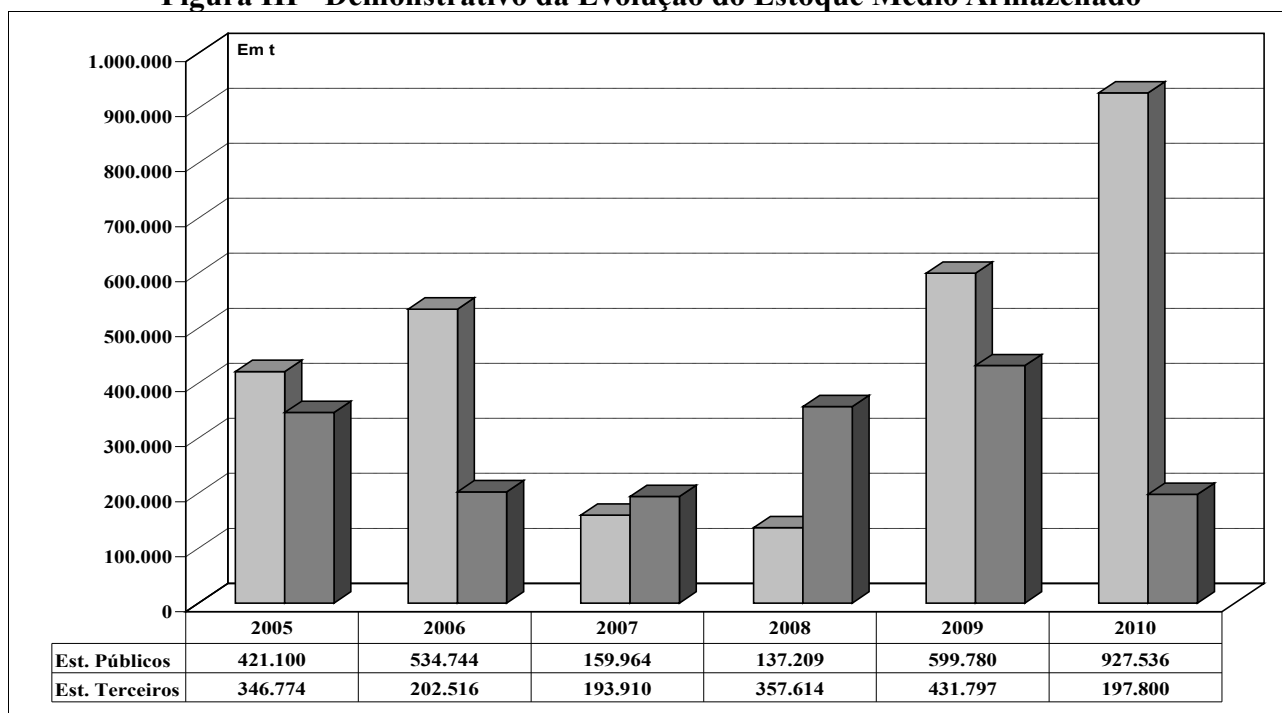
UF	Quantidade		Capacidade (t)			Total
	Armazém	Unidade	Convencional	Granel	Frigorífica	
AC	1	1	900	-	-	900
AL	2	2	6.280	-	-	6.280
AM	3	1	5.100	-	-	5.100
BA	11	6	37.730	-	-	37.730
CE	10	7	53.740	-	-	53.740
DF	5	1	37.800	25.800	-	63.600
ES	3	2	86.000	-	-	86.000
GO	14	9	44.000	145.000	-	189.000
MA	8	2	11.500	52.000	-	63.500
MG	17	10	132.500	153.600	2.400	288.500
MS	16	8	14.700	131.400	-	146.100
MT	23	4	10.800	124.900	-	135.700
PA	5	3	26.060	-	-	26.060
PB	4	4	22.230	-	-	22.230
PE	4	2	27.600	-	-	27.600
PI	6	4	23.900	-	-	23.900
PR	12	6	124.050	439.260	5.000	568.310
RJ	2	1	26.800	-	-	26.800
RN	5	5	24.100	-	-	24.100
RO	5	3	20.000	-	-	20.000
RR	4	1	9.200	-	-	9.200
RS	4	3	13.300	-	14.400	27.700
SC	4	2	6.600	5.000	-	11.600
SE	1	1	3.220	-	-	3.220
SP	5	5	162.260	-	-	162.260
TO	3	2	5.200	28.000	-	33.200
Total	177	95	935.570	1.104.960	21.800	2.062.330

Fonte: Dirab/Suarm/Gecad

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores. Neste sentido, e de posse dos recursos orçamentários aprovados na LOA para a Ação (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns, a Suarm autoriza a aquisição dos equipamentos necessários e a realização de serviços e/ou obras de manutenção, recuperação e modernização das unidades.

A rede de armazenagem própria está destinada à armazenagem dos estoques públicos, atuando também, de forma supletiva, como empresa de armazéns gerais. Em 2010, o estoque médio armazenado apresentou acréscimo de 9,1% em relação ao do ano anterior, sendo 54,6% nos estoques públicos enquanto o de terceiros teve queda de 54,2%, conforme ilustrado na figura a seguir.

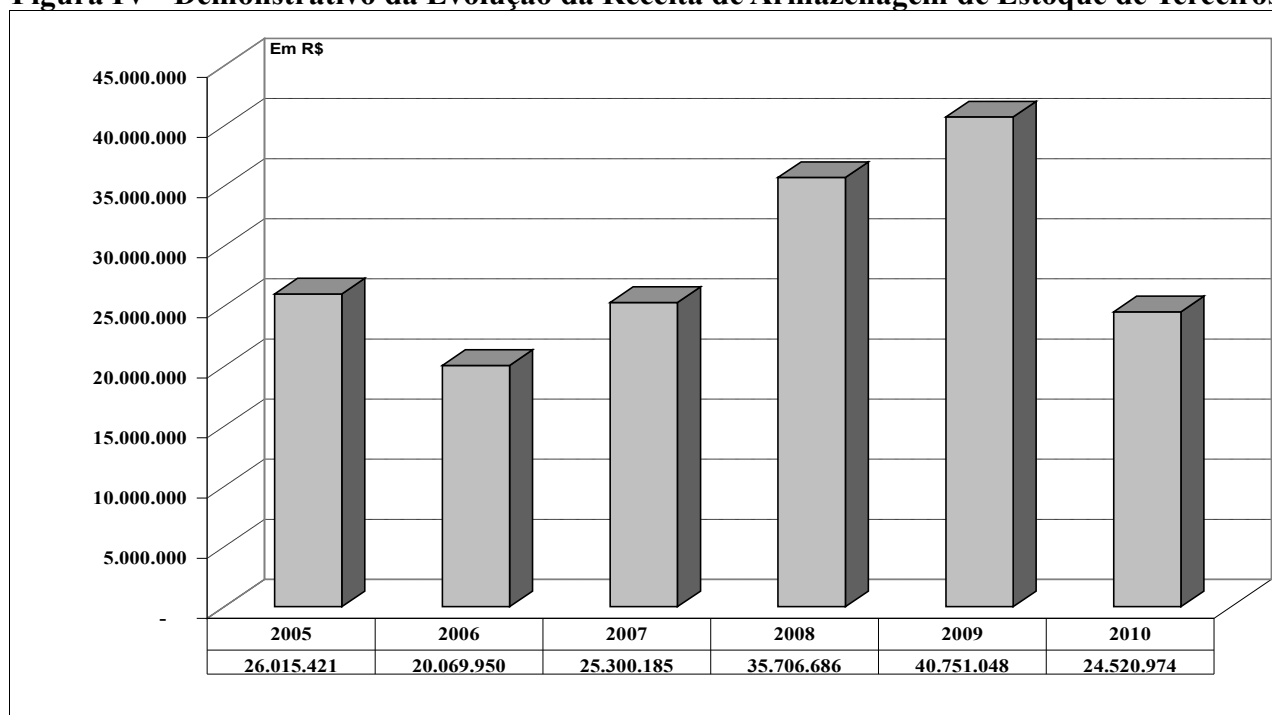
Figura III - Demonstrativo da Evolução do Estoque Médio Armazenado



Fonte: Dirab/Suarm

Em consequência, a receita de armazenagem de produtos de terceiros apresentou redução de 39,8%, em relação ao exercício anterior.

Figura IV - Demonstrativo da Evolução da Receita de Armazenagem de Estoque de Terceiros



Fonte: Siafi

2.3.3.4 – Remoção de Produto

Durante o exercício foram contratadas, via leilões eletrônicos realizados na Matriz, a remoção de 26.595 toneladas de diversos produtos alimentícios, com recursos previstos nos planos de trabalhos e nos Termos de Cooperação firmados com os MDA e MDS. Estas objetivaram a remoção de produtos para formação de cestas de alimentos para distribuição aos grupos/famílias atingidos por desastres naturais e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional ou a retirada de produtos dos pólos de compra para armazéns próximos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LIX - Demonstrativo da Remoção de Produtos

Origem	Destino	Produto	Valores (R\$)		Quantidades (Em t)				
			Abertura	Fechamento	Contratada	Aditada	Cancelada	Removida	A Remover
Ministério da Integração Nacional									
BA	Ajuda Humanitária	Diversos	208.353,31	208.353,31	161	-	-	-	161
CE	AL	Cestas de alimentos	74.175,00	74.175,00	460	-	-	460	0
Total			282.528,31	282.528,31	621	0	0	460	161
Ministério do Desenvolvimento Agrário									
BA	BA	Feijão e Milho	400.210,53	400.210,53	5.496	-	0	5.496	0
PE	CE	Leite em pó	2.794,91	2.794,91	15	-	0	15	0
	PI		3.435,93	3.435,93	10	-	0	10	0
PR	PR	Farinha de mandioca e Feijão	60.015,37	60.015,37	1.013	-	0	1.013	0
RS	AL, DF, GO, MG, MT, PB, PR, PI e SP	Leite em pó	259.914,38	259.914,38	587	-	0	587	0
Total			726.371,12	726.371,12	7.121	0	0	7.121	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome									
AM	RR	Cesta de alimentos	11.878,05	11.878,05	87	46	-	107	26
BA	BA, PB e PI	Farinha de mandioca e Feijão	191.092,04	191.092,04	2.248	-	111	1.522	615
CE	CE	Cestas de Alimentos e Farinha de mandioca	14.860,34	14.860,34	138	-	-	38	100
ES	ES	Leite em pó	103.804,28	103.804,28	390	-	-	390	0
MG	MG	Cestas de alimentos	12.606,99	12.606,99	122	-	-	122	0
MS	MS	Cestas de Alimentos, farinha de mandioca e feijão	132.781,89	132.781,89	3.008	-	-	3.008	0
MT	GO e MT	Cestas de alimentos e feijão	18.393,51	18.393,51	206	-	-	206	0
PA	PA	Cestas de alimentos	142.427,53	142.427,53	531	-	-	150	381
PB	PB	Cestas de alimentos	13.078,91	13.078,91	287	-	-	287	0
PE	AL, PB, PE e RJ	Açúcar, farinha de mandioca e leite em pó	215.539,78	215.539,78	2.405	-	-	1.655	750
PI	PI	Farinha de mandioca	9.922,56	9.922,56	150	-	-	150	0
PR	PR	Arroz beneficiado, farinha de mandioca e feijão	52.913,38	52.913,38	746	-	-	746	0
RS	Diversos	Leite em pó, Pêssego em calda e sementes	1.740.189,11	1.740.189,11	4.860	-	-	3.406	1.454
SC	RS e SC	Cestas de alimentos	13.740,48	13.740,48	279	-	-	181	98
SP	DF, GO, MS, MT e SP	Leite em pó, cestas de alimentos, feijão e trigo	248.693,98	248.693,98	2.087	-	-	778	1.309
TO	PI e TO	Arroz beneficiado e cestas de alimentos	68.083,04	68.083,04	309	-	-	309	0
Total			2.990.005,87	2.990.005,87	17.853	46	111	13.055	4.733
Total Geral			3.998.905,30	3.998.905,30	25.595	46	111	20.636	4.894

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

2.3.3.5 - Projeto SigaBrasil

Este projeto, denominado Sistema de Informações Geográficas da Agricultura Brasileira -SIGABrasil, integra e especializa informações do setor (produção, estoques, rede de armazéns, vias de transporte, plantas de processamento, portos, entre outras), de forma a possibilitar sua sobreposição, bem como permitir operações como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção; localização de estoques excedentes ou regiões de fortes demandas; fluxo de cargas; orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária e da rede armazenadora; escolha das regiões mais adequadas para instalação de agroindústrias; e gerenciamento da logística do agronegócio.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2010 foram:

- Migração dos mapas de evolução da produção agrícola brasileira e das redes de transporte e corredores de escoamento da produção para o novo site;
- Atualização e elaboração de novos mapas temáticos;
- Georreferenciamento das novas Usinas de cana-de-açúcar e acompanhamento da evolução do setor sucroalcooleiro;
- Elaboração de mapas relacionados às atividades da Supaf e da Sugof;
- Validação das coordenadas geográficas das Unidades Armazenadoras disponibilizadas pela Suarm;
- Mapeamento das Unidades produtoras de Biodiesel.

2.3.3.6 – Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas competências regimentais.

Para tanto, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestiários, utensílios, veículos e brinquedos;
- Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e

➤ Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídos os seguintes produtos:

Quadro LX - Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Dirab/Supab/Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro LXI - Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Baners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Dirab/Supab/Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009, a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

Quadro LXII - Demonstrativo da Doação de Feijão

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Dirab/Supab/Gepri

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2010, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil latas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXIII - Demonstrativo da Distribuição de Produtos Alimentícios

Sureg	N.º Inst. Beneficiadas	Produto (Em t)																	Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Açúcar		Arroz		Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em pó	Macarrão	Mel	Milho	Picles	Polpa de Frutas	Suco de Frutas	Sementes	Trigo		
		Cristal	Mascavo	Beneficiado	Casca	Mandioca	Milho													
AL	107	137,3	-	15,0	-	1.072,4	-	2.624,1	-	36,9	-	-	-	-	25,8	-	-	-	3.911,5	32,0
AM	1	-	-	-	-	-	-	26,6	-	17,1	11,5	-	-	-	-	-	-	-	55,2	-
BA	465	-	-	-	-	18,0	-	4.285,7	-	76,1	-	-	-	76,6	2.242,6	-	-	-	6.699,0	56,8
CE	205	-	-	-	-	1.438,0	-	-	-	72,5	-	-	-	-	-	-	-	-	1.510,5	157,6
ES	154	-	-	-	-	6,4	-	-	-	75,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,0	126,4
GO	93	33,6	-	61,6	9,1	96,4	-	0,4	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-	-	330,4	166,5
MA	62	-	-	50,9	-	-	-	-	-	36,3	-	-	-	-	-	-	-	-	87,2	-
MG	60	-	-	114,0	-	121,9	-	-	-	67,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-	303,7	49,0
MS	18	-	-	-	-	323,1	-	223,1	-	396,4	-	-	13,0	-	-	-	-	-	955,6	-
MT	8	-	-	-	-	-	-	10,2	-	41,6	-	-	-	-	-	-	-	-	51,8	-
PA	16	-	-	81,0	-	81,0	-	-	-	43,0	-	-	-	-	-	-	-	-	205,0	-
PB	48	-	-	12,3	-	176,6	-	97,7	-	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	307,2	85,9
PE	248	56,3	-	74,7	-	2.519,7	-	518,4	-	387,9	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,0	-
PI	89	-	-	169,0	-	710,1	-	421,9	-	37,3	-	-	311,2	-	-	-	-	-	1.649,5	-
PR	371	0,4	21,6	40,6	-	93,9	-	3.093,8	14,3	11,1	-	-	-	-	-	-	1,7	-	3.277,4	-
RJ	87	-	-	59,3	-	-	-	-	-	91,7	-	-	-	-	-	-	-	-	151,0	99,2
RN	534	0,1	-	135,4	-	590,9	-	43,7	-	21,0	-	4,5	-	-	-	-	-	-	795,6	-
RO	27	-	-	-	-	-	-	741,9	-	11,7	-	-	-	-	-	-	-	-	753,6	-
RS	119	0,0	14,1	1.362,0	-	-	37,0	330,9	-	934,9	-	-	-	-	0,4	-	-	-	2.679,3	87,6
SC	100	-	0,5	-	-	-	14,0	700,9	0,5	14,4	-	-	-	37,4	-	-	-	-	767,7	2,6
SP	492	-	-	-	-	221,6	-	1.038,6	-	546,7	-	-	-	-	-	-	-	20,0	1.826,9	15,6
TO	113	-	-	582,3	-	30,0	-	48,1	-	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	665,1	-
Total	3.417	227,7	36,2	2.758,1	9,1	7.500,0	51,0	14.206,0	14,8	3.074,2	11,9	4,5	324,2	37,4	76,6	2.268,8	1,7	20,0	30.622,2	879,2

Fonte: Dirab/Supab/Gepri

2.3.3.7 – Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

O **Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira**, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMATER/Mapa, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a Conab firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e dos estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentários/financeiros da ordem de R\$864.915,00, sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício, a Conab recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativa adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafra, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.

a) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09

milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bienalidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro LXIV - Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10

UF/Região	Safr				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção(ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

Fonte: Convênio MAPA/SPA/E e Conab/Dipai/Suin/Geasa

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bienalidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

Quadro LXV- Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11

UF/Região	Safr					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
			Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)				
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0,00	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	0,00	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	0,00	0,00	0,00
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	0,00	0,00	0,00
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	0,00	0,00	0,00
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	0,00	0,00	0,00
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

Fonte: Convênio MAPA/SPA/E e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

Quadro LXVI - Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sac/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total		Limite Inferior	Limite Superior
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior		
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

Fonte: Convênio MAPA/SPA/E e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

b) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o

planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Quadro LXVII - Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

Quadro LXVIII - Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café

em sacas de 60 kg

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147	-	-	-	-	147	0,00
AM	4.856	-	-	-	-	4.856	0,05
BA	20.569	-	70.650	105.088	14.503	210.810	2,36
CE	26.706	-	-	-	-	26.706	0,30
DF	14.534	-	-	-	-	14.534	0,16
ES	60.333	-	245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349	-	-	-	32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883	-	-	-	182	1.065	0,01
MT	3.857	-	-	82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174	-	-	-	-	14.174	0,16
PE	9.108	-	-	-	-	9.108	0,10
PR	36.842	40.098	-	146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988	-	-	-	494	12.482	0,14
RN	27.237	-	-	-	-	27.237	0,30
RO	6.829	-	-	215	1.012	8.056	0,09
RS	109	-	-	-	-	109	0,00
SC	19.760	-	-	-	93	19.853	0,22
SE	126.607	-	-	-	-	126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
Total	859.962	51.971	2.126.518	3.196.925	2.708.612	8.943.988	100,00

Fonte: Dipai/Suinf/Geint

2.3.3.8 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana de Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade da Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Em 2010, entraram em funcionamento novas usinas, sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

Quadro LXIX - Demonstrativo da Produção de Cana de Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%).

Quadro LXX - Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Fonte: Dipai/Suinfi/Geasa

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros.

No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

Quadro LXXI - Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
	Safr		Var. %	Etanol Anidro			Etanol Hidratado			Total		
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%
	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%	2009/10	2010/11	%
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

2.3.3.9 – Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja

O resultado da estimativa de safra de laranja, no Estado de São Paulo, é produto de parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA, Instituto de Economia Agrícola – IEA e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI.

A metodologia de levantamento das informações baseou-se em desenho de amostra probabilística estratificada dos informantes (600 elementos). A estratificação seguiu o critério de segmentação, segundo a dimensão do parque laranjeiro, medido em hectares (ha). A população alvo foi repartida em segmentos de tamanho de 6 hectares e ordenada na forma decrescente. Nos estratos superiores a 300 ha foi realizado o censo, onde se concentram produtores com pomares acima de 100 mil pés de laranja e nos demais estratos houve sorteio aleatório. As informações colhidas têm por referência o período da safra agrícola 2009/10 (referente à safra industrial 2010/11) e o período de coleta dos dados ocorreu entre agosto e setembro de 2010, mediante aplicação de questionário estruturado junto ao responsável pela unidade de produção agrícola.

Para a safra agrícola de 2009/10 estimou-se nesse primeiro levantamento produção total de 318,6 milhões de caixas de 40,8Kg de laranja (coeficiente de variação de 6,4%), sendo 1,87 milhões de caixas destinadas ao consumo doméstico, e perdas de 24,0 milhões de caixas, perfazendo um total para a comercialização de 292,7 milhões de caixas (40,8 kg).

O levantamento indica que, do total do volume esperado, 83,4% são destinados às

indústrias processadoras de suco (244,2 milhões de caixas de 40,8kg) e 16,6% (48,5 milhões de caixas de 40,8kg) ao mercado *in natura*, percentuais similares aos estimados pelos levantamentos de previsões e estimativas das safras agrícolas, em nível municipal.

A produtividade média estimada nesse primeiro levantamento foi de 1,7 cx/pé; a baixa produtividade está atrelada principalmente a fatores climáticos, como as chuvas ocorridas durante a floração da respectiva safra, que ocasionou alto índice de “estrelinha” (podridão floral) nos pomares e a forte estiagem desse ano que prejudicou o desenvolvimento dos frutos e antecipou a maturação. Tal fato influenciou a tomada de decisão dos produtores em antecipar a colheita para evitar maiores perdas e mais da metade do volume a ser produzido foi colhido entre julho e setembro.

A área total ocupada com laranja, no Estado, soma 620.146 hectares (coeficiente de variação de 6,7%), com densidade média de plantio da ordem de 406 pés/ha, variando de 503 pés/ha, nos pomares com menos de 4 anos, até 350 pés/ha naqueles mais antigos, com mais de 8 anos.

Quadro LXXII - Estimativa Preliminar da Safra Agrícola de Laranja 2009/10

Variável	Unidade	Estimativa	Limite Inferior	Limite Superior	Varição (%)
Área total de laranja	Hectare	620.146	578.596	661.696	6,7
Produção esperada (2009/2010)	Cx de 40,8 kg	318.636.716	299.199.876	339.073.556	6,4
Pomares Domésticos	Cx de 40,8 kg	1.876.611	504.808	3.248.414	73,1
Produção Perdida	Cx de 40,8 kg	24.011.847	21.010.366	27.013.328	12,5
% Produção esperada p/ indústria	%	83,4	78,8	88,1	5,6
% Produção esperada p/ mesa	%	16,6	13,2	20,0	20,5

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

Os resultados prévios para a futura safra de laranja, 2010/2011 indicam que citricultores têm a intenção de plantar 9,6 milhões de pés novos em uma área de 20.457 hectares. Dados qualitativos mostram que esse plantio será, em sua maioria, executado pelos grandes produtores, em recentes áreas (região de Mogi-Mirim, Lins e Marília), com novas técnicas na condução das lavouras, como adensamento, podas e irrigação.

Observou-se, também, que pretendem renovar cerca de 35.718 hectares do parque laranjeiro. Entretanto, poderão ser erradicadas em um montante de 22.346 hectares, provavelmente, áreas ocupadas com laranja em regiões mais suscetíveis aos problemas fitossanitários.

Quadro LXXIII - Demonstrativo da Intenção para a Safra 2010/11

Parque Laranjeiro		Estimativa	Limite Inferior	Limite Superior	Varição (%)
Plantio novo	Área (em ha)	20.457	15.629	25.285	23,6
	N. de Pés	9.639.637	7.364.682	11.914.591	23,6
Renovação de Pomares	Área (em ha)	35.718	15.323	56.113	57,1
	N. de Pés	17.515.790	5.727.663	29.303.917	67,3
Erradicação de Pomares	Área (em ha)	22.346	11.888	32.803	46,8
	N. de Pés	3.317.897	2.614.503	4.021.291	21,2

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

2.3.3.10 – Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação **2270-Gestão e Administração do Programa** integrante do **Programa**

Desenvolvimento da Agroenergia, sob a coordenação daquela Secretaria. Este objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

a) Dendê

A cultura do Dendê está em plena expansão, com aumento significativo da área plantada e com ciclo completo desde a produção até a comercialização.

Da palma ou dendezeiro utiliza-se o fruto, cachos vazios dos frutos, cascas da amêndoa (caroço) e estipe. Do fruto são extraídos o óleo de palma e o óleo de palmiste. Com as fibras das folhas e dos cachos de frutos vazios podem ser confeccionados materiais de média densidade para tampos e artesanato. Os estipes podem ser transformados em móveis ou utilizados para construções rústicas.

Atualmente o Dendê é considerado uma das matrizes de maior potencialidade para produção de biodiesel na região norte e parte do nordeste brasileiro, não só pela sua boa adaptação nesses lugares, mas também pela alta produção de óleo por hectare e tecnologia de produção bem definida. Esse potencial vem ao encontro da necessidade do País em diversificar a matriz desse biocombustível, que atualmente tem como principal matéria prima (acima de 80%) o resíduo da produção de farelo e óleo de soja.

A área plantada no país é de aproximadamente 104,8 mil hectares, com produção acima de um milhão de toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXIV - Demonstrativo da Safra 2010

UF	Área (Em ha.)	Produção (Em T)	Produtividade (Em kg/ha)
AM	350	3.000,0	8.571
BA	53.517	205.553,0	3.841
PA	51.000	970.899,8	19.037
RR	-	-	-
Total	104.867	1.179.452,8	11.247

Fonte: Dipai/Suinf/Geasa

b) Pinhão Manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o seu insucesso. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para o cultivo.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas em que foi observado o desenvolvimento normal do pinhão manso são aquelas implantadas pelas empresas que fomentam o seu cultivo e dispõem de acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratamentos culturais e práticas agrônomicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescentes ou abandonadas. As informações obtidas no

levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros nessa cultura.

Quadro LXXV - Levantamento de situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	-	-
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	-	-
SP	4	35,0	0,0	-	Erradicado	-	-
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	-	-

Fonte: Suinf/Geasa

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$116.210,68 e financeiro no valor de R\$24.850,03. No levantamento das safras foram gastos 100,0% dos recursos financeiros recebidos. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R\$88.074,78.

Quadro LXXVI - Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	807,50	-	150,00	-	957,50
BA	1.504,00	1.218,02	463,00	-	3.185,02
ES	94,00	-	-	-	94,00
GO	3.102,00	646,96	1.686,66	-	5.435,62
MA	2.256,00	1.124,40	-	-	3.380,40
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25
MT	1.504,00	533,90	889,76	-	2.927,66
PA	1.316,00	400,08	436,00	-	2.152,08
RJ	2.068,00	723,17	1.335,60	61,60	4.188,37
Total	16.505,50	6.354,34	5.164,46	111,60	28.135,90

Fonte: Siafi

2.3.3.11–Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica ao Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º

10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004, tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na **Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

Quadro LXXVII – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			Total
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXVIII – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siafi

2.3.3.12 – Leilões de Importação de Coco

Termo de Cooperação Técnica n.º 002/2009 celebrado entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC, objetivando o repasse de recursos orçamentários/financeiros para cobertura das despesas referentes às comissões da Bolsa de Mercadorias e/ou Futuros, pela realização de leilões destinados à aquisição dos direitos de importação de “cocos secos, sem casca, mesmo ralados”, enquadrados no subitem 0801.11.10 da NCM, conforme aprovação pela Portaria n.º 22, de 06 de maio de 2010, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização orçamentária da Ação Gestão e Administração do Programa, integrante do **Programa 0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora**, que tem como objetivo expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes do mercado internacional, no valor de R\$41.235,34.

Durante o exercício foram realizados leilões quando foram ofertadas e vendidas 17.660 cotas de importação de coco, no valor total de R\$9.051.067,00.

As despesas pagas com comissões da bolsa somaram R\$38.895,34.

2.3.3.15 – Cobranças

Durante o exercício, a Conab emitiu cobranças no valor de R\$12.493.836,08 referentes a operações vinculadas aos estoques governamentais, R\$4.747.204,72 de outros devedores e R\$20.511,39 de ex-empregados, totalizando R\$17.261.552,19, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXIX - Demonstrativo de Cobranças

Operações	Quantidade		Valor cobrado (R\$)
	Dívidas	Produtos (kg)	
a) Cobranças Administrativas Por Operações Estoques Governamentais			
Alteração qualidade escala tipo	1	6.150	17.650,50
Classificação abaixo do padrão	10	15.590.170	3.896.067,55
Deságio	8	276.142	123.528,22
Desclassificação em armazenagem	1	2.391.657	319.286,21
Desvio	20	21.796.998	5.191.153,48
Perda (transporte)	1	53.380	4.573,60
Perda em armazenagem	60	15.050.164	2.941.576,52
Subtotal	101	55.164.661	12.493.836,08
b) Cobranças Administrativas Por Origem Dívidas de Outros Devedores			
Agricultura familiar	2	-	269.996,85
Aluguel	10	-	37.873,28
Comissão	1	-	2.064,81
Indenização de prejuízos	4	-	52.080,00
Multa Bolsa de Valores	84	-	185.180,42
Multa pelo não cumprimento Aviso/AVE	101	-	2.277.043,07
Pessoal cedido	80	-	1.660.577,63
Ressarcimento despesas administrativas	93	-	254.869,99
Restituição de Salários	2	-	2.179,82
Serviço de assistência a saúde	2	-	5.338,85
Subtotal	379	0	4.747.204,72
c) Dívidas de Ex-Empregados			
Ressarcimento de despesas administrativas	3	-	5.244,46
Restituição de salários	1	-	7.482,79
Serviço de assistência a saúde	2	-	7.784,14
Subtotal	6	-	20.511,39
Total	486	55.164.661	17.261.552,19

Fonte: Difin/Sufin/Gecob

No mesmo período a Conab recebeu, R\$11.396.523,15 em espécie e 11.764.462 toneladas de produtos, referentes a cobranças por desvios e perdas em armazenagem realizadas em 2010 e em exercícios anteriores, e de cobranças a outros devedores e ex-empregados.

Quadro LXXX - Demonstrativo de Recebimentos até 31/12/2010

Natureza do Débito	Número de Processos / valores														
	Ajuizados			Enc p/ Ajuizamento			Cobrança em Andamento			Outros (*)			Totais		
	Qtde	Prod (kg)	RS	Qtde	Prod (kg)	RS	Qtde	Prod (kg)	RS	Qtde	Prod (kg)	RS	Qtde	Prod (kg)	RS
Alteração qualidade escala tipo	-	-	-	-	-	-	1	-	14.760,00	-	-	-	1	-	14.760,00
Classificação Abaixo do Padrão	-	-	-	-	-	-	3	-	1.920.340,07	4	5.889.000	234.969,16	7	5.889.000	2.155.309,23
Compra antecipada CAAF/MDS	-	-	-	-	-	-	371	-	100.357,14	454	-	208.414,06	825	-	308.771,20
Deságio	2	-	75.848,30	-	-	-	2	-	46.231,44	2	643.718	-	6	643.718	122.079,74
Desclassificação em Armazenagem	-	-	-	4	-	17.017,81	-	-	-	2	-	347.029,44	6	-	364.047,25
Desvio	4	369.326	1.104.050,77	-	-	-	8	199.674	1.565.171,31	2	446.454	149.683,72	14	1.015.454	2.818.905,80
Perda (Transporte)	-	-	-	-	-	-	1	-	4.762,14	-	-	-	1	4.216.290	4.762,14
Perda em Armazenagem	7	99.540	51.167,81	-	-	-	32	1.047.817	1.651.852,59	16	3.068.933	180.334,58	55	-	1.883.354,98
Agricultura Familiar	2	-	59.948,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	59.948,81
Alienação de Imóveis	-	-	-	-	-	-	12	-	93.915,41	-	-	-	12	-	93.915,41
Aluguel	-	-	-	-	-	-	30	-	29.997,77	3	-	4.288,44	33	-	34.286,21
Comissão	-	-	-	-	-	-	1	-	2.064,81	-	-	-	1	-	2.064,81
Indenização de prejuízos	-	-	-	-	-	-	2	-	29.934,20	-	-	-	2	-	29.934,20
Multa atraso de entrega	6	-	10.258,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	10.258,74
Multa Bolsa de Valores	-	-	-	-	-	-	78	-	104.931,57	2	-	414,10	80	-	105.345,67
Multa pelo não cumprimento Aviso/A VE	29	-	155.195,59	42	-	83.691,24	130	-	801.577,47	127	-	179.488,64	328	-	1.219.952,94
Pessoal Cedido	-	-	-	-	-	-	78	-	1.679.342,64	-	-	-	78	-	1.679.342,64
Ressarcimento Despesas Administrativas	-	-	-	-	-	-	224	-	216.215,11	178	-	219.171,70	402	-	435.386,81
Restituição de Salários	-	-	-	-	-	-	98	-	40.544,37	11	-	7.320,64	109	-	47.865,01
Serviço de Assistência a Saúde	-	-	-	-	-	-	3	-	4.863,93	6	-	1.367,63	9	-	6.231,56
Totais de recebimentos	50	468.866	1.456.470,02	46	000	100.709,05	1.074	1.247.491	8.306.861,97	807	10.048.105	1.532.482,11	1.977	11.764.462	11.396.523,15

Fonte: Difin/Sufin/Gecob

O valor total das cobranças, atualizadas para 31 de dezembro de 2010, desde os processos ajuizados até aquelas em fase de instrução, é de R\$2.098.976.555,30 conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro LXXXI - Demonstrativo Gerencial de Cobrança

Natureza do Débito	Número de Processos e Valores									
	Ajuizados		Enc p/ Ajuizamento		Cobranças em Andamento		Outros (*)		Totais	
	Qtde	RS	Qtde	RS	Qtde	RS	Qtde	RS	Qtde	RS
Classificação Abaixo do Padrão	-	-	-	-	1	606.342,95	3	387.403,85	4	993.746,80
Compra Antecipada CAAF/MDS	62	170.766,22	-	-	543	1.297.240,10	39.139	88.499.061,47	39.744	89.967.067,79
Deságio	469	71.942.844,66	-	-	4	14.105,28	3	676.421,23	476	72.633.371,17
Desclassificação em Armazenagem	195	65.636.047,08	1	154.557,90	-	-	-	-	196	65.790.604,98
Desvio	1.424	978.944.887,98	2	14.942,08	4	1.774.278,00	5	1.798.158,54	1.435	982.532.266,60
Outros	4	31.310.951,05	-	-	-	-	-	-	4	31.310.951,05
Perda (Transporte)	2	203.442,47	-	-	-	-	-	-	2	203.442,47
Perda em Armazenagem	3.177	604.801.760,73	4	143.637,69	-	-	3	132.094,04	3.184	605.077.492,46
Remoção	1	7.632,45	-	-	-	-	-	-	1	7.632,45
Sinistro em ARM	6	4.034.117,90	-	-	-	-	-	-	6	4.034.117,90
Agricultura Familiar	26	10.171.106,99	-	-	-	-	3	943.795,33	29	11.114.902,32
Alienação de Imóveis	9	4.476.637,05	1	4.573.340,62	-	-	2	406.037,85	12	9.456.015,52
Alt. Classif. Algod. - Conab	691	35.950.850,76	-	-	-	-	-	-	691	35.950.850,76
Alt. Classif. Algod. - M.P	122	29.352.658,73	-	-	-	-	-	-	122	29.352.658,73
Aluguel	2	1.025.610,68	-	-	-	-	2	7.976,11	4	1.033.586,79
Armazenagem	14	3.000.058,40	2	85.984,17	-	-	-	-	16	3.086.042,57
Comissão	1	458,16	-	-	-	-	-	-	1	458,16
Indenização de Prejuízos	80	57.327.969,95	3	320.409,15	2	33.725,78	6	36.449.646,22	91	94.131.751,10
Multa Atraso Entrega	598	20.256.696,78	19	2.743.507,21	-	-	1	82.202,77	618	23.082.406,76
Multa Bolsa de Valores	18	408.785,38	-	-	3	5.213,97	4	189.545,48	25	603.544,83
Multa pelo não Cumprimento Aviso/AVE	318	26.760.738,61	13	2.583.483,23	46	410.152,16	79	7.847.231,06	456	37.601.605,06
Pessoal cedido	12	317.707,00	-	-	12	322.210,36	-	-	24	639.917,36
Ressarc. Desp. Administrativas	3	16.545,79	-	-	8	19.976,19	6	21.077,25	17	57.599,23
Restituição de Salários	1	13.703,66	1	16.020,95	1	25.000,00	11	129.783,82	14	184.508,43
Serviço de Assistência à Saúde	13	102.580,61	-	-	-	-	3	27.433,40	16	130.014,01
Total	7.248	1.946.234.559,09	46	10.635.883,00	623	3.901.901,84	39.267	137.210.464,57	47.184	2.098.976.555,30

Fonte: Difin/Sufin/Gecob

(*) Remetido p/ instrução judicial, Composição de dívida, Pagamento efetuado em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial...

2.3.3.16 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos **Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação**. Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

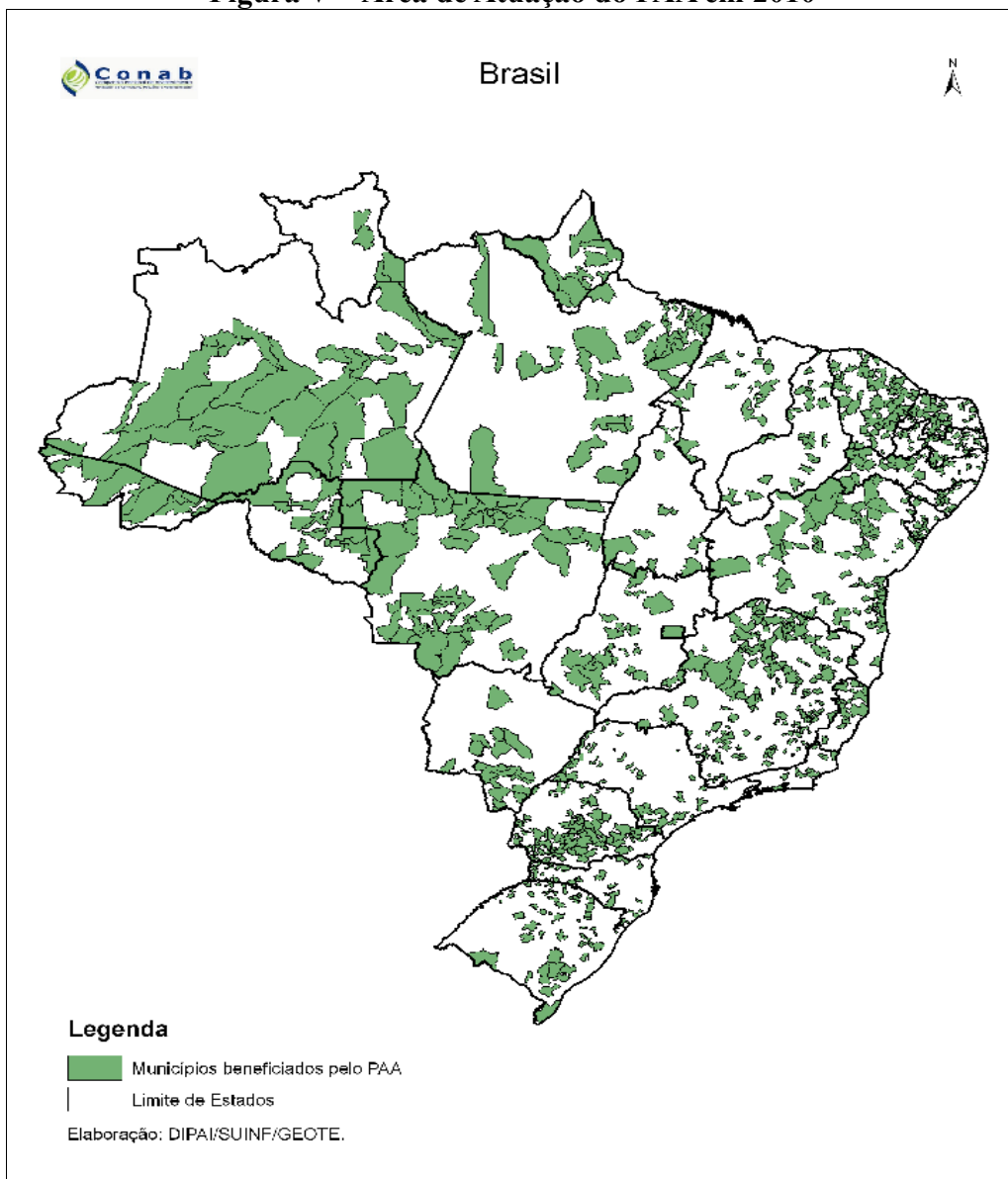
São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a

regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. A figura a seguir mostra a área de atuação do Programa em 2010.

Figura V – Área de Atuação do PAA em 2010



2.3.3.16.1 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Este instrumento permitiu a aquisição, em 2010, de 18.572 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$40.902.525,91, beneficiando 6.954 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXII - Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

UF	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
GO	11	Arroz	2	13	4.513,65
		Milho	105	1.682	448.997,52
		Sorgo	77	1.341	312.555,51
MS	10	Milho	347	5.142	1.496.406,79
RS	15	Leite em Pó	6.006	4.744	35.577.030,00
		Trigo	414	5.644	3.056.216,76
SE	1	Feijão	3	5	6.805,68
Total	37	-	6.954	18.572	40.902.525,91

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram beneficiadas 11.411 toneladas de diversos produtos

agrícolas, ao custo de R\$16.191.040,88, atendendo 3.625 produtores familiares, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXIII - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

UF	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
AC	2	445	1.478	1.916.498,50
AL	2	152	710	864.666,00
AM	6	230	557	803.974,88
AP	1	17	85	74.800,00
BA	6	239	164	937.845,92
CE	1	61	54	249.344,32
ES	1	19	31	85.500,80
GO	1	26	54	107.700,00
MA	1	46	325	195.996,00
MT	4	138	331	588.653,80
PB	1	8	5	21.000,00
PI	1	8	23	20.020,00
PR	9	284	498	1.146.573,89
RJ	1	27	12	94.496,00
RN	7	126	284	457.450,00
RO	1	7	26	44.000,00
RS	9	809	2.278	4.362.998,77
SC	9	478	629	1.999.522,00
SE	1	50	75	220.000,00
SP	9	455	3.793	2.000.000,00
	73	3.625	11.411	16.191.040,88

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

c) Aquisição de Equipamentos para Fortalecimento das Ações de Comercialização

Com os recursos disponibilizados, no valor de R\$60.000,00, foram adquiridos 24 notebooks, ao custo total de R\$58.992,00.

d) Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi contratada a remoção de 7.121 toneladas de farinha, feijão, leite em pó e milho, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro LXXXIV - Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
BA	BA	Feijão	385.907,86	385.907,86	5.376	5.376	-	-	-
BA	BA	Milho	14.302,67	14.302,67	120	120	-	-	-
Subtotal			400.210,53	400.210,53	5.496	5.496	-	-	-
PE	CE	Leite em pó	2.794,91	2.794,91	15	15	-	-	-
PE	PI	Leite em pó	3.435,93	3.435,93	10	10	-	-	-
Subtotal			6.230,84	6.230,84	25	25	-	-	-
PR	PR	Farinha de mandioca	7.468,52	7.468,52	146	146	-	-	-
PR	PR	Feijão	52.546,85	52.546,85	867	867	-	-	-
Subtotal			60.015,37	60.015,37	1.013	1.013	-	-	-
RS	AL	Leite em pó	35.954,53	35.954,53	65	65	-	-	-
RS	DF	Leite em pó	19.764,03	19.764,03	60	60	-	-	-
RS	GO	Leite em pó	14.831,05	14.831,05	50	50	-	-	-
RS	MG	Leite em pó	12.119,13	12.119,13	40	40	-	-	-
RS	MT	Leite em pó	15.738,16	15.738,16	50	50	-	-	-
RS	PB	Leite em pó	24.488,87	24.488,87	40	40	-	-	-
RS	PR	Leite em pó	105.077,87	105.077,87	182	182	-	-	-
RS	PI	Leite em pó	17.939,41	17.939,41	30	30	-	-	-
RS	SP	Leite em pó	14.001,33	14.001,33	70	70	-	-	-
Subtotal			259.914,38	259.914,38	587	587	-	-	-
Total			726.371,12	726.371,12	7.121	7.121	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

e) Execução Orçamentária

As despesas liquidadas somaram R\$63.600.652,35. Destacou-se a os custos com a Aquisição de Bens para Revenda, com 90,01% do total de despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXV - Demonstrativo da Execução da Despesa - MDA

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
AC	2.362,50	-	-	-	-	-	-	1.916.498,50	1.918.861,00
AL	-	-	-	-	35.954,10	-	-	864.666,00	900.620,10
AM	6.272,00	-	3.546,26	-	-	-	-	803.974,51	813.792,77
BA	26.149,86	6.886,86	4.992,94	479,00	20.051,74	95,80	-	937.845,92	996.502,12
CE	1.687,50	-	3.448,82	-	3.176,03	-	-	255.079,24	263.391,59
ES	2.362,50	-	2.845,40	-	4.800,00	-	-	85.500,80	95.508,70
GO	13.160,00	3.487,38	2.365,84	150,00	9.998,08	-	-	891.650,12	920.811,42
MA	2.926,50	147,01	1.240,17	-	-	-	-	195.996,00	200.309,68
MG	6.195,00	921,60	3.001,55	-	28.132,02	-	-	-	38.250,17
MS	3.191,50	898,30	693,54	-	22.447,61	214.262,75	-	1.543.729,19	1.785.222,89
MT	8.132,00	1.421,14	444,88	-	20.585,35	-	-	588.653,80	619.237,17
PA	3.937,50	-	3.596,54	-	-	-	-	74.800,00	82.334,04
PB	6.309,00	1.764,62	3.011,91	-	1.144,50	-	-	21.000,00	33.230,03
PE	3.150,00	840,00	3.668,96	580,00	112.872,90	116,00	-	-	121.227,86
PI	7.156,50	5.412,65	4.041,08	-	18.971,86	2.700,00	-	20.020,00	58.302,09
PR	7.326,00	1.254,05	7.039,73	-	860.119,92	3.045,00	-	1.174.690,32	2.053.475,02
RJ	3.772,50	-	2.093,92	-	3.633,89	-	-	94.496,00	103.996,31
RN	2.362,50	-	3.808,32	-	-	-	-	457.450,00	463.620,82
RO	2.362,50	-	7.720,79	-	-	-	-	44.000,00	54.083,29
RR	2.362,50	-	-	-	-	-	-	-	2.362,50
RS	8.486,50	536,34	5.896,66	-	2.107.740,06	2.481.460,86	-	43.051.029,08	47.655.149,50
SC	6.176,50	978,14	2.855,40	-	-	-	-	1.999.522,00	2.009.532,04
SE	-	-	-	1.577,10	-	2.098,26	-	226.805,68	230.481,04
SP	3.150,00	-	-	-	17.850,91	-	-	2.000.000,00	2.021.000,91
TO	2.137,50	-	-	-	-	-	-	-	2.137,50
Matriz	9.024,50	-	13.485,12	-	75.710,17	-	58.992,00	-	157.211,79
Total	140.153,36	24.548,09	79.797,83	2.786,10	3.343.189,14	2.703.778,67	58.992,00	57.247.407,16	63.600.652,35

Fonte: Siafi

2.3.3.16.2 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar, quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na

distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, referente aos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro LXXXVI - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas 13.772 toneladas de arroz, farinha de mandioca, feijão, leite, leite em pó, milho, pêssego em calda e sorgo, ao custo total de R\$19.179.273,51, beneficiando 4.355 famílias em 75 municípios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro LXXXVII - Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

UF	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AL	14	Farinha de mandioca	753	3.527	3.164.898,52
BA	6	Farinha de mandioca	43	159	142.278,56
		Feijão	46	114	161.369,55
		Leite em pó	50	25	187.500,00
CE	4	Farinha de mandioca	74	364	327.140,49
MS	1	Feijão	82	265	355.728,50
PB	1	Farinha de mandioca	30	150	131.736,00
PE	2	Farinha de mandioca	544	2.697	2.357.417,28
PR	31	Arroz	39	121	175.000,00
		Feijão	866	2.153	3.168.847,40
RN	2	Arroz integral	67	115	250.595,64
RS	7	Arroz	143	743	789.749,89
		Leite	180	192	1.438.470,00
		Leite em pó	264	280	2.098.500,00
		Pêssego em calda	114	280	613.109,38
SC	3	Feijão	22	59	86.020,89
		Leite	1.023	2.436	3.665.609,00
SP	1	Feijão	6	25	36.622,56
TO	3	Arroz	9	69	28.679,85
Total	75	-	4.355	13.772	19.179.273,51

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Por meio deste instrumento foram beneficiadas 21.504 toneladas de diversos produtos alimentícios de 6.552 produtores familiares em 64 municípios, conforme quadro a seguir.

Quadro LXXXVIII - Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS

UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
BA	969	14	1.293	4.241.894,44
GO	33	1	9	50.824,80
MG	99	1	66	376.439,86
MT	8	1	10	35.980,00
PB	48	1	61	67.584,00
PR	440	6	799	1.747.754,40
RN	303	5	332	1.012.111,00
RO	29	1	67	108.800,00
RS	1.784	18	13.343	13.343.748,14
SC	206	7	515	927.131,41
SE	2.416	8	4.019	7.647.292,00
SP	217	1	990	1.445.205,82
	6.552	64	21.504	31.004.765,87

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 160.745 toneladas de diversos produtos alimentícios de 73.026 produtores familiares e distribuídas a 17.766 instituições sociais, conforme

quadro a seguir.

Quadro LXXXIX - Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AC	696	10	1.671	51.948	290	2.688.368,30
AL	1.007	14	4.241	804.567	80	4.383.391,75
AM	2.003	24	6.791	285.584	359	7.306.829,05
AP	435	8	711	70.583	147	1.583.138,19
BA	5.252	76	11.113	663.605	1.278	18.480.432,37
CE	5.403	68	6.691	982.194	2.343	21.124.696,82
DF	139	1	341	9.017	46	542.560,25
ES	1.278	18	3.882	126.419	379	4.899.509,10
GO	849	18	1.227	208.284	601	3.487.795,07
MA	2.246	24	4.219	232.540	670	9.882.883,77
MG	13.995	155	28.808	2.242.045	2.316	50.810.832,70
MS	934	16	2.614	208.687	168	4.145.631,06
MT	2.887	56	5.979	419.541	915	9.823.596,08
PA	1.250	41	2.005	1.690.698	263	4.958.726,88
PB	2.401	52	4.124	1.171.277	1.127	8.285.328,35
PE	4.594	31	11.292	1.481.814	541	17.893.438,77
PI	924	27	1.458	286.454	358	2.999.441,18
PR	6.823	86	16.715	1.806.041	1.474	22.497.006,58
RJ	785	10	2.235	294.539	102	3.320.531,51
RN	2.717	56	2.828	540.822	1.453	10.080.270,75
RO	1.509	19	3.421	145.481	471	6.004.741,85
RR	267	4	339	57.637	88	1.093.325,00
RS	4.111	43	9.401	149.904	509	15.391.165,38
SC	4.506	35	7.689	445.115	944	16.890.661,50
SE	1.559	14	6.480	123.376	107	6.064.077,04
SP	4.008	50	13.819	712.440	610	16.082.576,00
TO	448	11	652	36.942	127	1.736.904,92
	73.026	967	160.745	15.247.554	17.766	272.457.860,22

Fonte: Dipai/Supaf/Gecaf

d) Execução Orçamentária

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$338.432.208,65, conforme detalhado no quadro a seguir, representando cerca de 99,80% dos recursos recebidos, equivalentes a R\$339.102.538,00.

Quadro XC - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

UF	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo		Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AC	7.443,00	2.467,49	2.688.368,30	276,92	0,00	16.000,00	0,00	2.714.555,71
AL	104.139,00	14.930,25	7.593.451,53	2.237,10	66.557,35	69.432,04	73.286,55	7.924.033,82
AM	36.358,50	789,29	7.307.414,92	29.901,41	0,00	106.758,75	0,00	7.481.222,87
BA	83.746,50	20.247,28	23.225.392,98	21.570,19	658,34	416.945,42	289.441,56	24.058.002,27
CE	200.283,00	26.350,58	21.955.139,94	38.675,55	675,58	198.654,07	739,38	22.420.518,10
ES	23.075,52	13.142,26	4.899.809,10	5.175,15	0,00	56.660,52	91.141,17	5.089.003,72
GO	98.112,00	90.441,45	4.081.180,12	23.092,37	0,00	70.548,58	144.183,26	4.507.557,78
MA	75.852,30	16.302,20	10.003.290,50	27.271,64	0,00	184.932,24	213.354,37	10.521.003,25
MG	48.246,00	13.744,38	51.198.633,44	18.453,28	0,00	169.013,18	10.074,55	51.458.164,83
MS	3.852,50	1.367,55	4.501.509,56	1.956,87	0,00	273.693,05	143.944,45	4.926.323,98
MT	29.477,50	12.864,42	9.864.000,00	16.995,58	0,00	95.843,76	27.178,84	10.046.360,10
PA	46.593,50	6.047,51	6.643.424,82	26.210,21	0,00	250.056,93	0,00	6.972.332,97
PB	42.898,00	16.711,06	8.600.616,96	16.246,29	757,50	149.621,51	78.488,97	8.905.340,29
PE	149.518,24	21.621,74	20.363.082,01	10.654,73	295,00	461.988,92	0,00	21.007.160,64
PI	48.048,00	10.096,95	3.499.468,10	8.843,60	0,00	155.193,80	116.537,72	3.838.188,17
PR	50.156,50	25.141,99	27.887.683,64	45.677,64	0,00	567.197,33	75.004,23	28.650.861,33
RJ	45.358,00	7.562,39	3.557.589,49	531,01	0,00	66.656,92	32.234,46	3.709.932,27
RN	32.549,00	12.712,64	11.347.900,00	8.503,29	9.570,23	57.197,04	61.254,81	11.529.687,01
RO	112.113,50	29.358,00	5.876.483,87	34.314,56	0,00	80.811,89	37.260,88	6.170.342,70
RR	19.589,00	2.305,00	1.093.325,00	7.900,00	0,00	0,00	239,46	1.123.358,46
RS	73.842,50	30.394,47	34.525.232,75	36.434,01	15.200,00	542.486,07	151.433,46	35.375.023,26
SC	7.725,00	2.433,75	21.590.630,51	6.264,02	0,00	174.354,95	756.205,85	22.537.614,08
SE	0,00	0,00	13.711.369,04	0,00	360,00	58.600,24	4.307,84	13.774.637,12
SP	12.443,50	3.194,93	17.651.504,78	3.309,66	0,00	155.062,86	31.416,00	17.856.931,73
TO	18.649,00	4.174,76	1.765.584,77	4.052,60	0,00	42.355,88	18.257,68	1.853.074,69
Matriz	203.712,00	15.076,15	0,00	329.998,20	0,00	3.430.317,12	1.874,03	3.980.977,50
Total	1.573.781,56	399.478,49	325.432.086,13	724.545,88	94.074,00	7.850.383,07	2.357.859,52	338.432.208,65

Fonte: Siafi

2.3.3.16.3 - Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O Programa 1049-Acesso à Alimentação, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, e comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos,

indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram, em 2003, parceria estabelecendo o repasse, por parte do Ministério, dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010.

Quadro XCI - Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários						Total	
		Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB ¹	Indígenas		Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pes. Artesanais
2003	N.º Famílias	219.912	10.350	-	-	4.074	20.575	-	254.911
	Quant. Cestas	659.736	31.050	-	-	4.074	20.575	-	715.435
2004	N.º Famílias	222.161	17.849	-	173.296	10.811	23.647	-	447.764
	Quant. Cestas	1.321.914	35.283	-	173.296	36.930	53.405	-	1.620.828
2005	N.º Famílias	226.254	22.795	8.350	190.540	16.309	41.127	-	505.375
	Quant. Cestas	1.373.177	79.069	35.150	190.540	80.881	192.097	-	1.950.914
2006	N.º Famílias	237.613	24.462	11.400	18.089	15.309	36.579	-	343.452
	Quant. Cestas	1.333.746	133.320	68.549	18.229	67.267	199.681	-	1.820.792
2007	N.º Famílias	226.412	35.721	8.100	47.086	19.147	66.260	-	402.726
	Quant. Cestas	1.477.794	142.072	54.494	58.103	77.288	287.402	-	2.097.153
2008	N.º Famílias	225.997	24.101	8.340	20.317	16.319	57.156	1.988	354.218
	Quant. Cestas	925.517	112.873	38.933	20.317	59.338	278.534	3.744	1.439.256
2009	N.º Famílias	224.563	24.722	15.900	7.293	15.919	46.083	3.966	338.446
	Quant. Cestas	954.508	93.492	63.074	13.243	69.979	215.818	17.161	1.427.275
2010	N.º Famílias	226.787	34.094	13.900	76.233	16.846	68.183	10.320	446.363
	Quant. Cestas	1.209.572	148.822	68.580	103.519	81.445	301.478	33.127	1.946.543

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas à espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,7 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 65,1 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 13,9 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Por meio do Ofício DEPAA/SESAN o MDS autorizou a destinação de parte dos recursos, no valor de R\$25.000.000,00, para a aquisição de produtos agropecuários de agricultores familiares, cuja execução está detalhada no item 2.3.3.16.2 – Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM, conforme detalhado no quadro XCII.

Durante o exercício foram distribuídas 1.946.543 cestas de alimentos a 446.363 famílias em todos os estados da federação e no Distrito Federal, beneficiando as famílias de acampadas a espera da reforma agrária, de remanescentes de quilombos, das comunidades de terreiro, indígenas, pescadores artesanais e em atendimentos especiais, conforme detalhado no Quadro XCIII.

Quadro XCII- Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

UF	Produtos (Em t)																		Total Geral			Total Geral
	Açúcar		Arroz		Doce de Frutas	Feijão		Farinha		Flocos de Milho	Fubá de Milho		Leite em pó	Macarrão	Óleo de Soja	Pepino em Conserva	Leilão	PAA	PGPM			
	Cristal	Mascavo	Leilão	PAA		Mandioca	Trigo	Leilão	PAA		Leilão	PAA								Leilão	PAA	
	Leilão	PAA																				
AL	128,0	-	640,0	-	-	-	401,0	-	128,0	-	64,0	-	-	128,0	64,0	128,0	-	1.024,0	256,0	401,0	1.681,0	
AM	83,5	-	417,4	-	-	-	125,3	83,5	-	-	41,7	-	-	77,8	41,7	41,7	-	709,5	77,8	125,3	912,6	
BA	530,9	-	2.329,6	-	-	776,6	-	467,8	-	-	291,2	-	-	581,3	291,2	579,4	-	4.490,1	1.357,9	-	5.848,0	
CE	81,3	-	415,8	-	-	-	124,8	-	83,9	-	41,6	-	-	84,7	41,6	83,1	-	663,4	168,6	124,8	956,8	
DF	91,5	-	457,5	-	-	-	137,2	91,6	-	-	-	45,7	-	90,0	45,7	91,5	-	823,5	90,0	137,2	1.050,7	
ES	37,0	-	185,2	-	-	-	55,8	37,0	-	-	-	18,5	-	53,8	18,6	37,0	-	333,3	53,8	55,8	442,9	
GO	87,6	-	438,2	-	-	-	131,7	87,6	-	-	-	43,8	-	87,2	43,8	87,6	-	788,6	87,2	131,7	1.007,5	
MA	137,3	-	686,4	-	-	-	104,0	137,3	-	-	68,5	-	-	139,6	68,6	137,3	-	1.235,4	139,6	104,0	1.479,0	
MG	163,8	-	819,2	-	-	239,8	-	60,3	104,9	-	-	81,8	-	176,4	81,9	163,8	-	1.370,8	521,1	-	1.891,9	
MS	250,6	-	1.253,5	-	-	-	197,6	-	24,0	-	-	-	125,4	-	77,9	125,3	250,7	-	2.005,5	299,5	-	2.305,0
MT	199,9	-	999,5	-	-	-	587,6	199,9	-	-	-	-	99,9	-	200,0	100,0	199,9	-	1.799,1	200,0	587,6	2.586,7
PA	272,9	-	1.364,6	-	-	101,0	308,8	272,9	-	-	136,5	-	-	241,0	136,5	269,4	-	2.452,8	342,0	308,8	3.103,6	
PB	74,8	-	375,8	-	-	113,4	-	37,6	37,6	-	37,6	-	-	80,0	37,6	75,1	-	638,5	231,0	-	869,5	
PE	357,0	-	1.785,0	-	-	126,3	141,5	-	178,5	-	178,5	-	-	322,5	178,5	357,1	-	2.856,1	627,3	141,5	3.624,9	
PI	45,2	-	225,8	-	-	32,2	-	-	53,3	-	22,6	-	-	39,5	22,6	45,2	-	361,4	125,0	-	486,4	
PR	44,9	80,1	449,2	-	-	133,4	-	-	-	89,8	-	44,9	16,5	88,4	44,9	89,9	-	763,6	318,4	-	1.082,0	
RJ	60,4	-	302,2	-	-	-	158,9	60,5	-	-	-	30,2	-	37,7	30,2	60,4	-	543,9	37,7	158,9	740,5	
RN	28,6	-	142,9	-	-	-	43,0	-	28,8	-	14,3	-	-	30,0	14,3	28,6	-	228,7	58,8	43,0	330,5	
RO	83,3	-	416,3	-	-	-	126,8	83,3	-	-	41,6	-	-	86,8	41,6	83,3	-	749,4	86,8	126,8	963,0	
RS	108,7	-	-	271,7	-	81,5	-	-	-	54,0	-	-	57,2	54,3	67,6	135,8	-	366,1	464,7	-	830,8	
SC	52,0	-	260,1	-	3,3	49,6	-	-	-	52,0	-	26,0	-	55,8	26,0	52,0	17,6	468,1	126,3	-	594,4	
SE	93,4	-	466,9	-	-	76,3	-	93,4	-	-	46,6	-	-	75,1	46,7	93,4	-	840,4	151,4	-	991,8	
SP	185,0	-	915,6	-	-	-	93,0	185,7	-	-	-	92,9	-	127,0	92,9	185,7	-	1.657,8	127,0	93,0	1.877,8	
TO	57,7	-	288,3	-	-	-	50,4	57,7	-	-	28,8	-	-	60,0	28,8	57,7	-	519,0	60,0	50,4	629,4	
Total	3.255,3	80,1	15.635,0	271,7	3,3	1.927,7	2.589,8	1.956,1	639,0	195,8	1.013,5	609,1	73,7	2.994,8	1.690,6	3.333,6	17,6	27.689,0	6.007,9	2.589,8	36.286,7	

Fonte: Supab/Gepab

Quadro XCIII - Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos-MDS

Em t



UF	ATENDIMENTOS EFETUADOS																					Total Geral		
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais			MAB			Indígenas			Pescadores Artesanais					
	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)	Nº Famílias	Nº Atendimentos	Quant. Entregue(t)
AC	415	600	14	-	-	-	100	600	14	-	-	-	-	-	-	681	3.012	68	-	-	-	1.196	4.212	96
AL	13.050	83.850	2.084	1.250	6.665	167	200	1.400	36	14.105	14.105	315	-	-	1.610	9.220	224	-	-	-	30.215	115.240	2.826	
AM	-	-	-	241	723	16	-	-	-	-	-	21	-	-	6.166	26.676	576	-	-	-	6.407	27.399	613	
AP	-	-	-	310	980	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	310	980	22	
BA	51.759	310.805	7.253	6.515	25.288	602	1.850	7.406	154	1.000	3.000	81	400	2.200	49	7.497	15.193	357	1.000	8.821	199	70.021	372.713	8.695
CE	2.777	21.428	460	817	3.695	84	100	700	16	400	2.000	44	1.622	8.110	182	2.000	8.500	194	600	2.850	64	8.316	47.283	1.044
DF	5.900	30.606	721	-	-	-	-	-	-	1.008	1.008	24	-	-	-	65	65	2	-	-	-	6.973	31.679	747
ES	1.263	9.166	233	934	3.916	102	300	1.800	46	200	400	12	-	-	-	390	2.190	57	-	-	-	3.087	17.472	450
GO	7.629	29.020	653	2.275	14.202	333	500	3.000	82	417	2.417	59	2.290	12.888	288	-	-	-	200	200	4	13.311	61.727	1.419
MA	8.492	31.061	666	4.125	15.540	319	1.000	4.000	82	-	-	-	-	-	-	2.950	11.036	229	1.100	4.400	90	17.667	66.037	1.386
MG	10.300	51.293	1.186	2.151	9.672	227	1.600	4.800	114	1.100	6.100	128	1.505	5.209	129	3.195	12.330	285	-	-	-	19.851	89.404	2.069
MS	13.930	64.210	1.654	180	900	31	100	500	17	-	-	-	-	-	-	14.862	94.544	2.137	-	-	-	29.072	160.154	3.839
MT	9.767	68.370	1.781	1.077	6.912	174	100	700	18	-	-	-	965	4.895	130	2.111	10.644	291	-	-	-	14.020	91.521	2.394
PA	20.576	79.051	1.822	2.335	10.978	251	1.100	6.104	166	200	1.200	32	2.410	4.820	106	1.261	4.780	105	400	400	9	28.282	107.333	2.491
PB	4.000	21.826	483	896	4.102	94	400	2.800	70	200	600	14	1.050	7.350	168	2.148	10.701	231	700	2.256	51	9.394	49.635	1.111
PE	31.754	167.205	4.004	4.713	18.516	441	1.300	6.500	155	52.403	53.203	1.367	-	-	-	5.865	26.437	623	600	2.400	57	96.635	274.261	6.647
PI	2.919	15.174	412	1.020	4.452	122	500	2.500	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700	3.000	80	5.139	25.126	679
PR	7.500	52.338	1.427	120	578	15	100	400	10	800	3.241	91	610	4.270	119	1.900	12.954	365	-	-	-	11.030	73.781	2.027
RJ	1.805	7.856	185	582	3.774	80	1.850	11.370	274	800	2.400	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.037	25.400	619
RN	3.448	22.063	475	815	3.990	94	100	500	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.363	26.553	582
RO	2.214	14.802	333	-	-	-	100	600	14	200	1.445	33	1.527	9.162	206	1.502	6.656	151	-	-	-	5.543	32.665	737
RR	270	2.460	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	3.200	72	-	-	-	2.270	5.660	133
RS	2.954	13.861	309	701	2.766	63	1.100	6.300	140	1.000	3.000	70	2.098	8.765	205	7.082	25.115	565	3.820	4.000	88	18.755	63.807	1.440
SC	2.041	12.826	324	50	50	1	-	-	-	200	600	16	1.275	6.379	161	2.412	8.959	262	-	-	-	5.978	28.814	764
SE	10.694	42.333	956	1.112	3.640	83	200	800	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.006	46.773	1.059
SP	9.830	47.851	1.143	1.395	6.971	159	1.300	5.800	132	2.000	8.000	176	-	-	-	955	3.398	77	-	-	-	15.480	72.020	1.687
TO	1.500	9.517	247	480	512	11	-	-	-	200	800	19	1.094	7.397	183	1.531	5.868	152	1.200	4.800	111	6.005	28.894	723
Total	226.787	1.209.572	28.886	34.094	148.822	3.491	13.900	68.580	1.638	76.233	103.519	2.582	16.846	81.445	1.926	68.183	301.478	7.023	10.320	33.127	753	446.363	1.946.543	46.299

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

Para a aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$40.714.885,17, tendo sido liquidados R\$40.400.384,82 e R\$314.500,35 inscrito em restos a pagar. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$39.368.389,85, representando cerca de 96,69%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCIV - Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

UF	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AL	-	-	1.506.710,40	-	2.517,07	741,80	-	1.509.969,27
AM	-	-	1.162.641,98	-	-	14.540,00	-	1.177.181,98
BA	6.298,00	7.419,88	7.200.764,20	-	25.819,14	11.906,02	6.898,36	7.259.105,60
CE	2.632,00	415,90	951.667,71	640,00	-	22.436,86	-	977.792,47
ES	3.926,50	14.076,05	428.991,69	-	-	1.920,00	-	448.914,24
GO/DF	44.457,50	42.761,13	983.842,91	496,17	0,00	15.729,64	761,10	1.088.048,45
MA	-	-	1.790.167,26	-	-	7.608,74	-	1.797.776,00
MG	13.667,00	10.942,10	1.798.675,56	469,86	-	17.681,80	34.148,84	1.875.585,16
MS	-	-	2.317.196,44	-	-	89.949,13	7.971,14	2.415.116,71
MT	-	1.677,00	2.333.829,22	-	-	26.184,26	-	2.361.690,48
PA	282,00	110,00	3.791.806,29	-	-	220.496,18	-	4.012.694,47
PB	-	5.719,00	941.940,77	-	-	35.071,14	-	982.730,91
PE	10.998,00	11.055,40	4.184.546,15	-	-	16.578,44	59,00	4.223.236,99
PI	5.546,00	8.020,26	531.820,77	184,94	-	18.025,21	8.383,89	571.981,07
PR	470,00	14.366,17	894.113,90	54,70	-	47.103,62	2.673,30	958.781,69
RJ	11.092,00	3.561,99	730.148,97	-	-	925,00	1.804,03	747.531,99
RN	7.520,00	7.878,00	315.307,63	-	720,00	17.660,00	144,00	349.229,63
RO	2.587,50	19.773,96	1.158.526,28	450,00	-	33.676,99	-	1.215.014,73
RR	-	-	-	-	-	15.368,28	-	15.368,28
RS	11.656,00	2.292,39	571.813,03	928,60	-	35.596,24	-	622.286,26
SC	-	840,00	574.507,11	-	-	8.993,28	2.840,33	587.180,72
SE	-	-	1.242.550,55	-	-	2.828,89	-	1.245.379,44
SP	-	-	2.130.646,80	-	-	30.197,04	-	2.160.843,84
TO	-	-	755.399,31	-	-	10.941,84	-	766.341,15
Matriz	3.825,00	-	1.070.774,92	1.586,68	-	268.917,04	-	1.345.103,64
Total	124.957,50	150.909,23	39.368.389,85	4.810,95	29.056,21	971.077,44	65.683,99	40.714.885,17

Fonte: Siafi

2.3.3.17 - Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional-MI

O Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos

municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, visando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição, por meio de leilões eletrônicos, de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

a) Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados 22 leilões públicos tendo sido adquiridas 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Além destes foram recebidas 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGFs, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCV - Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

UF	Produto (Em t)													Total		
	Açúcar		Arroz		Farinha de mandioca		Farinha de trigo		Feijão		Leite em Pó	Macarrão	Óleo de soja		Rosquinhas de coco	Sardinha
	Leilão	Leilão	PAA	Leilão	PAA	PAA	PAA	PGPM	PAA	Leilão	Leilão	Leilão	Leilão			
AM	40,0	150,0	-	40,0	-	-	-	45,0	10,0	30,0	40,0	12,0	7,5	374,5		
BA	72,0	360,0	-	72,0	-	32,0	90,9	-	-	72,0	72,0	28,8	18,0	817,7		
CE	32,0	160,0	-	-	32,0	-	-	48,0	12,0	32,0	32,0	12,8	8,0	368,8		
ES	6,0	30,0	-	6,0	-	-	-	9,0	6,0	6,0	6,0	2,4	1,5	72,9		
MG	30,0	50,0	-	20,0	10,0	-	45,0	-	30,0	30,0	30,0	12,0	0,0	257,0		
PA	10,0	50,0	-	10,0	-	-	15,0	-	10,0	10,0	10,0	4,0	2,5	121,5		
PE	14,0	70,0	-	-	14,0	-	-	-	14,0	14,0	14,0	5,6	3,5	149,1		
PI	9,9	50,0	-	-	-	-	-	-	-	10,0	10,0	4,0	2,5	86,4		
PR	6,0	30,0	-	6,0	-	-	9,0	-	6,0	6,0	6,0	2,4	1,5	72,9		
RJ	8,0	40,0	-	8,0	-	-	-	12,0	7,9	8,0	8,0	3,2	2,0	97,1		
RS	10,0	-	50,0	10,0	-	-	15,0	-	10,0	10,0	10,0	4,0	2,5	121,5		
SC	32,0	160,0	-	32,0	-	-	48,0	-	20,0	32,0	32,0	12,8	8,0	376,8		
Total	269,9	1.150,0	50,0	204,0	56,0	32,0	222,9	114,0	125,9	260,0	270,0	104,0	57,5	2.916,2		

Fonte: Supab/Gepab

b) Aquisição de Embalagens Plásticas (capas de fardo)

Durante o exercício foram realizados 2 leilões para a aquisição de embalagens plásticas para acondicionamento dos produtos. Foram adquiridas 150.000 embalagens (Amazonas 20.000, Bahia 40.000, Ceará 20.000, Espírito Santo 5.000, Minas Gerais 10.000, Pará 5.000, Piauí 10.000, Paraná 5.000, Rio de Janeiro 5.000, Rio Grande do Sul 10.000 e Santa Catarina 20.000).

c) Remoção de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foi contratada a remoção de 460 toneladas de cestas de alimentos, originalmente depositadas em unidades armazenadoras localizadas no Estado do Ceará, com destino ao Estado de Alagoas, envolvendo recursos da ordem de R\$74.175,00, e também 175,7 toneladas de cestas destinadas a ajuda humanitária no Peru e no Haiti, ao custo previsto de R\$208.353,31.

d) Distribuição de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foram distribuídas 142.286 cestas de alimentos a 139.452 famílias em 15 estados e no Distrito Federal, totalizando 3.766 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCVI - Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos-MI

UF	Atendimentos Efetuados																					Total Geral			
	Emergencial/Defesa Civil			Ajuda Humanitária			Indígenas			Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atendimentos Especiais						
	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	N.º Famílias	N.º Atendimentos	Quant. Alimentos (t)	
AL	9.885	9.885	285	-	-	-	-	-	-	7.505	7.505	153	-	-	-	-	-	-	-	870	2.610	84	18.260	20.000	522
AM	6.500	6.500	183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.500	6.500	183	
BA	27.670	27.670	706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.670	27.670	706	
CE	7.000	7.000	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.000	7.000	160	
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.735	4.735	123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.735	4.735	123
ES	-	-	-	-	-	-	340	680	15	412	412	9	454	908	20	300	600	13	400	400	9	1.906	3.000	66	
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.135	2.135	56	-	-	-	-	-	-	-	2.135	2.135	56
MG	4.790	4.790	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.790	4.790	110	
MS	990	990	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	990	990	25	
PI	15.000	15.000	390	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	15.000	15.000	559
PR	6.000	6.000	136	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000	6.000	136	
RJ	5.875	5.875	126	6.675	6.675	176	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	12.550	12.550	328
RR	500	500	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	500	500	13	
RS	14.267	14.267	340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.267	14.267	340	
SC	14.149	14.149	367	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.149	14.149	367	
TO	3.000	3.000	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	72	
Total	115.626	115.626	2.913	6.675	6.675	176	340	680	15	12.652	12.652	285	2.589	3.043	76	300	600	13	1.270	3.010	288	139.452	142.286	3.766	

Fonte: Supab/Gepab

e) Ajuda Humanitária

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária internacional com o objetivo de assistir países ou populações que se encontrem em situações de emergência, calamidade pública, convulsões sociais, catástrofes naturais ou causadas pelo homem, conflitos armados, insegurança alimentar aguda, risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários, aliando ações preventivas, emergenciais e estruturantes.

Com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), pelo Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e integrado, ainda, por outros 12 ministérios e pelas Casa Civil, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi aprimorada a capacidade de resposta brasileira a situações de calamidade socionatural, por meio da estruturação de uma política externa humanitária, caracterizada pela coordenação interministerial, pela participação da sociedade civil, pela atenção permanente a uma gama muito mais diversificada de calamidades naturais e antropogênicas e pelo foco em desenvolvimento sustentável, que contempla também aspectos de prevenção, recuperação e reconstrução.

A fim de agilizar ainda mais o envio de assistência humanitária, a Conab montou na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, o Armazém Humanitário Internacional, onde ficam previamente estocadas 14 toneladas de alimentos prontos para consumo humano. Com a criação do Armazém, o Governo brasileiro pretende atender, com a máxima urgência possível, às demandas humanitárias da comunidade internacional.

O envio de produtos aos países amigos teve início em 2004 tendo sido doadas, até 2010, 47.514 toneladas de diversos produtos alimentícios e 68.596 latas de sardinha, fiambre e óleo de soja. Os produtos doados podem ser adquiridos pela Conab no mercado, por meio de leilões eletrônicos, ou adquiridos de agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Em 2010, foram doadas 138,2 toneladas de produtos alimentícios e 37,5 mil latas de fiambre, sardinha e óleo de soja, armazenados no Rio de Janeiro. Os quadros a seguir detalham as doações realizadas em 2010 e no período e em 2004/2010.

Quadro XCVII - Demonstrativo de Ajuda Humanitária

Produto	País / Região		Total
	Peru	Haiti	
Açúcar Cristal	1,2	19,8	21,1
Arroz beneficiado	6,1	60,7	66,8
Farinha de mandioca	1,2	9,8	11,1
Feijão preto	1,8	2,5	4,3
Leite em Pó	1,2	22,8	24,0
Macarrão espaguete	1,2	9,8	11,0
Total (em ton)	12,8	125,4	138,2
Fiambre em lata	-	18,9	18,9
Óleo de soja	1,2	9,8	11,0
Sardinha em lata	-	7,7	7,7
Total (em mil latas)	1,2	36,3	37,5

Fonte: Supab/Gepab

Quadro XCVIII - Demonstrativo de Ajuda Humanitária, período 2004-2010

Produto	País																Total	
	Haiti	Tailândia	Guiana	Sri Lanka	El Salvador	Guatemala	Paquistão	Bolívia	Equador	Peru	Jamaica	Moçambique	Zâmbia	Cuba	Paraguai	Faixa de Gaza		Honduras
Arroz	15.290.360	5.000	7.090	-	900	1.800	8.700	19.510	6.620	26.100	205.400	-	-	19.612.180	12.180	-	10.000.000	45.195.840
Feijão	15.476	-	3.545	-	-	-	-	7.910	2.493	7.824	1.080	3.500	3.500	3.600	3.654	-	-	52.582
Fubá de milho	2.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.220
Flocos de milho	2.220	-	709	-	-	-	900	1.305	960	-	-	-	-	-	-	3.500	-	9.594
Farinha de mandioca	15.540	-	1.418	-	100	200	-	2.010	-	5.230	720	2.500	-	2.550	2.436	-	-	32.704
Farinha de trigo	1.500	-	-	24.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.500
Açúcar	29.590	1.000	1.418	-	7.180	600	1.650	6.570	2.332	5.250	720	-	-	2.550	2.436	700	-	61.996
Macarrão	12.072	1.000	709	-	-	-	800	1.300	2.322	5.224	720	-	-	2.620	2.436	-	-	29.203
Leite em pó	726.232	-	709	42.000	5.460	800	1.050	1.300	2.161	5.224	300.720	-	-	707.530	2.436	700	300.000	2.096.322
Sal	-	-	-	-	-	-	-	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Milho em grãos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-	-	-	-	3.000
Biscoito de água e sal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.400	-	1.400
Biscoito maisena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700	-	700
Macarrão instantâneo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	595	-	595
Semente de hortaliças	350	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	930	-	150	-	1.430
Total (em kg)	16.095.560	7.000	15.598	66.000	13.640	3.400	13.100	40.925	16.888	54.852	509.360	6.000	6.500	20.331.960	25.578	7.745	10.300.000	47.514.106
Sardinha em lata	7.672	-	-	-	559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228	-	8.459
Fiambre em lata	18.885	-	-	-	1.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	560	-	20.821
Óleo de soja	18.460	1.000	1.418	-	400	600	1.600	4.600	322	5.220	720	-	-	2.540	2.436	-	-	39.316
Total (em lata)	45.017	1.000	1.418	-	2.335	600	1.600	4.600	322	5.220	720	-	-	2.540	2.436	788	-	68.596

Fonte: Supab/Gepab

e) Execução Orçamentária

A despesa total foi de R\$5.432.048,34, representando cerca de 87,50% dos recursos orçamentários recebidos, com destaque para a aquisição de Materiais, Bens ou Serviços para Distribuição Gratuita, que atingiu 87,03% da despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro XCIX - Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de alimentos/MI

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)						Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
AL	-	2.304,00	-	-	170.665,44	-	172.969,44
AM	-	14.132,90	742.264,20	-	24.534,19	-	780.931,29
BA	2.498,00	28.496,40	1.276.363,90	-	25.263,92	-	1.332.622,22
CE	-	11.728,11	533.714,11	-	-	-	545.442,22
ES	-	5.098,62	102.325,20	-	370,00	-	107.793,82
MG	-	6.403,20	532.867,00	-	13.017,10	-	552.287,30
PA	-	3.183,77	178.422,00	-	31.602,56	-	213.208,33
PB	-	8.832,00	-	-	3.330,00	-	12.162,00
PE	2.817,00	18.713,91	226.690,54	-	168.906,86	-	417.128,31
PI	-	6.325,00	178.174,20	-	5.546,25	7.426,55	197.472,00
PR	-	3.005,52	95.419,20	-	22.984,82	-	121.409,54
RJ	-	3.103,28	160.315,43	-	-	-	163.418,71
RS	-	5.867,30	136.985,00	-	6.715,10	-	149.567,40
SC	-	12.655,75	564.212,50	-	1.629,20	-	578.497,45
SP	-	-	-	-	11.137,61	-	11.137,61
Matriz	3.487,50	-	-	769,23	71.743,97	-	76.000,70
Total	8.802,50	129.849,76	4.727.753,28	769,23	557.447,02	7.426,55	5.432.048,34

Fonte: Siafi

2.3.4 – Programa de Revitalização da Conab

Esse Programa teve início em dezembro de 2003, mediante acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (Projeto BRA-03/34), com o objetivo geral de capacitar a Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País, fortalecendo cada vez mais a posição da Companhia dentro do contexto nacional.

Nesse cenário, tal Programa vem sendo desenvolvido mediante a implementação de quatro projetos, a seguir descritos, sendo que o primeiro busca atender necessidades internas da Conab e os outros três estão relacionados com exigências externas da organização. Um quinto projeto, Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia, denominado de Planejamento Estratégico, foi paralisado em 2007.

a) Modernização da Tecnologia da Informação da Conab

O Relatório deste projeto, contendo as principais atividades desenvolvidas em 2010, integra o Item 12 – Gestão da Tecnologia da Informação.

b) Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (Projeto Geosafras)

Visa ao aperfeiçoamento metodológico da previsão de safras do Brasil, buscando a redução da subjetividade na avaliação das safras, oferecendo informações mais precisas sobre volumes, épocas e localização da produção, e objetivando a melhoria da gestão dos estoques e do escoamento da safra em apoio às políticas públicas e ao mercado. Na geração das informações o Geosafras faz uso de geotecnologias tais como: sensoriamento remoto, posicionamento por satélite, sistema de informações geográficas, além de modelos agrometeorológicos e de levantamentos de campo.

As principais atividades desenvolvidas em 2010, no âmbito do Projeto Geosafras foram:

- Mapeamento do café:
 - Conclusão do mapeamento da área de café na Bahia e em Rondônia, com imagens LANDSAT e ResourceSat de 2009;
 - Conclusão do mapeamento da área de café no Espírito Santo, com fotografias aéreas de 2008;
 - Início da atualização do mapeamento da área de produção de café no Paraná, com imagens LANDSAT de 2010;
 - Processamento de imagens selecionadas (LANDSAT, 2010) para a atualização dos mapeamentos do café em Minas Gerais e em São Paulo.

- Mapeamento de grãos e cana-de-açúcar:
 - Validação do mapeamento da cana-de-açúcar em Goiás;
 - Elaboração das máscaras de cultivo das culturas de verão (milho e soja) nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com imagens MODIS - safra 2009/2010;
 - Elaboração das máscaras de cultivo da cana-de-açúcar nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com imagens MODIS - safras 2009 e 2010;
 - Mapeamento da cana-de-açúcar (2009) e do sorgo sacarino (utilizado para a produção de álcool) no Rio Grande do Sul, com imagens LANDSAT;
 - Elaboração da máscara de cultivo do arroz (2009/10) no Rio Grande do Sul, com imagens MODIS.

- **Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas:**
 - Formatação dos dados e operacionalização do Sistema GeoWeb, acessível no link: <http://geoweb.conab.gov.br/conab/>.
 - Calibração do modelo agrometeorológico proposto pela FAO (Método da Zona Agroecológica), em Castro-PR e Poxoréu-MT, para a soja e o milho, utilizando dados das estações meteorológicas do INMET.

- Estudos específicos e mapas temáticos:
 - Mapeamento do milho 2.^a safra no município de Itiquira-MT (2009/10), com dados coletados em campo e imagens do satélite indiano ResourceSat.
 - Monitoramento da evolução das áreas de pastagem (2009 à 2010) em 15 municípios do

Sudeste do Pará, com imagens LANDSAT e validação em campo (Conab/INMET).

- Acordos de cooperação: DevCoCast e LATIS (CONAB/INMET):
 - Aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT) prevista no Grande Acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast;
 - Manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo entre a Conab e o INMET.
- Participações importantes:
 - Apresentação dos resultados do monitoramento das pastagens no Sudeste do Pará (Programa Boi Guardião) ao Ministério da Agricultura;
- **Desenvolvimento de uma Solução Web para disseminação de informações geográficas:**
 - Formatação dos dados e operacionalização do Sistema GeoWeb, acessível no link: <http://geoweb.conab.gov.br/conab/>.

c) Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais Oriundos da Agricultura Familiar e do Agro-Extrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis

A Conab, por meio desse projeto, apoiou dinâmicas de Rede com vistas ao incremento da presença da agricultura familiar no mercado e no acesso à políticas públicas objetivando o aumento, em volume e qualidade, das informações existentes sobre a produção e comercialização da agricultura familiar, inserindo-a de modo mais favorável nos dados que caracterizam a agricultura brasileira.

Com caráter piloto, tem permitido verificar a eficácia das Redes para o alcance dos objetivos descritos e, ainda, para a estruturação e perenização de dinâmicas autônomas centradas na cooperação e ajuda mútua para além da vigência e interesses institucionais do Projeto Conab/PNUD.

O ano de 2010 foi palco da implementação de várias ações previstas nos Planos de Ação elaborados em 2008, concluindo as atividades previstas nas Cartas de Acordo com as agências responsáveis pela implementação das atividades previstas nos Planos de Ação Regional (PAR), atualmente denominadas Parceiras de Desenvolvimento (PD).

Ao fim, do total de 476 produtos previstos nas Cartas de Acordo (387 no MT, PA e BA/SE), representando a realização de mais de 1.500 atividades nos anos de sua vigência (2008 a 2010), em 2010 foram realizados 343 eventos envolvendo um total de 7.382 pessoas capacitadas-agricultores, extrativistas, índios, quilombolas, pescadores profissionais artesanais e outros povos tradicionais. Do total de produtos contratados foram entregues 402 pelo conjunto de parceiras, dos quais, 236 no ano de 2010.

Além dos produtos, ocorreu uma reunião, em maio de 2010, com as Parceiras de Desenvolvimento, para discussão e adequação da gestão das Cartas de Acordo, notadamente Relatórios Financeiros/Prestações de Contas, às recomendações de auditoria da Controladoria-Geral da União – CGU realizada em fevereiro de 2010. A reunião contou com representação de todas as Parceiras com Cartas de Acordo vigentes, totalizando a presença de 10 organizações.

Foram realizadas ainda, ações de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo, envolvendo a execução de estudos, capacitações e publicização de políticas públicas junto à várias organizações e atores relacionados ao público PRONAF.

Dentre estas, destacamos a realização de 6 estudos, descritos abaixo, os quais contribuíram para uma compreensão mais aprofundada da interação entre as Redes e/ou públicos específicos e regiões em dinâmicas de produção, comercialização e de políticas públicas com tal propósito, como o PAA.

- Avaliação do acesso das mulheres rurais e suas organizações ao Programa de Aquisição de Alimentos, tendo como abrangência o território nacional e ênfase nos Territórios da Cidadania.
- Pesquisa e análise sobre o PAA comparando suas várias modalidades, com vistas a subsidiar a avaliação interna dos órgãos gestores quanto ao funcionamento do Programa e propor seu redesenho institucional.
- Avaliação de experiências de acesso ao PAA no Vale do Ribeira, compreendendo municípios nos Estados do Paraná e São Paulo.
- Desenvolvimento e orientação sobre aspectos tecnológicos relacionados a parâmetros de qualidade da produção industrial de óleos vegetais destinados a alimentação humana, produção de energia e matéria prima industrial, relacionados a melhoria da qualidade na produção para a comercialização dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, participantes do Programa de Biodiesel.
- Levantamento/revisão anual dos coeficientes técnicos de produção de suínos, frango de corte e ovos comerciais dos seguintes estados brasileiros RS, SC, PR, SP, MS, MT, GO, MG, ES, PE e CE, com base nos levantamentos mensais dos preços efetuados pelas Suregs de cada estado e cálculo dos custos de produção de frango de corte e suínos para o abate (ciclo completo). No caso de suínos, cálculo também do custo de produção de leitões (UPL) para os estados do RS, SC e PR. Orientação e equipe de desenvolvimento do Sistema SIAGRO, no que diz respeito aos aspectos metodológicos de cálculo de custo de Suínos e Frango de Corte.
- Pesquisa, organização e padronização de planilhas de custos, devidamente atualizadas, para serem inseridas no banco de dados do Sistema SIAGRO, envolvendo a análise dos insumos agropecuários em uso, necessários para o cálculo dos custos de produção agropecuários, referentes aos produtos em pauta e praças distribuídas nas diversas regiões produtoras e extrativistas do País.

No que diz respeito à Estruturação de feiras livres nos Territórios Rurais, foi realizada licitação para aquisição de módulos de comercialização (1.080 equipamentos, sendo 600 barracas de feira e 480 balanças) ainda em 2009. Os equipamentos foram recebidos pela Conab em 2010, deflagrando o processo de distribuição dos mesmos aos beneficiários selecionados pelo MDA, a ser concluído no exercício de 2011, para os quais estão estimadas 2.100 famílias. O quantitativo de beneficiários poderá variar em função do número de famílias que integram cada Associação/grupo a ser contemplado.

No período, foram realizados dois estudos e oito eventos de capacitação e monitoramento, conforme descritos a seguir:

- Elaboração de três (03) Estudos de Caso abordando a comercialização solidária e abastecimento de alimentos agroecológicos no sul e nordeste brasileiros; a organização, construção metodológica e sistematização de uma oficina de trabalho; e um seminário nacional sobre políticas públicas de abastecimento e agroecologia.
- Identificação e mapeamento de experiências de produção, comercialização e conservação da

agrobiodiversidade em três biomas do Brasil (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga).

- Reunião para o monitoramento das ações programadas, no Rio de Janeiro nos meses de agosto, setembro e novembro, com a participação de 14, 8 e 38 pessoas, respectivamente.
- Reunião sobre identificação e mapeamento de experiências de produção, comercialização e conservação da agrobiodiversidade no Brasil, nos dias 28 e 29/09, no Rio de Janeiro, com a participação de 25 pessoas.
- Seminário regional de agrobiodiversidade do nordeste, em 14 e 15/10, em Campina Grande-PB, com a participação de 26 pessoas.
- Seminário de intercâmbio de experiências de uso e conservação da agrobiodiversidade e segurança alimentar, de 13 a 16/10, em Passo Fundo-RS, com a participação de 22 pessoas.
- Reunião para o monitoramento das ações programadas, em 17 e 18/11, em Lages-SC, com a participação de 11 pessoas.
- Seminário nacional sobre políticas públicas na promoção da soberania e segurança alimentar através da construção de mercados diferenciados na agroecologia, em 2 e 3/12, no Rio de Janeiro, com a participação de 31 pessoas.

d) Promoção da Eficiência das cadeias de Produção de Pescados Provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar

Executado em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), esse projeto visa estruturar e consolidar uma rede econômica de produção, distribuição e comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal e da aquicultura familiar, capaz de garantir uma melhoria significativa das condições de remuneração dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Objetiva, também, reduzir a intermediação existente entre pescadores artesanais e o mercado consumidor, por meio da estruturação de corredores de comercialização, ampliando a oferta de pescado pelos beneficiários diretamente aos consumidores, e capacitando pescadores e aquicultores.

O projeto está dividido em duas formas de atuação: a) Aquisição de equipamentos e materiais para a composição e distribuição de módulos de comercialização (Kits feira do peixe) e Aquisição de equipamentos e materiais para atendimento aos Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal.

Em relação aos “Kits feira do peixe” já haviam sido adquiridos equipamentos e materiais para a composição de 340 módulos de comercialização (kits feira do peixe). Em 2010, os equipamentos foram transferidos do Armazém de Bauru, em São Paulo, para as Unidades Armazenadoras da Conab em 22 estados da federação. A retirada dos equipamentos vem sendo feita pelo MPA e pelas organizações selecionadas por meio de Edital Público. Com a retirada de 100% dos equipamentos mais de 4.000 famílias serão beneficiadas.

Foram realizadas capacitações nos Estados de São Paulo, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 100 famílias, envolvendo pescadores e aquicultores das organizações que receberam os módulos de Comercialização.

Quanto aos “Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal” foram adquiridos equipamentos e materiais para atendimento aos Acampamentos de Pescadores Artesanais, às Cozinhas Comunitárias, à Manipulação de Pescado e para Pontos Comerciais Fixos.

Estão sendo atendidas 63 organizações selecionadas por edital, que beneficiarão aproximadamente 700 pescadores/aquicultores e suas famílias, em 19 estados da Federação.

2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 - Programação Orçamentária da Despesa

Quadro C - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Companhia Nacional de Abastecimento	22211	135100

2.4.1.1 - Programação de Despesas Correntes

Quadro CI - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	306.063.294,00	385.387.649,00	-	-	117.360.729,00	208.843.584,00	
	PLOA	306.063.294,00	319.264.669,00	-	-	117.360.729,00	135.217.179,00	
	LOA	306.063.294,00	319.264.669,00	-	-	115.645.914,00	135.217.179,00	
CRÉDITOS	Suplementares	26.345.190,00	85.297.407,00	-	-	17.045.898,00	35.382.006,00	
	Especiais	Abertos	55.632,00	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	5.630.839,00
Outras Operações	-	-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: Difin/Supor

2.4.1.2 - Programação de Despesas de Capital

Quadro CII - Programação de Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital		
Exercícios		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	62.700.000,00	68.783.562,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-	
	PLOA	62.700.000,00	53.222.832,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-	
	LOA	62.700.000,00	53.222.832,00	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	4.600.000,00	5.630.839,00	1.000.000.000,00	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	192.000,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	10.292.000,00	11.630.839,00	-	-	-	-	
Outras Operações	-	-	-	-	-	-		
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: Difin/Supor

2.4.1.3 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro CIII - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	423.424.023,00	597.231.233,00	2.362.700.000,00	2.368.783.562,00	-	-	
	PLOA	423.424.023,00	454.481.848,00	2.362.700.000,00	2.353.222.832,00	-	-	
	LOA	421.709.208,00	454.481.848,00	2.362.700.000,00	2.353.222.832,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	43.391.088,00	120.679.413,00	1.004.600.000,00	5.630.839,00	-	-	
	Especiais	Abertos	55.632,00	-	192.000,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	5.630.839,00	10.292.000,00	11.630.839,00	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	-	-	

Fonte: Difin/Supor

2.4.1.4 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro CIV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, consta no Anexo A.

2.4.2 - Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 - Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro CV - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	38.970,00	-	38.970,00	-
Tomada de Preços	532.719,24	23.270,00	532.719,24	23.270,00
Concorrência	30.690.000,00	10.388.607,00	30.690.000,00	10.388.607,00
Pregão	29.144.325,73	29.011.759,56	29.144.325,73	20.652.131,96
Curso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	55.083.449,65	117.701.459,64	55.083.449,65	108.652.443,02
Inexigibilidade	7.956.889,14	16.098.857,96	7.956.889,14	9.777.515,21
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	18.116,54	18.413,23	18.116,54	18.413,23
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	14.901.859,20	15.450.306,83	14.901.859,20	12.410.278,50
Diárias	2.030.707,59	1.955.424,96	2.030.707,59	1.955.424,96
Outros				
Não se Aplica	851.489,72	1.636.359,24	851.489,72	1.636.359,24

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação, destacaram-se em 2010 as despesas liquidadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa – no valor total de R\$117.701.459,64, sobressaindo-se os custos com manutenção dos estoques públicos, no âmbito da Ação Formação de Estoques Públicos, cujas despesas totalizaram R\$115.236.386,08, representando 97,91% do valor liquidado nesta modalidade.
- Pregão – no valor total de R\$29.011.759,56, cujo maior custo está relacionado à execução da Ação Gestão e Administração do Programa, referente, principalmente, aos pagamentos dos serviços de telecomunicação (R\$3.066.834,81), seguros em geral (2.830.213,74), aquisição de material de processamento de dados (R\$1.872.276,40) e limpeza e conservação (R\$1.182.883,94) e, também, com os investimentos realizados com a aquisição de equipamentos e materiais de processamento de dados (R\$3.610.285,88).

2.4.2.1.2 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos,

decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, de ações visando a manutenção da Companhia e dos produtos em estoque e, do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$502.888.347,37, com variação, a maior, de 27,2%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- No grupo Despesas de Pessoal (Grupo 1) estão incluídos os valores referentes ao pagamento dos salários de todo o quadro de empregados da Conab, pois a execução orçamentária da folha de pagamentos é de responsabilidade da Matriz. Este grupo representou 62,6% dos valores empenhados, destacando-se o subgrupo Vencimentos e Vantagens Fixas, no valor de R\$246.529.149,19, com variação, a maior, de 22,7% sobre o do exercício anterior, decorrente, principalmente, da implantação do novo PCCS-2009 e da concessão de promoções por tempo de serviço.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 8,65% do empenho total, com variação, a maior, de 25,66% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes a Outros Serviços de Terceiros, com participação de 58,94%

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$20.813.872,59, representando cerca de 4,14% do total empenhado, com variação, a menor, de 51,4% em relação ao ano anterior. A execução orçamentária deste Grupo foi prejudicada pela liberação de limites de empenho em valores inferiores à programação e no final do exercício, acarretando a inscrição em Restos a Pagar.

- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, pelas Regionais.

Quadro CVI - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	259.210.678,62	314.877.343,19	259.210.678,62	312.930.695,16	0,00	1.946.648,03	248.798.248,98	303.567.720,04
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	24.661.884,00	26.722.028,00	24.661.884,00	24.775.379,97	-	1.946.648,03	21.008.387,53	22.700.177,43
Outros Benefícios Assistenciais	565.931,10	556.242,20	565.931,10	556.242,20	-	-	565.931,10	556.242,20
Vencimentos e Vantagens Fixas	200.922.453,43	246.529.149,19	200.922.453,43	246.529.149,19	-	-	196.961.855,28	242.156.311,17
Obrigações Patronais	26.880.015,43	32.381.102,61	26.880.015,43	32.381.102,61	-	-	24.082.056,11	29.467.468,05
Outras Despesas Variáveis-Pessoal Civil	3.248.434,61	3.963.884,44	3.248.434,61	3.963.884,44	-	-	3.248.434,61	3.963.884,44
Depósitos Compulsórios	839.460,75	802.343,49	839.460,75	802.343,49	-	-	839.460,75	801.043,49
Sentenças Judiciais	1.742.945,72	3.013.791,47	1.742.945,72	3.013.791,47	-	-	1.742.945,72	3.013.791,47
Despesas de Exercícios Anteriores	8.591,42	13.261,81	8.591,42	13.261,81	-	-	8.591,42	13.261,81
Indenizações e Restituições Trabalhistas	180.684,81	662.473,78	180.684,81	662.473,78	-	-	180.309,11	662.473,78
Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	160.277,35	233.066,20	160.277,35	233.066,20	-	-	160.277,35	233.066,20
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	34.635.937,10	43.521.961,53	33.665.569,94	39.479.660,43	970.367,16	4.042.301,10	32.454.828,60	38.625.688,14
Pensões	14.696,56	26.131,56	14.696,56	26.131,56	-	-	14.696,56	26.131,56
Outros Benefícios Assistenciais	2.877.742,16	3.500.111,36	2.877.742,16	3.500.111,36	-	-	2.877.742,16	3.500.111,36
Diárias	2.030.707,59	1.955.424,96	2.030.707,59	1.955.424,96	-	-	2.030.059,39	1.955.424,96
Material de Consumo	1.121.957,04	2.466.150,82	643.976,86	575.793,35	477.980,18	1.890.357,47	588.826,18	573.482,44
Passagens e Despesas com Locomoção	995.099,81	738.234,20	995.099,81	738.234,20	-	-	960.710,93	736.495,08
Serviços de Consultoria	31.000,00	15.900,00	31.000,00	15.900,00	-	-	31.000,00	15.900,00
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	38.344,01	32.800,60	38.344,01	32.800,60	-	-	38.344,01	32.800,60
Locação de Mão-de-Obra	617.250,75	732.656,88	617.250,75	732.656,88	-	-	558.035,75	732.656,88
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	19.406.810,22	25.652.250,79	18.914.423,24	23.500.307,16	492.386,98	2.151.943,63	17.853.691,28	22.650.384,90
Obrigações Tributárias e Contributivas-Op. Intra-Orçamentária	429.481,44	409.038,32	429.481,44	409.038,32	-	-	429.481,44	409.038,32
Auxílio-Transporte	5.434.207,42	5.928.195,25	5.434.207,42	5.928.195,25	-	-	5.434.207,42	5.928.195,25
Sentenças Judiciais	119.978,12	265.550,18	119.978,12	265.550,18	-	-	119.978,12	265.550,18
Indenizações e Restituições	1.518.661,98	1.799.516,61	1.518.661,98	1.799.516,61	-	-	1.518.055,36	1.799.516,61
4 – Investimentos	42.822.948,35	20.813.872,59	24.448.574,71	11.045.489,03	18.374.373,64	9.768.383,56	24.129.418,28	11.045.489,03
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica-OP. Intra-Orçamentária	-	340.000,00	-	32.000,00	-	308.000,00	-	32.000,00
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	33.615.837,81	10.394.758,02	22.174.019,80	10.394.758,02	11.441.818,01	-	21.854.863,37	10.394.758,02
Equipamentos e Material Permanente-Op. Intra-Orçamentária	9.207.110,54	10.079.114,57	2.274.554,91	618.731,01	6.932.555,63	9.460.383,56	2.274.554,91	618.731,01
5 – Inversões Financeira	58.761.888,53	123.675.170,06	58.761.259,33	123.675.170,06	629,20	0,00	51.610.734,92	114.609.840,04
Aquisição de Produtos para Revenda	58.761.888,53	123.675.170,06	58.761.259,33	123.675.170,06	629,20	-	51.610.734,92	114.609.840,04
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	395.431.452,60	502.888.347,37	376.086.082,60	487.131.014,68	19.345.370,00	15.757.332,69	356.993.230,78	467.848.737,25

Fonte: Siafi

2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1-Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro CVII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.364.265,67	1.817.467,36	1.812.979,96	1.755.575,06
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	56.989,35	93.595,56	51.453,82	62.013,06
Inexigibilidade	3.359.333,78	811.354,14	2.677.463,51	797.526,16
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	175.188,00	309.406,50	175.188,00	309.406,50
Outros				
Não se Aplica	109.274,10	3.978.171,50	109.274,10	1.728.663,61

Fonte: Siafi

Os recursos recebidos por movimentação referem-se às descentralizações recebidas de outros órgãos públicos para operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA; para distribuição de cestas de alimentos às famílias e/ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional; e para levantamento dos custos de produção, estoques e produção de café, cana de açúcar etc. Quanto à modalidade de licitação destacam-se:

- Não se Aplica – no valor total de R\$3.978.171,50, sobressaindo-se os custos com a operacionalização dos estoques vinculados ao PAA, com recursos repassados pelo MDS, no valor de R\$3.177.140,00.
- Pregão – no valor total de R\$1.817.467,36, cujo maior custo está relacionado à aquisição de gêneros alimentícios para formação de cestas de alimentos para distribuição gratuita, no valor de R\$1.169.974,69, com recursos repassados pelo MDS.

2.4.2.2.2 - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

O valor total empenhado em 2010, no valor de R\$6.951.003,06, apresenta incremento de 14,61% sobre o do exercício anterior, destacando-se os pagamentos referentes à remoção de produtos da agricultura familiar, seja para manutenção da qualidade do produto ou para a formação de cestas de alimentos, e também a remoção de cestas para distribuição gratuita, com recursos do MDS e do MI.

Quadro CVIII - Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	6.065.050,90	6.951.003,06	6.065.050,90	4.669.912,67	1.176.802,84	2.281.090,39	4.826.359,39	4.653.184,39
Diárias	175.188,00	309.406,50	175.188,00	309.406,50	-	-	175.188,00	309.406,50
Material de Consumo	44.432,41	12.730,60	44.432,41	12.730,60	3.142,35	-	41.134,16	12.730,60
Material de Distribuição Gratuita	1.355.527,22	1.070.774,92	1.355.527,22	1.070.774,92	492.908,72	-	811.228,59	1.070.774,92
Passagens e Despesas com Locomoção	189.370,18	379.434,92	189.370,18	379.434,92	-	-	182.383,10	379.351,80
Outros Serviços de Terceiros-PessoaJurídica-Op. Intra-Or	4.261.813,07	5.176.782,09	4.261.813,07	2.895.691,70	680.751,77	2.281.090,39	3.577.705,52	2.879.046,54
Obrigações Tributárias e Contributivas	38.720,02	1.874,03	38.720,02	1.874,03	-	-	38.720,02	1.874,03
4 – Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 0352		Denominação: PROGRAMA ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.						
Objetivos Específicos: Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.						
Gerente: Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab						
Responsável: Mateus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo						
Público Alvo: O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
25.895.812.360,00	25.985.393.170,00	5.825.921.921,00	64.926.132.201,00	110.336.366,88	3.083.453.333,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Produção Nacional de Grãos	30/04/04	123,2	150,0	146,9	149,0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.						
Análise do Resultado Alcançado						
A safra agrícola do ciclo 2009/10 estimada em 146,9 milhões de toneladas, foi superada em 1,4%, em relação à meta, tendo sido produzidas 149,0 milhões, conforme o resultado indicado nas pesquisas de safra realizadas pela Conab. Esse aumento deveu-se às boas condições climáticas verificadas nas principais regiões produtoras que favoreceu o desenvolvimento das lavouras, principalmente a soja e o milho 2. ^a safra, com incremento de 20,2% e 27,1% sobre a safra anterior. No mesmo comparativo, a região Centro-Sul apresentou um crescimento de 11,23% e a Norte/Nordeste de 3,3%.						
2	Número de Produtores Rurais atendidos pelos instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários	30/12/06	11.006,0	17.084,0	16.348,0	8.104,0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização= Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO)						
Análise do Resultado Alcançado						

O indicador tem por finalidade mostrar a quantidade de produtores rurais atendidos (pessoa física e jurídica) pelos instrumentos de apoio à comercialização disponíveis, tanto na Formação de Estoques Públicos (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda), como na Garantia e Sustentação de Preços (PEP e PEPRO). Em função da maior realização de leilões de concessão de prêmios em apoio à comercialização de produtos agrícolas ter ocorrido no último semestre de 2010 grande parte das operações ainda não foram concluídas, motivo pelo qual não é possível mensurar o número de produtores atendidos na totalidade. Das operações realizadas em 2010, e até o momento apurados, foram atendidos 8.104 produtores rurais (adquirentes/arrematantes) que utilizaram os instrumentos de apoio à comercialização disponíveis tanto na Formação de Estoques (AGF e Contratos de Opção), como na Garantia e Sustentação de Preços (PEP e PROP). À exceção do milho na Região Centro-Oeste e dos atendimentos aos produtores de arroz e trigo realizados no fim do exercício, o mercado agrícola permaneceu com preços equilibrados, o que acarretou a menor intervenção governamental e redução do número de produtores rurais que utilizaram os instrumentos de escoamento e abastecimento do Governo Federal.

3	Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma	30/11/03	15,0	59,0	60,0	16,0
---	--	----------	------	------	------	------

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência

Análise do Resultado Alcançado

A margem de disponibilidade de algodão apurada em 2010 foi de 16%, sendo inferior à meta prevista (60%). Tal fato decorre, principalmente, da redução na produção nacional e do aumento do consumo interno, devido à melhoria do mercado com a redução dos efeitos da crise financeira mundial. Em decorrência, houve aumento de 382,8% nas importações e redução de 3,5% nas exportações de fibras. A redução da produção mundial e o aumento da demanda ocasionou redução nos estoques de passagem, e manutenção dos preços em patamares elevados. No fim do exercício, o estoque de passagem era de 163,0 mil toneladas e os estoques públicos somaram apenas 37 toneladas., representando zero por cento do estoque de passagem e correspondendo a zero dias de consumo aparente.

4	Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca	30/11/03	9,0	6,0	4,0	11,0
---	--	----------	-----	-----	-----	------

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência

Análise do Resultado Alcançado

A margem de disponibilidade de arroz em casca apurada em 2010 foi de 11%, sendo superior à meta prevista (4%) em 175%. Na safra 2009/10 a produção de arroz atingiu 11,7 milhões de toneladas, inferior à anterior em 8,2%, devido principalmente a fatores climáticos adversos ocorridos na Região Sul. O suprimento interno que é composto pelo total produzido mais o estoque inicial (quantidade residual do produto proveniente do período anterior) de 1,6 milhão de toneladas, mais as importações de 1,1 milhão de toneladas, foi de 14,4 milhões de toneladas. Considerando a demanda estimada em 12,6 milhões de toneladas e as exportações realizadas durante o exercício, de 400 mil toneladas, o estoque final foi de 4,4 milhões de toneladas, o menor dos 5 últimos anos. No fim do exercício, os estoques públicos somaram 981,3 mil toneladas, representando 85,85% do estoque de passagem correspondendo a 28,43 dias de consumo aparente.

5	Margem de Disponibilidade de Trigo	28/02/04	3,0	0,0	3,0	24,0
---	---	----------	-----	-----	-----	------

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

Análise do Resultado Alcançado

A margem de disponibilidade de trigo apurada em 2010 foi de 24% superando a meta prevista (3%) em 800%. O país não produz trigo suficiente para atender a demanda interna, praticamente 50% do consumo, ou seja, 5 milhões de toneladas são importadas do mercado internacional. Essa dependência coloca em risco não só o suprimento interno como nos deixa vulnerável a um processo de carestia, ocasionado por fatores externos. Na região Sul se concentram quase 94% da produção nacional de trigo. Na safra 2009/2010 a qualidade da semente utilizada, as técnicas de cultivo e a ocorrência de clima favorável para a cultura, contribuíram para que o produto colhido fosse de qualidade superior, adequada à panificação. Os estoques públicos no fim do exercício, somavam 1,2 milhão de toneladas, representando 84,72% do estoque de passagem, correspondente a 43 dias de consumo aparente.

6	Margem de Disponibilidade de Milho	31/12/03	17,0	18,0	17,0	24,0
---	---	----------	------	------	------	------

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência

Análise do Resultado Alcançado

A margem de disponibilidade de milho apurada em 2010 foi de 24% superando a meta prevista (17%) em 41,17%. O suprimento interno, formado pela quantidade produzida mais o estoque de passagem do ano anterior, mais as importações, foi de 67,9 milhões de toneladas, suficiente para a demanda (46,2 milhões de toneladas). O grande gargalo está relacionado à distribuição espacial da produção, que se concentra na região Centro-Sul, com 90% da produção, sem o amparo de infraestrutura de armazenagem suficiente, demandando grande logística na distribuição e apoio governamental no processo de comercialização. Favorecidas pela maior demanda mundial, por elevados preços internacionais e pelo aumento da produção interna, as exportações somaram 10,5 milhões de toneladas, com incremento de 35,2% sobre as do ano anterior. No fim do exercício, o estoque final foi de 11,1 milhões de toneladas e os estoques públicos somaram 4,7 milhões de toneladas, representando 42,07% do estoque de passagem e suficientes para 37,08 dias de consumo aparente.

7	Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários	31/12/06	3.133.029.000,00	4.271.152.000,00	4.087.219.000,00	3.402.849.232,01
---	--	----------	------------------	------------------	------------------	------------------

Fórmula de Cálculo do Índice

Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)]

Análise do Resultado Alcançado

São os recursos orçamentários gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, pelos prêmios de subvenção econômica de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, adicionados aos recursos não-orçamentários na comercialização de produtos via mercados futuros e de opções. No ano de 2010, o valor aplicado foi de R\$3.402.849.232,01, correspondente a 83,26% da meta prevista. Houve forte intervenção do governo federal em apoio aos produtores de milho, principalmente na Região Centro-Oeste. Também foram atendidos produtores de arroz, trigo e sisal, seja pela aquisição direta, via AGF, ou pela concessão de prêmios para escoamento da produção, viabilizando uma política de apoio para que o produtor tenha a garantia de preços mínimos.

8	Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários	01/08/07	11.301.553.000,00	16.639.331.000,00	14.970.755.000,00	55.949.708.696,00
---	---	----------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Fórmula de Cálculo do Índice

Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito

Análise do Resultado Alcançado

O montante de R\$ 55.949.708.696,00 de recursos não-orçamentários concedidos por instituições financeiras oficiais de crédito (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) direcionados ao agronegócio (setor agrícola, pecuária, e agroindústria), atendeu, principalmente, mutuários do Pronaf, mini e pequenos produtores, cooperativas e associações, cujos valores realizados superaram a previsão inicial em função da grande demanda por financiamentos e a disponibilidade de recursos para esse fim.

Identificação do Programa de Governo	
Código do PPA: 0360	Denominação: PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas	
Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.	

Gerente: Edilson Guimarães – SPA/MAPA
Responsável: José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
Público Alvo: Governo Federal
Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

Identificação do Programa de Governo	
Código do PPA: 0901	Denominação: PROGRAMA OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
Tipo do Programa: Operações Especiais	
Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias	
Gerente: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais	

2.4.3 – Execução Física das Ações realizadas pela Unidade

Quadro CIX - Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	494	439	1.033
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	3.419	3.434	3.419
20	365	0352	2010	A	4	criança atendida	150	237	220
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	965	928	800
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	950	1.033	1.020
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	0	0	0
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	0	0	0
20	122	0352	2272	A	4	-	-	-	-
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	0	0	0
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	0	0	0
20	125	0352	4706	A	4	estoque vistoriado	150.000	0	-
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	0	0	0
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	0	0	0
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	9.000	8.908	8.000
20	605	0360	10HG	P	4	estudo realizado	1	0	1
20	605	0901	12BZ	P	4	% obra executada	0	0	-
20	273	0352	0110	OP	4	-	-	-	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	1.696	1.581	2.219
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	0	0	0
28	846	0901	002F	OP	4	-	-	-	-
28	846	0901	0022	OP	4	-	-	-	-

Fonte: Difin/Supor/Geare

Análise Quanto ao Cumprimento das Metas

Durante o exercício de 2007, o Planejamento Estratégico da Conab (elaborado no âmbito do Programa de Revitalização da Conab), foi paralisado para revisão. Nele constavam as

metas de médio e longo prazos e os indicadores para a aferição da execução e de melhoria da gestão interna. Desde então, a Companhia vem trabalhando apenas com metas para o exercício aprovadas nas LOAs anuais.

a) Cumprimento das Metas Físicas

Cabe esclarecer que apesar de realizar o planejamento, a organização, o acompanhamento e a avaliação de todas as atividades desenvolvidas pela Conab, inclusive participando de forma direta de várias iniciativas, a Matriz tem sob sua responsabilidade poucas ações com metas físicas específicas. Basicamente, estas ações estão restritas ao pagamento de benefícios como: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica, assistência pré-escolar e capacitação de empregados. As ações implementadas tiveram uma boa execução, exceção para as duas ações descritas no item a seguir.

b) Ações que apresentaram problemas de execução

Durante o exercício três ações não foram executadas, a saber:

- Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos - apesar dos esforços desenvolvidos pela Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques-Suarm, até o fim do exercício continuava, em processo de análise a proposta de trabalho apresentada pela Embrapa e a decisão quanto a formalização do Termo de Cooperação Técnica com aquela instituição.
- Vistoria dos Estoques Privados – Ação não realizada pois a Conab não recebeu demanda do MAPA indicando os produtos e áreas para a realização dos trabalhos.
- Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns – apesar de não contar com meta física para execução pela Matriz, a execução foi prejudicada pela não liberação de limites de empenho das despesas de capital.

2.4.4 – Indicadores de Desempenho ou institucionais

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e pela dificuldade de obtenção de dados e informações consistentes.

Também foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a ser implementados, em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão. Contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica, sendo interrompido em 2007 para reavaliação.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado o material

elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período, observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, quanto à facilidade de cálculo e obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação. Esses indicadores, definidos para as ações constantes do PPA, são basicamente de eficácia, e objetivam aferir o andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

Para 2011 está prevista a revisão dos indicadores, principalmente no aspecto dos atributos, e também quanto a utilidade no acompanhamento e na avaliação das Ações. Está previsto, também, o desenvolvimento de indicadores relacionados aos recursos humanos.

A periodicidade de apuração dos indicadores é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAN/MAPA.

No âmbito da Matriz, os indicadores referem-se quase que exclusivamente à execução orçamentária/financeira das ações, apesar da participação dos empregados lotados na Sede para execução e/ou coordenação de várias atividades, ficando portanto os resultados alcançados afetos às Regionais.

Os Resultados apurados dos indicadores relacionados às ações meio (administrativas) foram comentados no item Principais Ações. A seguir, estão descritos os relacionados às ações finalísticas.

Ação: Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA			
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Cead			
Resultados:			
2007			99,81
2008			98,92
2009			88,84
2010	Meta:	100,00	Realizado
			87,99
Análise: Em 2010, foram realizados censos de armazenagem nos estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Rio Grande do Sul (apenas um roteiro não executado em 2008) com roteiros previamente traçados, minimizado os custos e maximizando o número de armazéns cadastrados, em consequência verificou-se redução nas despesas executadas			

Ação: Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Nome: Percentual de Informações Agropecuárias disponibilizadas			
Descrição: Percentual de informações geradas e disponibilizadas			
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Maior ou igual a 100% da meta estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Número de informações disponibilizadas e Y = Quantidade prevista na LOA			
Fonte: X = Geint e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2008			85,36
2009			96,83
2010	Meta:	100,00	Realizado
			98,98
Análise: O resultado apurado manteve-se dentro do parâmetro esperado			

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Geint			
Resultados:			
2008			67,20
2009			7,22
2010	Meta:	100,00	Realizado
			3,61
Análise: A baixa execução financeira contabilizada durante o exercício decorreu da redução do número de visitas às fontes de informação, tendo sido realizadas apenas pesquisa de custos de insumos e de produção de aves e suínos e, também com treinamento a usuários do banco de dados de informações agropecuárias.			

Ação: Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$			
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup			
Resultados:			
2007			99,79
2008			82,24
2009			95,10
2010	Meta:		Realizado:
			84,62
Análise: A Matriz detém grande número de fiscais que participam da execução desta Ação, principalmente como coordenadores das etapas programadas. Em função da redução nas quantidade de produtos adquiridos em 2010, houve menor demanda para realização de operações especiais, resultando em menor despesa no exercício			

Ação: Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Nome: Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros			
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$			
Variáveis: X = Valor liquidado e Y = Valor previsto			
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gehor			
Resultados:			
2008			99,31
2009			13,71
2010	Meta:	100,00	Realizado
			8,29
Análise: Esta Ação, criada efetivamente em 2008, demandou maiores custos nos exercícios anteriores, quando foram efetuados os primeiros contatos com a maioria das Centrais de Abastecimento e realizados os prognósticos e levantadas as necessidades para a agregação no Prohort.			

Ação: Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Nome: Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas			
Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos			
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA			
Tipo: Eficácia			
Unidade de Medida: %			
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA			
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$			
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto			
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor			
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gevap			
Resultados:			
2007			99,69
2008			17,13
2009			28,88
2010	Meta:	100,00	Realizado
			22,47
Análise: A baixa execução física e financeira registrada nesta Ação decorreu da reduzida capacidade técnico-operacional das Suregs, restringindo a abertura de frente de trabalho para formação de novas centrais de negócios, assim como da falta de empregados disponíveis e da paralisação temporária das atividades no período de chuvas devido às enchentes nas periferias de algumas cidades dos estados da Região Nordeste, área de atuação da Refap.			

Ação: Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				98,79
2008				79,29
2009				58,37
2010	Meta:	100,00	Realizado	92,64
Análise: O resultado apurado manteve-se dentro do parâmetro esperado				

Ação: Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) * 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				98,34
2008				8,00
2009				26,44
2010	Meta:	100,00	Realizado	0,00
Análise: Dotação orçamentária não executada devido ao contingenciamento de R\$14.469.161,00 da dotação orçamentária das despesas de capital.				

3 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência

4 – Restos a Pagar no Exercício e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 - Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro CX - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	11.029.410,89	-	-	11.029.410,89
2009	11.489.529,64	524,41	11.489.005,23	0,00
2008	8.618.888,73	569,62	8.618.319,11	0,00
2007	16.524.050,14	2.596,19	16.521.453,95	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2010	18.748.711,01			18.748.711,01
2009	20.023.331,71	774.130,92	18.597.850,79	651.350,00
2008	2.004.522,68	330.476,98	1.674.045,70	0,00
2007	4.245.670,93	1.431.491,77	2.814.179,16	0,00

Fonte: Difin/Sucon/Gerac

4.2 - Análise Crítica

O valor inscrito em Restos a Pagar não Processado no exercício de 2009 e pendente de realização em 2010, refere-se aos seguintes pagamentos:

➤ 2009NE011028 – Aquisição de 20 transpaleteira e 61 carros plataformas sem abas, de Cláudio José da Silva ME, CNPJ n.º 08.865.0001/58, no valor de R\$46.500,00, não realizadas em 2010 pelo vencimento da Ata de Registro de Preços.

➤ 2009NE011029 – Aquisição de 25 transportadores helecoidais de grãos e 59 empilhadeiras inclináveis de correia, da Iberbras Comércio e Distribuição Ltda, CNPJ n.º 06.323.261/0001/29, no valor de R\$603.300,00, não realizadas em 2010 por vencimento da Ata de Registro de Preços.

➤ 2009NE011553 – Referente à aquisição de estações meteorológicas da Solarterra – Importação e Comércio de Equipamentos e Sistemas (CNPJ n.º 06.943.0001/37), para instalação nas unidades armazenadoras da Conab, no valor total de R\$93.000,00, O valor inscrito em restos a pagar refere-se aos equipamentos destinados ao Estado do Ceará, que ficaram retidos na Secretaria de Fazenda. Os equipamentos já foram retirados pela Conab com o pagamento realizado no início de 2011.

5- Composição dos Recursos Humanos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-Dest, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento que, do quadro de pessoal, 2.480 vagas estão destinadas a receber os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, as quais deverão ser extintas à medida em que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada para a Matriz e Regionais.

No fim do exercício, a Matriz contava com 1.065 empregados, conforme o quadro a seguir.

**Quadro CXI– Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	843	23	6
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	529	23	6
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		527	23	6
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	2	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	314	0	0
1.4.1 Cedidos		292	-	-
1.4.2 Removidos			-	-
1.4.3 Licença Remunerada		1	-	-
1.4.4 Licença não remunerada		21	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	222	17	20
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	50	17	20
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo		50	17	20
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	172	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		172	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total (1+2)	0	1.065	40	26

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 354 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 33,24% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os

concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

**Quadro CXII - Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010**

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Matriz		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	723	711	(12)
Reintegrado (Transitado)	28	27	(1)
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	2	2	-
Anistiado (Liminar)	4	4	-
Anistiado (Lei 8878/94)	302	321	19
Total	1.059	1.065	6

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 51 a 60 anos apresenta concentração de 53,80% do número de empregados, seguida pela faixa entre 41 a 50 anos com 21,69%, conforme detalhado no quadro a seguir.

**Quadro CXIII – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	29	70	214	559	140	1.012
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	29	61	148	394	88	720
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	9	66	165	52	292
2. Provimento de cargo em Comissão	5	5	17	14	12	53
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	5	5	17	14	12	53
3. Total	34	75	231	573	152	1.065

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 51,83% possuem curso superior com especialização/doutorado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro CXIV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	1	3	77	91	293	266	109	22	2	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	1	3	48	58	213	195	85	11	2	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	29	33	80	71	24	11	-	-
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	1	2	45	90	50	12	1	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	1	22	7	1	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3 Funções Gratificadas	-	-	1	2	44	68	43	11	1	-
3. Total	1	3	78	93	338	356	159	34	3	0

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Dos 552 empregados com cursos superior ou mais somente 446, ou seja, 41,9% estavam enquadrados em cargos de nível superior.

Quadro CXV – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Enquadramento Situação Apurada em 31/12/2010

Situação Contratual	Nível				Total
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	
Contrato Padrão	109	207	356	39	711
Reintegrado (Transitado)	8	8	11	-	27
Reintegrado Liminar	-	-	-	-	0
Anistiado (Transitado)	2	-	-	-	2
Anistiado (Liminar)	1	2	1	-	4
Anistiado (Lei 8878/94)	193	89	39	-	321
Total	313	306	407	39	1.065

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

Além dos empregados a Matriz contava com 48 estagiários de nível superior e 26 de nível médio, com custo anual de R\$548.845,28 (salário mais auxílio transporte).

Quadro CXVI – Composição do Quadro de Estagiários Situação Apurada em 31/12/2010

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre			
Nível Superior	53	51	51	48	100	74	548.845,28
Área Fim	18	22	19	17			
Área Meio	35	29	32	31			
Nível Médio	22	22	23	26			
Área Fim	6	6	6	6			
Área Meio	16	16	17	20			
Total	75	73	74	74	100	74	548.845,28

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro CXVII – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	66.398.674,58	-	7.264.650,77	14.841,00	34.559,21	-	-	73.712.725,56
2009	71.829.673,26	-	8.379.336,32	21.251,70	-	-	-	80.230.261,28
2010	83.052.138,03	-	9.469.037,28	25.704,00	3.811,91	-	-	92.550.691,22
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	27.126.743,35	-	392.643,58	14.896,00	-	-	-	27.534.282,93
2009	30.497.544,97	-	122.141,82	19.267,00	-	-	-	30.638.953,79
2010	33.995.670,46	-	19.808,46	22.032,00	-	-	-	34.037.510,92
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	7.527.673,54	-	-	-	-	7.527.673,54
2009	-	-	9.703.417,84	-	-	-	-	9.703.417,84
2010	-	-	10.159.870,33	-	-	-	-	10.159.870,33

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro CXVIII – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento														
UG/Gestão: 135100 – 22211							CNPJ: 26.461.699/0001-80							
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
				Início	Fim	F		M		S			P	C
2008	V	O	051/2008	18/07/10	17/07/11	10	10	11	11	1	1	A	22	22
2010	L	O	047/2010	13/10/10	12/10/11	-	-	-	-	-	-	A	43	43
2010(1)	L	O	047/2010	13/10/10	01/12/11	-	-	-	-	-	-	A	17	21

Observação: (1) Trata-se de contratação de contínuos no mesmo contrato de Limpeza e Higiene

Legenda:
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Supad

Quadro CXIX – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab															
UG/Gestão: 135100 – 2221							CNPJ: 26.461.699/0001-80								
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F	M	S	P	C	P		C	P
2010	10		21200.002312/2007-56	01.644.731/0001	07/03/10	06/03/11	-	-	2	2	-	-	P		
Observação:															
Legenda:															
Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;															
7 – Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Supad

Quadro CXX– Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
21200.002312/2007-56	1	2	Gepot-Gerência de Protocolo, Serviços Gráficos e Telecomunicações
051/2008	8	22	Conab/Matriz
047/2010	7	64	Conab/Matriz
Legenda:			
Área:			
1 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional			
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			
3 – Serviços de Copa e Cozinha;			
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis			
5 – Serviços de Brigada e Incêndio			
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes			
7 – Higiene e Limpeza			
8 – Vigilância Ostensiva			
9 – Outras			

Fonte: Supad

5.1 - Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.702 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade de maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, principalmente daqueles lotados nas Superintendências Regionais, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem

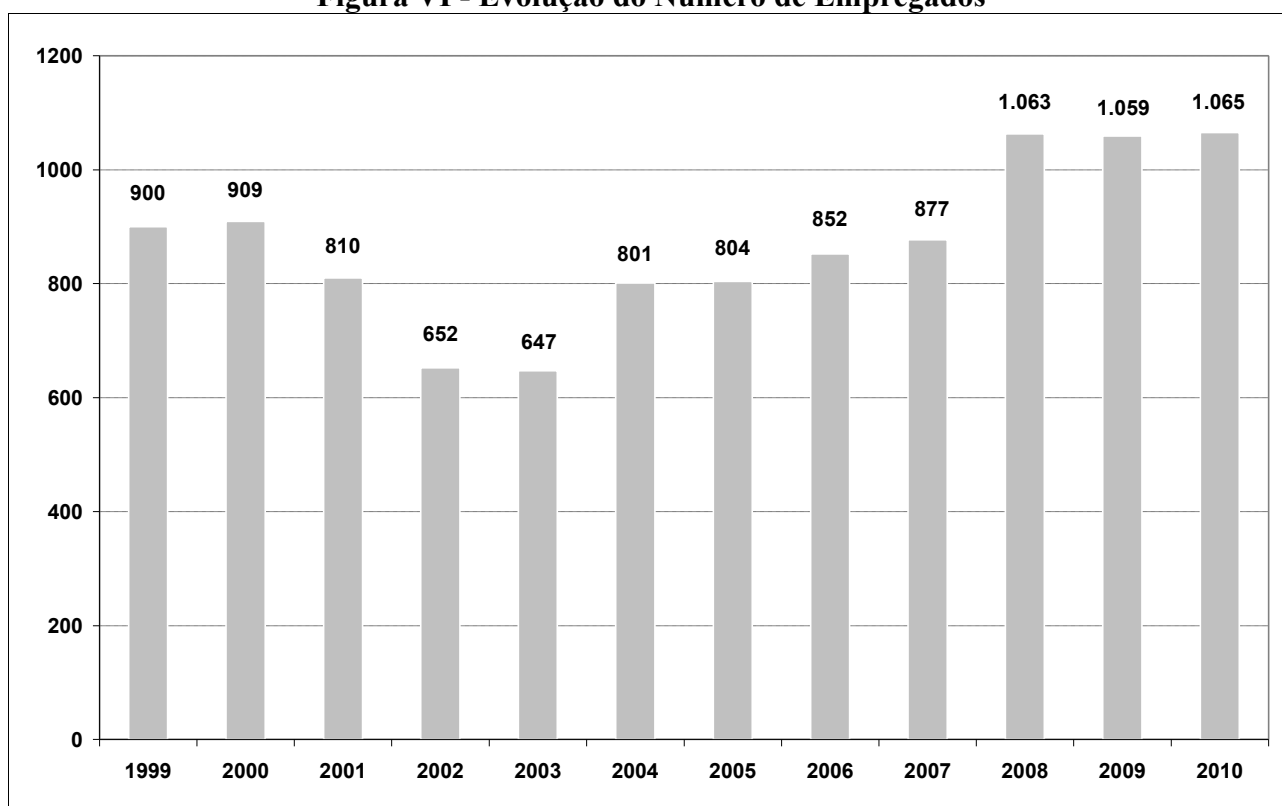
readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Matriz apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica redução até o exercício de 2003 e em seguida a recomposição, atingindo em 2010, crescimento de 64,6% em relação àquele ano.

Figura VI - Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia,

contabilidade e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 68,1% do número de empregados tem idade superior a 51 anos.

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Matriz não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação e vigilância.

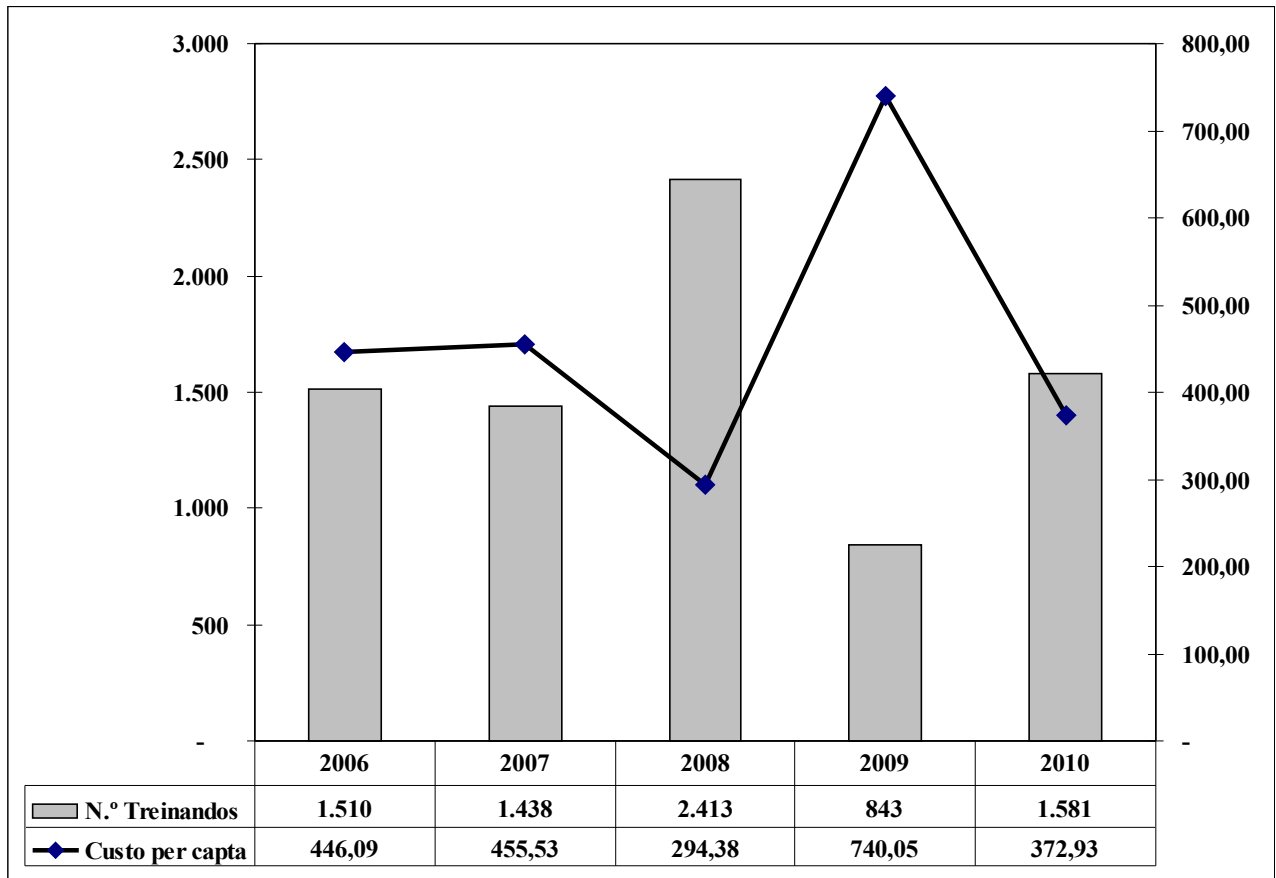
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 297 empregados (27,9% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios passados houve maior demanda de cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal, com participação de todos os empregados. Em 2010, verificou-se crescimento de 87,5% no número de treinandos e redução de 49,6% no custo *per capita*. A manutenção de um centro de treinamento em Brasília e a utilização do auditório para a realização de eventos tem propiciado redução de custos e ampliado o número de vagas nos cursos.

Figura VII – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo *Per Capta*

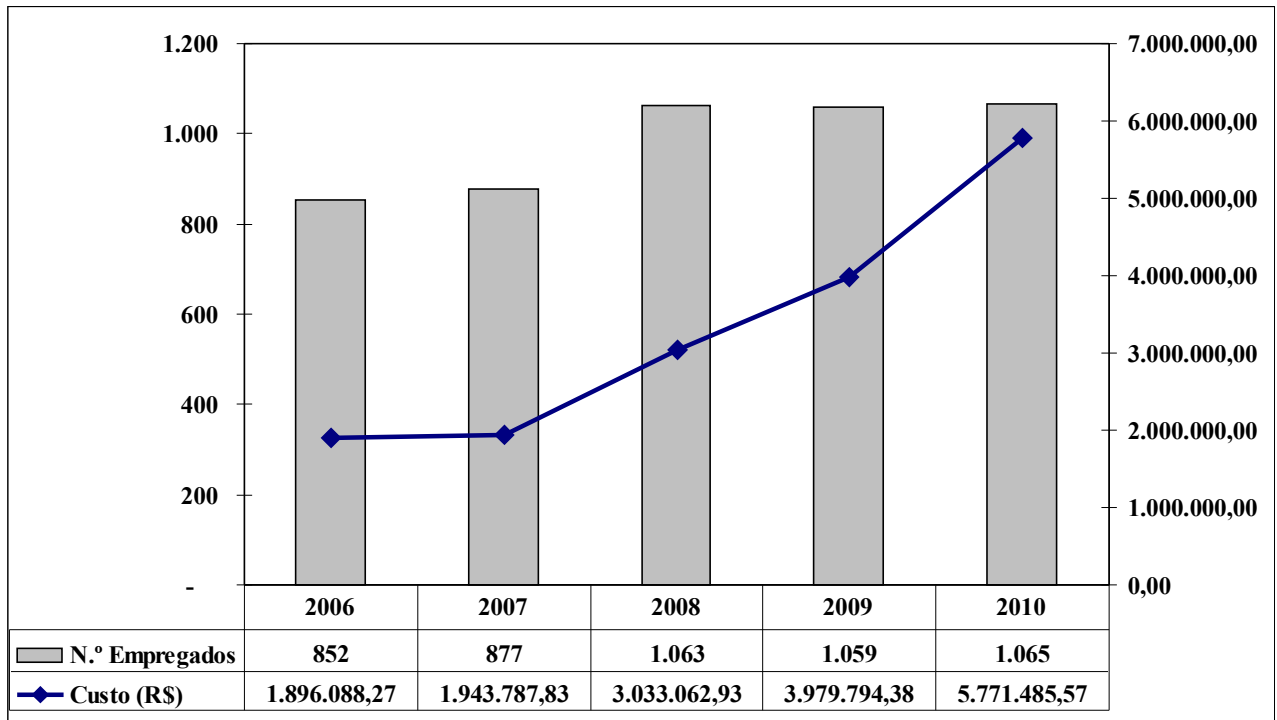


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos cuidados foi registrada a ocorrência de 10 acidentes de trabalho em 2010.

O contínuo aumento das despesas médicas tem como principal causa o aumento da faixa etária dos empregados, com maior procura pelos serviços oferecidos pela rede credenciada e, também, pela utilização de procedimentos mais onerosos.

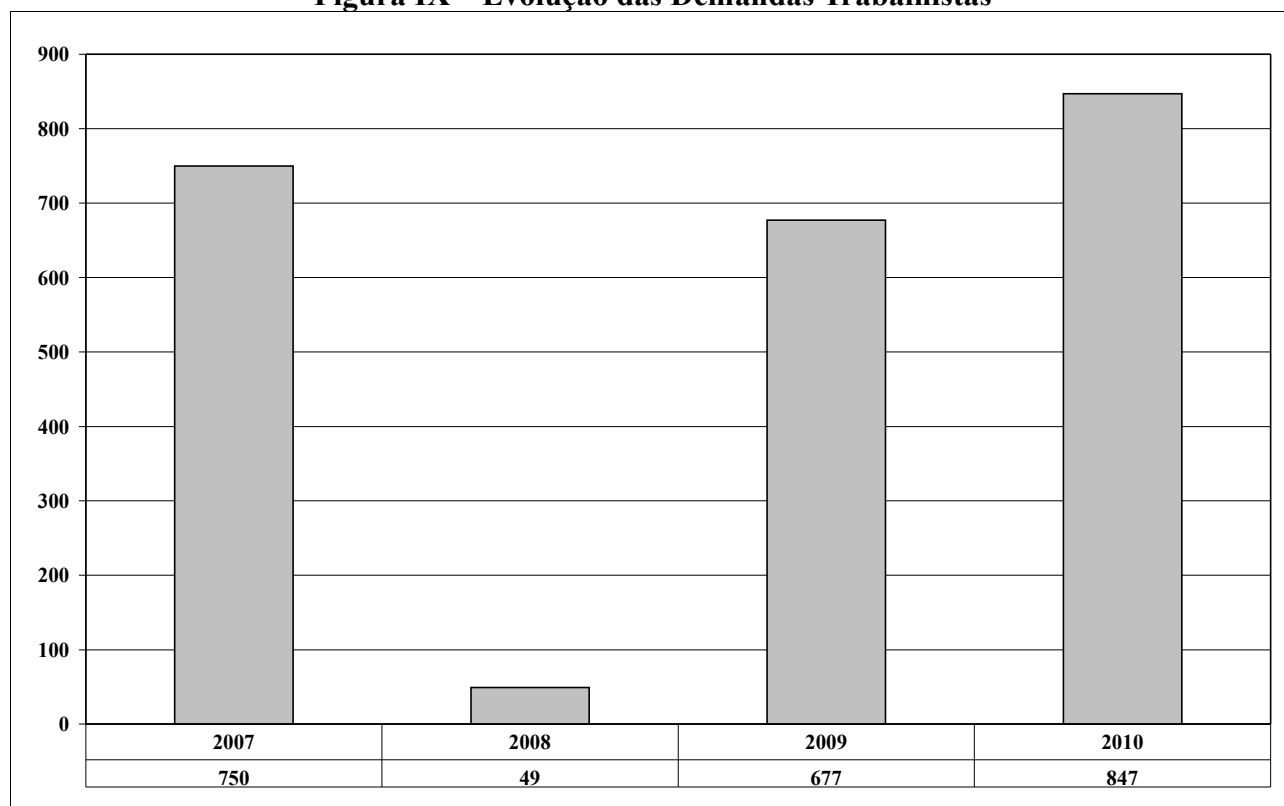
Figura VIII – Serviços de Saúde



Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos.. No fim do exercício estavam em trâmite 847 processos trabalhistas em que a Conab figurava como agente passivo, representando um aumento de 25,1% sobre a quantidade existente no exercício anterior.

Figura IX – Evolução das Demandas Trabalhistas


Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro CXXI - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88
SP	4	718.780,89	20	15.155.000,00	13	4.340.000,00	1	22.000,00	38	20.235.780,89
TO	-	-	2	100.000,00	-	-	2	668.728,71	4	768.728,71
-	-	-	1	33.129,60	11	3.304.896,00	1	50.000,00	13	3.388.025,60
Total	238	17.512.720,29	577	51.115.625,28	1.503	107.293.176,27	1.331	34.631.641,44	3.649	210.553.163,28

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – Informações sobre Transferências

Não foram realizadas transferências durante o exercício de 2010.

7 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

a) Declaração do Siconv



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.


Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente


Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

b) Declaração do Siasg



**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – SUPAD
GERÊNCIA DE CONTRATOS – GECOT**

DECLARAÇÃO

Esta Gerência de Contratos, a teor de solicitação da SUPOR, declara, nos termos do artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que os contratos administrativos advindos da Comissão Permanente de Licitação da matriz desta Empresa Pública Federal são regularmente lançados no SIASG por esta gerência.

Brasília, 22 de fevereiro de 2011.


LUCIANO CORCINO DO NASCIMENTO
GERÊNCIA DE CONTRATOS
Gerente

8 – Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei n.º 8.730/93

Em atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007, todos os agentes públicos (servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo ou em comissão, de qualquer nível ou natureza, os empregados públicos, os diretores e empregados de empresas estatais, os agentes que exercem mandato em órgãos e conselhos de caráter deliberativo e aqueles contratados por tempo determinado) deverão autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado. Para tanto, a Companhia disponibiliza em sua intranet formulários específicos para preenchimento.

Apesar das penalidades previstas no §3.º do art. 13 da Lei n.º 8.429/92 e de todos os documentos encaminhados para ciência dos empregados referentes à obrigatoriedade do cumprimento desta determinação, 407 empregados não entregaram a Declaração de Bens e ainda não autorizaram o acesso às suas Declarações.

9 – Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Quadro CXXII – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro CXXIII – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? → Descarte de embalagens de agrotóxicos				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). → Aquisição de lenha certificada pelo IBAMA				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? → Uso de Biodiesel				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? → Folders e comunicações internas					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin</p> <p>Outras Informações:</p> <p>1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais.</p> <p>2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências dos órgãos estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA.</p> <p>3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.</p> <p>4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.</p> <p>5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO.</p> <p>6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.</p> <p>7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental de Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, descritos no quadro a seguir.

Quadro CXXIV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro Macapá/AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar Bloco A – Pitua Salvador/BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vinhas São Luís/MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes Belo Horizonte/MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino Cuiabá/MT	1	1
Total			5	6

Fonte: Supad/Gepas

Quadro CXXV - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135465	UA-Colatina	-	16	3	-	-	-	-	-
135481	UA-Camburi	-	16	3	-	-	-	-	-
135492	UA-Campos Altos	-	16	4	-	-	-	-	-
135475	UA-Conceição do Rio Verde	-	16	4	-	-	-	-	-
135482	UA-Juiz de Fora	-	16	4	-	-	-	-	-
135491	UA-Perdões	-	16	4	-	-	-	-	-
135474	UA-São Sebastião do Paraíso	-	16	4	-	-	-	-	-
135483	UA-Varginha	-	16	4	-	-	-	-	-
135271	UA-Apucarana	-	16	3	-	-	-	-	-
135331	UA-Bauru	-	16	3	-	-	-	-	-
135486	UA-Carapicuíba	-	16	3	-	-	-	-	-
135531	UA-Bernardino de Campos	-	16	3	-	-	-	-	-
135487	UA-Garça	-	16	3	-	-	-	-	-
135476	Sede Sureg-PB	-	4	2	53.000	-	-	-	-
Total Geral					53.000				

Fonte: Supad/Gepas

12 – Gestão da Tecnologia da Informação

Quadro CXXVI - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide Relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

12.1 – Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Superintendência de Gestão Tecnológica da Informação-Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização-NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Quadro CXXVII - Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	1
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	3
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente)

Quadro CXXVIII - Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.3 – Segurança da Informação

12.3.1 – Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

- implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
- vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de

todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;

- análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
- monitoramento dos serviços críticos de TI;
- instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
- implantação de sistema de análise de *logs*;
- virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
- reestruturação da política de *backup*;
- elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
- elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes;
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI) em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e

melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);

- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.3.2 – Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 12.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação, que possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo.

12.4.1 – Relação de sistemas entregues em 2010

- **SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo:** para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que

várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

- **SISMAT - Sistema de Material**, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.
- **SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques**, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.
- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.
- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação**: permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.
- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA**: apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.
- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA**: apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.
- **SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento –** com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.
- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar**: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.
- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários**: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.
- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.
- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.
- **SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras** , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.
- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.
- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.
- **XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos**, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada;
- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;
- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.
- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;
- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;
- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;
- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;
- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;
- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1.º e 15.º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;
- **SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas**: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

- **NFe e EFD/Sped Fiscal:** conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;
- **Portal Nfe:** Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;
- **ETL xFac/xFacWeb:** processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;
- **ETL SISCOE/xFac Postgres:** processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

12.4.2 – Relação de sistemas mantidos em 2010

- **SAFRAS:** Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.
- **xFac Postgres:** disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.
- **SISOUV:** reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.
- **SIGEST-PAA:** reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.
- **SIAGRO:** implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.
- **xFAC:** implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.5 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI. Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

12.5.1 – Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.5.2 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

- Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.
- Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma Solução de Controle de Processos Judiciais e Gestão Jurídica, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.
- Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.
- Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.
- Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de

solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

- Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.
- Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.
- Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.
- Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.
- Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.
- Renovação do contrato firmado com o Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.6 – Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

- a) Portfólio de Soluções e serviços de TI: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>
- b) Plano Diretor da Tecnologia da Informação–PDTI: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>
- c) Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki): <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – Informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal

Deixamos de apresentar informações sobre a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, por dispensa, conforme orientações contidas no Quadro A1-Relacionamentos entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, da citada Decisão Normativa.

14 – Renúncias Tributárias

Não houve ocorrência.

15 – Atendimento às Determinações do TCU

15.1 - Deliberações do TCU atendidas no Exercício

(Portaria-TCU Nº 227/2010)

Quadro CXXIX - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB					002114
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	009.176/2005-6	1459/2008-2	1.2.1/1.2.2	DE	OFÍCIO N.º 562/2008-TCU/SECEX/RS
02	009.789/2009-0	123/2010-PL	9.1/9.2	DE/RE	OFÍCIO N.º 010/2010-TCU-SEPROG
03	012.977/2009-1	1080/2010-PL	1.5	DE	OFÍCIO N.º 391/2010-TCU/SECEX-RR
04	001.457/2010-1	1452/2010-PL	9.3	DE	OFÍCIO N.º 1138/2010-TCU/SECEX-RS
05	026.076/2010-1	3088/2010-PL	9.2/9.3	DE	OFÍCIO N.º 1310-TCU/SECEX-RN e OFÍCIO N.º 1311-TCU/SECEX-RN
06	018.696/2007-1	3124/2010-PL	9.2	DE	OFÍCIO N.º 959/2010-TCU/SECEX-8
07	014.020/2003-0	611/2011-2	1.6.1	DE	OFÍCIO N.º 115/2011-TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação:					Código SIORG
01 - Presidência, Procuradoria Geral – Proge.					002114
02 - Presidência, Diretorias e Procuradoria Geral – Proge.					002114
03 - Superintendência Regional no Estado de Roraima – Sureg/RR.					002114
04 - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul – Sureg/RS.					002114
05 - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte – Sureg/RN, Diretoria Administrativa – Dirad e Comissão Permanente de Licitação – CPL.					002114
06 - Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab.					002114
07 - Presidência – PRESI e Procuradoria Geral – Proge.					002114
Descrição da Deliberação:					
01 - Trata-se de deliberação em face de representação em que restou determinado:					
- “1. à Superintendência Regional da Conab no Rio Grande do Sul:					
1.1. [...]”					
1.2. providencie, com relação às perdas de armazenagem de responsabilidade da Cooperativa Vinícola Tamandaré Ltda, a instauração de processo(s) administrativo (s) destinado à:					
1.2.1. identificação dos responsáveis pela inércia administrativa no período que decorreu de 1985 até 18/11/2004 (data da remessa dos processos ao escritório de advocacia), além da eventual omissão em relação ao adequado acompanhamento das atividades pelo escritório de advocacia e aplicação das penalidades previstas em contrato, com aplicação das penalidades administrativas cabíveis aos funcionários envolvidos;					
1.2.2. inércia do escritório de advocacia no período de 18/11/2004 até hoje, com vistas à aplicação das penalidades previstas em contrato, devendo ser acionada, inclusive, a OAB, caso constatado desvio ou negligência na conduta profissional;					
[...]”					
02 - Diz respeito à auditoria operacional levada a efeito com o objetivo de avaliar o processo de gestão de estoques públicos, redundando nas determinações e recomendações a seguir:					
- “9.1. determinar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:					
9.1.1. passe a exigir a garantia de depósito, conforme art. 8.º do Decreto n.º 3.855/2001, em todos os contratos de depósito efetuado junto a terceiros para armazenamento de produtos públicos;					
9.1.2. aperfeiçoe os controles internos de estoques públicos de maneira a identificar e corrigir, tempestivamente, as diferenças de estoques entre a Matriz e as Superintendências Regionais, inclusive quanto à contabilização negativa de produtos;					
9.1.3. altere a programação das fiscalizações de estoques públicos, de modo que as fiscalizações de um ano não repitam os mesmos estados nos mesmos meses e que haja fiscalizações não-programadas constantes, especialmente nos armazéns que contém maiores quantidades de estoques e nos que já deram causa a perda ou desvio de produtos;					
9.1.4. não permita a participação de gerentes ou encarregados de operações em fiscalizações realizadas no estado de sua					

lotação, para que haja adequada segregação de funções;

9.1.5. revise os processos internos de recuperação de débitos oriundos de perdas ou desvios de estoques públicos, tornando-os mais céleres e que possam ser concluídos dentro de 90 dias, conforme prazo prescricional considerado pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como para que atenda ao prazo máximo de 30 dias para instrução dos procedimentos administrativos de cobrança/reparação dos débitos, conforme Comunicação Interna da Presidência da Conab n.º 56/2008;

9.1.6. analise a situação das empresas que estão armazenando estoques públicos e que possuem débitos não quitados oriundos de perdas ou desvios de produtos e, se comprovado que esses armazenadores não poderiam estar contratando com a Administração Federal, por força da Lei n.º 10.522/2002, ou por não estarem amparadas por liminar judicial, providencie a remoção dos produtos ali existentes, além de verificar falhas de controle interno que possam dar causa à ocorrência dessa irregularidade, a fim de evitar que empresas impedidas legalmente de contratar com o Governo Federal armazenem estoques públicos, atentando inclusive para disposto no item 8.4.8 do Acórdão TCU n.º 313/2002 da Segunda Câmara.

9.2. recomendar à Companhia Nacional de Abastecimento - Conab que:

9.2.1. proporcione melhores condições estruturais para a realização da fiscalização de estoques públicos, com o adequado provimento de computadores, impressoras, equipamentos para medição de estoques para a realização das fiscalizações de estoques públicos, bem como promova a capacitação periódica dos servidores que trabalham com fiscalização;

9.2.2. incorpore aos regulamentos e orientações referentes à atividade de fiscalização de estoques públicos, detalhamento sobre: procedimentos de vistoria da infra-estrutura física do armazém para o adequado armazenamento de grãos; prazo de envio do Termo de Verificação e Notificação - TVN; utilização do grau de repouso dos grãos; e utilização do peso específico adequado dos produtos por região produtora;

9.2.3. desenvolva software para ser utilizado na atividade de fiscalização de estoques, que realize os cálculos e desenhos das medições de estoques realizadas, e que seja integrado com os sistemas de gestão de estoques e o de cadastro de unidades armazenadoras, a fim de agilizar a atividade de fiscalização de estoques públicos, bem como de proporcionar maior fidedignidade ao processo;

9.2.4. realize estudos para determinação do peso específico para cada produto, segundo a região produtora, para que o cálculo da quantidade de grãos armazenados seja mais fidedigno;

9.2.5. realize análise do custo-benefício de se manter os estoques públicos em armazéns privados em detrimento à sua remoção para armazém próprio, com capacidade estática ociosa, instalado no mesmo município, ou município adjacente;

9.2.6. promova a adequação e/ou reforma da estrutura física de seus armazéns para que todos estejam plenamente operacionais, disponíveis para recepção de estoques públicos, elaborando um plano de reestruturação de suas Unidades Armazenadoras às normas de habilitação técnica e de certificação, visando à garantia do atendimento às Instruções Normativas n.º 32/04 e 12/09 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

9.3. com fulcro no art. 250, inciso III, do RI/TCU, determinar à Companhia Nacional de Abastecimento que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 dias, plano de ação contendo o cronograma de adoção das medidas necessárias ao atendimento das determinações e recomendações deste Tribunal, com o nome dos responsáveis por cada medida;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa, e aos Presidentes do Senado Federal e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daquela Casa”.

03 - A Corte de Contas conheceu a representação para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia das peças de fls. 54; 65 e desta deliberação à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Roraima e à empresa Transvig - Transporte de Valores e Vigilância Ltda., sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Secex/RR:

- “1.5. Determinações:

1.5.1. à Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento em Roraima que, no caso de eventual prorrogação do contrato de vigilância e segurança armada em vigor (Contrato n. 002/2008), celebrado com a empresa Transvig - Transporte de Valores e Vigilância Ltda., ou de realização de novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, observe as orientações expedidas pela Portaria SLTI n.º 10/2009, e suas posteriores alterações, sobretudo no que diz respeito aos limites de preços a serem praticados, ou justifique a impossibilidade de cumpri-las, informando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências adotadas;

1.5.2. à Secex/RR que:

1.5.2.1. após o julgamento de todas as Representações que tratam da mesma matéria, forme um processo apartado, com

cópia das respectivas deliberações, inclusive das já proferidas, com vistas ao posterior encaminhamento à Procuradoria da República no Estado de Roraima, para a apuração dos indícios de atos tipificados como crime pelo art. 4.º da Lei n.º 8.137/1990 e pelo art. 90 da Lei n.º 8.666/1993, e à Secretaria Nacional de Direito Econômico, para o exame de possível formação de cartel na prestação de serviços de vigilância a órgãos e entidades do Governo Federal no Estado de Roraima;

1.5.2.2. monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 1.5.1 retro, bem como os resultados dele advindos, nos termos do art. 42, caput, da Resolução/TCU n.º 191/2006.

04 - Diz respeito à representação formulada por Guilherme Schmitt Menezes, sobre supostas irregularidades em atos praticados pela Sureg/RS no Edital da Concorrência n.º 01/2009, cujo objeto é a contratação de serviços especializados de advocacia. Os Ministros, em Sessão Plenária, acordaram, ante as razões expostas pelo Relator em:

- “9.3. manter os efeitos da medida cautelar concedida às fls. 103/106 dos presentes autos, até que sejam cumpridas as seguintes determinações pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul - Conab - SUREG/RS:

9.3.1 alterar o edital de forma a fazer constar o preço global máximo como critério de aceitabilidade das propostas, de forma a atender art. 40, X da Lei 8.666/93 e a jurisprudência do TCU (AC-1094-28/04-P);

9.3.2. excluir do edital, de seus anexos e da minuta do contrato, cláusulas ou condições que prevejam a possibilidade de reajuste por meio de índices gerais de preços, de modo a observar o entendimento deste Tribunal no sentido de que os contratos de prestação de serviços continuados não admitem reajuste com base em índices, mas somente sua repactuação;

9.3.3 deixar explícito no edital que o objeto da licitação inclui a interposição de recursos especiais, extraordinários e de revista;

9.3.4. alterar o subitem 8.5 do edital, de forma a constar a justificativa para a atribuição diferenciada de fatores de ponderação para o índice "técnica" em relação ao "preço";”

05 - Trata-se de deliberação em face de representação interposta tendo em vista licitação para contratação de serviços de segurança, redundando nas decisões:

- “[...]”

9.2. determinar à Superintendência Regional da Conab/RN que, caso decida realizar novo procedimento licitatório com o mesmo objeto, encaminhe cópia do edital a este Tribunal;

9.3. alertar a Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab do Rio Grande do Norte, bem como a Conab Matriz, que nos futuros procedimentos licitatórios realizados pelo órgão e suas unidades descentralizadas abstenham-se de fazer exigências que restringiram o caráter competitivo do certame, a exemplo do que se verificou nos subitens 8.2.13 e 8.2.14 do edital do Pregão Eletrônico Conab/SUREG-RN n.º 06/2010, dissonantes da jurisprudência desta corte de contas, haja vista não haver amparo legal para se exigir que os licitantes apresentem certidão negativa de débito salarial e certidão negativa de infrações (multas) trabalhistas;

[...]”

06 - Diz respeito a mais uma deliberação da Corte de Contas em face da representação interposta pelo Cecafé que deliberou:

- “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1 nos termos do art. 250, §1.º, do Regimento Interno do Tribunal, acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Wagner Gonçalves Rossi, ex-Presidente da Conab;

9.2 com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, assinar o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab:

9.2.1 dê efetivo cumprimento à determinação expressa no subitem 9.4.1 do Acórdão 1835/2009-Plenário, aplicando aos responsáveis pela ocorrência de burla aos limites fixados nas regras do Pepero-Café-2007, as penalidades administrativas cabíveis, informando a este Tribunal, no prazo fixado, sobre as medidas adotadas e respectivo resultado;

9.2.2 dê adequado cumprimento à determinação descrita no subitem 9.4.2 do Acórdão 1835/2009-Plenário, incluindo no sítio da Conab na Internet a identificação dos produtores rurais não associados a cooperativas, além das demais informações já disponibilizadas, informando a este Tribunal, no prazo fixado, sobre as providências adotadas;

9.3 com base no art. 3.º do Regimento Interno deste Tribunal, determinar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa - que informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência, sobre o resultado dos estudos noticiados pela Nota de Acompanhamento NA/AECI/GM 021/2009, de 17/11/2009, decorrentes da recomendação inserta no subitem 9.3.3 do Acórdão 1835/2009-Plenário, relativa à regionalização dos leilões para

repassa de subvenções econômicas para a comercialização das safras de café;

9.4 nos termos do art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal:

9.4.1 ratificar, junto à Conab e ao Mapa, a recomendação expressa no subitem 9.3.1 do Acórdão 1835/2009-Plenário, para que, nos leilões do Pepro/Cafê, sejam creditados os prêmios diretamente às contas dos respectivos produtores rurais cooperados, no caso de cooperativas arrematantes, à semelhança do que se faz em leilões de outras culturas agrícolas;

9.4.2 esclarecer à Conab e ao Mapa que, embora as recomendações do Tribunal não sejam impositivas, em respeito ao poder discricionário da Administração, elas têm por objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da ação governamental, e, no caso em tela, esta Corte de Contas entende que as subvenções econômicas aos cooperados atingem maior grau de eficiência e de efetividade quando se garante o crédito dos recursos diretamente às contas dos produtores cooperados, dessa maneira o seu eventual descumprimento injustificado poderia ensejar a responsabilização futura do gestor;

9.5 determinar à 8.^a Secex que monitore, nos presentes autos, a implementação das determinações expedidas e da recomendação ratificada neste Acórdão;

9.6 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, ao Conselho dos Exportadores de Café do Brasil - Cecafé -, ao Procurador-Geral da República, em complemento ao Ofício Conab Presi 255, de 25/6/2010, e ao Sr. Wagner Gonçalves Rossi”.

07 – Trata-se de julgamento da Prestação de Contas de 2002, que a E. Corte, restou por DETERMINAR:

- “1.6.1. Determinar à Companhia Nacional de Abastecimento -Conab que informe, em item específico, no relatório de gestão a ser apresentado a esta Corte de Contas, referente ao exercício de 2010, o resultado do processo de sindicância relativo ao contrato firmado entre a Conab e a Companhia Norberto Odebrecht (item 4.1.1.2. "e" do Relatório de Auditoria nº 117287 da SFC), considerando que foi informado à CGU, por meio da Nota Técnica AO 020/03, que o processo seria devolvido à Comissão Sindicante para que essa se aprofundasse nas apurações e identificasse os responsáveis, declarando que o trabalho realizado restava incompleto;”

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação:	Código SIORG
01 - Presidência e Procuradoria – Geral.	002114
02 - Presidência, Diretorias e Procuradoria Geral – Proge.	002114
03 - Superintendência Regional no Estado de Roraima – Sureg/RR.	002114
04 - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul – Sureg/RS.	002114
05 - Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Norte – Sureg/RN	002114
06 - Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab.	002114
07 - Presidência – PRESI e Procuradoria Geral – Proge.	002114

Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:

01 - Para o subitem 1.2.1 tem-se o Processo n.º 21206.000186/2008-26, com a constituição, através da Portaria n.º 015, de 3.2.2009, da Comissão Apuradora. A Comissão apresentou o Relatório Preliminar porém, em face do encaminhamento de novos documentos comprobatórios à Corregedoria Geral – Coger, os quais podem subsidiar uma nova manifestação da Comissão ou, se for o caso, uma ratificação do Relatório Preliminar apresentado, o Processo retornou à Comissão.

Quanto ao subitem 1.2.2 seu assunto é tratado no Processo 21206.000187/2008-71 estando sob encargo da Prore/RS, e diz respeito à apuração de atos praticados por escritórios de advocacia terceirizados – DA BROI E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C e GILBERTO CUNHA ADVOGADOS. O interessado GILBERTO CUNHA ADVOGADOS apresentou manifestação escrita pela qual postula, dentre outros, a reconsideração à decisão de prosseguimento do processado, cujo pedido pende de análise do Procurador Relator em face da apuração em andamento.

02 - A resposta para a Corte de Contas restou consolidada no OFÍCIO PRESI N.º 111, de 29.3.2010 que, além de esclarecimentos, promoveu a remessa do Plano de Ação requerido. Em face de compromisso assumido quanto à atualização trimestral do citado Plano, pelo OFÍCIO PRESI N.º 310, de 4.8.2010, foi enviada a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 16/2010, contemplando a atualização até julho/2010 e, mediante o Ofício PRESI n.º 434, de 18.10.2010, foi encaminhada a NOTA TÉCNICA AUDIN N.º 20/2010, consolidando as providências levadas a efeito até o 3.º Trimestre/2010.

03 - A Sureg/RR emitiu a CI n.º 059, de 12.7.2010, para encaminhar cópias dos seguintes documentos: Ofício 080/2010/GABPC/PR-RR/MPF, de 30/6/2010, OFÍCIO N.º 391/2010-TCU/SECEX-RR, de 27/5/2010, recebido em 1.º.7.2010, Carta CONAB/GEFAD/01/2010, de 1.º/7/2010, e do Ofício TRANSVIG/DG/0504/2010.

O MPF, em seu expediente, fez um relato da constatação do TCU, e convidou para uma reunião em sua Sede, no dia 14.7.2010.

A Regional, com a expedição da Carta n.º 01/2010, à TRANSVIG para dizer que, em razão do Acórdão e, no caso de prorrogação do contrato haveria a necessidade de renegociar o valor que se encontra acima dos limites estabelecidos na Portaria SLTI/MPOG N.º 10/2009.

A TRANSVIG pelo Ofício 0504/2010, informou da impossibilidade de adequação do preço, além de declinar da prorrogação.

Pela CI Sureg/RR n.º 074, de 9.8.2010, a Regional encaminhou cópias da Pauta e Ata da Reunião realizada no MPF, no dia 14.7.2010, com a presença de representantes de diversos órgãos federais, e cópia da Ata da Reunião também realizada no MPF, em 5.8.2010, com a presença de representantes das empresas privadas de serviços de vigilância e do TRE, JF e MF-GRAMF/RR.

Na primeira das reuniões antes citadas, em conclusão, houve uma proposta de elaboração de um Termo de Cooperação entre os órgãos presentes e de adoção de três linhas de atuação: a) A negociação direta junto às empresas, comunicando a postura uniforme de todos os órgãos presentes; b) A realização do Registro de Preços; c) A tentativa de buscar junto à Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI a atualização da Planilha de Custos.

Na segunda reunião o objetivo foi a busca da renegociação dos valores de modo a adequá-los aos parâmetros da SLTI. As empresas em um primeiro momento, alegaram ser inviável a adequação, entretanto, propuseram a concessão de prazo de noventa dias para que possam analisar a proposta. Os representantes dos órgãos federais informaram que há urgência na adequação, tendo em vista a determinação do TCU, de forma que será necessário realizar licitação na modalidade pregão eletrônico, com sistema de registro de preços a fim de buscar novas participações de empresas em outros mercados.

A Regional informou ter constituído o Processo n.º 21223.000205/2010 visando um novo certame, e que os autos foram encaminhados à Matriz para aprovação em Reunião da Diretoria Colegiada; e que após a aprovação, participará de um certame conjunto através de Ata de Registro de Preços, do qual estarão participando os 26 órgãos federais citados no Acórdão, a fim de promover o preço previsto na Portaria emitida pela SLTI.

04 - A Regional endereçou à Secex-RS o OFÍCIO/SUREG/RS/N.º 8261, de 10.8.2010, para informar sobre as providências levadas a efeito em face das determinações contidas no Acórdão.

Pelo OFÍCIO/SUREG/RS/N.º 9458, de 8.9.2010, à Secex/RS, foi requerida prioridade no exame das alterações realizadas no edital, em face de ainda não se ter a revogação da medida cautelar e o fato do contrato emergencial celebrado ter seu vencimento para 20.11.2010.

O posicionamento da Egrégia Corte de Contas em face das providências da Sureg/RS, está consolidado no Acórdão n.º 2481/2010-TCU – Plenário, com a decisão de revogar a medida cautelar. Assim, a licitação está em curso e, no dia 7.12.2010, foi publicado no DOU o resultado da habilitação, estando essa na fase de recursos em face da habilitação.

05 - A Sureg/RN posicionou-se junto à Audin para dizer que ao receber o OFÍCIO N.º 1310-TCU/SECEX-RN deu conhecimento de seus termos à Gerência de Finanças e Administração – Gefad, à Comissão Permanente de Licitação – CPL (Regional) e ao Pregoeiro, para as providências cabíveis.

A Audin, quando da publicação do Acórdão no Diário Oficial da União, por e-mail deu conhecimento dos seus termos ao Gabinete da Presidência – Gabin, à Procuradoria Geral – Proge, Sureg/RN, Diretoria Administrativa – Dirad e Comissão Permanente de Licitação – CPL (Matriz).

06 - O setor responsável, na data de 29.12.2010, expediu fax para todas as bolsas que participaram dos pregões notificando-as em face das cooperativas arrematantes que excederam o limite de 18.000kg por cooperado ativo/CPF/Aviso, atribuindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do recebimento do fax, para que apresente as justificativas sobre a ocorrência, sem a qual ou apresentada inconsistente, acarretará na aplicação das penalidades previstas nos subitens 15.1 e 15.3 do Aviso.

O prazo de 60 (sessenta) dias estabelecido para a resposta terá seu vencimento em **11.2.2011**.

07 – A Comissão sindicante, em reanálise, RATIFICOU o posicionamento inicial, no sentido de que a **análise dos elementos fáticos, apontou a inexistência de indícios que viesse caracterizar qualquer conduta funcional dolosa, de imperícia, ou má-fé, por parte de algum empregado da Conab.**

Síntese dos resultados obtidos:

01 - No momento não há como falar sobre resultados vez que as apurações estão em andamento.

02 - Com a elaboração do Plano de Ação em face das determinações e a adoção das providências nele contidas, o resultado que se espera está diretamente ligado à melhoria dos controles internos e maior suporte às decisões inerentes às operações sob a responsabilidade da Companhia.

03 - Será possível dizer sobre resultado quando encerrar o citado processo licitatório.

04 - Aprimoramento dos termos do edital com foco na contratação de serviços terceirizados de advocacia.

05 - Aprimoramento dos termos do edital observando-se sobretudo a jurisprudência da Egrégia Corte de Contas conforme determinado.

06 - No momento não há como dizer sobre resultados, sobretudo no que diz respeito à punibilidade às cooperativas que burlaram a operação.

07 - No Relatório de Auditoria n.º 141087, Avaliação da Gestão – Exercício 2003, a SFC/CGU-PR, ao analisar os esclarecimentos ofertados pela Conab, registrou:

- “**ANÁLISE:**

Diante do exposto, **acatamos as justificativas apresentadas**, ressaltando que o resultado desse assunto será acompanhado por esta Secretaria”. (O negrito não consta do original).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle externo. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (analista de sistema, p. ex.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal possível menor.

15.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve ocorrência

15.3 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

(Portaria-TCU N° 227/2010)

Quadro CXXX - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS N.º 246697	4.1.2.1	Ofício n.º 34220/2010/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 15.10.2010
02		4.1.6.1	
03		4.1.7.1	
04		4.1.7.1	
05		4.2.1.1	
06		4.2.2.1	
07		4.2.4.1	
08		4.2.4.2	
09		4.3.1.1	
10		4.3.1.2	
11		4.3.1.3	
12		5.1.1.6	
Órgão/Entidade objeto da recomendação			Código SIORG
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB			002114
Descrição da Recomendação:			
01 – Item do RA : 4.1.2.1: Deficiências na gestão da informação dos estoques da Companhia.			
Recomendação: 001			
Recomenda-se à Conab que, caso julgue necessário, institua grupo de trabalho visando estabelecer as regras negociais relativas ao controle informatizado do prazo de validade dos produtos beneficiados, além de promover e difundir na Companhia as alterações das rotinas operacionais relacionadas.			
Recomendação: 002			
Recomenda-se à Conab que avalie a oportunidade, a conveniência e a utilidade de padronizar a adoção, pelo xFAC e demais sistemas e processos envolvidos, dos critérios de safra e de ano-safra conforme estabelecido pela Portaria SPA/MAPA n.º 40, de 03/03/2009 e de criar consultas gerenciais embasadas nessas informações que possam auxiliar o gestor na tomada de decisão quanto a priorização da destinação dos estoques.			

Recomendação: 003

Recomenda-se à Conab que avalie a oportunidade, a conveniência e a utilidade de criar tabela de codificação visando padronizar os campos dos motivos do descredenciamento/impedimento, previstos no Manual de Operações Conab, e eventualmente segregá-los em grupos de acordo com a criticidade e a consequente necessidade de remoção dos estoques, visando auxiliar o gestor a identificar os casos mais urgentes.

Recomendação: 004

Recomenda-se à Conab que avalie a oportunidade, a conveniência e a utilidade de agregar ao xFAC em campo próprio (ou em relação auxiliar) as informações acerca de eventuais processos judiciais e administrativos envolvendo determinada Unidade armazenadora ou lotes estocados, visando facilitar a segregação entre os casos que demandam atuação imediata e aqueles pendentes de decisão judicial ou administrativa.

Recomendação: 005

Recomenda-se à AUDIN que avalie a oportunidade e conveniência de inserir no Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna a realização de testes de corte de operações visando confirmar a eficácia do mecanismo de 'impedimento' quanto ao atingimento do objetivo plasmado no Manual de Operações Conab.

02 – Item do RA: 4.1.6.1: Pendência na regularização / implementação da recomendação consignada para o Item 1.1.5.1 do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 224909, relativo às contas do exercício de 2008: CONSTATAÇÃO (037) - Morosidade no atendimento à Decisão TCU 581/93 - Plenário, que trata do estudo das perdas quantitativas e qualitativas na pós-colheita de grãos.

Recomendação: 001

Reitera-se a recomendação para que a Entidade mantenha esta CGU informada sobre os resultados efetivos com vistas à execução do estudo das perdas quantitativas e qualitativa na pós-colheita e no transporte de grãos, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 581/93- Plenário e requisição da Procuradoria da República no Distrito Federal.

03 – Item do RA: 4.1.7.1: Pendência na regularização / implementação da recomendação consignada para o Item 1.1.6.4 do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 224909, relativo às contas do exercício de 2008: CONSTATAÇÃO (036) - Registros contábeis pendentes de regularização.

Recomendação: 001

Recomenda-se à Entidade que, adote as ações cabíveis no sentido de localizar ou reconstituir o Processo n.º 21200.003504/2009-41 e que concluída a devida análise, apresente manifestação conclusiva quanto às medidas de regularização do registro contábil pendente na conta 1.2.2.4.1.01.05 devedores estoque estratégico.

04 – Item do RA: 4.1.8.1: Pendência na regularização / implementação da recomendação consignada para o Item 1.1.11.2 do Relatório de Auditoria de Gestão n.º 224909, relativo às contas do exercício de 2008: CONSTATAÇÃO (038): Morosidade quanto à rescisão do convênio de Gestão e Cooperação Científica, firmado entre o CENTREINAR e a FUNARBE, com a interveniência da Conab e da Universidade Federal de Viçosa.

Recomendação: 001

Reitera-se a recomendação para a Conab manter esta CGU informada sobre a rescisão do convênio de Gestão e Cooperação Científica, firmado entre o CENTREINAR e a FUNARBE, com a interveniência da Conab e da Universidade Federal de Viçosa, bem como quanto para apresentar manifestação conclusiva sobre os pontos constantes do Relatório de Vistoria/Supervisão, que apontou impropriedades praticadas pela FUNARBE.

05 – Item do RA: 4.2.1.1: Registros contábeis com informações não fidedignas. Emissão de empenhos com informação incorreta quanto à modalidade de licitação.

Recomendação: 001

Recomenda-se à Conab que adote procedimentos de acompanhamento e controle de execução orçamentária, em especial de implementação de rotinas para conferência da exatidão de informações relevantes a constar dos empenhos emitidos, com vistas a evitar ocorrências dessa natureza e à melhoria dos controles internos.

06 – Item do RA: 4.2.2.1: Admissão e permanência de aprovados no 1º Concurso Público/2005 para o cargo de TNS da Conab em função diferente da qual obtiveram aprovação.

Recomendação: 001

Recomenda-se que a Conab promova as medidas cabíveis para retorno dos empregados para os cargos/funções para os

quais foram devidamente aprovados no 1.º Concurso Público/2005 da Companhia.

Recomendação: 002

Recomenda-se à Conab que, ao fazer o levantamento das demandas por pessoal da Companhia, observe as reais necessidades da entidade, dimensionando adequadamente a demanda de força de trabalho à qualificação exigida, de maneira que os requisitos básicos para investidura reflitam efetivamente o perfil de profissional desejado para função e posto, lembrando que o processo de previsão de pessoal deve fazer parte de planejamento contínuo e sistemático e que a falta de planejamento não escusa a inobservância da lei.

07 – Item do RA: 4.2.4.1: Contratação emergencial de serviços de advocacia com preço significativamente superior ao contrato anterior. Ausência de documentação probatória da publicação no Diário Oficial da União da ratificação da Dispensa.

Recomendação: 001

Apresentar as informações pertinentes que circunstanciam a análise sobre o pedido de reequilíbrio financeiro pleiteado pela empresa CNPJ 03.877.704/0001-35, consubstanciadas em manifestação conclusiva das unidades orgânicas responsáveis pela apreciação da matéria sob questão, suficientes a viabilizar a avaliação da justificativa do preço contratado superior ao ajuste anterior.

Recomendação: 002

Apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União da ratificação da dispensa (caput do Art. 26 da Lei n.º 8.666/1993), assim como anexar no processo para saneamento dos autos. No caso de restar comprovado a não realização do referido procedimento (publicidade legal), apresentar as justificativas e esclarecimentos pertinentes.

08 – Item do RA: 4.2.4.2: Justificativa de preço que fundamentou a escolha da empresa contratada baseada em julgamento não objetivo das propostas apresentadas. Publicação extemporânea do Extrato de Dispensa de Licitação.

Recomendação: 001

Apresentar esclarecimentos pertinentes ao julgamento de inexecuibilidade de proposta tendo em vista a referência utilizada para a justificativa de preço consistir superior em 72% que a maior proposta de preço ofertada (antes da ratificação), configurando, dessa forma, a inexecuibilidade de todas as demais propostas, com vistas a viabilizar a avaliação da justificativa de preço.

Recomendação: 002

Apresentar justificativas da publicação extemporânea do Extrato de Dispensa de Licitação da contratação para a prestação de serviços especializados de advocacia, com fulcro no inciso IV do Art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, que proferida em 8/12/2009, somente foi efetivada no Diário Oficial da União de 21/12/2009.

09 – Item do RA: 4.3.1.1: Não detalhamento do BDI e não incidência de BDI reduzido sobre os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica.

Recomendação: 001

Recomenda-se à Conab que solicite a apresentação de planilha analítica explicitando tanto o percentual de cada parcela que compõe o BDI, quanto sua fórmula de cálculo e o percentual total aplicado.

Recomendação: 002

Recomenda-se à Conab que solicite a apresentação de planilha analítica referente aos itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica explicitando tanto o percentual de cada parcela que compõe o BDI, quanto sua fórmula de cálculo e o percentual total aplicado.

Recomendação: 003

Recomenda-se à Conab que, no ato convocatório das licitações de obras e serviços de engenharia, preveja a incidência de BDI reduzido sobre os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica e exija dos licitantes que explicitem o percentual de cada parcela que compõe o BDI, bem como sua fórmula de cálculo e o percentual total aplicado.

10 – Item do RA: 4.3.1.2: Admissão, pelo edital e pelo contrato, do uso de verbas sem o respectivo detalhamento dos itens que as compõe.

Recomendação: 001

Recomendar à Conab que apure eventual sobrepreço praticado pela contratada, em especial quanto aos serviços de pavimentação asfáltica, confirmando, por meio de notas fiscais e laudos técnicos dos ensaios promovidos, se os insumos utilizados estão de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo Edital.

Recomendação: 002

Solicitar à Contratada que explicita seus custos por meio da apresentação de planilha detalhando os custos unitários de aquisição do insumo asfáltico, usinagem, transporte e aplicação, tomando por base a composição de custos e a codificação dos itens estabelecida no Sistema de Custos Rodoviários - SICRO 2 do DNIT, promovendo os ajustes necessários e informando o percentual de BDI aplicado sobre os referidos itens. Solicitar comprovação dos custos incorridos na aquisição de insumo asfáltico, usinagem e transporte por meio da apresentação das respectivas notas fiscais.

Recomendação: 003

Solicitar à Contratada que apresente planilha analítica mais detalhada que a da proposta contendo a composição de custos de cada item do orçamento, especificando as quantidades e os valores unitários, em especial quanto aos itens remunerados mediante o uso de verbas, os itens de pavimentação asfáltica e os integrantes dos grupos C - Montagem Eletromecânica e D - Instalações elétricas.

Recomendação: 004

Encaminhar à Controladoria-Geral da União: a) Cópia do CD fornecido aos licitantes contendo os projetos executivos das parcelas de obras a executar (Anexo XIV), conforme item 14.7 Edital; b) Cópias dos 2 (dois) CDs fornecidos aos licitantes em substituição às cópias heliográficas referidas no mesmo item 14.7, contendo os projetos executivos referentes às parcelas já executadas parcialmente (Anexo XIII); c) Cópia do CD fornecido pela Contratada contendo os Projetos Executivos que elaborou, acompanhado de planilha indicando, para cada um, a força de trabalho empregada (informando o número de registro no conselho de classe) e seu custo horário, além dos demais custos envolvidos; d) Cópia do CD fornecido pela Contratada contendo os Projetos 'As Built' que elaborou, acompanhado de planilha indicando, para cada um, a força de trabalho empregada (informando o número de registro no conselho de classe) e seu custo horário, além dos demais custos envolvidos; e) Notas fiscais da aquisição do insumo asfáltico ou do CBUQ usinado e dos respectivos custos de transporte, além dos laudos técnicos dos ensaios promovidos visando comprovar o padrão de qualidade exigido pelo Edital.

11 – Item do RA: 4.3.1.3: Aditamento contratual visando incluir objeto (novo) não decorrente de alteração qualitativa ou quantitativa do objeto adjudicado.

Recomendação: 001

Recomenda-se à Conab que, quando da análise da legalidade de termos aditivos aos contratos, verifique se as alterações promovidas no objeto guardam relação direta com o objeto originalmente licitado, adjudicado e contratado.

Recomendação: 002

Recomenda-se à Conab que não firme novos termos aditivos cujas Planilhas Orçamentárias incluam objetos novos que não guardam relação direta com o objeto originalmente licitado, adjudicado e contratado.

Recomendação: 003

Recomenda-se à Conab que, na elaboração de editais de licitação, promova os estudos necessários à comprovação exigida pelo Art. 23., § 1º e § 2º, da Lei de Licitações e Contratos.

Recomendação: 004

Recomenda-se à Conab que, buscando otimizar a capacidade de armazenagem, em especial nos casos em que as unidades forem operacionalmente 'interligadas/integradas' ou beneficiarem-se mutuamente da execução de determinada benfeitoria, compatibilize (sempre que possível) os cronogramas de licitação e de execução das obras de ampliação com aqueles das obras de restauração/manutenção que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, observando o disposto no Art. 23., § 5º, da Lei de Licitações e Contratos.

Recomendação: 005

Recomenda-se à Conab que comprove a alegada economicidade por meio da cotação junto ao mercado dos serviços de 'Lavagem e pintura das telhas do graneleiro tipo Buffalo'(previsto no item 4 da Planilha Orçamentária do Termo Aditivo n.º 001/2010) e de 'Reposição de telhas translúcidas para Búfalo' (previsto no item 1.9 da Planilha Orçamentária do Termo Aditivo n.º 002/2010), juntando os orçamentos recebidos aos autos e encaminhando cópias autenticadas à esta Controladoria.

12 – Item do RA: 5.1.1.6: Fragilidade/ausência de controle sobre depósitos judiciais e recursais.
Recomendação: 001

Recomenda-se à AUDIN que, a exemplo dos trabalhos que detectaram as referidas fragilidades, realize novos testes de aderência aos controles internos buscando verificar se as medidas implementadas foram suficientes para sanar as deficiências apuradas.

Recomendação: 002

Avaliar a necessidade, conveniência e oportunidade de instituir, no âmbito das SUREGs, Grupos de Trabalho especiais visando atuar na identificação e baixa de ações encerradas, de modo semelhante ao realizado pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria Presi n.º 064, de 06/06/2007, cujo escopo de ação restringe-se à Matriz.

Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação
Código SIORG
01 – Item do RA : 4.1.2.1:
Recomendação: 001

Superintendência de Abastecimento Social – Supab, Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar – Supaf, Superintendência de Operações Comerciais – Suope, Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação – Sutin, e o Grupo Gestor Portaria n.º 223/2009.

Recomendação: 002

Não há setor responsável pela implementação consoante os esclarecimentos constantes do tópico “Síntese da providência adotada”.

Recomendação: 003

Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm.

Recomendação: 004

VIDE O QUE SE TEM PARA A RECOMENDAÇÃO: 001, deste Item.

Recomendação: 005

Auditoria Interna – Audin/Gerência de Risco – Geris.

02 – Item do RA: 4.1.6.1:
Recomendação: 001

Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm.

03 – Item do RA: 4.1.7.1:
Recomendação: 001

Diretoria Financeira – Difin/Superintendência de Contabilidade – Sucon.

04 – Item do RA: 4.1.8.1:
Recomendação: 001

Presidência – Presi/Procuradoria Geral – Proge.

05 – Item do RA: 4.2.1.1:
Recomendação: 001

Diretoria Financeira – Difin/ Superintendência de Finanças – Sufin.

06 – Item do RA: 4.2.2.1:
Recomendação: 001

Diretoria Administrativa – Dirad/Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc.

Recomendação: 002

Diretoria Administrativa – Dirad/Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc.

07 – Item do RA: 4.2.4.1:
Recomendação: 001

Procuradoria Geral – Proge.

Recomendação: 002

Diretoria Administrativa – Dirad/Superintendência de Administração – Supad.

002114

<p>08 – Item do RA: 4.2.4.2: Recomendação: 001 Procuradoria Geral – Proge. Recomendação: 002 Diretoria Administrativa – Dirad/Superintendência de Administração – Supad.</p> <p>09 – Item do RA: 4.3.1.1: Recomendação: 001 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 002 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 003 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm.</p> <p>10 – Item do RA: 4.3.1.2: Recomendação: 001 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 002 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 003 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 004 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm.</p> <p>11 – Item do RA: 4.3.1.3: Recomendação: 001 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 002 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 003 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 004 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm. Recomendação: 005 Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab/Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – Suarm.</p> <p>12 – Item do RA: 5.1.1.6: Recomendação: 001 Auditoria Interna – Audin/Gerência de Auditoria – Geaud. Recomendação: 002 Diretoria Financeira – Difin/Superintendência de Finanças – Sufin, Procuradoria Geral – Proge e Superintendências Regionais – Suregs.</p>	
Síntese da Providência Adotada	

As providências a seguir foram objeto do Plano de Providências Permanente em face do Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 246697, e encaminhadas para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR,

mediante os Ofícios PRESI n.ºs 484, 571 e 013, de 19.11.2010, 29.12.2010 e 6.1.2011, respectivamente.

01 – Item do RA : 4.1.2.1:

Recomendação: 001

O Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos – xFAC, pela sua abrangência e operação em âmbito nacional, inclusive com o uso de nota fiscal eletrônica (NF-e) e Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, já possui um Grupo Gestor, constituído pela Portaria n.º 223/2009, composto por representantes das áreas gestoras negociais diretamente ligadas ao tema, aos quais possuem por competência, entre outras: “Receber, avaliar e deliberar a pertinência ou não de solicitações de mudanças postadas pelos usuários [.]; Formalizar junto a Sutin a implementação de mudanças aprovadas, estabelecendo o grau de prioridade; Realizar todos os testes e homologar novas versões do sistema antes de sua disponibilização às Superintendências Regionais e Matriz”.

Nesse diapasão, considerando a natureza específica objeto das recomendações 001 e 004, gestores de áreas negociais correlatas são consultados pelo Grupo Gestor sempre que necessário, como é o caso em questão, onde foram mapeadas as regras negociais em alto nível junto ao referido Grupo e áreas gestoras (Supab, Supaf e Suope) com as definições e requisitos gerais, focados para a oportuna implementação no Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos – xFAC. Assim, foi apresentado um Plano de Providências e Cronograma inicial estimado, com início das atividades em 27.10.2010, e com data de término prevista para 7.3.2011.

Recomendação: 002

O Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos – xFAC, já utiliza a padronização dos critérios de safra e de ano-safra, notadamente nas consultas web gerenciais disponibilizadas na intra e internet a qualquer cidadão. Reforça essa adoção, considerando, inclusive, as Portarias MAPA por meio das quais são publicados os preços mínimos de garantia, e que compõem as normas específicas de cada produto objeto do Manual de Operações da Conab – MOC.

No âmbito interno, essas consultas e relatórios web gerenciais, auxiliam os gestores das áreas negociais responsáveis na tomada de decisão para o escoamento dos estoques públicos de acordo com as prioridades estabelecidas na Resolução Conab n.º 030, de 18 de dezembro de 2002. A recomendação se encontra atendida em sua plenitude.

Recomendação: 003

É importante o registro de que no antigo Sistema de Cadastro de Armazéns – SCA que foi substituído pelo Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – Sicarm, muitos dos registros de impedimentos estavam descritos no campo observação e assim foi importado. Para esses casos, o campo observação ainda tem relevância.

No Sicarm, apenas os impedimentos do tipo 1 (impedimentos técnicos manuais), 2 (impedimentos técnicos automáticos), 3 (impedimentos jurídico-financeiros manuais), 4 (impedimentos jurídico-financeiros automáticos) estão disponíveis para novos lançamentos e 5 (impedimentos técnicos ou jurídico-financeiros exclusivos do SCA). O tipo 5 foi criado exclusivamente para atender aos registros migrados em que não foi possível encontrar um impedimento técnico relacionado a ele por meio de rotinas automatizadas, para isso faz-se necessária uma análise manual do campo observação, pela área gestora, para que seja feito um “de-para” e estes impedimentos sejam reenquadrados. O Sicarm não permite um novo lançamento para o impedimento do tipo 5, restando apenas as operações de desativação e reativação do impedimento até que ele seja encerrado, além do encerramento propriamente dito, que significa o desimpedimento por aquele motivo.

A resposta em relação ao “de-para”, até então realizado parcialmente pela área comercial, é de competência da Suarm, que conhece a necessidade de continuidade e conclusão desta atividade, para a qual se estabeleceu um Plano de Providências e Cronograma inicial estimado, com início de atividades em 26.10.2010 e previsão de encerramento para 30.11.2011.

Quanto à necessidade de escoamento (venda ou remoção) dos estoques nos casos mais urgentes, foi criada uma rotina no Sistema xFACWeb, executada quinzenalmente, onde as áreas responsáveis (Matriz e Superintendências Regionais) recebem um relatório, via correio eletrônico, com as informações analíticas de estoques públicos depositados em armazéns que apresentam alguma irregularidade, seja descredenciamento ou impedimento. O descredenciamento apresenta maior grau de criticidade. Caso o armazém não tenha descredenciamento, mas tenha impedimento, a informação no relatório obedece ao grau de criticidade conforme tabela específica. O relatório citado tem sua emissão no dia 1.º e 15 de cada mês. Neste particular a recomendação já está satisfeita.

Recomendação: 004

VIDE O QUE SE TEM PARA A RECOMENDAÇÃO: 001.

Recomendação: 005

Para essa recomendação foi incluída, no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2011, uma ação específica para ser levada a termo pela Gerência de Risco – Geris.

02 – Item do RA: 4.1.6.1:

Recomendação: 001

Dando prosseguimento a Ação de Perdas na Pós-colheita e no Transporte de Grãos, nos dias 13, 14 e 15 de setembro de

2010, a Equipe Técnica da Conab, da Embrapa e vários pesquisadores de Universidades e do MAPA, participaram da segunda reunião para tratar do Projeto de Perdas na Pós-colheita e no Transporte de Grãos, com enfoque nos seguintes temas:

Discussão sobre a situação atual do Projeto;

Discussão do orçamento para a execução do Projeto de Pesquisa;

Discussão sobre a possibilidade da FINEP participar como gestor dos recursos financeiros do Projeto; e

Discussão do termo de cooperação técnico-científico a ser celebrado entre a CONAB e a EMBRAPA, com a interveniência da FINEP.

O prazo previsto para a execução do projeto é de 04 (quatro) anos.

Após a aprovação da proposta do projeto de pesquisa pelo DPD/Embrapa, as etapas do estudo das perdas são:

Assinatura do termo de cooperação entre a Conab e Embrapa;

Aprovação do Projeto de Pesquisas de Perdas na Pós-colheita e no Transporte de Grãos pelas Diretorias da Conab e Embrapa (antes, deverá ser definida a participação da FINEP); e

Início da execução do Projeto.

A expectativa para a consolidação das etapas antes citadas, está prevista para o final do primeiro trimestre de 2011, podendo ser antecipada.

03 – Item do RA: 4.1.7.1:

Recomendação: 001

O Processo foi localizado. Ouvida a área jurídica, Procuradoria Regional em Minas Gerais – Prore/MG e Procuradoria Geral – Proge, restou o posicionamento de que as providências levadas a efeito pelo escritório terceirizado de serviços advocatícios que atende à Superintendência Regional no Estado de São Paulo, adotou as providências pertinentes solicitando a habilitação de crédito pela Conab, que não houve participação de empregados da Companhia, que não há falar em prejuízo vez que decretada a falência da devedora e verificada a inexistência de bens capazes de saldar o passivo apurado, a baixa contábil foi levada a efeito com a emissão da 2010NL001158, em 11.10.2010.

04 – Item do RA: 4.1.8.1:

Recomendação: 001

Será realizada, em 18.1.2011, em Viçosa/MG, reunião do Conselho Diretora do Centreinar, com vistas à regularização do mesmo, e a eleição de novo Presidente. Comporá, também, a pauta a oitiva da Funarbe e a deliberação tendo em vista o que recomendado pela SFC/CGU-PR.

05 – Item do RA: 4.2.1.1:

Recomendação: 001

A Sufin posicionou-se pelo acatamento da recomendação, esclarecendo que foram tomadas todas as providências para maior rigor por ocasião da conferência dos contratos, objetivando a emissão da nota de empenho, inclusive distribuindo, para todas as unidades, comunicação interna com orientações sobre a necessidade de constar na Guia de Pagamento – GP, a modalidade de licitação, artigo e inciso aplicável à contratação ou aquisição em processo de pagamento.

06 – Item do RA: 4.2.2.1:

Recomendação: 001

O setor responsável registrou que o Presidente adotou as providências recomendadas mediante a emissão das Portarias n.º 455/2010 a 473/2010, aduzindo que a alteração da função desses empregados acarreta divergências com relação ao local de trabalho e as atividades desenvolvidas por eles; ressaltando a situação de empregados no exercício de função gratificada, cuja alteração não os afeta pois são responsáveis pela gestão de suas áreas e não emitem qualquer expediente referente à sua formação/função. Indicou, ainda, a realização de levantamento visando encontrar divergências com relação ao local de trabalho x atividades desenvolvidas x atividades previstas no Plano de Cargos, com o objetivo principal de se evitar ações trabalhistas que tenham como mote o “Desvio de Função”. Em Despacho para o Dirad, o Sumoc ressaltou a necessidade de regularização da situação dos empregados de tratam as portarias citadas, uma vez que estão em desacordo com os normativos internos vigentes, especificamente o Plano de Carreiras, Cargos e Salários. O Dirad informou que o Processo n.º 21200.002886/2010, inerente à questão, está sob análise da Procuradoria Geral - Proge.

Recomendação: 002

Inicialmente, o que se pretendia era a contratação de empresa responsável para elaborar plano de Avaliação de Desempenho e estudo com o propósito de se ter o Redimensionamento do Quadro de Pessoal da Companhia. Nesse sentido, houve a tramitação do Processo n.º 21200.001138/2010-20 que no momento está sobrestado em face de restrições orçamentárias e financeiras. Entretanto, por determinação da Diretoria Colegiada cada diretoria levantou sua

necessidade de pessoal sendo compilados os dados pela Sumoc que informou que eles serão submetidos à aprovação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Dest, com o propósito de se ter autorização para a realização de concurso público.

07 – Item do RA: 4.2.4.1:

Recomendação: 001

A respeito desta recomendação foi emitida a INFORMAÇÃO PROGE/SUMAJ N.º CE 082/2010 contendo os esclarecimentos pertinentes. A citação informação foi encaminhada para a SFC/CGU-PR, compondo o Plano de Providências Permanente em face do Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 246697.

Recomendação: 002

No que tange a esta recomendação, foi emitido do DESPACHO/SUPAD/GECOT N.º LC 461/2010, de 8.11.2010 com os esclarecimentos pertinentes, que foram encaminhados para a SFC/CGU-PR, em face do Plano de Providências Permanente e inerente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 246697.

08 – Item do RA: 4.2.4.2:

Recomendação: 001

A respeito desta recomendação foi emitida a INFORMAÇÃO PROGE/SUMAJ N.º CE 082/2010 contendo os esclarecimentos pertinentes. A citação informação foi encaminhada para a SFC/CGU-PR, compondo o Plano de Providências Permanente em face do Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 246697.

Recomendação: 002

No que tange a esta recomendação, foi emitido do DESPACHO/SUPAD/GECOT N.º LC 461/2010, de 8.11.2010 com os esclarecimentos pertinentes, que foram encaminhados para a SFC/CGU-PR, em face do Plano de Providências Permanente e inerente ao Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 246697.

09 – Item do RA: 4.3.1.1:

Recomendação: 001

Após gestões da Suarm junto à Enterpa Engenharia Ltda., empresa líder do Consórcio vencedor da Concorrência Pública Conab n.º 001/2008, esta encaminhou a documentação, com os detalhamentos do BDI, que foi repassada para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR.

Recomendação: 002

A Suarm demandou da Enterpa Engenharia Ltda. as informações a respeito da Composição do BDI de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica. Em resposta, foram recebidas documentações da Kepler Weber Industrial S.A., empresa integrante do Consórcio vencedor da licitação da Concorrência Pública CONAB n.º 001/2008, com o detalhamento do BDI relativo aos Equipamentos Eletromecânicos de seu fornecimento, que foram repassadas para a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU-PR.

Recomendação: 003

No que diz respeito a esta Recomendação, a Suarm consignou que “Essa exigência já começou a ser inserida nos Editais referentes a Obras e Serviços de Engenharia, no âmbito da Conab”. Ressaltando a elaboração de Comunicação Interna para todas as Superintendências Regionais, dispondo sobre o atendimento às determinações das Súmulas de n.ºs 253/2010 e 258/2010, do Tribunal de Contas da União – TCU.

10 – Item do RA: 4.3.1.2:

Recomendação: 001

Questionada a Enterpa Engenharia Ltda., líder do consórcio constituído com a Kepler Weber Industrial S.A., esta encaminhou Correspondência s/n, de 8.12.2010, em que apresenta seus esclarecimentos e justificativas em face do que questionado nesta e nas Recomendações 002 e 003, deste Item.

Recomendação: 002

Vide o que foi informado na Recomendação: 001.

Recomendação: 003

Vide o que foi informado na Recomendação: 001.

Recomendação: 004

Foi providenciada a gravação de todos os CDs e a planilha com o detalhamento da composição de preços enviada pela Enterpa Engenharia Ltda., os quais foram encaminhados para a SFC/CGU-PR.

11 – Item do RA: 4.3.1.3:

Recomendação: 001

A Suarm posicionou-se conforme a seguir: - “Acatamos a Recomendação 001 da CGU. Informamos que a Conab, quando da análise da legalidade de termos aditivos aos contratos, verificará sempre se as alterações promovidas no

objeto guardam relação direta com o objeto originalmente licitado, adjudicado e contratado”.

Recomendação: 002

A Suarm registrou: - “Acatamos a Recomendação 002 da CGU. Em atendimento à recomendação informamos que a Conab não firmará novos termos aditivos cujas Planilhas Orçamentárias incluam objetos novos que não guardam relação direta com o objeto originalmente licitado, adjudicado e contratado”.

Recomendação: 003

A Suarm assim se manifestou: - “Acatamos a Recomendação 003 da CGU. Em atendimento à recomendação da CGU, informamos que a Conab, quando da elaboração de Editais de Licitação previamente promoverá os estudos necessários à comprovação exigida pelo art. 23, §1.º e §2.º, da Lei de Licitações”.

Recomendação: 004

A Suarm registrou: - “Acatamos a Recomendação 004 da CGU. Em atendimento à recomendação informamos que a Conab, quando da elaboração de Editais de Licitação, previamente promoverá os estudos necessários buscando otimizar a capacidade de armazenagem, em especial nos casos em que as unidades forem operacionalmente ‘interligadas/integradas’ ou se beneficiarem mutuamente da execução de determinada benfeitoria, compatibilizando (sempre que possível) os cronogramas de licitação e de execução das obras de ampliação com aquelas das obras de restauração/manutenção que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, observando o disposto no art. 23, §5.º da Lei de Licitações e Contratos”.

Recomendação: 005

As cópias autenticadas das Propostas referentes aos Serviços de Lavagem das Telhas do Graneleiro tipo Buffalo e Pintura com Esmalte Sintético foram encaminhadas para a SFC/CGU-PR e, com relação à Reposição das Telhas Translúcidas do Graneleiro do tipo Buffalo as propostas originais foram juntadas ao processo e, suas cópias autenticadas também foram encaminhadas para a SFC/CGU-PR.

12 – Item do RA: 5.1.1.6:

Recomendação: 001

A Audin, na oportunidade da realização das auditorias de balanço e de gestão operacional, patrimonial e administrativa, esse item será inserido no escopo dos programas de auditoria específicos, com prazo de atendimento para 30.11.2011.

Recomendação: 002

Por sugestão da Proge, a Presidência acatou a constituição de grupo de trabalho, em cada uma das Unidades Regionais, formados por equipes multidisciplinares, para que estes, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a partir da data da Portaria de Nomeação, identifiquem e promovam a baixa/levantamento de depósitos judiciais e recursais com a emissão de relatório detalhado a ser enviado à Audin e Presidência.

A área financeira da Matriz terá participação instruindo as Regionais sobre as providências que deverão ser adotadas para a identificação dos valores e posterior baixa contábil.

Síntese dos Resultados Obtidos:

01 – Item do RA : 4.1.2.1:

Recomendação: 001

Ao término das providências ora em andamento, os resultados esperados dizem respeito ao suporte a uma melhor gestão no controle do prazo de validade de produtos beneficiados, assim como a agregação de campo próprio para identificação de estoques públicos sub-júdice, cujo escoamento seja vedado nos termos das recomendações 001 e 004.

Recomendação: 002

Tendo em vista os esclarecimentos constantes do tópico “Síntese da providência adotada” não há o quê dizer sobre resultados.

Recomendação: 003

Concluídas as providências que dizem respeito ao cronograma estabelecido, aliadas às informações constantes dos relatórios emitidos nos dias 1.º e 15 de cada mês, tem-se com resultados melhor gestão dos estoques públicos, pela agregação de mais informações como suporte às decisões a serem tomadas.

Recomendação: 004

Vide o que se tem para a Recomendação: 001.

Recomendação: 005

Para essa recomendação, no momento, não há como dizer sobre resultados.

02 – Item do RA: 4.1.6.1:

Recomendação: 001

No momento é prematuro dizer sobre resultados.

03 – Item do RA: 4.1.7.1:

Recomendação: 001

Como resultado tem-se a solução, com a baixa contábil, da pendência observada.

04 – Item do RA: 4.1.8.1:**Recomendação: 001**

Há que se aguardar a realização da reunião para que se possa dizer sobre resultados.

05 – Item do RA: 4.2.1.1:**Recomendação: 001**

Com a providência adotada o que se espera como resultado é um melhor ajustamento de informações em prol de maior efetividade dos controles.

06 – Item do RA: 4.2.2.1:**Recomendação: 001**

Sem a manifestação da Proge, ainda não há como se falar em resultados.

Recomendação: 002

No momento, não há como dizer sobre resultados.

07 – Item do RA: 4.2.4.1:**Recomendação: 001**

Como resultado resta a expectativa de que os esclarecimentos ofertados atendam ao que recomendado e que sejam acatados pela SFC/CGU-PR.

Recomendação: 002

Como resultado resta a expectativa de que os esclarecimentos ofertados atendam ao que recomendado e que sejam acatados pela SFC/CGU-PR.

08 – Item do RA: 4.2.4.2:**Recomendação: 001**

Como resultado resta a expectativa de que os esclarecimentos ofertados atendam ao que recomendado e que sejam acatados pela SFC/CGU-PR.

Recomendação: 002

Como resultado resta a expectativa de que os esclarecimentos ofertados atendam ao que recomendado e que sejam acatados pela SFC/CGU-PR.

09 – Item do RA: 4.3.1.1:**Recomendação: 001**

Como resultado tem-se a apresentação do que recomendando, com a expectativa de que a SFC/CGU-PR manifeste pelo acatamento da providência levada a efeito.

Recomendação: 002

Como resultado tem-se a apresentação do que recomendando, com a expectativa de que a SFC/CGU-PR manifeste pelo acatamento da providência levada a efeito.

Recomendação: 003

A recomendação ensejou a providência, pelo setor responsável, de instruir quanto a serem observados os ditames da legislação pertinente.

10 – Item do RA: 4.3.1.2:**Recomendação: 001**

Como resultado fica a expectativa de que as justificativas e os esclarecimentos apresentados para a SFC/CGU-PR sejam acatados.

Recomendação: 002

Como resultado fica a expectativa de que as justificativas e os esclarecimentos apresentados para a SFC/CGU-PR sejam acatados.

Recomendação: 003

Como resultado fica a expectativa de que as justificativas e os esclarecimentos apresentados para a SFC/CGU-PR sejam acatados.

Recomendação: 004

O resultado está caracterizado na ação de encaminhamento dos CDs para a SFC/CGU-PR.

11 – Item do RA: 4.3.1.3:**Recomendação: 001**

Como resultado fica o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação: 002

Como resultado tem-se o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação: 003

Como resultado tem-se o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação: 004

Como resultado tem-se o compromisso de se levar a termo o que se registrou como providência.

Recomendação: 005

O resultado está expresso no atendimento do envio das cópias autenticadas, conforme requerido, além da juntada dos originais das propostas para o caso da reposição das telhas translúcidas.

12 – Item do RA: 5.1.1.6:**Recomendação: 001**

No momento, não é possível dizer sobre resultados.

Recomendação: 002

Como resultado tem-se que a avaliação sugerida indicou a decisão pela criação de grupo de trabalho nas Superintendências Regionais.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:

Em uma visão de grande espectro o principal fator positivo está atrelado à postura da administração sempre empenhada em atender e solucionar as questões objeto das recomendações recebidas do órgão de controle interno. Pelo lado negativo, a carência de mão de obra especializada (engenheiros, arquiteto, analista de sistema, etc.), tem causado solução de continuidade no desenvolvimento de algumas ações que, em alguns casos, o tempo de consolidação delas deveria ocorrer em um lapso temporal menor.

15.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve ocorrência

16 - Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Auditoria Interna da Conab. (ANEXO B)

Quadro CXXXI – Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna da Conab.

17 – Outras Informações Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício de 2010

A execução a menor do Programa Abastecimento Agroalimentar, sob a coordenação da Conab, em 62,64%, ou seja, dos R\$2.888.174.824 aprovados na LOA/2011 e em suplementações ao longo do exercício foram gastos R\$1.809.066.009,68, não implica necessariamente em uma má gestão ou no não cumprimento das metas estabelecidas, e sim uma menor intervenção do governo no mercado de produtos primários, pois este, de um modo geral e ao contrário de 2009, manteve durante quase todo o exercício preços superiores aos mínimos fixados para os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, não ensejando, portanto, grande ação governamental.

A ação Formação de Estoques Públicos, à qual esta vinculada a aquisição de produtos agrícolas e a manutenção dos estoques públicos representa cerca de 79,8% (R\$2.300.000.000,00) de toda a dotação orçamentária aprovada para a Companhia, portanto, uma menor execução reflete diretamente no resultado final.

Duas situações contribuíram para a menor execução desta Ação, a saber:

- restrições orçamentárias ocorridas durante o 1.º semestre que reduziram o volume de aquisições de produtos no período de safra, quando tradicionalmente os preços são menores devido ao aumento da oferta, e
- preços vigentes no mercado primário acima dos preços mínimos no 2.º semestre, reduzindo a procura por AGFs

Além destas, a liberação dos limites de empenho para despesas do Grupo 4 (capital) foi realizado em volume inferior ao programado e parte significativa do valor foi liberado somente no mês de dezembro levando a Conab a fazer a inscrição em Restos a Pagar não Processado, reduzindo a execução das ações voltadas à manutenção das unidades armazenadoras e os investimentos na Matriz e nas Sedes das Regionais, comprometendo também, os limites de pagamento do exercício de 2011.

Apesar da menor intervenção direta a Conab atuou de forma constante no monitoramento das condições de mercado, e em parceria com as secretarias de Política Agrícola do MAPA e Secretaria do Tesouro Nacional, realizou 78 leilões de concessão de prêmio (PEP e PEPRO) para incentivo ao escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas, principalmente de milho produzido na Região Centro-Oeste. A utilização destes instrumentos tem assumido papel relevante no processo de comercialização, pois por meio deles o governo garante o escoamento para áreas desabastecidas ou para exportação, os produtores vendem pelos preços estabelecidos nos editais de leilão e o governo não necessita formar grandes estoques.

Também, do lado do abastecimento a Conab ofertou em 46 leilões diversos produtos alimentícios dos estoques públicos, como arroz, castanha de caju, feijão fécula e milho, aumentando a oferta de produtos no mercado e reduzindo, com isso, o aumento de preços ao consumidor final.

Para o monitoramento das condições de mercado a Conab tem utilizado além dos contatos diários com as fontes de informações em todo o país, um banco de dados estatístico com aproximadamente 8.900 séries de preços e indicadores que são utilizados nas diversas análises elaboradas, desde reuniões semanais de conjuntura agrícola, nas propostas de preços mínimos e de intervenção no mercado, seja para aquisição ou venda de produtos.

18 – Informações Contábeis da Gestão

Os documentos originais assinados encontram-se à disposição dos órgãos de controle.

18.1 – Declaração do Contador

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

(Previsto na Lei nº 4.320/64)

Exercício 2010

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Companhia Nacional de Abastecimento	135100

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília – DF,	Data	31/12/2010
Contador Responsável	Rubinaldo Lameira dos Santos	CRC nº	9252-O

Superintendência de Contabilidade
Rubinaldo Lameira dos Santos
Contador CRC-DF nº 9252-O
CPF: nº 067475232-53
Superintendente

18.2 – Demonstrações contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI

18.3 – Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	TRANSF. PAUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF 067475232-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional – Estoques Públicos
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Públicos: a formação e manutenção de Estoques Públicos é executada com orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da CONAB, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almojarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada a cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais; o respectivo valor deverá ser absorvido pela equalização dos estoques governamentais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do

LALUR.

n. Demonstração do Resultado Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2010	2009
ICMS a Compensar	285.410	294.861
IRRF a Compensar	33	578
Contribuições Outros Impostos	93	79
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.373 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP –

INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta Recursos a Receber por Transferência, o total de R\$15.965 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores (¹)	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual (²)	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

(¹) incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

(²) Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda; entretanto, de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005, estes valores são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados). Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Em R\$ mil

Descrição	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.235	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.636	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros (¹)	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

(¹) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

- **Devedores – Entidades e Agentes – Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

- **Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante**

Em R\$ mil

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003 a 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2010; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$201.862 mil (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Passivos Contingentes – Provável

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou Entidades representativas da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.609

Passivos Contingentes – Possível

Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cíbrus) sem o devido pagamento da joia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317523	254.830	369167

Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a Companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.009

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREIRO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$2.151 mil e R\$5.825 mil, respectivamente;

b.1. Reserva Legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$514 mil e R\$2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica

das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$31.357 mil:

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram

amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$40.407 mil e R\$50.030 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2010, foram executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Em 2009, as ações do projeto, receberam repasses de recursos próprios da Conab, de outros Órgãos do MAPA, do MDA e, ainda, do Ministério da Pesca.

O montante dos recursos repassados foi:

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos	521	2.485
Total de Repasses	3.579	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.081 municípios e 94 mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas 226 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos n.º 6.447, de 07/05/2008 e n.º 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$362.500 mil no ano de 2009 e R\$379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO

DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOSSUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

18.4 – Informações Sobre a Composição Acionária do Capital Social

Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100%				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Gov ernamental	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Gov ernamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Gov ernamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Não Gov ernamental	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Composição Acionária da UJ como investidora

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES					
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253.224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CIDAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (2)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24
CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11.580.527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

18.5 – Parecer da Auditoria Independente



À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES


1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.

4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

19 – Informação sobre a Remuneração paga aos Administradores

19.1 – Remuneração paga aos Administradores

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

Quadro CXXXII- Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração																Em R\$1,00	
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração													13.º Salário	Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	19.176,72
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	Em exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edilson Guimarães	-	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
Guilherme Costa Delgado	-	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	29.341,19
José Geraldo Fontelles	-	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	29.302,78
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036,94	14.773,88	
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.590,02	19.752,42	
Milton Elias Ortolan	-	Em exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14	
Wagner Gonçalves Rossi	26/06/07	31/03/10	2.672,93	2.212,37	2.766,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668,22	8.320,05	
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	164.575,37	
Conselho Fiscal																	
Nome do Conselheiro(1)	Período		Remuneração													13.º Salário	Total
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Francisco Wayner Moreira	28/05/10	Em exercício							2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87	
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232,31	9.543,79	
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.036,94	12.561,15	
Pedro Ataíde Cavalcante	-	Em exercício	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	29.139,68	
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	Em exercício	0,00	0,00	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	23.971,24	
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	91.995,73	

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro CXXXIII- Síntese da Remuneração dos Administradores

a) Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

b) Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

c) Conselho de Administração da Conab

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

20 – Contratação de Consultores na Modalidade “Produto” - (ANEXO C)

Quadro CXXXIV - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.

21 – Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ.

21.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados e à conformidade com a legislação pertinente e com os objetivos a que se destinarem, demonstrando ainda o seguinte:

a) Identificação da Entidade

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

b) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes

Quadro CXXXV – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal da Conab

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

c) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes

Quadro CXXXVI – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição	Participação %
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	0	0,00	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte: Conab/Sureh

d) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

d.1 – Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
AC	2	31.207,22	13,90%
AL	37	157.213,78	70,01%
AM	34	214.071,76	95,33%
AP	0	0,00	-%
BA/SE	36	191.689,52	85,36%
CE	127	599.101,43	266,78%
ES	45	306.688,38	136,57%
GO	112	792.674,69	352,97%
MA	46	202.028,64	89,96%
MG	78	590.833,20	263,10%
MS	62	354.681,18	157,94%
MT	46	285.238,45	127,02%
PA	26	182.143,75	81,11%
PB	42	273.619,01	121,84%
PE	114	604.503,00	269,18%
PI	28	181.353,06	80,76%
PR	81	543.004,15	241,80%
RJ	44	343.808,71	153,10%
RN	39	253.418,56	112,85%
RO	22	160.639,48	71,53%
RR	1	16.682,27	7,43%
RS	57	341.514,53	152,07%
SC	29	224.569,84	100,00%
SE	0	0,00	-%
SP	37	342.157,31	152,36%
TO	14	152.290,13	67,81%
Matriz	446	4.728.932,61	2105,77%
Total	1.605	12.074.064,66	-

Fonte: Diafi/Sucon/Gecon, DRE e Siafi

d.2 – Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$12.701.315,31*

*OBS: A diferença de R\$1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscritos em Restos a Pagar não processados.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

d.3 – Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97*

*OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscritos em Restos a Pagar não processados.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos

Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

e) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

f) Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

g) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Posição do Agente Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Quadro CXXXVII – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FI	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHIN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 A 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHIN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHIN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-A BOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-A BOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-A BOE Financeira - 14/09/10 a / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A - 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPI HARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 – Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Energética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	65.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA –DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00
Total Geral	509.613.298,47	100	100	100

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de

24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

h) Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/Nº 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU nº. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.

i) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16.º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro CXXXVIII - Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações			Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009	2010	
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro CXXXIX- Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY'S INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA,A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

Segmento de renda fixa: 1,5%;

Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Quadro CXL - Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos Jan a Dez/2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,73%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
IMÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
IMÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
IMÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
IMÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN nº 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação aos parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Fixa de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$ 79 mi para R\$ 129 mi e quotas de FIF de R\$ 8,6 mi para R\$ 31,5 mi, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentaram um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de promover o bem-estar social dos seus destinatários.

a) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP nº014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da BDO Trevisan Auditores Independentes, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$ 596.267 mil**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à

cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1º instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2009 o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$ 189.749 mil**, dos quais R\$ 174.892 mil referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

b) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC nº 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional nº 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$ 641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$ 608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$ 32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$ 799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$ 44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$ 146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;
- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$ 578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;
- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$ 44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de

rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e conseqüentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI Nº 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios nº 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e nº 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/Nº 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício nº 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI Nº 412 de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício nº 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício Nº 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício nº 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE Nº2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios

concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);
- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;
- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;
- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$ 44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.
- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$ 684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que

em 31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/Nº 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de jóia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7º da Lei nº108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$ 693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017)

<i>ANO</i>	<i>Receitas Previdenciárias</i>	<i>Contrato R\$44.830.506,05</i>	<i>Despesas por Repartição</i>	<i>Despesas Previdenciárias</i>	<i>RESULTADO</i>
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)

<i>ANO</i>	<i>Receitas Previdenciárias</i>	<i>Contrato R\$44.830.506,05</i>	<i>Despesas por Repartição</i>	<i>Despesas Previdenciárias</i>	<i>RESULTADO</i>
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	(583.501.918,94)

21.2–Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, como disposto no art.25 da Lei Complementar n.º108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin N° 01/2010, N° 02/2010 e N° 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados ao longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no

contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 -Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a)

estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) **O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.**

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.:

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) **Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas**

Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis..

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório suscinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório suscinto sobre às que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

H) por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do

deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

I) **Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.**

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

J) **A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.**

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevalecentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: *“Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”*.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação preexistentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontra-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro CXLI - Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,93%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
IMÓVEIS	-18,85%		-26,85%
FUNDO IMOBILIÁRIO	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE	INPC+6% aa	RESULTADO
	JAN A DEZ 2003	JAN A DEZ 2003	
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
IMÓVEIS	-18,85%		-30,64%
FUNDO IMOBILIÁRIO	5,26%		-10,03%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 03/2010

Exercício de 2002

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a

conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002* “representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação preexistentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

22 – Atividades Desenvolvidas pela Sureg-AP

A Decisão Normativa TCU-107 não incluiu a Sureg-AP no rol de regionais que obrigatoriamente deveriam elaborar e entregar o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010. Por sugestão daquele Tribunal, incluímos neste Relatório os dados referentes às operações executadas por essa Regional.

A Superintendência Regional do Amapá – Sureg-AP está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. Foi criada pela Resolução Conad n.º 05 de 30 de julho de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, na 182ª Reunião Ordinária realizada em 24/6/2008, no uso da competência conferida pelo art. 16, Inciso IX do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e Art. 3.º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).

A SUREG-AP tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Apesar da criação em 2008, foi somente a partir da nomeação do Superintendente Regional, em maio de 2009, que se deu início à formação e estruturação da Superintendência, situação vigente ainda no fim do exercício de 2010.

Em decorrência da precária estrutura física e funcional as atividades continuam sendo executadas pela Sureg-PA, principalmente o pagamento das diversas despesas.

Para efeito de execução orçamentária e financeira foram criadas as seguintes UGs: 135596 – Conab Sede Sureg Amapá, 135598 – Unidade Conab PAA Amapá, 135599 – Unidade Mercado de Opções Amapá e 135600 – Unidade Estoque Estratégico Amapá.

Em 2010, a Sureg-AP recebeu descentralização orçamentária da Matriz (UG 135100) apenas para pagamento de despesas com pessoal, especificamente encargos trabalhistas, pois os demais custos relativos a pessoal são executados por meio da folha de pagamento elaborada em Brasília. A execução dos recursos descentralizados está detalhada no quadro a seguir.

Quadro CXLII - - Execução da Despesa de Pessoal-Sureg-AP

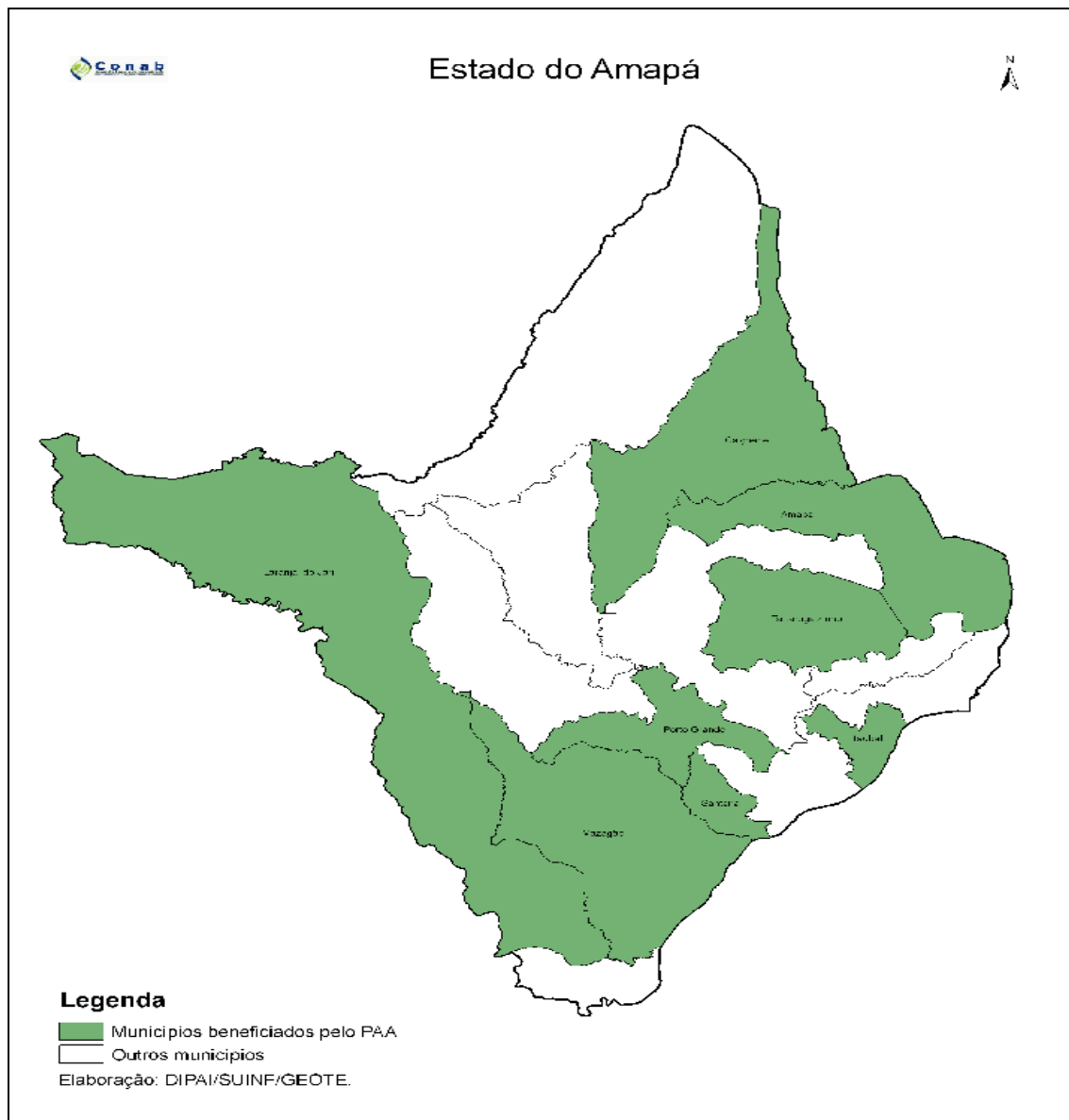
Discriminação	Valor (Em R\$)
Vencimentos e Salários	13.332,55
13.º Salário	1.907,05
FGTS	28.774,36
Contribuições Previdenciárias-INSS	86.609,54

Contribuição de Salário Educação	9.293,14
Seguros de Acidentes de Trabalho	11.365,80
Multas Dedutíveis	11.073,81
Juros	1.003,68
Total	163.359,93

Fonte: Siafi

No âmbito do PAA e com recursos disponibilizados pelo MDA, a Sureg-AP adquiriu 85 toneladas de diversos produtos por meio da CPR-Estoque, atendendo a 17 produtores familiares. Também foram adquiridas por meio da CPR-Estoque, com recursos do MDS, 711 toneladas de produtos de 435 produtores familiares em 8 municípios, sendo distribuídas para 147 instituições sociais, beneficiando 70.583 pessoas. A figura a seguir detalha a área de atuação do PAA no Estado.

Figura X – Área de Atuação do PAA



Além das aquisições, foram atendidas com a distribuição de cestas de alimentos 310

famílias de quilombolas, totalizando 980 cestas e 22 toneladas de produtos alimentícios.

As despesas geradas nestas operações foram liquidadas pela Sureg-PA.

Anexo A

Quadro CIV – Movimentação por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	135100	135000	20122035228290001	-	-	-	13.014,78	-	-
			135045	20122035022720001	-	-	462,00	-	-	
				20605035221300001	-	-	-	-	3.100.509,03	
				203060352201200001	-	-	-	594.841,82	-	
				28846090100220001	90106,66	-	-	-	-	
				20122035222720001	2.169.078,80	-	-	1.647.021,41	9.052,60	
				20122035228290001	-	-	-	9.130,00	-	
				20125035221370001	-	-	-	15167,78	-	
				20128036045720001	-	-	-	62.335,90	-	
				20605036047110001	-	-	-	6.603,54	-	
				20692035247100001	-	-	-	8.446,62	-	
				20122140922720001	-	-	-	957,50	-	
				20605035285790001	-	-	-	3.873,20	-	
		08306104927980001	-	-	-	3.000.000,00	-			
		20301035220040001	-	-	-	1.902.852,56	-			
		20301035220CW0001	-	-	-	24.262,12	-			
		06182102945640103	-	-	-	597.200,64	-			
		135101	20122035022720001	-	-	-	6.637,00	-	-	
			20605035221300001	-	-	-	-	9.857.428,65	-	
			203060352201200001	-	-	-	985.858,37	-	-	
			20331035220110001	-	-	-	46.110,61	-	-	
			28846090100220001	432960,78	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	3.056.985,50	-	-	2.586.110,20	18.667,45	-	
			20122035228290001	-	-	-	2.321,28	24.066,65	-	
			20125035221370001	-	-	-	67.658,15	-	-	
			201260352247020001	-	-	-	9.808,00	-	-	
			20128036045720001	-	-	-	39.580,49	-	-	
			20605036047110001	-	-	-	58.287,46	-	-	
			20692035247100001	-	-	-	13.363,09	-	-	
			20122140922720001	-	-	-	3.475,00	-	-	
			20605035285790001	-	-	-	5.602,88	-	-	
			08306104927980001	-	-	-	5.045.288,36	-	-	
			20301035220040001	-	-	-	707.029,73	-	-	
			20301035220CW0001	-	-	-	20.360,66	-	-	
			06182102945640103	-	-	-	1.735.297,52	-	-	
			135103	20122035228290001	-	-	-	-	3.702,54	-
			135114	20122035228290001	-	-	-	-	12.372,39	-
		135115	20122035022720001	-	-	-	1.634,00	-	-	
			20605035221300001	-	-	-	-	76.209.246,25	-	
			203060352201200001	-	-	-	1.730.098,98	-	-	
20331035220110001	-		-	-	74.045,40	-	-			
28846090100220001	5520117,02		-	-	-	-	-			

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20122035222720001	5.391.052,15	-	3.156.201,93	23.479,56	-	-
			20122035228290001	-	-	-	61.022,68	-	-
			20125035221370001	-	-	26.357,00	-	-	-
			201260352247020001	-	-	624,66	-	-	-
			20128036045720001	-	-	52.893,66	-	-	-
			20605036047110001	-	-	14.088,65	-	-	-
			20692035247100001	-	-	5.950,50	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-614,64	-	-	-
			20605035285790001	-	-	6.794,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	4.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	1.273.813,72	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	900,00	-	-	-
			06182102945640103	-	-	416.643,60	-	-	-
		135116	08244104927920001	-	-	-8,80	-	-	-
			06182102945640103	-	-	-16.635,60	-	-	-
		135118	20122035228290001	-	-	27.430,00	13.742,50	-	-
		135119	20122035228290001	-	-	-	2.268,83	-	-
		135130	20122035228290001	-	-	-	1.229,07	-	-
		135131	20122035228290001	-	-	-	1.229,07	-	-
		135133	20122035228290001	-	-	-	13.064,60	-	-
		135136	20122035228290001	-	-	30572,61	50.657,98	-	-
		135138	20122035228290001	-	-	-	2.268,83	-	-
		135140	20605035221300001	-	-	-	-	-9.417.294,30	-
		135141	20122035022720001	-	-	13.273,11	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	87.610.168,65	-
			203060352201200001	-	-	2.255.560,03	-	-	-
			20331035220110001	-	-	259.819,10	-	-	-
			288460901002F0001	-	-	4.141,20	-	-	-
			28846090100220001	2417276,41	-	7.165,50	-	-	-
			20122035222720001	8.625.994,03	-	6.424.657,10	42.407,59	-	-
			20122035228290001	-	-	51.228,20	9.690,00	-	-
			20125035221370001	-	-	281816,72	2.520,00	-	-
			201260352247020001	-	-	44.826,70	-	-	-
			20128036045720001	-	-	126.565,34	-	-	-
			20605036047110001	-	-	84.777,00	-	-	-
			08244104927920001	-	-	6.114,80	-	-	-
			08605104928020001	-	-	8.830,01	-	-	-
			20122140922720001	-	-	5.826,96	-	-	-
			20605035285790001	-	-	11.128,45	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.500.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	2.423.118,53	-	-	-
		135145	20122035228290001	-	-	-	3.929,25	-	-
		135146	20122035228290001	-	-	30.230,00	2.979,74	-	-
		135147	20122035228290001	-	-	32.950,00	431.902,49	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida	
		135148	20122035228290001	-	-	72.996,00	1.179,25	-	-	
		135149	20122035228290001	-	-	18.775,00	7.014,25	-	-	
		135152	20122035228290001	-	-	-	3.929,25	-	-	
		135153	20122035222720001	-	-	40.885,84	-	-	-	
			20122035228290001	-	-	88.602,34	713.012,38	-	-	
		135161	20122035228290001	-	-	5.397,92	-	-	-	
		135170	20122035022720001	-	-	3.696,00	-	-	-	
			20605035221300001	-	-	-	-	730.012,23	-	
			203060352201200001	-	-	714.401,61	-	-	-	
			20331035220110001	-	-	52.580,80	-	-	-	
			28846090100220001	848267	-	61131,7	-	-	-	
			20122035222720001	2595784	-	2.825.406,03	32.025,00	-	-	
			20122035228290001	-	-	29.700,00	4.845,00	-	-	
			20125035221370001	-	-	98.438,65	-	-	-	
			201260352247020001	-	-	31.441,61	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	59.043027	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	29.490,64	-	-	-	
			20692035247100001	-	-	6.846,61	-	-	-	
			20122140922720001	-	-	3.380,40	-	-	-	
			20605035285790001	-	-	16.900,30	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	3.000.000,00	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	908,951,01	-	-	-	
			135173	20122035228290001	-	-	65.490,00	24.674,00	-	-
			135174	20122035228290001	-	-	18.842,00	5.750,00	-	-
			135178	20122035228290001	-	-	-	2.618,83	-	-
			135179	20122035228290001	-	-	-	13.992,86	-	-
		135182	20122035022720001	-	-	59.321,43	-	-	-	
			20605035221300001	-	-	-	-	312.234.436,26	-	
			203060352201200001	-	-	1.587.460,00	-	-	-	
			20331035220110001	-	-	8.432,60	-	-	-	
			28846090100220001	320154,4	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	6.019.175,52	-	4.210.631,57	34.139,99	-	-	
			20122035228290001	-	-	29.400,00	34.373,00	-	-	
			20125035221370001	-	-	119.373,65	-	-	-	
			20125035247060001	-	-	4.438,00	-	-	-	
			201260352247020001	-	-	101.670,00	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	86.168,69	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	113.425,31	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	1.650,79	-	-	-	
			20122140922720001	-	-	6.446,06	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	15.000.000,00	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	852.946,18	-	-	-	
			20301035220CW0001	-	-	39.022,01	-	-	-	
			06182102945640103	-	-	149.019,45	-	-	-	

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
		135185	20122035228290001	-	-	106.613,24	26.480,80	-	-
		135186	20122035228290001	-	-	111.217,28	57.771,23	-	-
		135187	20122035228290001	-	-	-	344.034,60	-	-
		135192	20605035221300001	-	-	-	-	40.232.049,69	-
			203060352201200001	-	-	648.566,49	-	-	-
			20331035220110001	-	-	11.437,70	-	-	-
			20122035222720001	2.735.324,06	-	3.568.124,55	9.681,02	-	-
			20122035228290001	-	-	-	33.070,00	-	-
			20125035221370001	-	-	63.440,81	-	-	-
			201260352247020001	-	-	39.259,80	-	-	-
			20128036045720001	-	-	32.313,71	-	-	-
			20605036047110001	-	-	47.804,80	-	-	-
			08244104927920001	-	-	131.000,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	4.767,86	-	-	-
			08306104927980001	-	-	67,11	-	-	-
			20301035220040001	-	-	666.634,31	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	2.529,31	-	-	-
		135194	20122035228290001	99.896,29	-	-	27.132,22	-	-
		135195	20122035228290001	-	-	-	1.384,00	-	-
		135196	20122035228290001	-	-	-	1.541,11	-	-
		135197	20122035228290001	-	-	-	69.800,00	-	-
		135199	20122035222720001	-	-	-	120,00	-	-
		135200	20122035228290001	-	-	-	11.194,24	-	-
		135209	20605035221300001	-	-	-	-	160.125.364,23	-
			203060352201200001	-	-	784.751,90	-	-	-
			20331035220110001	-	-	10.313,90	-	-	-
			28846090100220001	125765,53	-	1447,93	-	-	-
			20122035222720001	2.871.025,60	-	3.639.216,49	16.172,00	-	-
			20122035228290001	-	-	15.846,00	34.923,60	-	-
			20125035221370001	-	-	164.562,39	-	-	-
			201260352247020001	-	-	29.787,77	-	-	-
			20128036045720001	-	-	35.661,99	-	-	-
			201260352247020001	-	-	52.832,13	-	-	-
			08605104928020001	-	-	590,61	-	-	-
			20122140922720001	-	-	4.124,10	-	-	-
			20605035285790001	-	-	12.568,17	-	-	-
			08306104927980001	-	-	5.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	618.830,00	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	27.984,33	-	-	-
		135210	08605104928020001	-	-	6,00	-	-	-
		135215	20122035228290001	-	-	5.376,65	10.106,00	-	-
		135216	20122035228290001	-	-	80.147,98	2.400.000,00	-	-
		135217	20122035228290001	-	-	-	14.404,54	-	-
		135218	20122035228290001	-	-	39.950,00	6.029,00	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
		135219	20122035228290001	-	-	-	1.590,93	-	-
		135220	20122035228290001	-	-	-	274,64	-	-
		135224	20122035228290001	-	-	29.365,42	7.364,00	-	-
		135229	20122035228290001	-	-	-	15.951,64	-	-
		135242	20605035221300001	-	-	-	-	625.398,40	-
			203060352201200001	-	-	424.568,22	-	-	-
			20331035220110001	-	-	15.921,50	-	-	-
			28846090100220001	128134,78	-	2715,91	-	-	-
			20122035222720001	1.936.362,07	-	1.732.756,21	42.661,00	-	-
			20122035228290001	-	-	-	13.975,00	-	-
			20125035221370001	-	-	17.439,88	-	-	-
			201260352247020001	-	-	2.486,00	-	-	-
			20128036045720001	-	-	45.535,37	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.957,18	-	-	-
			08244104927920001	-	-	989,06	-	-	-
			20122140922720001	-	-	2.316,08	-	-	-
			20605035285790001	-	-	7.971,00	-	-	-
			2160503512B810001	-	-	-5.200,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	3.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	269.705,39	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	12.444,44	-	-	-
		06182102945640103	-	-	58.946,06	-	-	-	
		135245	20122035228290001	-	-	10.000,00	224,82	-	-
		135265	20122036022720001	-	-	18.365,40	-	-	-
			20122035022720001	-	-	5.806,54	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	235.204.688,66	-
			203060352201200001	-	-	719.710,92	-	-	-
			28846090100220001	1.103.244,18	-	-	-	-	-
			20122035222720001	5.083.584,25	-	-	6.361,90	-	-
			20122035228290001	-	-	21.703,00	21.460,00	-	-
			20125035221370001	-	-	171.223,91	-	-	-
			201260352247020001	-	-	12.086,07	-	-	-
			20128036045720001	-	-	64.234,47	-	-	-
			20605036047110001	-	-	72.658,15	-	-	-
			08244104927920001	-	-	5.337,33	-	-	-
			08605104928020001	-	-	67.954,70	-	-	-
			08306104927980001	-	-	6.018.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	403.429,79	-	-	-
			06182102945640103	-	-	17.726,40	-	-	-
			135266	08244104927920001	-	-	199,96	-	-
		08605104928020001		-	-	275,36	-	-	-
		08306104927980001		-	-	78.867,03	-	-	-
		135268	20122035228290001	-	-	146.687,49	5.603,83	-	-
		135270	20122035228290001	-	-	203.099,11	177.251,65	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
		135271	20122035228290001	-	-	-	12.206,79	-	-
		135276	20122035228290001	-	-	-	7.654,01	-	-
		135279	20605035221300001	-	-	-	-	-235,74	-
		135284	20122035022720001	-	-	3.644,98	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	27.682.403,97	-
			203060352201200001	-	-	315.429,00	-	-	-
			20331035220110001	-	-	9.207,79	-	-	-
			28846090100220001	109.902,99	-	-	-	-	-
			20122035222720001	1.810.293,97	-	931.112,12	50.632,99	-	-
			20125035221370001	-	-	167.243,70	-	-	-
			20128036045720001	-	-	39.569,56	-	-	-
			20605036047110001	-	-	37.187,99	-	-	-
			08244104927920001	-	-	380.000,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	5.323.345,83	-	-	-
			20301035220040001	-	-	216.415,33	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	6.909,38	-	-	-
			06182102945640103	-	-	409.487,45	-	-	-
		135285	20122035022720001	-	-	4.038,00	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	717.614,18	-
			203060352201200001	-	-	2.019.101,92	-	-	-
			20331035220110001	-	-	40.485,17	-	-	-
			28846090100220001	714662,85	-	44564,04	-	-	-
			20122035222720001	5.712.235,92	-	2.379.984,89	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	124518,65	-	-
			20125035221370001	-	-	42.044,50	-	-	-
			201260352247020001	-	-	14.793,16	-	-	-
			20128036045720001	-	-	49.979,48	-	-	-
			20605036047110001	-	-	17.023,40	-	-	-
			20682035247100001	-	-	18.660,96	-	-	-
			08244104927920001	-	-	158.562,38	-	-	-
			08605104928020001	-	-	12.060,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	1.864,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	6.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	2.786.797,75	-	-	-
		20301035220CW0001	-	-	34.880,88	-	-	-	
		06182102945640103	-	-	53.330,05	-	-	-	
		135288	20122035228290001	-	-	-	274,64	-	-
		135289	20122035228290001	-	-	-	2.268,83	-	-
		135294	20122035228290001	-	-	-	5.018,83	-	-
		135298	20122035228290001	-	-	29.399,84	16.392,86	-	-
		135300	08605104928020001	-	-	602,51	-	-	-
		135304	20122035228290001	-	-	-	141.926,66	-	-
		135305	20605035221300001	-	-	-	-	417.968,82	-
			203060352201200001	-	-	1.374.127,04	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20331035220110001	-	-	143.802,75	-	-	-
			28846090100220001	1087712,22	-	4430,47	-	-	-
			20122035222720001	4.441.634,22	-	4.127.317,88	7.099,00	-	-
			20122035228290001	-	-	-	4.285,00	-	-
			20125035221370001	-	-	10.775,40	-	-	-
			201260352247020001	-	-	25.171,50	-	-	-
			20128036045720001	-	-	52.564,38	-	-	-
			20605036047110001	-	-	19.584,95	-	-	-
			08605104928020001	-	-	26.290,32	-	-	-
			20122140922720001	-	-	8.588,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	2.386,03	-	-	-
			08306104927980001	-	-	2.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	899.165,27	-	-	-
			06182102945640103	-	-	26.908,80	-	-	-
		135308	20122035228290001	-	-	-	13.064,60	-	-
		135315	20122036022720001	-	-	39.566,00	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	194.415.640,53	-
			203060352201200001	-	-	751.064,41	-	-	-
			20331035220110001	-	-	51.224,47	-	-	-
			288460901002F0001	-	-	11.016,00	-	-	-
			28846090100220001	11107015,17	-	33581,16	-	-	-
			20122035222720001	3.222.255,32	-	8519574,1	45061,69	-	-
			20122035228290001	-	-	5.725,00	9.130,00	-	-
			20125035221370001	-	-	233.871,44	-	-	-
			201260352247020001	-	-	16.649,50	-	-	-
			20128036045720001	-	-	45.021,62	-	-	-
			20605036047110001	-	-	33.029,20	-	-	-
			08605104928020001	-	-	26,40	-	-	-
			2160503512B810001	-	-	-	-	2.000.000,00	-
			08306104927980001	-	-	15.042.854,94	-	-	-
			20301035220040001	-	-	627.782,08	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	7.402,56	-	-	-
			06182102945640103	-	-	29.544,00	-	-	-
		135316	08605104928020001	-	-	-136,83	-	-	-
		135317	20605035221300001	-	-	-	-	97.603,92	-
		135318	20122035228290001	-	-	233.069,35	111.705,90	-	-
		135319	20122035228290001	-	-	-	46.000,00	-	-
		135322	20122035222720001	-	-	11.111,17	-	-	-
			20122035228290001	-	-	17.168,50	-	-	-
		135325	20122036022720001	-	-	14.852,60	-	-	-
			20122035022720001	-	-	22.619,20	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	65.377.978,18	-
			203060352201200001	-	-	466.459,28	-	-	-
			20331035220110001	-	-	44.958,45	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			28846090100220001	152077,27	-	2383,09	-	-	-
			20122035222720001	2.408.282,67	-	1.979.795,80	9.901,95	-	-
			20122035228290001	-	-	-	43.280,00	-	-
			20125035221370001	-	-	196.079,98	-	-	-
			20125035221370001	-	-	28.290,00	-	-	-
			20128036045720001	-	-	48.576,70	-	-	-
			20605036047110001	-	-	83.471,80	-	-	-
			08605104928020001	-	-	112,21	-	-	-
			20605035285790001	-	-	2.874,00	-	-	-
			08244113349630001	-	-	6.500,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	15.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	264.900,40	-	-	-
			06182102945640103	-	-	11.137,61	-	-	-
		135329	20122035228290001	-	-	-	1.229,07	-	-
		135331	20122035228290001	-	-	-	57.697,09	-	-
		135337	20122035022720001	-	-	1.784,00	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	1.714.061,04	-
			203060352201200001	-	-	293.398,63	-	-	-
			20331035220110001	-	-	6.412,40	-	-	-
			28846090100220001	11.779,00	-	-	-	-	-
			20122035222720001	1.625.725,02	-	2.521.092,91	1.820,00	-	-
			20122035228290001	-	-	-	15.103,81	-	-
			20125035221370001	-	-	31.074,40	-	-	-
			20125035221370001	-	-	43.090,62	-	-	-
			20128036045720001	-	-	28.933,04	-	-	-
			20605036047110001	-	-	24.270,78	-	-	-
			08605104928020001	-	-	3.200,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	309.036,39	-	-	-
		135340	20122035228290001	-	-	14.270,51	3.652,72	-	-
		135345	20122036022720001	-	-	11.054,83	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	8.247.388,20	-
			203060352201200001	-	-	1.126.302,92	-	-	-
			20331035220110001	-	-	70.861,00	-	-	-
			28846090100220001	851653,12	-	-	-	-	-
			20122035222720001	3.263.630,88	-	1.536.533,81	39.667,00	-	-
			20122035228290001	-	-	-	23.665,00	-	-
			20125035221370001	-	-	50.639,64	-	-	-
			20125035221370001	-	-	40.365,32	-	-	-
			20128036045720001	-	-	36.155,84	-	-	-
			20605036047110001	-	-	51.091,87	-	-	-
			20692035247100001	-	-	4.676,44	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	960.505,71	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20301035220CW0001	-	-	35.692,32	-	-	-
			06182102945640103	-	-	36.567,45	-	-	-
		135393	20122035228290001	-	-	-	4.706,79	-	-
		135396	20122035222720001	-	-	-	-1.090,00	-	-
			20122035228290001	-	-	14.332,00	2.921,61	-	-
		135402	08306104927980001	-	-	44,74	-	-	-
		135410	20122035228290001	-	-	-	4.028,89	-	-
		135416	20122035228290001	-	-	-	15.800,29	-	-
		135417	20122035228290001	-	-	19.001,00	8.270,51	-	-
		135445	20605035221300001	-	-	-	-	-78.354,36	-
		135446	20122035228290001	-	-	13.050,00	-	-	-
		135449	20122035228290001	-	-	-	1.024.980,91	-	-
		135457	20605035221300001	-	-	-	-	43.465.646,82	-
			203060352201200001	-	-	704.995,80	-	-	-
			20331035220110001	-	-	14.014,00	-	-	-
			28846090100220001	1216750,22	-	-	-	-	-
			20122035222720001	2.761.005,85	-	1.817.427,97	11.970,19	-	-
			20122035228290001	-	-	40.320,00	30.219,54	-	-
			20125035221370001	-	-	60.957,52	-	-	-
			20125035221370001	-	-	21.031,49	-	-	-
			20128036045720001	-	-	38.824,97	-	-	-
			20605036047110001	-	-	7.371,50	-	-	-
			08605104928020001	-	-	3.771,11	-	-	-
			20605035285790001	-	-	1.456,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	3.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	303.452,32	-	-	-
		135458	20122035022720001	-	-	6.338,60	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	9.741.529,70	-
			203060352201200001	-	-	776.748,24	-	-	-
			20331035220110001	-	-	90.433,65	-	-	-
			288460901002F0001	-	-	465,00	-	-	-
			28846090100220001	67.234,76	-	-	-	-	-
			20122035222720001	3.894.877,23	-	1.304.116,90	25.706,00	-	-
			20122035228290001	-	-	-	9.690,00	-	-
			20125035221370001	-	-	48.234,05	-	-	-
			20125035221370001	-	-	28.675,10	-	-	-
			20128036045720001	-	-	36.896,50	-	-	-
			20605036047110001	-	-	16.374,12	-	-	-
			08605104928020001	-	-	16.000,00	-	-	-
			21122010922720001	-	-	94,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	3.001,90	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.500.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	740.374,76	-	-	-
			06182102945640103	-	-	20.181,60	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
		135460	20122035228290001	-	-	6.200,15	-	-	-
		135461	20122035022720001	-	-	1.520,19	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	891.093,34	-
			203060352201200001	-	-	346.127,55	-	-	-
			28846090100220001	51802,35	-	-	-	-	-
			20122035222720001	1.528.897,32	-	1189921,83	20052	-	-
			20122035228290001	-	-	-	3.541,66	-	-
			20125035221370001	-	-	10.939,92	-	-	-
			20128036045720001	-	-	41.031,02	-	-	-
			20125035221370001	-	-	14.372,33	-	-	-
			08605104928020001	-	-	7.002,04	-	-	-
			08244113349630001	-	-	30.000,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	3.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	125.624,15	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	6.472,47	-	-	-
		135462	20122035228290001	-	-	-	14.092,50	-	-
		135465	20122035228290001	-	-	7.520,00	6.559,94	-	-
		135474	20122035228290001	-	-	-	952,54	-	-
		135475	20122035228290001	-	-	-	777,54	-	-
		135476	20122035022720001	-	-	1.046,00	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	10.752.572,36	-
			203060352201200001	-	-	1.021.074,67	-	-	-
			20331035220110001	-	-	13.164,80	-	-	-
			28846090100220001	955213,99	-	6869,51	-	-	-
			20122035222720001	3.490.812,45	-	1.397.087,24	12.855,00	-	-
			20122035228290001	-	-	6.500,00	44.635,38	-	-
			20125035221370001	-	-	143.986,80	-	-	-
			20125035221370001	-	-	7.153,27	-	-	-
			20128036045720001	-	-	73.949,17	-	-	-
		135476	20605036047110001	-	-	12.244,16	-	-	-
			20692035247100001	-	-	32.359,84	-	-	-
			20605035285660001	-	-	154,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	6.162,40	-	-	-
			08306104927980001	-	-	3.005.338,87	-	-	-
			20301035220040001	-	-	692.614,60	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	14.227,58	-	-	-
		135481	20122035228290001	-	-	2.120,00	6.559,94	-	-
		135482	20122035228290001	-	-	-	677,90	-	-
		135483	20122035228290001	-	-	-	777,54	-	-
		135486	20122035228290001	-	-	-	1.004,25	-	-
		135487	20122035228290001	-	-	-	3.853,89	-	-
		135491	20122035228290001	-	-	-	677,90	-	-
		135492	20122035228290001	-	-	-	827,36	-	-
		135494	20122035228290001	-	-	-	827,36	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida	
		135531	20122035228290001	-	-	-	1.103,89	-	-	
		135532	20122035228290001	-	-	-	4.706,79	-	-	
		135534	20122035228290001	-	-	-	2.268,83	-	-	
		135544	20122035228290001	-	-	226.836,00	-	-	-	
		135546	08605104928020001	-	-	-765,84	-	-	-	
			08244104927920001	-	-	-27.485,56	-	-	-	
		135549	08244104927920001	-	-	-0,41	-	-	-	
		135552	20122035228290001	-	-	-	5.886,04	-	-	
		135556	08605104928020001	-	-	-2.244,71	-	-	-	
		135557	20122035228290001	-	-	-	16.804,54	-	-	
		135564	20122035228290001	-	-	-	4014,58	-	-	
		135565	20122035222720001	-	-	-0,27	-	-	-	
			20122035228290001	-	-	-	4.014,58	-	-	
		135567	20122035228290001	-	-	-	2.268,83	-	-	
		135568	20122035228290001	-	-	-	1.956,79	-	-	
		135585	20122035228290001	-	-	-	9.450,54	-	-	
		135586	20605035221300001	-	-	-	-	1.254.177,94	-	
			20331035220110001	-	-	368.075,81	-	-	-	
			28846090100220001	248.982,16	-	-	-	-	-	
			20122035222720001	1.380.340,11	-	532.466,46	5.799,00	-	-	
			20122035228290001	-	-	-	51.869,08	-	-	
			20125035221370001	-	-	12.976,00	-	-	-	
			20128036045720001	-	-	14.502,00	-	-	-	
			20605036047110001	-	-	13.816,00	-	-	-	
			08605104928020001	-	-	32.287,51	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	4.000.000,00	-	-	-	
			20301035220040001	-	-	125.300,07	-	-	-	
			135587	20605035221300001	-	-	-	-	5.231.631,88	-
				203060352201200001	-	-	93.496,86	-	-	-
		20122035222720001		488.401,89	-	374.424,96	3.150,00	-	-	
		20122035228290001		-	-	13.515,06	9.130,00	-	-	
		20128036045720001		-	-	20.053,08	-	-	-	
		20605036047110001		-	-	2.417,00	-	-	-	
		08306104927980001		-	-	500.000,00	-	-	-	
		20301035220040001		-	-	8.134,27	-	-	-	
		135596	08306104927980001	-	-	1.100.000,00	-	-	-	
			20122035222720001	163.359,93	-	-	-	-	-	
		135597	08244104927920001	-	-	-15,03	-	-	-	
		135601	08244104927920001	-	-	700.000,00	-	-	-	
			08306104927980001	-	-	344.243,48	-	-	-	
		135602	08306104927980001	-	-	-20.605,50	-	-	-	
		135605	20605035221300001	-	-	-	-	102.410,86	-	
			203060352201200001	-	-	91.540,00	-	-	-	
			20122035222720001	410.426,71	-	215.491,55	48.335,64	-	-	

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20122035228290001	-	-	-	4.285,00	-	-
			20128036045720001	-	-	8.213,97	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.000.000,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	12.722,05	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	1.045,20	-	-	-
		135607	20122035228290001	-	-	15.248,04	2.268,83	-	-
		135608	20122035228290001	-	-	13.974,99	2.268,83	-	-
		138011	20122035228290001	-	-	-	17.446,97	-	-
	135167	135141	08605104928020001	-	-	745,03	-	-	-
			08244104927920001	-	-	9,32	-	-	-
		135153	20122035222720001	-	-	20,10	-	-	-
			08244104927920001	-	-	165,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.075,00	-	-	-
	135168	135141	20605035221300001	-	-	-	-	239,16	-
	135347	135045	08244104927920001	-	-	1.217.239,28	-	-	-
			08605104928020001	-	-	588.548,99	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	26.262,70	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	1.005.000,00	-
			08306104927980001	-	-	3.940.000,00	-	-	-
			06182102945640103	-	-	452.977,30	-	-	-
		135101	08244104927920001	-	-	12.475.716,52	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.029.463,89	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	73.346,00	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	1.205.345,03	-
			08306104927980001	-	-	28.234.509,51	-	-	-
			06182102945640103	-	-	857.884,10	-	-	-
		135113	08605104928020001	-	-	-664,07	-	-	-
			06182102945640103	-	-	-404.553,61	-	-	-
		135115	08244104927920001	-	-	2.001.701,15	-	-	-
			08605104928020001	-	-	518.297,37	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	11.272,19	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	512.734,92	-
			08306104927980001	-	-	19.450.960,24	-	-	-
			06182102945640103	-	-	373.372,80	-	-	-
		135116	08605104928020001	-	-	-21.749,36	-	-	-
			06182102945640103	-	-	-195.007,40	-	-	-
		135117	20122035228290001	-	-	-250.000,00	-	-	-
		135139	08605104928020001	-	-	-3.070,64	-	-	-
		135141	08244104927920001	-	-	1.097.450,26	-	-	-
			08605104928020001	-	-	432.024,68	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	56.913,47	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	1.514.785,98	-
			08306104927980001	-	-	2.644.500,00	-	-	-
		135142	2112203512B830001	-	-	-11.634,03	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
		135153	08244104927920001	-	-	1.109.736,24	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.109.791,13	-	-	-
		135170	08244104927920001	-	-	1.815.381,93	-	-	-
			08605104928020001	-	-	517.712,75	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	4.313,68	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	195.996,00	-
			08306104927980001	-	-	8.040.500,00	-	-	-
		135180	06182102945640103	-	-	-142,80	-	-	-
		135182	08244104927920001	-	-	1.907.129,14	-	-	-
			08605104928020001	-	-	262.587,22	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	38.250,17	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	30709,89	-
			06182102945640103	-	-	36.288.000,00	-	-	-
			06182102945640103	-	-	439.829,05	-	-	-
		135183	08244104927920001	-	-	-5.214,22	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-160,45	-	-	-
			06182102945640103	-	-	-36.561,20	-	-	-
		135192	08244104927920001	-	-	2.656.856,18	-	-	-
			08605104928020001	-	-	516.810,52	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	247.673,03	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	1.546.755,47	-
			08306104927980001	-	-	5.118.000,00	-	-	-
		135209	08244104927920001	-	-	2.371.650,93	-	-	-
			08605104928020001	-	-	283.085,92	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	36.661,55	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	591.682,60	-
			08306104927980001	-	-	4.764.000,00	-	-	-
		135210	08244104927920001	-	-	-8.435,95	-	-	-
			08605104928020001	-	-	5.233,79	-	-	-
		135211	08244104927920001	-	-	827,44	-	-	-
		135242	08244104927920001	-	-	4.062.650,53	-	-	-
			08605104928020001	-	-	436.906,86	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	10.938,59	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	80.000,00	-
			08306104927980001	-	-	3.819.000,00	-	-	-
			06182102945640103	-	-	181.857,28	-	-	-
		135243	08244104927920001	-	-	26,97	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-180,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-277.134,93	-	-	-
			06182102945640103	-	-	40.870,00	-	-	-
		135247	06182102945640103	-	-	-225.708,00	-	-	-
		135265	08244104927920001	-	-	2.151.888,27	-	-	-
			08605104928020001	-	-	917.458,43	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	901.212,86	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20122035228290001	-	-	-	-	1.180.961,38	-
			08306104927980001	-	-	23.568.003,91	-	-	-
			06182102945640103	-	-	121.068,75	-	-	-
		135266	08244104927920001			-2.129,21			
			08306104927980001			-2.500.000,00			
			06182102945640103			-17.385,61			
		135278	08244104927920001			-1.343,01			
			08605104928020001			-186,88			
			06182102945640103			-299.374,35			
		135284	08244104927920001			4.556.693,76			
			08605104928020001			1.254.104,89			
			2112203512B830001			12.020,22			
			20122035228290001					2.000.000,00	
			08306104927980001			13.160.498,86			
			06182102945640103			470.928,15			
		135285	08244104927920001			7.263.059,03			
			08605104928020001			1.328.425,62			
			2112203512B830001	-	-	127.273,27	-	-	-
			08306104927980001	-	-	13.341.319,32	-	-	-
			06182102945640103	-	-	402.933,32	-	-	-
		135286	08244104927920001	-	-	-5.139,79	-	-	-
			06182102945640103	-	-	-38.588,05	-	-	-
		135295	08605104928020001	-	-	2.742,81	-	-	-
		135300	08605104928020001	-	-	-36.722,68	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-400.000,00	-	-	-
		135305	08244104927920001	-	-	759.590,98	-	-	-
			08605104928020001	-	-	126.138,58	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	21.336,42	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	100.000,00	-
			08306104927980001	-	-	1.330.000,00	-	-	-
			06182102945640103	-	-	137.312,08	-	-	-
		135315	08244104927920001	-	-	9.631.613,79	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.439.884,79	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	4.624.138,36	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	46.499.029,08	-
			08306104927980001	-	-	9.920.281,49	-	-	-
			06182102945640103	-	-	120.023,40	-	-	-
		135325	08244104927920001	-	-	3.636.156,94	-	-	-
			08605104928020001	-	-	352.945,84	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	21.420,22	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	2.000.000,00	-
			08306104927980001	-	-	5.207.644,74	-	-	-
		135326	08244104927920001	-	-	-2.934,69	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-14.001,34	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			2112203512B830001	-	-	-81,81	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-3.000.000,00	-	-	-
		135337	08244104927920001	-	-	766.565,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	85.339,97	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	3.160,58	-	-	-
			08306104927980001	-	-	832.273,36	-	-	-
		135345	08244104927920001	-	-	630.252,59	-	-	-
			08605104928020001	-	-	359.623,63	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	57.322,46	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	87.600,00	-
		135345	08306104927980001	-	-	2.500.640,60	-	-	-
			06182102945640103	-	-	167.372,35	-	-	-
		135402	08244104927920001	-	-	-21.162,10	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-81.195,21	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-946.252,29	-	-	-
		135439	08605104928020001	-	-	-520,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-1.600.000,00	-	-	-
		135457	08244104927920001	-	-	501.336,03	-	-	-
			08605104928020001	-	-	183.181,41	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	6.223,22	-	-	-
			20122035228290001	-	-	530.000,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	8.204.245,00	-	-	-
		135458	08244104927920001	-	-	450.986,26	-	-	-
			08605104928020001	-	-	194.753,06	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	10.063,82	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	86.000,00	-
			08306104927980001	-	-	4.900.000,00	-	-	-
			06182102945640103	-	-	105.330,83	-	-	-
		135461	08244104927920001	-	-	1.221.879,54	-	-	-
			08605104928020001	-	-	327.280,67	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	10.083,29	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	44.000,00	-
			08306104927980001	-	-	3.115.483,87	-	-	-
		135476	08244104927920001	-	-	1.283.239,12	-	-	-
			08605104928020001	-	-	546.639,26	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	42.901,89	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	21.000,00	-
			08306104927980001	-	-	5.787.913,33	-	-	-
			06182102945640103	-	-	12.162,00	-	-	-
		135533	08605104928020001	-	-	-678,38	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-12.550,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-6.099,25	-	-	-
		135539	08244104927920001	-	-	551,67	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-4.793,56	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			2112203512B830001	-	-	-3.800,62	-	-	-
		135540	2112203512B830001	-	-	-140,41	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	-143.135,82	-
			08306104927980001	-	-	-47.77290	-	-	-
		135141	08605104928020001	-	-	-18.958,53	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	-15.834,84	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	-67.580,00	-
		135546	08605104928020001	-	-	-927,05	-	-	-
		135547	08605104928020001	-	-	16.000,00	-	-	-
		135549	08605104928020001	-	-	-2.130,39	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-1.500.000,00	-	-	-
		135550	08306104927980001	-	-	-1.000.000,00	-	-	-
		135551	08605104928020001	-	-	-931,49	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	-5.942,08	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-3.026,28	-	-	-
		135553	08605104928020001	-	-	-1.515,00	-	-	-
		135555	08605104928020001	-	-	-17.485,76	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-1.000.000,00	-	-	-
		135556	08605104928020001	-	-	-14.246,27	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	-5.448.000,00	-
		135558	08605104928020001	-	-	-2.583,44	-	-	-
		135559	08306104927980001	-	-	-1.500.000,00	-	-	-
		135561	20122035228290001	-	-	-	-	-5.504,00	-
		135562	08605104928020001	-	-	-10,00	-	-	-
		135563	08244104927920001	-	-	-84.676,08	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-2.000.000,00	-	-	-
		135570	08605104928020001	-	-	-534,18	-	-	-
		135572	08605104928020001	-	-	-209,93	-	-	-
		135586	08244104927920001	-	-	4.009.969,27	-	-	-
			08605104928020001	-	-	411.928,77	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	35.954,53	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	1.313.600,00	-
			08306104927980001	-	-	3.382.691,70	-	-	-
			06182102945640103	-	-	172.969,44	-	-	-
		135587	08244104927920001	-	-	18.339,15	-	-	-
			08605104928020001	-	-	30.822,64	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	2.362,50	-	-	-
			08306104927980001	-	-	2.362,50	-	-	-
		135596	08306104927980001	-	-	-1.100.000,00	-	-	-
		135597	08244104927920001	-	-	-693.530,60	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-7.655,68	-	-	-
			08306104927980001	-	-	-902.288,70	-	-	-
		135602	08244104927920001	-	-	-165.609,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	-14.300,26	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital						
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida				
Recebidos	135605		2112203512B830001	-	-	-30.671,86	-	-	-				
			08605104928020001	-	-	19.507,00	-	-	-				
			2112203512B830001	-	-	2.362,50	-	-	-				
			20122035228290001	-	-	-	-	1.916.500,00	-	-			
	135100			08306104927980001	-	-	1.773.000,00	-	-	-			
				20122035022720001	-	-	864.915,00	-	-	-			
				20122035222720001	-	-	1.148,81	-	-	-			
				20122035022720001	-	-	180,00	-	-	-			
				20605035221300001	-	-	-	-	1.100.522,41	-	-		
				203060352201200001	-	-	9.626,24	-	-	-	-		
				20122035222720001	15.423,99	-	520.730,93	0,30	-	-	-		
				20125035221370001	-	-	5.116,79	-	-	-	-		
				20128036045720001	-	-	10.327,20	-	-	-	-		
				20605036047110001	-	-	1.324,12	-	-	-	-		
				20692035247100001	-	-	320,28	-	-	-	-		
				08605104928020001	-	-	121,22	-	-	-	-		
				20605035285790001	-	-	269,29	-	-	-	-		
				2112203512B830001	-	-	31,20	-	-	-	-		
				20122035228290001	-	-	-	-	-	14,00	-		
				20301035220040001	-	-	68.938,33	-	-	-	-		
				20301035220CW0001	-	-	5.626,77	-	-	-	-		
				06182102945640103	-	-	31.238,70	-	-	-	-		
				135101			20122035022720001	-	-	434,94	-	-	-
							20605035221300001	-	-	-	-	1.291.936,60	-
							203060352201200001	-	-	141.136,89	-	-	-
							20331035220110001	-	-	5.088,71	-	-	-
							28846090100220001	-	-	11.779,02	-	-	-
							20122035222720001	79.994,64	-	346.309,68	4.992,03	-	-
							20125035221370001	-	-	12.784,15	-	-	-
							201260352247020001	-	-	740,58	-	-	-
							20128036045720001	-	-	5.243,14	-	-	-
							20605036047110001	-	-	4.501,86	-	-	-
							20692035247100001	-	-	2.0009,11	-	-	-
							08244104927920001	-	-	33.122,83	-	-	-
							08605104928020001	-	-	24.332,12	-	-	-
							20122140922720001	-	-	289,98	-	-	-
							20605035285790001	-	-	336,40	-	-	-
	2112203512B830001	-	-				25,00	-	-	-			
	20301035220040001	-	-				9.292,94	-	-	-			
	06182102945640103	-	-				855.196,80	-	-	-			
20122035222720001	-	-	84,00				-	-	-				
135103	-	-	-				-	-	465.003,66	-			
135112	-	-	-	-	-	-	-						
135113	-	-	08244104927920001	-	-	36.130,36	-	-					
	-	-	06182102945640103	-	-	24,09	-	-					

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
	135114		20122035222720001	-	-	331,94	-	-	-
	135115		20122035022720001	-	-	170,32	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	19.383.996,14	-
			20122035222720001	15.915,33	-	-	-	-	-
			203060352201200001	-	-	113.427,00	-	-	-
			20331035220110001	-	-	11.328,00	-	-	-
			28846090100220001	32.730,41	-	4.830,69	-	-	-
			20122035222720001	-	-	159.004,08	585,00	-	-
			20122035228290001	-	-	-	52.006,20	-	-
			20125035221370001	-	-	2.451,32	-	-	-
			201260352247020001	-	-	210,33	-	-	-
			20128036045720001	-	-	20.670,94	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.572,44	-	-	-
			20692035247100001	-	-	1.544,22	-	-	-
			08244104927920001	-	-	444,10	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.350,64	-	-	-
			20605035285790001	-	-	4.434,50	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	2.959,84	-	-	-
			20301035220040001	-	-	37.424,20	-	-	-
	135116		20605035221300001	-	-	-	-	4,94	-
			20122035222720001	-	-	147,62	-	-	-
			08244104927920001	-	-	20.102,18	-	-	-
	135117		20605035221300001	-	-	-	-	421.217,18	-
	135130		20122035222720001	-	-	64,00	-	-	-
	135131		20122035222720001	-	-	9,72	-	-	-
	135133		20122035222720001	-	-	921,27	-	-	-
	135138		20122035222720001	-	-	200,00	-	-	-
	135140		20605035221300001	-	-	-	-	2.798.416,87	-
	135141		20122035022720001	-	-	658,07	-	-	-
			20605035221300001	6.293,26	-	-	-	2.518.215,71	-
			203060352201200001	-	-	166.760,67	-	-	-
			20331035220110001	-	-	537,80	-	-	-
			28846090100220001	8.771,99	-	80.587,56	-	-	-
			20122035222720001	-	-	299.674,48	2.001,19	-	-
			20122035228290001	-	-	57.181,05	-	-	-
			20125035221370001	-	-	19.552,42	-	-	-
			201260352247020001	-	-	13.367,15	-	-	-
			20128036045720001	-	-	17.152,49	-	-	-
			20605036047110001	-	-	6.068,98	-	-	-
			08244104927920001	-	-	36.807,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	5.500,44	-	-	-
			20122140922720001	-	-	391,34	-	-	-
			20605035285790001	-	-	2.987,90	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	15.977,73	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebido		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20122035228290001	-	-	480.000,00	-	-	-
			08306104927980001	-	-	15.546,98	-	-	-
			20301035220040001	-	-	103.671,37	-	-	-
	135143		20605035221300001	-	-	-	-	1,11	-
	135146		20122035228290001	-	-	1.800,00	795,67	-	-
	135147		20122035228290001	-	-	-	55.045,86	-	-
	135148		20122035222720001	-	-	393,51	-	-	-
			20122035228290001	-	-	52.047,00	-	-	-
	135149		20122035228290001	-	-	-	30,00	-	-
	135153		20122035222720001	-	-	4.872,00	-	-	-
	135161		20122035228290001	-	-	5.397,92	-	-	-
	135170		20605035221300001	-	-	-	-	39.266,04	-
			203060352201200001	-	-	10.845,28	-	-	-
			28846090100220001	-	-	39.266,04	-	-	-
			20122035222720001	113.303,47	-	50.616,56	5.258,52	-	-
			20122035228290001	-	-	-	2.350,00	-	-
			20125035221370001	-	-	16.315,58	-	-	-
			201260352247020001	-	-	5.530,92	-	-	-
			20128036045720001	-	-	4.502,00	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.072,82	-	-	-
			08244104927920001	-	-	2.680,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	8.713,04	-	-	-
			20301035220040001	-	-	113.224,25	-	-	-
	135171		08244104927920001	-	-	7.317,19	-	-	-
	135172		08244104927920001	-	-	7.608,74	-	-	-
	135173		20122035222720001	-	-	275,91	1.700,00	-	-
			20122035228290001	-	-	24,00	-	-	-
	135174		20122035222720001	-	-	580,60	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	4.150,00	-	-
	135179		20122035222720001	-	-	2.637,70	-	-	-
	135181		20605035221300001	-	-	-	-	1.349.181,50	-
	135182		20122035022720001	-	-	1.585,55	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	8.253.169,10	-
			203060352201200001	-	-	228.620,00	-	-	-
			28846090100220001	7.028,67	-	-	-	-	-
			20122035222720001	42.877,11	-	204.786,35	1.050,01	-	-
			20122035228290001	-	-	-	18.600,00	-	-
			20125035221370001	-	-	1.304,52	-	-	-
			20125035247060001	-	-	424,76	-	-	-
			201260352247020001	-	-	4.087,72	-	-	-
			20128036045720001	-	-	11.768,12	-	-	-
			20605036047110001	-	-	2.659,02	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			08244104927920001	-	-	12.338,04	-	-	-
			08605104928020001	-	-	4.343,07	-	-	-
			20122140922720001	-	-	630,81	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	30.709,89	-
			20301035220040001	-	-	617,05	-	-	-
	135183		20122035222720001	-	-	2,35	-	-	-
			08244104927920001	-	-	2.247,22	-	-	-
			08306104927980001	-	-	89.366,56	-	-	-
	135184		20605035221300001	-	-	-	-	213.896,40	-
	135185		20122035222720001	-	-	40.141,52	-	-	-
			20122035228290001	-	-	37.934,37	-	-	-
	135186		20122035222720001	-	-	207.025,50	-	-	-
			20122035228290001	-	-	45.781,60	23.850,00	-	-
			20301035220040001	-	-	0,10	-	-	-
	135187		20122035228290001	-	-	-	344.034,60	-	-
	135192		203060352201200001	-	-	99.963,29	-	-	-
			20331035220110001	-	-	505,00	-	-	-
			20122035222720001	79.351,65	-	149.003,90	-	-	-
			20122035228290001	-	-	17,80	421,98	-	-
			20125035221370001	-	-	13.281,83	-	-	-
			201260352247020001	-	-	17.686,63	-	-	-
			20128036045720001	-	-	5.420,76	-	-	-
			20605036047110001	-	-	2.200,19	-	-	-
			08244104927920001	-	-	19.077,37	-	-	-
			08605104928020001	-	-	637,26	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	237,25	-	-	-
			08306104927980001	-	-	1.350,00	-	-	-
			20301035220040001	-	-	16.965,62	-	-	-
	135193		20605035221300001	-	-	-	-	600.598,98	-
	135194		20122035222720001	-	-	4,04	-	-	-
			20122035228290001	-	-	83.589,88	-	-	-
	135195		20122035222720001	-	-	340,00	-	-	-
	135200		20122035222720001	-	-	0,72	-	-	-
	135201		20122035222720001	-	-	100,00	-	-	-
	135209		20605035221300001	-	-	-	-	14.585.742,26	-
			203060352201200001	-	-	9.140,45	-	-	-
			28846090100220001	2.238,33	-	-	-	-	-
			20122035222720001	57.627,40	-	303.369,76	1.395,05	-	-
			20122035228290001	-	-	7.979,60	150,00	-	-
			20125035221370001	-	-	13.331,25	-	-	-
			201260352247020001	-	-	4.473,65	-	-	-
			20128036045720001	-	-	441,95	-	-	-
			20605036047110001	-	-	3.584,33	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			08244104927920001	-	-	2.903,61	-	-	-
			08605104928020001	-	-	590,61	-	-	-
			20122140922720001	-	-	1.196,44	-	-	-
			20605035285790001	-	-	1.889,33	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	3.028,80	-
			20301035220040001	-	-	7.822,73	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	2.483,59	-	-	-
	135215		20122035228290001	-	-	3.376,65	2.925,01	-	-
	135216		20122035222720001	-	-	-	1.557,00	-	-
			20122035228290001	-	-	30.304,19	17,86	-	-
	135217		20122035222720001	-	-	2.477,49	-	-	-
	135218		20122035228290001	-	-	10.000,00	264,00	-	-
	135224		20122035228290001	-	-	-	264,00	-	-
	135242		20605035221300001	-	-	-	-	178,23	-
			203060352201200001	-	-	5.222,23	-	-	-
			20331035220110001	-	-	817,00	-	-	-
			28846090100220001	12.432,55	-	-	-	-	-
			20122035222720001	32.004,57	-	76.512,88	5.490,00	-	-
			20125035221370001	-	-	2.489,49	-	-	-
			201260352247020001	-	-	352,13	-	-	-
			20128036045720001	-	-	2.909,06	-	-	-
			20605036047110001	-	-	124,99	-	-	-
			08244104927920001	-	-	479,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	618,90	-	-	-
			20122140922720001	-	-	164,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	1.450,90	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	3.404,55	-	-	-
			20301035220040001	-	-	4.910,77	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	522,19	-	-	-
			06182102945640103	-	-	285,01	-	-	-
	135243		08244104927920001	-	-	23.007,53	-	-	-
			08605104928020001	-	-	2,97	-	-	-
			06182102945640103	-	-	68.180,00	-	-	-
	135245		20122035222720001	-	-	6.751,55	-	-	-
			20122035228290001	-	-	5,00	-	-	-
	135265		20122036022720001	-	-	687,64	-	-	-
			20122035022720001	-	-	4.325,88	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	790.870,30	-
			203060352201200001	-	-	65.353,93	-	-	-
			20122035222720001	298.151,83	-	134.360,82	-	-	-
			20122035228290001	-	-	1,32	-	-	-
			20125035221370001	-	-	4.992,87	-	-	-
			201260352247020001	-	-	2.273,41	-	-	-
			20128036045720001	-	-	5.770,56	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20605036047110001	-	-	5.717,99	-	-	-
			08244104927920001	-	-	242,75	-	-	-
			08605104928020001	-	-	32.852,15	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	21.273,41	-	-	-
			08306104927980001	-	-	78.867,03	-	-	-
			20301035220040001	-	-	21.481,29	-	-	-
	135266		08244104927920001	-	-	11.596,27	-	-	-
			08605104928020001	-	-	530,10	-	-	-
			08306104927980001	-	-	292.074,67	-	-	-
	135267		20605035221300001	-	-	-	-	41.660.184,31	-
	135268		20122035222720001	-	-	2.961,80	-	-	-
			20122035228290001	-	-	6.925,18	135,00	-	-
	135270		20122035222720001	-	-	28.043,96	-	-	-
			20122035228290001	-	-	990,00	33.001,65	-	-
	135271		20122035222720001	-	-	6.490,10	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	1.600,00	-	-
	135276		20122035222720001	-	-	33.544,76	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	450,56	-	-
			08244104927920001	-	-	3.062,09	-	-	-
			08605104928020001	-	-	2,30	-	-	-
			08306104927980001	-	-	31.868,96	-	-	-
	135279		20605035221300001	-	-	-	-	9.191.686,89	-
	135284		20122035022720001	-	-	44,19	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	173.226,21	-
			28846090100220001	6.289,50	-	-	-	-	-
			20122035222720001	45.035,51	-	33.164,53	11.547,99	-	-
			20122035228290001	-	-	-	665,00	-	-
			20125035221370001	-	-	8.261,22	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.973,81	-	-	-
			08244104927920001	-	-	2.527,91	-	-	-
			08605104928020001	-	-	4.804,05	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	2.010,18	-	-	-
			20301035220040001	-	-	2.466,87	-	-	-
			06182102945640103	-	-	2.543,80	-	-	-
	135285		20122035022720001	-	-	1.014,39	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	222.188,09	-
			203060352201200001	-	-	92.025,76	-	-	-
			20331035220110001	-	-	18.463,90	-	-	-
			28846090100220001	4.451,61	-	-	-	-	-
			20122035222720001	41.895,56	-	307.539,07	-	-	-
			20125035221370001	-	-	4.202,63	-	-	-
			20126035247020001	-	-	2.605,16	-	-	-
			20128036045720001	-	-	3.648,74	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.274,43	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20692035247100001	-	-	2.411,83	-	-	-
			08244104927920001	-	-	165.307,82	-	-	-
			08605104928020001	-	-	41.806,99	-	-	-
			20605035285790001	-	-	1.315,28	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	5.865,41	-	-	-
			08306104927980001	-	-	3.026,23	-	-	-
			20301035220040001	-	-	2.226,97	-	-	-
			06182102945640103	-	-	533,00	-	-	-
	135286		08244104927920001	-	-	27.936,81	-	-	-
			06182102945640103	-	-	14,01	-	-	-
	135287		20605035221300001	-	-	-	-	23.178,78	-
	135294		20122035228290001	-	-	-	5.018,83	-	-
	135295		20605035221300001	-	-	-	-	9.569,86	-
	135298		20122035222720001	-	-	527,05	-	-	-
	135304		20122035228290001	-	-	-	141.926,66	-	-
	135305		20605035221300001	-	-	-	-	1.549,40	-
			20306035220120001	-	-	99.870,78	-	-	-
			20331035220110001	-	-	3.181,05	-	-	-
			28846090100220001	27.599,34	-	-	-	-	-
			20122035222720001	67.982,95	-	745.642,96	1.116,81	-	-
			20122035228290001	-	-	-	99,64	-	-
			20125035221370001	-	-	1.134,22	-	-	-
			201260352247020001	-	-	2.474,11	-	-	-
			20128036045720001	-	-	6.827,82	-	-	-
			20605036047110001	-	-	3.646,60	-	-	-
			08244104927920001	-	-	9.948,01	-	-	-
			20605035285790001	-	-	249,00	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	11.366,11	-	-	-
			20301035220040001	-	-	4.742,28	-	-	-
	135311		08244104927920001	-	-	0,07	-	-	-
			06182102945640103	-	-	17.718,61	-	-	-
	135312		20605035221300001	-	-	-	-	529.837,02	-
	135315		20122036022720001	-	-	582,95	-	-	-
			20331035220110001	-	-	1.398,21	-	-	-
			28846090100220001	62.729,31	-	367,20	-	-	-
			20122035222720001	164.893,07	-	572.808,24	5.037,78	-	-
			20122035228290001	-	-	36.988,18	65.511,75	-	-
			20605036047110001	-	-	985,95	-	-	-
			201260352247020001	-	-	5.559,78	-	-	-
			20128036045720001	-	-	2.442,50	-	-	-
			20605036047110001	-	-	985,95	-	-	-
			08244104927920001	-	-	2,86	-	-	-
			08605104928020001	-	-	102,12	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	17.983,96	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20301035220040001	-	-	1.862,89	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	6,00	-	-	-
	135317		20605035221300001	-	-	-	-	1.448.220,08	-
	135325		20122036022720001	-	-	1.901,40	-	-	-
			20122035022720001	-	-	24,66	-	-	-
			203060352201200001	-	-	659,30	-	-	-
			20331035220110001	-	-	356,61	-	-	-
			28846090100220001	16.463,17	-	-	-	-	-
			20122035222720001	1.245,16	-	133.752,90	419,70	-	-
			20122035228290001	-	-	-	0,02	-	-
			20125035221370001	-	-	6.719,86	-	-	-
			201260352247020001	-	-	-1.496,21	-	-	-
			20128036045720001	-	-	5.398,95	-	-	-
			20605036047110001	-	-	2.103,88	-	-	-
			20605035285790001	-	-	52,50	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	337,50	-	-	-
			20301035220040001	-	-	401,08	-	-	-
	135326		08605104928020001	-	-	6.689,97	-	-	-
	135327		20605035221300001	-	-	-	-	115.612,21	-
	135329		20122035222720001	-	-	1.075,18	-	-	-
	135331		20122035222720001	-	-	6.366,35	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	4.540,00	-	-
	135337		20605035221300001	-	-	-	-	218.252,33	-
			20331035220110001	-	-	1.041,60	-	-	-
			28846090100220001	11.779,00	-	-	-	-	-
			20122035222720001	11946,01	-	174.757,33	-	-	-
			20122035228290001	-	-	9.576,00	-	-	-
			20125035221370001	-	-	10.111,79	-	-	-
			201260352247020001	-	-	3.812,98	-	-	-
			20128036045720001	-	-	6.636,27	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.495,83	-	-	-
			08244104927920001	-	-	223,85	-	-	-
			08605104928020001	-	-	45,31	-	-	-
			08306104927980001	-	-	66.688,59	-	-	-
			20301035220040001	-	-	37.972,77	-	-	-
	135345		20122036022720001	-	-	376,00	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	3.020.008,66	-
			203060352201200001	-	-	82.455,64	-	-	-
			20331035220110001	-	-	708,40	-	-	-
			28846090100220001	16.779,03	-	-	-	-	-
			20122035222720001	79.923,01	-	116.244,06	39.042,50	-	-
			20125035221370001	-	-	7.542,52	-	-	-
			201260352247020001	-	-	2.547,00	-	-	-
			20128036045720001	-	-	10.875,23	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20605036047110001	-	-	339,49	-	-	-
			08244104927920001	-	-	11.250,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.753,00	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	1.825,53	-	-	-
			08306104927980001	-	-	30,10	-	-	-
			20301035220040001	-	-	643,14	-	-	-
	135393		20122035222720001	-	-	34,74	-	-	-
	135396		20122035222720001	-	-	4.723,77	36,00	-	-
	135397		20122035222720001	-	-	79,23	65,40	-	-
	135416		20122035222720001	-	-	157,23	-	-	-
	135425		20605035221300001	-	-	-	-	1.378,45	-
	135431		20605035221300001	-	-	-	-	70.145,85	-
	135434		20605035221300001	-	-	-	-	621,74	-
	135437		20605035221300001	-	-	-	-	142.977,09	-
	135439		20605035221300001	-	-	-	-	14.980,10	-
	135441		20605035221300001	-	-	-	-	27.421,56	-
	135443		20605035221300001	-	-	-	-	128.320,79	-
	135445		20605035221300001	-	-	-	-	2.383.463,71	-
	135447		20605035221300001	-	-	-	-	21.818.040,57	-
			20122035222720001	-	-	2,26	-	-	-
	135448		20605035221300001	-	-	-	-	10.750.506,38	-
	135449		08244104927920001	-	-	15.730,00	-	-	-
			20122035222720001	-	-	3,59	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	158.350,00	-	-
	135457		203060352201200001	-	-	-	11.886,96	-	-
			20331035220110001	-	-	-	742,00	-	-
			28846090100220001	2.098,16	-	-	-	-	-
			20122035222720001	29.538,79	-	33.454,05	1.248,08	-	-
			20122035228290001	-	-	-	2.268,83	-	-
			20125035221370001	-	-	4.752,18	-	-	-
			201260352247020001	-	-	920,87	-	-	-
			20128036045720001	-	-	3.157,78	-	-	-
			20605036047110001	-	-	1.903,89	-	-	-
			08244104927920001	-	-	1.356,00	-	-	-
			08605104928020001	-	-	1.416,49	-	-	-
			20605035285790001	-	-	40,90	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	52,40	-	-	-
			20301035220040001	-	-	2.031,80	-	-	-
	135458		20122035022720001	-	-	1.204,19	-	-	-
			20605035221300001	-	-	-	-	2.651.679,60	-
			20122035222720001	41.848,35	-	-	-	-	-
			203060352201200001	-	-	3.246,30	-	-	-
			20331035220110001	-	-	36,90	-	-	-
			288460901002F0001	-	-	465,00	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20122035222720001	-	-	42.556,35	479,00	-	-
			20125035221370001	-	-	9.868,56	-	-	-
			201260352247020001	-	-	2.327,38	-	-	-
			20128036045720001	-	-	13.441,64	-	-	-
			20605036047110001	-	-	2.257,25	-	-	-
			08244104927920001	-	-	2.071,95	-	-	-
			08605104928020001	-	-	14.700,96	-	-	-
			20605035285790001	-	-	325,01	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	55,92	-	-	-
			20301035220040001	-	-	14.879,89	-	-	-
	135461		20605035221300001	-	-	-	-	143.598,22	-
			203060352201200001	-	-	420,99	-	-	-
			28846090100220001	9.000,00	-	-	-	-	-
			20122035222720001	66.777,78	-	39.025,63	-	-	-
			20122035228290001	-	-	20.752,61	7.676,06	-	-
			20125035221370001	-	-	25,97	-	-	-
			20128036045720001	-	-	2.197,66	-	-	-
			20605036047110001	-	-	118,37	-	-	-
			08244104927920001	-	-	6.713,06	-	-	-
			08605104928020001	-	-	19.554,37	-	-	-
			20301035220040001	-	-	828,49	-	-	-
	135462		20122035222720001	-	-	3.254,27	-	-	-
	135463		20605035221300001	-	-	-	-	138.131,83	-
	135476		20605035221300001	-	-	-	-	782.553,31	-
			203060352201200001	-	-	8.244,93	-	-	-
			20331035220110001	-	-	1.621,80	-	-	-
			28846090100220001	5.621,45	-	-	-	-	-
			20122035222720001	111.548,10	-	78.905,57	-	-	-
			20122035228290001	-	-	0,86	31.780,38	-	-
			20125035221370001	-	-	22.570,33	-	-	-
			201260352247020001	-	-	82,05	-	-	-
			20128036045720001	-	-	10.873,50	-	-	-
			20605036047110001	-	-	848,47	-	-	-
			20692035247100001	-	-	2.154,92	-	-	-
			08244104927920001	-	-	508,21	-	-	-
			08605104928020001	-	-	78.298,35	-	-	-
			20301035220040001	-	-	10,00	-	-	-
			20605035285790001	-	-	690,16	-	-	-
			08306104927980001	-	-	5.417,89	-	-	-
			20301035220040001	-	-	5.019,21	-	-	-
			20301035220CW0001	-	-	608,54	-	-	-
	135486		20122035228290001	-	-	-	2.270,00	-	-
	135487		20122035222720001	-	-	26.108,95	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	4.540,00	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
	135531		20122035228290001	-	-	-	4.540,00	-	-
	135532		20122035222720001	-	-	600,46	-	-	-
	135539		20122035228290001	-	-	-	60.000,00	-	-
			08306104927980001	-	-	41,40	-	-	-
	135534		20122035222720001	-	-	25,04	-	-	-
	135541		08605104928020001	-	-	191,22	-	-	-
			08306104927980001	-	-	13,58	-	-	-
	135544		20122035222720001	-	-	200.000,00	-	-	-
			20122035228290001	-	-	178.688,90	-	-	-
	135545		08244104927920001	-	-	132.911,64	-	-	-
			08605104928020001	-	-	147.138,15	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	671,41	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	-	6.271,06	-
	135546		08605104928020001	-	-	3.756,20	-	-	-
	135549		08244104927920001	-	-	1.835,62	-	-	-
			08306104927980001	-	-	2.086,92	-	-	-
			2160503512B810001	-	-	478,00	-	-	-
	135551		08244104927920001	-	-	1.500,00	-	-	-
	135552		20122035222720001	-	-	1.085,29	-	-	-
			20301035220040001	-	-	31,27	-	-	-
	135559		08605104928020001	-	-	6.857,48	-	-	-
			08306104927980001	-	-	190,90	-	-	-
			2160503512B810001	-	-	-	-	499,20	-
	135562		08244104927920001	-	-	11.744,50	-	-	-
	135563		08306104927980001	-	-	57,66	-	-	-
	135564		20122035222720001	-	-	1.233,76	-	-	-
	135565		20122035222720001	-	-	125,10	-	-	-
	135568		20122035222720001	-	-	320,43	-	-	-
	135572		08605104928020001	-	-	737,02	-	-	-
	135585		20122035222720001	-	-	4,53	-	-	-
	135586		20605035221300001	-	-	-	-	18.941,81	-
			28846090100220001	11.779,02	-	-	-	-	-
			20122035222720001	74.584,36	-	99.291,18	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	25.934,54	-	-
			20125035221370001	-	-	6.962,96	-	-	-
			20128036045720001	-	-	4.966,42	-	-	-
			20605036047110001	-	-	712,88	-	-	-
			08605104928020001	-	-	21.693,38	-	-	-
			2112203512B830001	-	-	0,43	-	-	-
			20301035220040001	-	-	620,00	-	-	-
	135587		20605035221300001	-	-	-	-	2.217.318,72	-
			20122035222720001	85.170,01	-	64.938,63	-	-	-
			20122035228290001	-	-	-	16.804,54	-	-
			20128036045720001	-	-	7.270,17	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
			20605036047110001			625,00			-
			08244104927920001			2.970,87			-
			08605104928020001			255,00			-
			08306104927980001			26.675,00			-
			20301035220040001			8.134,27			-
	135597		08244104927920001			36,00			-
			08605104928020001			11.083,59			-
	135601		08244104927920001			1.262.661,31			-
			08306104927980001			494.734,65			-
			08605104928020001			3.553,64			-
	135605		20605035221300001					48.721,42	-
			203060352201200001			1.611,10			-
			20122035222720001	7.120,11		30.579,44	43.962,00		-
			20128036045720001			2.671,51			-
			08605104928020001			9.319,59			-
			20301035220040001			507,28			-
			20301035220CW0001			39,71			-
	138011		20122035222720001			1.409,69			-
			20122035228290001				570,03		-
	135153	135167	08605104928020001			36.991,86			-
			20122035222720001			20,10			-
			08244104927920001			1.071.765,50			-
	135153	135168	20605035221300001					245.502,70	-
	0	135347	06182102945640103			12.299,95			-
			08306104927980001			129,00			-
			08244104927920001			40.057,30			-
			2112203512B830001			16.413,24			-
			08605104928020001			45.560,90			-
			20122035228290001			201.011,49			-
	135101		08244104927920001			138.179,07			-
			08605104928020001			89.414,68			-
			2112203512B830001			10.989,44			-
			20122035228290001	-	-	6.077,95	-	-	-
			08306104927980001	-	-	784,90	-	-	-
			06182102945640103	-	-	-	-	-	-
	135110	135347	08244104927920001	-	-	28,63	-	-	-
	135112		08605104928020001	-	-	5.650,00	-	-	-
	135113		08244104927920001	-	-	58.911,00	-	-	-
	135141		08244104927920001	-	-	1.124,67	-	-	-
	135170		08306104927980001	-	-	37.209,50	-	-	-
	135180		08244104927920001	-	-	47.021,52	-	-	-
			06182102945640103	-	-	6.325,00	-	-	-
	135209		08605104928020001	-	-	935,00	-	-	-
	135210		08605104928020001	-	-	237,01	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
		135285		2112203512B830001	-	-	180,00	-	-	-
				08306104927980001	-	-	723,50	-	-	-
		135295		08605104928020001	-	-	2.742,81	-	-	-
		135305		08244104927920001	-	-	1.690,98	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	470,00	-	-	-
				08306104927980001	-	-	9.468,49	-	-	-
				06182102945640103	-	-	802,17	-	-	-
		135306		08244104927920001	-	-	420,10	-	-	-
		135315		08244104927920001	-	-	9.327,53	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	2.033,98	-	-	-
				08605104928020001	-	-	2.933,34	-	-	-
				08306104927980001	-	-	8.358,23	-	-	-
		135325		08244104927920001	-	-	11.137,61	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1,69	-	-	-
				08605104928020001	-	-	105.151,10	-	-	-
		135326		08244104927920001	-	-	16.034,98	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.344,00	-	-	-
		135337		2112203512B830001	-	-	1.023,08	-	-	-
		135402		08605104928020001	-	-	14.000,00	-	-	-
		135461		08244104927920001	-	-	151,75	-	-	-
				08605104928020001	-	-	4.869,51	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.942,02	-	-	-
		135476		08605104928020001	-	-	14.200,00	-	-	-
		135533		08244104927920001	-	-	828,01	-	-	-
				08306104927980001	-	-	126,74	-	-	-
		135541		2112203512B830001	-	-	1.380,00	-	-	-
				08306104927980001	-	-	1.128,82	-	-	-
		135545		2112203512B830001	-	-	483,34	-	-	-
		135555		08605104928020001	-	-	4.302,93	-	-	-
		135568		08605104928020001	-	-	11.000,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	34.613,48	-	-	-
		135563		08244104927920001	-	-	500.000,00	-	-	-
				08306104927980001	-	-	44.353,84	-	-	-
		135586		08605104928020001	-	-	63.954,66	-	-	-
				20122035228290001	-	-	448.934,00	-	-	-
		135597		08306104927980001	-	-	900.000,00	-	-	-
		135605		08605104928020001	-	-	16.000,00	-	-	-
				20122035228290001	-	-	1,50	-	-	-
				08306104927980001	-	-	84.631,70	-	-	-
		135265	135348	20605035221300001	-	-	-	-	468,17	-
		135315	135595	20605035221300001	-	-	-	-	889.042,65	-
		135173	135100	12847144805090001	-	-	770.726,35	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	135100	130005	20122035222720001	-	--	200.000,00	-	-	-
			130137	20122035022720001	-	--	140.502,67	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital			
		Concedente	Recebedor		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida	
			280102	23122041222720001	-	--	2.340,00	-	-	-	
			280106	20122140922720001	-	--	88.074,78	-	-	-	
			420012	20122036022720001	-	--	40.574,88	-	-	-	
			490002	21691035142800001	-	--	1.008,00	-	-	-	
				2112203512B830001	-	--	1.305.746,81	-	-	-	
				2160503512B810001	-	--	-	-	63.042,84	-	
			530012	06182102945640103	-	--	4.232.285,84	-	-	-	
			550008	08244104927920001	-	-	28.464.796,31	-	-	-	
				08605104928020001	-	-	122.509,86	-	-	-	
				08306104927980001	-	-	346.526,46	-	-	-	
			550009	08244113349630001	-	-	4.500.000,00	-	-	-	
	Recebidos	130137	135100	20122035022720001	-	-	864915	-	-	-	
		280102		23122041222720001	-	-	41.235,34	-	-	-	-
		280106		20122140922720001	-	-	116.210,68	-	-	-	-
		420012		20122036022720001	-	-	187.250,00	-	-	-	-
		490002		21691035142800001	-	-	-	60.000,00	-	-	-
				2112203512B830001	-	-	7.600.000,00	-	-	-	-
				20122035228290001	-	-	-	-	57.310.450,00	-	-
		530012		06182102945640103	-	-	9.697.265,36	-	-	-	-
		550008		08244104927920001	-	-	94.000.000,00	-	-	-	-
				08306104927980001	-	-	298.702.538,00	-	-	-	-
				08605104928020001	-	-	15.400.000,00	-	-	-	-
		550009		08244113349630001	-	-	4.536.000,00	-	-	-	-

Anexo B

Quadro CXXXI - Tratamento das Recomendações da Auditoria Interna da Conab

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
3/2010 - (AVG) - SUFIN/DF SUCON/DF	644 - Em 31/12/2009 a rubrica apresentava o saldo contábil de R\$10.112,78, registrado no Subórgão 2232 - Operações Governamentais, conforme quadro: Após análise, constatamos que se tratam de valores bloqueados pela justiça conforme 2005NL000512 e 2005NL000092, referente à ações trabalhistas.	644.1 - Recomendamos à Sufin/Gefog, informar à Audin, o estágio das pendências e as providências que estão sendo adotadas para as respectivas baixas.	de germana.martins em 27/04/2010 como Pendente Informamos que em 26/03/10, a SUCON/GECON, efetuou a baixa dos registros pertinentes aos mandados de bloqueios judiciais, nos valores R\$69.66 e R\$10.043,12, através das 2010NL000299/300, da UG 135347 e 2010NL000125/126, da UG 135348, 2010NL000076/83, UG 135586, o qual apresentamos como solucionada a pendência objeto do Relatório de Auditoria n.º 001/2006, no âmbito da SUFIN. de joao.filho em 02/06/2010 como Solucionado Consoante resposta da Sufin/Gefog e consulta no Siafi, os valores foram baixados, estando desta forma a pendência solucionada.
	645 - Em 31/12/2009 a conta apresentava o saldo de R\$1.158,17, registrado na UG 135100 %3 Matriz e está sem movimento desde junho de 2007. O saldo refere-se às apropriações de Pis/Pasep sobre despesas de combustíveis da UC Manaus, Cofins e outras reclassificações dos armazéns das Unidades próprias. Por meio de encontro de contas, na época (31/10/2005) compensou o valor total de R\$7.795,38, conforme 2005NL010240.	645.1 - Diante do fato, recomendamos à Sucon analisar a origem da apropriação dos valores, fazendo o encontro de contas (se for o caso), e a sua respectiva regularização.	de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item. de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente A rubrica está sendo objeto de análise, objetivando identificar o pagamento (CNPJ, valor bruto pago, descontos e valor líquido), que motivou a retenção, para realizar a compensação (p/ Gerente da GEFIT).
	646 - Em 31/12/2009 a conta apresentava o saldo de R\$19.002,26, registrado na UG 135100 - Matriz. A descrição citada no Conconta, na íntegra: "Registra os valores referente aos créditos tributários de impostos e contribuições diversas decorrentes de retenções efetuadas por Órgãos Públicos". Relacionamos no quadro a seguir, os créditos a ressarcir ou a compensar:	646.1 - Considerando que os saldos datam de 2005, recomendamos à Difin/Sucon analisar a origem dos saldos, promovendo, se for o caso a compensação, ou o encontro de contas.	de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item. de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente A rubrica está sendo objeto de análise, objetivando identificar o pagamento (CNPJ, valor bruto pago, descontos e valor líquido), que motivou a retenção, para realizar a compensação (p/ Gerente da GEFIT).
	647 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$876.205,26, registrado na UG	647.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sufin/Gecob adotar as medidas necessárias	de em 10/05/2010 como Pendente 1 - Ex-Diretor Evaldo Fernandes de Oliveira - Ajuizado

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	135100 - Matriz, assim composto:	para recebimento dos créditos supracitados. Quanto ao item 8, a Supad deverá manter o acompanhamento da negociação com a Secretaria de Patrimônio da União-SPU, na permuta das dívidas a receber pelos Armazéns localizados nos Estados do Maranhão e Piauí.	<p>(ação n.º 00008200900310007), de 18/12/2008.</p> <p>2 - Governo do Distrito Federal/Nilva Claro Costa - após diversas cobranças, sem êxito, o assunto agora é objeto da Comissão Apuradora, constituída pela Portaria n.º 005, de 06/01/2010, que está em andamento.</p> <p>3 - CIBRIUS - Solucionado, NLS 2010000185/186/187/600/601/602.</p> <p>4 - Secretaria de Agricultura e Pecuária de Goiás - Solucionado parte do débito, período agosto/2008 a agosto/2009, em 31/03/2010 - 2010nl003221, no valor R\$48.595,27. De acordo com a justificativa da Secretaria, não foi possível fazer o pagamento do restante porque falta a Autorização de Cessão do empregado (Joaquim Araújo do Santos). Direcionamos a informação a DIRAD/SUREH. Sugerimos cobrar providências daquela Diretoria.</p> <p>5 - Fortaleza Câmara Municipal - Ajuizado (ação n.º 2003.81.00.024188-7), de 22/09/2003.</p> <p>6 - Câmara Legislativa do DF - Ajuizado (ações n.º 2004.34.00.028089-2, de 18/07/2004 e n.º 2008.34.00.024279-4, de 01/08/2008).</p> <p>7 - Espírito Santo Sec. do Estado - Solucionado, 2010NL000438.]</p> <p>9 - Cia do Metropolitano do DF - Solucionado, 2010NL000189 e 603.</p> <p>de paulo.hayakawa em 31/05/2010 como Pendente</p> <p>Item 2 - aguardar a resposta/providencia tomada da Comissão Apuradora, constituída pela Portaria n.º 005 de 06/1/2010.</p> <p>Ítem 4 - O assunto foi direcionado para DIRAD/SUREH, aguardar a resposta.</p> <p>Ítem 8 - Foi recomendado para SUPAD manter acompanhamento da negociação com a Secretaria de Patrimônio da União – MPU.</p> <p>de veralice.oliveira em 27/07/2010 como Pendente</p> <p>Item 4 - A Secretaria já solicitou novas GRUs para pagamento do débito em agosto/10.</p> <p>de paulo.hayakawa em 05/08/2010 como Pendente</p> <p>Ítem 2 - cobrar da Comissão Apuradora, o andamento da cobrança.</p> <p>Item 4 - quando for pago, informar a Audin.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Item 8 - a Supad está mantendo acompanhamento – baixado. de veralice.oliveira em 25/08/2010 como Pendente</p> <p>Item 1 - Evaldo Fernandes de Oliveira - processo judicial arquivado por prescrição. Dívida já baixada no SISCOB. Documento encaminhado a SUCON para baixa contábil, em 19/08/2010. Item 4 - Secretaria de Agricultura e Pecuária de Goiás - foram pagos em 19/08/2010, os meses de setembro a dezembro/09 e março a junho/2010, ficando pendente ainda os meses de janeiro e fevereiro/10 com previsão de pagamento para 31/08/2010.</p> <p>de veralice.oliveira em 25/08/2010 como Pendente</p> <p>Item 4 - 2010NL007624, 25, 36, 38, 39 e 40. de em 10/09/2010 como Pendente</p> <p>Ítem 2 - Cobrar da Comissão Apuradora o andamento da cobrança. NÃO SOLUCIONADO</p> <p>Item 1 - Aguardar a Sucon providenciar a baixa contábil. AGUARDAR</p> <p>Item 4 – SOLUCIONADO</p> <p>de veralice.oliveira em 22/12/2010 como Pendente</p> <p>Item 1 - Evaldo Fernandes de Oliveira - baixado 2010nl009388.</p> <p>Item 2 - Governo do Distrito Federal/Nilva Claro Costa - a Comissão Apuradora concluiu que o débito deve ser cobrado do Governo do Distrito Federal/Secretaria de Obras, porém, até a presente data o processo não chegou a SUFIN/GECOB para que seja feita a cobrança. De acordo com informações da COGER o processo já passou por aquela unidade.</p>
	<p>648 - Em 31/12/2009 os saldos das rubricas eram de R\$3.143.695,20 e R\$116.172,48, respectivamente, registrados na UG 135100 - Matriz. As impropriedades constatadas referem-se às divergências entre o saldo contábil e o saldo extra-contábil do controle de utilização do Serviço de Assistência à Saúde emitido pela Gerência de Serviço de Assistência à Saúde - Gesas e dos débitos pendentes de pagamento, conforme planilhas</p>	<p>648.1 - Recomendamos à Sucon interagir com a Gesas, para compatibilizar os saldos contábeis e extra-contábeis do SAS.</p>	<p>de em 28/07/2010 como Pendente</p> <p>Item 648.1 conta 1.1.2.1.9.12.00 - CL0622201 -SAS.</p> <p>Os registros nessa conta são efetuados com base no "Mapa de Controle de Utilização de SAS" fornecido pela GESAS, cujo saldo em 31/12/2009, estava assim distribuído: Matriz R\$1.962.094,95, Cedidos R\$1.010.237,34, Total R\$2.972.332,29. Saldo Contábil R\$3.002.593,75. Diferença entre o saldo contábil e o Mapa R\$30.261,46</p> <p>Anexamos cópia da Conciliação da Conta de joao.filho em 03/08/2010 como Solucionado Consoante</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	detalhadas a seguir:		resposta e providência adotada pela Sucon, consideramos o item solucionado.
		648.2 - Recomendamos à Sufin/Gecob informar as providências adotadas para o ressarcimento dos débitos citados, objetivando a baixa destes.	<p>CONTA 1.1.2.1.9.12.00</p> <p>2 - Diogo Lima de Barros - de acordo com a informação na 2008NL008071, refere-se a multa por atraso na entrega de declaração de rendimentos pagos a consultores (PNUD), processo 0842/2008(PROGE). Não houve encaminhamento do processo a GECOB para que fosse efetuado a cobrança. Verificamos que a última tramitação do processo foi da DIAFI para o PNUD, em 09/06/2008.</p> <p>3 - Gesimar Pereira dos Santos(ex-empregado aposentado por invalidez) - processo n.º 0109/2009 - R\$13.409,42 a maior parte do débito refere-se a SAS (R\$10.216,91). Efetuamos a cobrança, em 13/02/2009. A esposa do -ex-empregado entrou com pedido de perdão da dívida alegando impossibilidade financeira. O Recurso foi analisado pela área de Recursos Humanos. Foi indeferido. O processo retornou a GECOB, em 02/12/2009, saiu em 16/03/2010, para fins de ajuizamento, passando pela SUREH/GESAS foi informado novos valores do SAS, uma vez que a utilização do serviço continua. Retornou a GECOB, em 30/04/2010, para que fosse atualizado os valores. Efetuamos outra cobrança dos novos valores, cujo vencimento da GRU é 21/05/2010.</p> <p>4 - Olavo Cesar Bandeira - O processo foi encaminhado a PROGE para fins de ajuizamento, em 26/11/2009. Porém, até a presente data não temos conhecimento do ajuizamento.</p> <p>7 - Túlio do Carmo Junot - Diferença de 13.º - Não temos nenhum registro. Sugerimos direcionar o assunto a SUREH, responsável pelo acerto.</p> <p>9 - João Carlos Rodrigues - baixa contábil 2010nl001690.</p> <p>10 - Joilto Santos Bonfim - baixa contábil 2010nl001692.</p> <p>11 - Júlio César Kaiser - baixa contábil 2010nl001693.</p> <p>12 - Eny Maria Avelino Monteiro - baixa contábil 2010nl001691.</p> <p>13 - Alex Musialowski Chaves - processo 0750/2009 foi encaminhado a GESAS e ainda não retornou.</p> <p>de veralice.oliveira em 14/05/2010 como Pendente</p> <p>Conta 1.1.2.1.9.12.00 1 - Ernesto Martins Vieira Júnior -</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Verificamos que o valor registrado no SIAFI(R\$22.968,69) foi registrado pelo valor atualizado do débito, sendo acertado pela 2010nl004069 de 14/05/10. O valor correto é do Sistema de Cobrança (R\$13.668,76). Em 21/09/2009, encaminhamos a notificação ao empregado, tendo o mesmo entrado com recurso que foi encaminhado a SUREH para análise. Verificamos que o processo tramitou entre a SUREH e PROGE, devido a reclamação trabalhista. Atualmente o processo se encontra na SUREH. de em 17/05/2010 como Pendente 1 - Ernesto Martins Vieira Júnior - complementando a informação acima, processo administrativo n.º 2461/2008. Na reclamação trabalhista(n.º 00029-2006-007-10-00-5) o Sr. Ernesto requer a anulação da rescisão do contrato de trabalho. Portanto, não há, no momento, providências a serem tomadas, devido aguardar o resultado do processo na justiça.</p> <p>5 - José Edilson Leão - Processo n.º 2018/2008. Cobrança efetuada em 25/09/2008, ref. ao saldo devedor apresentado na Rescisão do Contrato de Trabalho. Após diversos contatos com o Sr. José Edilson, que alegava ter crédito a receber da CONAB, o processo foi encaminhado à SUREH por solicitação daquela área, em 10/07/2009, não retornando mais a GECOB. Verificamos que o processo encontrava-se na SUCON, em 14/05/2010, para manifestação sobre o pagamento do crédito. Portanto, no momento, não cabe à GECOB qualquer providência.</p> <p>6 - Maria Helena Ribeiro - Após cobrança do débito, a devedora entrou com recurso alegando impossibilidade de pagamento. O processo encontra-se na SUFIN, que estuda a viabilidade de autorização de baixa do débito.</p> <p>8 - Newton Araújo Silva Júnior - referente PCV 309/09 - regularizado 2010nl004070 de 14/05/10. de em 17/05/2010 como Pendente</p> <p>CONTA 1.2.2.4.9.01.00 Itens 3, 4, 7 a 12 - pendências referentes a salários, constantes do Relatório de 2009. Conforme informado no Relatório anterior, não foi encaminhado à GECOB nenhum documento para que as cobranças fossem. Por meio da CI SUFIN/GECOB N.º 1153 de 15/07/2009, cópia à AUDIN e SUCON, solicitamos à SUREH informar a situação das pendências e</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>encaminhar a GECOB para cobrança. Como não obtivemos resposta, em 13/11/2009, reiteramos a solicitação, por meio da CI SUFIN/GECOB N.º 2114. Porém, continuamos sem nenhuma resposta. Na nossa resposta no Relatório anterior, sugerimos que a AUDIN direcionasse a cobrança à SUREH. Mantemos a nossa sugestão.</p> <p>de em 19/05/2010 como Pendente CONTA 1.2.2.4.9.01.00 Item 5 - Gesimar Pereira dos Santos (Dif. de salário a maior) - processo n.º 0109/2009. Em que pese o registro no SIAFI ser de 2005, somente agora o valor (R\$854,83) foi cobrado juntamente com os novos valores apurados do SAS, item 3 da CONTA 1.1.2.1.9.12.00 acima, uma vez que a SUCON manifestou, no processo, sobre a pendência, porque até então não tínhamos conhecimento do débito. Item 6 - Olavo César Bandeira - processo n.º 0491/2006, encontra-se na PROGE, desde 14/08/2006, para fins de ajuizamento.</p> <p>de em 21/05/2010 como Pendente CONTA 1.2.2.4.9.01.00 Item 1 e 2 - Genésio Vieira de Barros e Luiz Norberto Silva Ratto. De acordo com as 94NL58901 e 58902, os valores registrados foram extraídos do processo CFP 1142/86. Verificamos no CPP que a última tramitação do processo foi em 31/01/1995, do GABINETE para MAARA, ATT.CISET. Temos no SISCOB um registro de dívida em nome Genésio Vieira de Barros e outros referente ao débito apurado na aquisição das embalagens MAG-BAG (processos 2017, 3245/87 e 1894/01), que está sendo conduzido no processo 1488/2002. Temos também registrado no SISCOB, o débito de responsabilidade de Luiz Norberto Silva Ratto(falecido), que está sendo cobrado da Srª Nadir da Silva Ratto, conduzido no processo 0201/89. Entendemos que se tratam de débitos distintos, portanto, não temos registros dos valores constantes dos itens 1 e 2.</p> <p>de joao.filho em 02/06/2010 como Pendente Consoante resposta da Gecob, continuam pendentes de pagamentos os saldos dos seguintes empregados: Ernesto Martins, Diogo Lima, Gesimar Pereira, Olavo Cesar, José Edilson, Maria Helena, Túlio do Carmo e todos os débitos que estão</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>listados no quadro 03 (Longo Prazo). de adineide.rodrigues em 27/07/2010 como Pendente Item 648.2 parágrafo terceiro. Conta 1.1.2.1.9.12.00 - Os valores relativos aos itens 01 a 07 do quadro 2, foram transferidos para o Ativo Realizável a Longo Prazo, por meio das 2010NL006488, 6572, 6578, 6579, 6580, 6582 e 6607. Os valores relativos aos itens 08 a 13, foram baixados nesse exercício.</p> <p>de joao.filho em 04/08/2010 como Pendente Consoante última resposta ainda continuam pendentes de pagamentos os saldos dos seguintes empregados: Ernesto Martins, Diogo Lima, Gesimar Pereira, Olavo Cesar, José Edilson, Maria Helena, Túlio do Carmo e todos os débitos que estão listados no quadro 03 (Longo Prazo).</p> <p>de em 24/08/2010 como Pendente CONTA 1.2.2.4.9.01.00 Antônio Francisco Piaulino - baixado 2010nl006365; Regina de Castro Barbo - ref. A 13.º salário, de acordo com informações da SUREH o valor será descontado em novembro/10; Lilazia Pereira Vieira - de acordo com informações da SUREH, a empregada encontra-se de licença sem vencimentos com retorno previsto para 01/07/2012 e que o débito será acertado quando do seu retorno, uma vez que a mesma tem créditos; Braulio André Avelino - ref. A 13.º salário, de acordo com informações da SUREH o valor será descontado em novembro/10; Clarinda Lopes da Silva - de acordo com informações da SUREH, a empregada encontra-se em benefício pelo INSS e que o débito será acertado quando do seu retorno; Maria Margarida de Armondis - de acordo com informações da SUREH o valor seria comandado na folha de julho/10. Consultamos o SIAFI nesta data e a pendência continua; Neuza Pereira Caldas de Oliveira - de acordo com informações da SUREH, a empregada se desligou da Companhia em 05/06/2006. Efetuamos a cobrança em 19/07/10, no entanto, não obtive nenhuma manifestação da ex-empregada. Vamos sugerir a baixa contábil.</p> <p>de veralice.oliveira em 25/08/2010 como Pendente CONTA 1.2.2.4.9.01.00 Waldir Beraldo da Silva - Contrato de Trabalho extinto em razão de falecimento ocorrido em 06/09/2004. De acordo com o Termo de Rescisão existe</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>um saldo a favor do ex-empregado no valor de R\$2.154,42. O valor do débito de R\$1.328,85 foi descontado na Rescisão de Contrato. No entanto, considerando que até a presente data a mesma encontra pendente de homologação, na SUREH, não há como efetuar a baixa do débito, de acordo com a informação da SUCON.</p> <p>de joao.filho em 16/09/2010 como Pendente Consoante último posicionamento da Gecob, ainda continuam pendentes os débitos dos seguintes empregados: Diogo Lima, Gesimar Pereira dos Santos, Olavo Cesar Bandeira, Maria Helena Ribeiro, Túlio do Carmo Junot, Genésio Vieira de Barros, Luiz Norberto Silva Ratto, Waldir Beraldo da Silva, Clarinda Lopes da Silva, Bráulio André Avelino, Neuza Pereira C. De Oliveira, Maria Margarida de Armondis, Regina de Castro Barbo e Lilázia Pereira Vieira. Item continua pendente.</p> <p>de veralice.oliveira em 12/11/2010 como Pendente CONTA 1.2.2.4.9.01.00 Neuza Pereira Caldas de Oliveira - Foi efetuada a baixa contábil em 06/11/2010 – 2010NL009915.</p> <p>de veralice.oliveira em 12/11/2010 como Pendente Neuza Pereira Caldas de Oliveira - de acordo com informações da SUREH, a empregada se desligou da Companhia em 05/06/2006. Efetuamos a cobrança em 19/07/10, no entanto, não obtive nenhuma manifestação da ex-empregada. Vamos sugerir a baixa contábil.</p> <p>de joao.filho em 19/11/2010 como Pendente Consoante último posicionamento da Gecob, ainda continuam pendentes os débitos dos seguintes empregados: Diogo Lima, Gesimar Pereira dos Santos, Olavo Cesar Bandeira, Maria Helena Ribeiro, Túlio do Carmo Junot, Genésio Vieira de Barros, Luiz Norberto Silva Ratto, Waldir Beraldo da Silva, Clarinda Lopes da Silva, Bráulio André Avelino, Maria Margarida de Armondis, Regina de Castro Barbo e Lilázia Pereira Vieira. Item continua pendente.</p> <p>de em 22/12/2010 como Pendente conta 1.2.2.4.9.01.00 - Gesimar Pereira dos Santos(ex-empregado aposentado por invalidez), processo 0109/2009 - a Sr^a Dalva esposa do ex-empregado solicitou o parcelamento do débito com isenção dos juros e correção</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>monetária. Estamos aguardando devolução do processo da SUREH/GESAS para encaminhamento a Diretoria para deliberação. - Neuza Pereira Caldas de Oliveira - baixa contábil - 2010nl009915. - José Edilson Leão - baixado após reanálise pela SUREH/GESAS – 2010nl008088. de em 23/12/2010 como Pendente Conforme a resposta obtida no dia 22.12.2010, o ex-empregado Gesimar Pereira dos Santos, consideramos BAIXADOS, manter o acompanhamento. Ainda continuam pendentes os débitos dos seguintes empregados: Diogo Lima, Olavo Cesar Bandeira, Maria Helena Ribeiro, Túlio do Carmo Junot, Genésio Viera de Barros, Luiz Norberto da Silva Ratto, Clarinda Lopes da Silva, Waldir Beraldo da Silva, Bráulio André Avelino, Maria Margarida de Armonds, Regina de Castro Barbo e Lilázia Pereira Vierira de veralice.oliveira em 29/12/2010 como Pendente - Bráulio André Avelino - solucionado - 2010nl010864. - Maria Margarida de Armonds - solucionado - 2010nl011873. - Regina de Castro Barbo - solucionado – 2010nl010863. de joao.filho em 07/01/2011 como Pendente Ainda continuam pendentes os débitos dos seguintes empregados: Diogo Lima, Olavo Cesar Bandeira, Maria Helena Ribeiro, Túlio do Carmo Junot, Genésio Viera de Barros, Luiz Norberto da Silva Ratto, Clarinda Lopes da Silva, Waldir Beraldo da Silva e Lilázia Pereira Vierira</p>
	<p>649 - Em 31/12/2009, as contas apresentavam os saldos contábeis de R\$10.257,36 e R\$1.370.012,32, respectivamente, registrados na UG 135100 - Matriz. Com relação aos valores de R\$10.257,36 (13.º Salário) e R\$9.493,17 (Férias), referentes aos adiantamentos concedidos ao ex-empregado (falecido), matrícula n.º 006414, de acordo com a CT. Sureh n.º 712, de 24/11/2008, está aguardando a apresentação, pelos familiares, do Alvará Judicial e/ou da Certidão Pis/Pasep/FGTS expedida pelo INSS (Lei n.º 6.858, de 24/11/1980, regulamentada pelo Decreto n.º 85.845, de 26/3/1981), para realizar</p>	<p>649.1 - Constatamos que em fev/2010, por meio da 2010NL837, que o saldo de R\$10.257,36 foi transferido para o Longo Prazo conta (1.2.2.4.9.01.00) e observamos que falta transferir o valor de R\$9.493,17. Recomendamos à área contábil a proceder a regularização.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de adineide.rodrigues em 11/08/2010 como Pendente Item 649.1 - O valor de R\$9.493,17, foi transferido para o Longo Prazo por meio da 2010NL006471. de zilda.silva em 27/08/2010 como Solucionado Solucionado.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>os acertos devidos. De acordo com a CT. Sureh n.º 254, de 15/6/2009, verificamos a mesma situação, referente ao adiantamento de férias (R\$2.115,89) concedido ao empregado matrícula n.º 23246 (2009NL12376, de 5/1/2010; R\$2.115,92). Na composição do saldo de adiantamento de férias observamos no quadro a seguir, que os saldos estão compatíveis com o controle extra-contábil, a exceção de algumas situações que apresentam diferenças. Permanecendo, entretanto, algumas pendências de pequena monta, explicitadas adiante: O Relatório de Saldo de Férias apresentava inicialmente na UG 135378 um saldo final de R\$319.046,84. Posteriormente algumas folhas foram substituídas, alterando o saldo final para R\$315.659,33. Por outro lado, o saldo contábil era de R\$312.597,49, evidenciando assim, uma diferença de (-) R\$3.061,84. Consoante dados financeiros apresentados pelo sistema RH, a diferença apontada é decorrente, em parte, de problemas apresentados no que se refere a cálculos da margem consignável dentro do sistema Siape e também dos empregados que estão fora da folha de pagamento, e ainda pelo recebimento de adiantamento de férias pelo Órgão cessionário. O Relatório de Saldo de Férias Regional 04 - Matriz, apresentava o saldo de R\$1.044.772,18 que foi alterado para R\$1.045.804,52, acarretando uma diferença de R\$1.032,34, assim composta: UG 135514, matrícula 033071 no valor (R\$208,01); UG 135355, matrícula 106670 no valor (R\$1.464,47); e UG 135355, matrícula 106670 no valor de R\$2.704,82. Na UG 135374 (empregado matrícula n.º 61423) - observamos no relatório/Fopag que foi descontado a menor no valor de R\$107,06, na parcela relativa a out/2009. Na UG 135390 (empregado matrícula n.º 21006) - de acordo com o Relatório/Fopag,</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>com base nos valores lançados até fev/2010, observamos que faltou o desconto de 5 parcelas de R\$476,24 referentes ao adiantamento concedido em nov/2008 e o desconto de R\$69,61 relativo ao adiantamento de set/2009. Na UG 135496 (empregado matrícula n.º 19990) - de acordo com o saldo de dez/09 (R\$2.044,52), observamos que faltou o desconto de R\$231,02 relativo ao complemento da parcela referente a ago/2009. Na UG 135590 (empregado matrícula n.º 55695) - de acordo com o Relatório/Fopag com base nos valores lançados até fev/2010, constatamos falta do desconto de duas parcelas de R\$148,70 referente a mai/2009; uma parcela de R\$298,48 e o desconto de R\$153,07 referente ao adiantamento de nov/2009. Na UG 135575 (empregado matrícula n.º 12910) - de acordo com o Relatório/Fopag com base nos valores lançados até fev/2010, observamos que falta o desconto de uma parcela de R\$439,88 referente ao adiantamento de ago/2009. Na UG 135378, observamos que o empregado matrícula n.º 013038 tinha, no Relatório/Fopag um saldo em dez/2009 R\$8.401,53 e, passou para R\$9.531,06 em 04/01/2010, referente a valores de férias a ressarcir. Contudo constatamos que não foram descontados adiantamentos de férias sendo: duas parcelas de R\$707,98 de fev/09 e duas parcelas de R\$898,65 de ago/09. Na UG 135359, observamos que para o empregado matrícula n.º 106861, houve ausência de desconto de adiantamento de férias, pois do adiantamento concedido em abril de 2009, foi descontado apenas uma parcela de R\$799,42. Na UG 135378, observamos que o empregado matrícula n.º 107584, tinha no Relatório/Fopag um saldo em dez/09 de R\$541,46 e, passou para R\$643,79 em 04/01/2010 referente a valores de férias a ressarcir. Contudo, constatamos que não foram descontados</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>adiantamentos de férias de três parcelas de R\$108,29. Verificamos que com relação aos empregados cedidos, até o mês de fevereiro/2010, em alguns casos ocorreu pagamento de Adiantamento de 13º Salário e Férias, em duplicidade, em face do comando na folha de pagamento ter sido efetuado pela Conab, órgão de origem dos empregados, utilizando-se o sequencial 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e simultaneamente outro comando oriundo do órgão cessionário, no sequencial 9. Sendo assim, a CONAB só é capaz de detectar a ocorrência, após o fechamento da Folha de Pagamento, razão pela qual a devolução total do segundo lançamento, só é efetuada no mês subsequente.</p>		
		<p>649.2 - No Relatório de Saldo de Férias - Sureh/Gefop referente a dez/2009 e consoante o quadro anterior, observamos que alguns ajustes foram feitos, porém faltam outros relativos ao encerramento do exercício de 2009. Recomendamos à Sucon que em conjunto com a Sureh/Gefop avaliem e providenciem os ajustes necessários para as pendências apresentadas.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de em 11/08/2010 como Pendente Item 649.2 - Conta 1.1.2.4.2.02.00 - Adiantamento de Férias. 1 - O total de R\$312.597,49, é o saldo do relatório 03 - Cedidos, que foi substituído após a Sucon detectar ainda no exercício de 2009, inconsistência no saldo de 02 empregados, solicitando de imediato à Sureh/Gefop, as correções no intuito de evitar apontamentos por parte das auditorias interna e externa. 2 - O saldo correto do relatório 04 - Matriz, é de R\$1.046.012,53. A alteração se deu em virtude da Sucon detectar ainda no exercício de 2009, inconsistência no saldo do empregado matr. 106670, UG 135355. Foi solicitada de imediato à Sureh/Gefop, a correção, no intuito de evitar apontamentos por parte das auditorias interna e externa e pendência para o exercício seguinte. 3- UG 135374 - Empregado matr. 61423. Inconsistência detectada pela Sucon em dezembro/2009, sendo regularizada na fopag mês de maio/2010. 4 - UG 135390 - Empregado matr. 21006. Em dezembro/2009, o saldo era de R\$8.397,79, assim composto: 04 parcelas do</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>valor adiantado em nov/2008, totalizando R\$1.904,96 (Pendência detectada pela Sucon e regularizada em janeiro/2010), mais 06 parcelas do valor adiantado em set/2009, totalizando R\$2.996,70, quitado em junho/2010, mais o valor adiantado em nov/2009, no total de R\$3.496,15, ainda em andamento. Última parcela será descontada em agosto/2010. 5 - UG 135496 - Empregado matr. 19990. O valor de R\$231,02, foi regularizado no mês de março/2010. 6 - UG 135590 - Empregado matr. 55695. Em dezembro/2009, o saldo era de R\$1.345,91, assim composto: 02 parcelas de 148,70, do valor adiantado em maio/2009, no total de R\$1.040,98, mais o valor adiantado em nov/2009, no total de R\$1.048,43, mais R\$0,08(resíduo). O saldo foi quitado no mês de julho/2010 e não foi detectada nenhuma inconsistência. 7 - UG 135575 - Empregado matr. 12910. O saldo de R\$1.099,79, em dezembro/2009, refere-se a 5 parcelas do valor adiantado no mês de agosto/2009 e quitado em abril/2010. Não há inconsistência, pois o valor de R\$439,88 é a soma de R\$219,94, do valor adiantado no mês de abril/2009, mais R\$219,94, do valor adiantado no mês de agosto/09. Saldo zerado em abril/2010. 8 - UG 135378 - O empregado matr. 013038, tinha em 31/12/2009, o saldo de R\$9.531,10, composto da seguinte forma: 04 parcelas de R\$898,65, totalizando R\$3.594,60, referente ao saldo do valor adiantado em agosto/2009, mais o valor de R\$6.313,12, adiantado no mês de novembro/2009. Foi descontado indevidamente no mês de setembro/09, o valor de R\$376,51 e regularizado no mês de abril/2010. A Sucon constatou já no exercício de 2010, que houveram descontos incorretos do empregado e já solicitou as correções, que foram processadas nos meses de junho e julho e a última será descontada no mês de agosto/2010. Foi descontado indevidamente do empregado, no mês de setembro/09, o valor de R\$376,51 e regularizado no mês de abril/2010. A Sucon constatou já no exercício de 2010, descontos incorretos do empregado, com correções processadas nos meses de junho e julho e a última parcela será descontada no mês de agosto/2010. 9 - UG 135359 - Empregado matr. 106861. O saldo existente em 31/12/2009, de 2.428,22, foi dividido em duas parcelas,</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>uma já descontada no mês de julho e a outra será descontada na Fopag mês de agosto/2010. 10 - UG 135378 - Empregada matr. 107584. Na ocasião da conciliação da conta a Sucon identificou a pendência, interagiu com a Gefop e as três parcelas de R\$108,29, foram descontadas nos meses de março, abril e maio/2010. A Sucon no mês de dezembro/2009, interagiu com a Gefop/Sureh, no sentido de que providências fossem adotadas para solucionar as pendências ainda existentes, no final do exercício, o que ocorreu no exercício de 2010. Mensalmente, as contas de Adiantamentos de Férias e 13º Salário são conciliadas e as inconsistências repassadas à Gefop/Sureg, que adota medidas saneadoras. Quanto à sugestão para melhoria e/ou unificação dos Relatórios de Acompanhamento de Adiantamentos de 13º Salário e Férias, não estão indicadas quais melhorias devem ser implementadas e quais relatórios devem ser unificados. Assim sendo, a Sucon não possui elementos para interagir com as áreas competentes. Contudo, os relatórios da forma que estão hoje, atendem as necessidades da Sucon. Nos colocamos à disposição, para se necessário, tratar sobre o assunto de zilda.silva em 15/09/2010 como Solucionado</p>
	<p>650 - A conta, em 31/12/2009, apresentava saldo de R\$ 3.135.135,94, registrado na UG 135100 %3 Matriz, e nominalmente distribuídos por CNPJ / CPF, entre 35 correntistas. Os depósitos/pagamentos foram realizados mediante solicitações da Proge e Prores à área financeira, por meio de PRF-Pedido de Recursos Financeiros. Na composição de saldo de todas as Suregs, e inclusive a Matriz, o volume de recursos pendentes em 31/12/2009, era de R\$16.927.063,95. Na análise documental das conformidades contábeis, tanto na Matriz como nas Suregs visitadas, constatamos inconsistências visto não haver outros comprovantes além dos PRF's encaminhados pela área jurídica. Não há retorno do comprovante/documento da área jurídica</p>	<p>650.1 - Recomendamos à Sucon encaminhar expediente à Proge solicitando a comprovação desses Ativos para que, uma vez identificados, sejam corrigidos de acordo com as prerrogativas da Lei n.º 11.638/2007 e a Lei n.º 6.404/76.</p>	<p>de silvia.okida em 23/07/2010 como Pendente Conforme recomendação tomaremos as devidas providências. de silvia.okida em 26/07/2010 como Pendente Desconsiderar a resposta anterior e considerar: conforme a solicitação foi encaminhada expediente a Proge através da CI n° 348 de 19/04/2010. de silvia.okida em 29/07/2010 como Pendente Reiteramos a CI n° 348 de 19/04/2010 através da CI n° 675 de 29/07/2010. de em 05/08/2010 como Solucionado Conforme as respostas da Sucon, atendeu a recomendação - SOLUCIONADO. Averiguar o atendimento da PROGE na próxima auditoria programada.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>(Prore, Proge e Terceirizados) para as áreas contábil/financeira, o que inviabiliza classificar a natureza da despesa para o emprego dessas verbas. Apenas com os PRF's, as áreas da Sucon, Sufin e Gerências nas Suregs ficam vulneráveis à classificação contábil. Esses valores, registrados no Ativo, anotados em folhas de conciliação não receberam correções em decorrência dos efeitos da Lei n.º 11.638, de 28/12/2007, "Critérios de Avaliação do Ativo", que altera e revoga o inciso VIII do art.183, dispositivos da Lei n.º 6.404/76, que passa a ter a seguinte redação: "Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, os demais ajustados quando houver efeito relevante." É prerrogativa de advogados e/ou detentores de procuração a retirada de documentos existentes nos processos judiciais mediante cópias autenticadas, que deveriam ser remetidas à Sucon e Sufin, para providências pertinentes. Ao longo dos últimos anos a Audin vem se posicionando, insistentemente, na busca por comprovação documental para oferecer suporte às conformidades contábeis e aos registros e/ou baixas contábeis dos "Depósitos Judiciais". No entanto, não vem obtendo sucesso no atendimento por parte da Proge e Prores nas Suregs. Sob o ponto de vista legal as áreas envolvidas não podem negligenciar a obrigação de efetivamente corrigir os valores. (Lei n.º 11.638/2007).</p>		
	<p>651 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$ 6.161.794,20, registrado na UG 135100 - Matriz. Demonstramos no quadro as quatro situações com destaques, a saber:</p>	<p>651.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sucon analisar a situação dos reclamantes mencionados e regularizar a conta.</p>	<p>de silvia.okida em 23/07/2010 como Pendente A divergência apresentada entre o relatório da CEF com os valores no Siafi, foi solicitado a Proge através da CI nº 1357 de 16/12/2009; Foram registrados no mês março/2010 referente às correções fornecidas pela CEF. de paulo.hayakawa em 05/08/2010 como Solucionado</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Conforme a resposta da Sucon, o item SOLUCIONADO. Na próxima AUDITORIA PROGRAMADA, averiguar o atendimento da Proge.</p>
	<p>652 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$ 2.281.852,53, registrado na UG 135348 - Núcleo Estoque Regulador - PGPM - Sede. Os recursos foram apreendidos para garantir o pagamento da execução de sentença para as empresas Cuiabasa Armazéns Gerais, Tozo Agropecuária Ltda. e outros com os respectivos valores de R\$ 2.276.147,36 e R\$ 5.705,17. O assunto foi mencionado no relatório de balanço de 2004. Conforme o Relatório de Dívidas de Agentes da Gerência de Cadastro e Cobrança - Gecob, a empresa Cuiabasa Armazéns Gerais possui débitos com a Companhia no montante de R\$ 9.457.011,89. Com relação a empresa Tozo Agropecuária Ltda., o saldo mantém-se inalterado, conforme reclassificação 2003NL002230, transferido da conta 1.1.2.5.1.05.00 (Curto Prazo) para a conta 1.2.1.2.7.00.00 (Longo Prazo).</p>	<p>652.1 - Diante do exposto, recomendamos à Sufin e à Proge, analisar os processos e encaminhar os documentos hábeis à Sucon para a baixa contábil.</p>	<p>de germana.martins em 27/04/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que em 19/03/10, enviamos a SUREG/MT, o FAX/SUFIN/GEFOG n°. 498, solicitando informações à PRORE/MT, quanto ao andamento da ação 2001.009916-9, referente a ARMAZENADORA CUIABASA ARMAZENS GERAIS LTDA, cujo valor de R\$ 2.276.147,36, foi bloqueado na conta tipo D n°. 195.148-3, objeto do Mandado de Citação, Penhora e Avaliação n°. 1571/01, registrado na conta contábil 121270000, UG 135348. Em resposta, recebemos email em 22/03/10, da Sra. Kateri Dealtina Felsky dos Anjos, Procuradora Regional SUREG/MT, informando que ação acima de execução diversa por título judicial, ainda não teve o seu trânsito em julgado, razão pela qual aquela procuradoria não solicitou a SUFIN a adoção de quaisquer providências com relação ao valor bloqueado.</p> <p>de germana.martins em 30/04/2010 como Pendente</p> <p>Em relação a empresa TOZZO AGROPECUARIA LTDA, cujo registro foi efetuado em 2003, no valor de R\$ 5.705,17, inicialmente na conta contábil 112510500, posteriormente na conta contábil 121270000, informamos que emitimos a CI/SUFIN/GEFOG n° 748, de 29/04/10, a PROGE, solicitando posicionamento a cerca do andamento da ação objeto do processo 2000.4736-7, em tramitação junto a 3ª vara da Justiça Federal. Estamos no aguardo da resposta para posterior posicionamento.</p> <p>de veralice.oliveira em 19/05/2010 como Pendente</p> <p>Informamos que o débito, hoje, da CUIABASA ARMAZENS GERAIS LTDA, registrado no Sistema de Cobrança, é de R\$ 9.657.667,78, cuja cobrança encontra-se na esfera judicial por meio das ações n°s 2001.36.00.005419-2 e 2007.36.00.009209-9.</p> <p>de paulo.hayakawa em 31/05/2010 como Baixado</p> <p>Conforme as informações da área, assuntos estão na esfera jurídica. Aguardar.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>653 - Em 31/12/2009, a conta apresentava o saldo de R\$ 264.670,96, registrado na UG 135100 - Matriz, e está composto por sete correntistas, que na época (março de 2006) foram reclassificados da conta 1.2.1.2.2.00.00 (depósitos judiciais) para 1.2.1.2.9.00.00 (outros depósitos), a qual tem a seguinte função: "registra os valores relativos a outros depósitos vinculados para os quais não existem contas específicas, que tenham recuperações em prazos superiores a um ano, das datas dos balanços". Os valores registrados na mencionada conta, não receberam correções em decorrência dos efeitos da Lei n.º 11.638, de 28/12/2007, "Critério de Avaliação do Ativo", que altera e revoga o inciso VIII do art. 183 da Lei n.º 6.404/76. No quadro a seguir, estão explicitados os correntistas e as respectivas origens dos depósitos.</p>	<p>653.1 - Recomendamos à Sucon encaminhar expediente à Proge solicitando a comprovação desses Ativos para que, uma vez identificados, sejam corrigidos de acordo com as prerrogativas da Lei n.º 11.638/2007 e a Lei n.º 6.404/76.</p>	<p>de silvia.okida em 23/07/2010 como Pendente Conforme recomendação tomaremos as providencias junto à Proge.</p> <p>de silvia.okida em 29/07/2010 como Pendente Conforme solicitação, encaminhamos a Proge através da CI nº 673 de 29/07/2010.</p> <p>de paulo.hayakawa em 05/08/2010 como Solucionado Conforme a resposta da Sucon , o item SOLUCIONADO. Averiguar na próxima Auditoria Programada.</p>
	<p>654 - Em 31/12/2009 a rubrica apresentava o saldo de R\$ 206.713,69, registrado na UG 135100 - Matriz, constituído por 47 contas correntes de empregados que possuem notas promissórias em poder da Conab, referentes aos cursos de pós-graduação realizados. Após analisarmos os débitos, verificamos que existem notas promissórias com datas de vencimento expiradas, conforme demonstrado no quadro a seguir.</p>	<p>654.1 - Recomendamos à Sucon analisar as notas promissórias listadas, e efetuar a referida baixa, se for o caso, naquelas que se encontrarem liquidadas.</p>	<p>de adineide.rodrigues em 31/07/2010 como Pendente Item 654.1 conta 19912.02.00 - Com Exceção dos itens 04 e 08, os demais foram baixados por meio das 2010NL003259, 4305, 5307, 5308, 6205 e 6688. Sobre as pendências citadas nos itens 04 e 08, a Sumoc/Gecap enviou correspondência aos empregados, solicitando a documentação de conclusão dos cursos.</p> <p>de joao.filho em 03/08/2010 como Pendente Consoante resposta da Sucon, os Itens 4 e 8 continuam pendentes.</p> <p>de adineide.rodrigues em 17/09/2010 como Pendente Solicitamos novo posicionamento à SUMOC/GECAP, pois a Sucon só poderá efetuar a baixa contábil após receber os processos daquela Superintendência.</p> <p>de joao.filho em 19/11/2010 como Pendente Consoante resposta da Sucon, vamos aguardar o posicionamento da Sumoc/Gecap. pendente</p> <p>de em 11/01/2011 como Pendente Conforme resposta da Sumoc/Gecap por meio da CI/Gecap</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>004, de 04/01/2011, o processo 0747/2005, relativo ao curso do empregado Sergio Oliveira de Amorim, foi encaminhado à Sufin/Gecob, para cobrança do valor de R\$5.544,00, referente ao investimento efetuado pela CONAB. O processo 0101/2007, relativo ao curso da empregada Gabriela Pessoa Monteiro, ela apresentou declaração do Instituto Brasileiro de Direito Público - IDP, informando que o prazo para apresentação da monografia foi prorrogado até 31/01/2011. Na oportunidade, solicitamos que nas auditorias futuras pendências dessa natureza, sejam direcionadas à Sumoc, pois todo o acompanhamento dos processos de cursos de pós graduação é feito por aquela superintendência, que somente após a conclusão de todas as etapas acordadas entre a Conab e o participante, envia o processo à Sucon para baixa contábil. No caso das pendências citadas, entendemos que elas são de natureza administrativa e não contábil.</p> <p>de joao.filho em 24/01/2011 como Pendente</p> <p>Nos próximos meses (fevereiro/março) vai começar a Auditoria de Balanço na Matriz, e os itens que continuam pendentes serão tratados no respectivo relatório.</p>
		<p>654.2 - Demonstramos no item 9, que o registro do débito no valor de R\$ 2.688,00 para o CPF 999.140.939-49, apresenta equívoco no histórico da respectiva Nota de Lançamento (2009NL011856), pois está com o nome e CPF de outro empregado, razão pela qual recomendamos proceder a devida regularização.</p>	<p>de adineide.rodrigues em 31/07/2010 como Pendente</p> <p>Item 654.2 conta 19912.02.00. Foi efetuada adequação do CPF da empregada por meio da 2010NL006696 UG 135100.</p> <p>de joao.filho em 03/08/2010 como Solucionado</p> <p>Item solucionado.</p>
	<p>655 - Em 31/12/2009 a rubrica apresentava o saldo contábil de R\$ 1.410,41, registrado na UG 135100 - Matriz. O débito refere-se ao salário de Julho/2009 do empregado de matrícula n.º 108058 lotado na Sureg/BA, em face do cadastramento incorreto da agência para crédito, consoante CI/SUREH/GEPES n.º 0866/2009 e demonstrado no quadro a seguir.</p>	<p>655.1 - Recomendamos à Sucon informar as providências adotadas, com vista ao ressarcimento e baixa do débito mencionado.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente</p> <p>Solicitamos a manifestação dessa acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de adineide.rodrigues em 02/08/2010 como Pendente</p> <p>Item 655 conta 1.9.9.1.3.01.00. O registro nessa conta foi efetuado com base na CI/Sureh/Gepes 0866/2009 e refere-se ao salário de um empregado, creditado indevidamente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>na conta de um correntista do Banco do Brasil, ficando o empregado sem salário à época. A Sufin contactou o Banco do Brasil no intuito de reaver o valor e o mesmo não se dispôs a resolver o assunto, razão pela qual a Sufin despachou a CI à SUREH/GEPES para as providências necessárias. A Sucon até a presente data não possui autorização para efetuar a baixa do débito. Assim sendo, sugerimos que na próxima Auditoria, a Audin solicite à Sureh/Gepes, posicionamento sobre o assunto.</p> <p>de joao.filho em 03/08/2010 como Pendente</p> <p>O item continuará pendente, aguardando resposta da correspondência encaminhada à SUREH/GEPES.</p> <p>de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p> <p>de em 13/01/2011 como Pendente</p> <p>O assunto está sendo tratado por meio do processo nº 2553/2010, com carga para a SUREH desde 03/01/2011.</p>
	<p>656 - Em 31/12/2009 a rubrica apresentava o saldo contábil de R\$ 10.620,20, registrado na UG 135100 - Matriz. O saldo é composto por três registros, sendo que um deles é remanescente de março/2006, conforme visualizado no quadro a seguir.</p>	<p>656.1 - Recomendamos à Sucon informar as providências adotadas, com vista à apuração de responsabilidade e ressarcimento, e se for o caso as respectivas baixas.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente</p> <p>Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de jose.silveira em 04/08/2010 como Pendente</p> <p>O valor de R\$ 3.520,88, estão sendo tratados nos processos administrativos nº 2427 e 2428/2009, abertos a pedido da SUCON para apuração de responsabilidades. Atualmente os citados processos encontram-se na SUCON/GEFIT, para emissão de Parecer Sucinto sobre o caso O valor de R\$1.141.98, está sendo tratado no processo administrativo nº 2423/2009, aberto a pedido da SUCON para apuração de responsabilidade. O citado processo encontra-se na SUCON/GEFIT, para emissão de Parecer Técnico sobre as causas do pagamento dos juros e multas. Quanto ao valor de R\$5.815,07, por meio do processo administrativo nº 1202/2009 ocorre à apuração de responsabilidades. Atualmente, após emissão do Relatório Parcial e manifestação da COGER, os autos encontram-se com a Comissão Apuradora para providências. O Valor de</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>R\$142.27. foi tratado no Processo Administrativo nº 0599/2009 e baixado abril de 2010, por meio da 2010NL003204, Conforme despacho DIFIN a fl. 40 daquele Processo.</p> <p>de joao.filho em 04/08/2010 como Pendente</p> <p>Consoante resposta, foram abertos quatro processos administrativos para apuração de responsabilidade, sendo que um deles no valor de R\$ 142,27 foi baixado. Vamos aguardar o parecer sobre os processos.</p> <p>de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a recomendação tratada neste item.</p>
	<p>657 - Em 31/12/2009 a conta apresentava o saldo de R\$ 1.022,30, registrado na UG 135100 - Matriz, conta corrente n.º 00000000000191 do Banco do Brasil S.A. Trata-se de crédito relativo à aquisição de vales transportes referentes a parte do valor apropriado nos meses de ago/2009 e jan/2010, das empresas Anapolina e Grupo Amaral, para os empregados da Matriz e cedidos, conforme as 2009NS17583/846 e 2009NL9873, de 27/7, 30/7 e 24/11/2009.</p>	<p>657.1 - Recomendamos à Sufin, regularizar o saldo de R\$ 5,80 relativo a baixa efetuada a menor em ago/2009.</p>	<p>de em 03/05/2010 como Pendente</p> <p>O valor de R\$ 5,80 foi regularizado por meio da 2010NL003364 e 2010RA 002467.</p> <p>de zilda.silva em 03/05/2010 como Solucionado Solucionado.</p> <p>de telma.andrade em 03/05/2010 como Pendente</p> <p>O valor de R\$ 5,80 foi regularizado por meio da 2010NL003364 e 2010RA002467.</p>
	<p>658 - Em 31/12/2009 as contas apresentavam os saldos respectivos de R\$ 1.149.445,96 e R\$ 6.126,57 registrados na UG 135100 %3 Matriz. Observamos as pendências demonstradas no quadro a seguir: Verificamos ainda o valor de R\$ 1.676,37, em jan/2010, referente a prestação de serviços na manutenção do Sistema Unispat, nos meses de maio e jul/2009, NFs n.ºs 3262/85/3360/63 de 2009, a favor da Unisis %3 Adm. Patrimonial e Informática, conforme a 2010NS102.</p>	<p>658.1 - Recomendamos à Sucon adotar as providências pertinentes à regularização das pendências.</p>	<p>de silvia.okida em 23/07/2010 como Pendente</p> <p>Conta 212110200 foram regularizadas através das:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Cooperativa Agropecuária Matorique - 2010nl006463 -Ferreira Costa eCia Ltda- 2010nl006461 -Art Designers Moveis- 2010OB801541 -Empresa Brasileira de Correios - 2010NL006466 -Instituto do Coração de Taguatinga - Será efetuado o pagamento ao fornecedor <p>de zilda.silva em 23/07/2010 como Pendente</p> <p>Pendente - Instituto do Coração de Taguatinga Solucionado - demais fornecedores</p> <p>de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>Dado o tempo decorrido, solicitamos manifestação quanto a pendência referente ao Instituto do Coração de Taguatinga.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>de goiazires.borges em 24/09/2010 como Pendente Conta 212110200 c/c 72602071/0001-75 Instituto do Coração de Taguatinga S/S foi pago por meio da 2010OB804686, em 27/07/2010.</p> <p>de zilda.silva em 16/11/2010 como Solucionado Solucionado.</p>
	<p>659 - Em 31/12/2009 as rubricas totalizavam o saldo contábil de R\$ 1.993,11, registrado na UG 135100 - Matriz. Esse montante refere-se a pagamento de multas e juros. Não localizamos a respectiva apuração de responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:</p>	<p>659.1 - Recomendamos à Sucon, informar quais as providências adotadas, para apuração de responsabilidade e o ressarcimento dos referidos valores aos cofres da Companhia.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de jose.silveira em 12/08/2010 como Pendente Os valores de R\$ 908,15 e R\$ 942,69, foram inscritos em apuração de responsabilidade, por meio da 2010NL7300, 2010NL7301 E 2010NL7302. Os acréscimos legais de R\$ R\$ 532,54 e R\$ 506,04, totalizando R\$ 1.038,58, são tratados no PROCESSO N° 1970/2010. Os acréscimos legais de R\$ 331,70 e R\$ 427,87, totalizando R\$ 759,57, a documentação encontra-se na GEFIT, para emissão de Parecer Sucinto, sobre as causas do recolhimento extemporâneo. Os acréscimos legais de R\$ 43,91 e R\$ 8,78, totalizando R\$ 52,69, a documentação também encontra-se na GEFIT, para emissão de Parecer Sucinto, sobre as causas do recolhimento extemporâneo. A multa e Juros, no total de R\$ 142,27 foram inscritos em apuração de responsabilidade, por meio da 2009NL012491, de 31/12/2009 e baixada pela 2010NL003204, de 27/04/2010 - Processo nº 0599/2009.</p> <p>de jose.silveira em 12/08/2010 como Pendente O registro "em apuração de responsabilidade" deveria ocorrer na ocasião da apropriação da despesa. Esclarecemos também que o empenho, à apropriação, pagamento e liquidação da despesa, são etapas da alçada da SUFIN. Portanto, as recomendações quanto a falta de inscrição em apuração de responsabilidade, terão maior eficácia, se dirigidas à Superintendência de Finanças - SUFIN.</p> <p>de em 15/09/2010 como Solucionado</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Houve a transferência para apuração de responsabilidade por meio das 2010NL7300, NL7301 E NL7302. O ultimo item foi baixado pela 2010NL003204, conforme demonstrado na resposta oferecida por jose.silveira em 12.8.2010</p>
	<p>660 - Constatamos que em dezembro de 2009 foi efetivada a baixa de créditos de ICMS no montante de R\$ 22.006.161,56. Segundo a Sucon, tais créditos são remanescentes das operações com estoques públicos realizadas em 2003 e 2004, que não foram compensados em razão de saídas isentas ou com base de cálculo reduzida. Logo, esses créditos estariam prescritos em face do disposto do art. 4º do Código Tributário Nacional. O assunto foi submetido à Audin que se manifestou por meio da Nota Técnica n.º 21/2010. No mencionado documento, a Audin concordou com o provisionamento do crédito, porém, com relação à baixa contábil, sugeriu que o assunto fosse submetido à Proge, conforme se reproduz: "... Todavia, diante de matéria tão controversa e levando-se em consideração o teor jurídico do assunto em apreço, entende-se que seria prudente submetê-lo à Proge, antes de qualquer decisão acerca da baixa dos créditos tributários, objeto do presente estudo."</p>	<p>660.1 - Portanto, visto que a baixa contábil foi efetuada em dezembro de 2009 e o valor foi integralmente equalizado pelo Tesouro Nacional, recomendamos à Sucon que informe se houve manifestação da Proge sobre a prescrição dos créditos de ICMS, informando qual foi a base legal que sustentou tal procedimento.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Reiteramos solicitação quanto a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente A baixa foi realizada após levantamento efetuado pela SUCON, em atendimento à Recomendação da BDO TREVISAN. Conforme Resolução Conab n° 06/2008, inciso XV, os procedimentos inerente a baixa contábil, prescindem de manifestação jurídica (p/ Gerente da GEFIT). de maria.lopes em 14/01/2011 como Pendente Por meio da Nota Técnica n.º 21/2010, a Audin se manifestou, por solicitação da Sucon, favorável ao provisionamento dos créditos de ICMS, supostamente prescritos. Contudo, visto que o instrumento da prescrição é matéria controversa., a Audin sugeriu que o assunto fosse submetido à Proge antes de proceder a baixa contábil. Assim sendo, a recomendação exarada neste relatório foi no sentido de informar se houve manifestação da Proge sobre a prescrição de créditos de TCMS, de modo a subsidiar a baixa contábil. Pelo exposto, o item permanece pendente.</p>
	<p>661 - A conta registra os valores apurados a título de Equalização de Preços - com cobertura pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos prejuízos apurados nas operações de venda, custos e perdas de mercadorias pertencentes aos</p>	<p>661.1 - Feitas essas considerações e dada a complexidade do assunto, recomendamos à Sucon que no exercício de 2010, sejam adotadas as seguintes providências: a) Implementação imediata do cálculo da</p>	<p>de mara.costa em 21/07/2010 como Pendente Recomendação n° 661.1 a) Reiteramos à SUTIN, nesta data, o pedido para criação do Relatório de Equalização. Este assunto foi objeto da Correspondência Interna - CI, e-mail e reuniões entre esta Superintendência e a SUTIN. b)</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>estoques públicos - conforme prevê a Portaria Interministerial n.º 38/2004. No exercício de 2009, a Sucon promoveu alterações na metodologia de cálculo da equalização com o objetivo de equilibrar o resultado apurado nas operações governamentais, de modo a não afetar o resultado da Companhia, conforme determinou o Ministério da Fazenda por ocasião da aprovação da proposta de destinação do lucro do exercício de 2007. Em face de dúvidas suscitadas pela Audin, por meio da CI/Audin n.º 510, de 23/09/2009, a respeito da equalização de julho de 2009, a Sucon informou que as rubricas "Créditos Tributários" e "Diferencial de Transferência" passaram a compor o cálculo da equalização. Após análise e considerando a natureza das citadas contas, a Audin concordou com a sua inclusão no cálculo da equalização. Contudo, nos acompanhamentos feitos pela Audin nos meses posteriores e mesmo com a inclusão das novas rubricas, constatou-se diferenças entre os valores de equalização apurados pela Audin e aqueles apurados e contabilizados pela Sucon. Com o objetivo de elucidar a questão, foi emitida a Solicitação de Auditoria n.º 05, de 10/03/2010. Em resposta, a Sucon remeteu as planilhas com as memórias de cálculo das equalizações dos meses de julho, setembro e outubro/2009. Ao analisar as mencionadas planilhas, constatamos que o resultado apurado nas Unidades Gestoras que integram as operações governamentais (receitas deduzidas das despesas, inclusive aquelas extra-orçamentárias que não integraram o custo do produto) passou a compor a equalização. Isso significa dizer que, se foi auferido prejuízo, este foi equalizado, na hipótese de lucro, este seria provisionado para abater futuras equalizações. No entanto, essa última situação não teria ocorrido, segundo informações da</p>	<p>equalização no sistema x-FAC, de modo que este possa calcular o custo efetivo do produto por CDA (armazém), produto e safra, apurando a equalização por produto e emitindo relatórios detalhados; b) Submeta à avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional a nova metodologia de cálculo da equalização, procedendo-se às adequações necessárias na Portaria Interministerial n.º 38/2004.</p>	<p>Esta SUCON já submeteu o assunto à avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, formalizado por meio da Carta Sucon nº 511/2010, cuja cópia foi enviada a essa AUDIN. SUCON/GECOV.</p> <p>de maria.lopes em 03/08/2010 como Pendente</p> <p>Após análise observamos o que segue: a) O assunto permanecerá pendente até a implementação do cálculo da Equalização no sistema x-FAC, com a emissão dos mencionados relatórios. b) Solicitamos cientificar a AUDIN sobre o posicionamento da STN, do assunto tratado na Carta Sucon nº 511/2010.</p> <p>de maria.lopes em 03/08/2010 como Pendente</p> <p>Após análise observamos o que segue: a) O assunto permanecerá pendente até a implementação do cálculo da Equalização no sistema x-FAC, com a emissão dos mencionados relatórios. b) Solicitamos cientificar a AUDIN sobre o posicionamento da STN do assunto tratado na Carta Sucon nº 511/2010.</p> <p>de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>Reiteramos solicitação quanto a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Sucon, por meio da CI/Sucon n.º 139, de 12/02/2010. Após a análise do procedimento, entende-se que a sistemática adotada pela Sucon se baseou no conceito da equalização que se traduz na cobertura dos prejuízos das operações governamentais pelo Tesouro Nacional. Contudo, a Portaria Interministerial n.º 38/2004 prevê a incorporação de todas as despesas ao custo do produto, promovendo-se a equalização somente no momento das vendas ou perdas, caso haja prejuízo. A referida Portaria é omissa quanto ao tratamento que deve ser dado ao superávit. Ademais, o sistema x-FAC que controla o estoque das operações finalísticas da Companhia, que está em fase final de implantação em todas as Superintendências Regionais, ainda não contempla o cálculo da equalização.</p>		
	<p>662 - Procedemos à análise dos cálculos relativos à reserva legal e aos dividendos a distribuir incidentes sobre o lucro auferido pela Companhia no exercício de 2009. Dessa análise, apuramos os valores que eram semelhantes aos registrados inicialmente pela Sucon, por meio das Notas de Lançamento 2009NL012562 e 2009NL012565. Entretanto, constatamos que, posteriormente, a Sucon promoveu o estorno dos lançamentos iniciais por meio das Notas de Lançamento 2009NL012582 e 2009NL012583, e contabilizou novos valores, conforme explicitados no quadro 01 a seguir. Em vista da alteração dos cálculos iniciais, a Audin, solicitou esclarecimentos à Sucon, tendo sido informado, na oportunidade, que foi constatado que os valores apurados estavam superestimados, em decorrência da inconsistência da metodologia utilizada. Com efeito, foi utilizado o conceito de lucro econômico, ou seja, o lucro auferido sem o</p>	<p>662.1 - Recomendamos à Sucon proceder a revisão do cálculo da Reserva Legal, levando em conta as considerações feitas anteriormente, notadamente no que se refere à recomposição da base de cálculo sem o ajuste de R\$21.754.836,58, efetuando os lançamentos contábeis correspondentes.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Reiteramos solicitação quanto a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente A proposta de distribuição de lucros foi reformulada e vem sendo conduzida no processo nº 0827/2010, em poder da PRESI, para deliberação desde 29/04/2010 (p/ Gerente da GEFIT).</p> <p>de maria.lopes em 14/01/2011 como Pendente A recomendação exarada neste item diz respeito ao cálculo da reserva legal, em face da necessidade de recomposição da base de cálculo sem considerar o ajuste de R\$21.754.836,58, conforme posicionamento da Audin e da Secretaria do Tesouro Nacional. Esse assunto, portanto, não está sendo conduzido no Processo n.º 0827/2010, visto</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>correspondente ingresso de recursos financeiros. Ainda com relação a esse fato, a Sucon esclareceu que a metodologia aplicada para o novo cálculo encontrava amparo nas mudanças introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09 à Lei 6.404/76. Na oportunidade, disponibilizou a memória de cálculo com os detalhamentos dos cálculos do IRPJ, CSLL, Reservas Legal e Dividendos. Após análise das razões de justificativa apresentadas pela Sucon, como também da planilha de cálculo por esta disponibilizada, constatou-se que a metodologia aplicada para o cálculo da Reserva Legal e dos Dividendos a Distribuir, consistiu na exclusão de valores da ordem de R\$ 21.754.836,58 do Resultado Líquido do Exercício (após o IRPJ e CSLL), que representam os ajustes feitos no Livro de Apuração do Lucro Real %3 LALUR, ao longo de todo o exercício de 2009, para determinar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O resultado obtido foi denominado de "Lucro Líquido Ajustado", na forma demonstrada no quadro 02 a seguir. Na memória de cálculo anexa à CI/Sucon n.º 232, de 12/03/2010, encaminhada à Audin solicitando manifestação a respeito do cálculo dos dividendos, a Sucon observou que o ajuste feito ao Lucro Líquido após a CSLL e IRPJ, no valor de R\$ 21.754.836,58, teve como amparo os incisos I a III do art. 17 de Lei n.º 11.941/09. Sobre essa questão, observa-se que o art. 15 da Lei n.º 11.941/09 criou o Regime Tributário de Transição %3 RTT para que, ao calcular o lucro real para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, as empresas possam anular os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis estabelecidos pela Lei n.º 11.638/07 e arts. 37 e 38 da Lei n.º 11.941/09, até que seja editada nova lei tributária que discipline tais ajustes. Para tanto, as empresas poderiam fazer a opção</p>		<p>que este trata da proposta de distribuição de lucros. Pelo exposto, o item permanece pendente.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>pelo novo regime para o biênio 2008/2009 na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. A empresa que não fez a opção não poderá expurgar os efeitos dos novos métodos e critérios contábeis. O art. 17 da Lei n.º 11.941/09 e seus incisos assevera que, na ocorrência de disposições da lei tributária que conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes daqueles determinados pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações das Leis n.º(s) 11.638/07 e 11.941/09, e, ainda, pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, a pessoa jurídica sujeita ao RTT poderá proceder aos ajustes no lucro líquido apurado em conformidade com a Lei n.º 6.404/76, decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pelas Leis n.º(s) 11.638/07 e 11.941/09, além dos demais ajustes, no Livro de Apuração do Lucro Real, de adição e exclusão já previstos na legislação tributária. Pelo exposto, percebe-se que esses dispositivos da Lei n.º 11.941/09 dizem respeito, exclusivamente, ao cálculo do IRPJ e CSLL. Não se pode confundir ajustes para fins de cálculo dos impostos com ajustes previstos na lei societária (art 202 da Lei n.º 6.404/76). Ademais, o art. 202 da Lei n.º 6.404/76 que trata do cálculo dos dividendos não foi alterado pelas Leis n.º(s) 11.638/07 e 11.941/09. Logo, para o cálculo dos dividendos deve-se encontrar o lucro líquido ajustado somente pela reserva legal e pela reserva para contingência. Esse entendimento foi corroborado pela Receita Federal do Brasil em resposta à consulta formulada pela Conab, por meio do Ofício n.º 0660/2008 - RFB/DRF/BSB/Diort, de 14/11/2008. O Estatuto Social da Conab prevê em seu art. 28: "Do resultado do exercício, feita a dedução para atender aos acumulados e à provisão para o imposto sobre a renda, o</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Conselho de Administração fixará a seguinte destinação: I - cinco por cento para a constituição da reserva legal, até que alcance vinte por cento de capital social; II - vinte e cinco por cento, no mínimo, para pagamento de dividendos." Como se observa, o citado diploma legal estabelece, de forma clara, que a base de cálculo da reserva e dos dividendos deve ser obtida partindo-se do resultado do exercício, deduzido apenas dos prejuízos acumulados e do imposto de renda. Com o intuito de consolidar o entendimento sobre o assunto em tela, a Audin participou de reunião realizada no dia 03/03/2010 na Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Na oportunidade, a STN, por meio de seus representantes, referendou o posicionamento da Audin afirmando que os ajustes do LALUR não compõem a base de cálculo do dividendo obrigatório. O dispositivo da Lei n.º 6.404/76 que trata do assunto não foi alterado pelas novas leis e seu art. 177 estabelece que os registros meramente fiscais devem ser feitos apenas em livros auxiliares, sem afetar as demonstrações societárias. DOS EFEITOS DOS AJUSTES NO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS No exercício de 2009 a Sucon procedeu a diversos registros diretamente na conta de "Resultado de Exercícios Anteriores" que totalizaram R\$ 163.350.668,52. Tais registros referem-se à baixa de créditos a receber, registro de provisões para contingências, provisão de crédito tributário prescrito, regularização da equalização de dezembro de 2008, entre outros. O assunto também foi abordado na reunião realizada na STN em 03/03/2010, oportunidade em que o Gerente de Projetos daquela Unidade informou que, se o montante dos ajustes for superior ao resultado apurado no exercício de</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>2009, a Conab não terá dividendos a pagar. Dessa forma, a Conab poderá absorver todo o lucro apurado em 2009 com o ajuste do exercício anterior. Esse procedimento se justifica porque: a) a Companhia já pagou dividendo obrigatório em exercícios anteriores; b) o ajuste feito em 2009 indica que os lucros auferidos no passado estavam superestimados. Logo, como a Conab pagou dividendos a maior no passado, poderá compensar integralmente no exercício de 2009. Diante do exposto:</p>		
		<p>662.2 - Recomendamos à Sucon proceder a revisão dos cálculos dos Dividendos a Distribuir, recompondo a base de cálculo sem o ajuste de R\$ 21.754.836,58 e, ainda, considerando o ajuste de exercício anterior, observando a estrutura de que trata o quadro 03. Em seguida efetuar os estornos correspondentes.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Reiteramos solicitação quanto a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente Em razão dos registros efetuados na rubrica "Resultado de Exercícios Anteriores", no total de R\$ 163,3 milhões, conforme 2010NL000836, a própria STN entendeu que no momento não haveria dividendos a distribuir no exercício, em face dos recolhimentos anteriores já efetivados (p/ Gerente GEFIT). de maria.lopes em 14/01/2011 como Solucionado Consoante resposta oferecida pela Sucon, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>662.3 - Recomendamos à Sucon reformular a proposta de distribuição de lucros remanescentes, em conformidade com a estrutura proposta no quadro 03.</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente Solicitamos a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente Reiteramos solicitação quanto a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado. de jose.silveira em 20/12/2010 como Pendente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>A PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS DE 2008 FOI REFORMULADA, SENDO TRATADA NO PROCESSO 0557/2009 E TRAMITA EM APENSO A PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS DO EXERCÍCIO DE 2009, TRATADA NO PROCESSO 0827/2010, AMBOS EM PODER DA PRESI DESDE 29/04/2010, PARA DELIBERAÇÃO.</p> <p>de maria.lopes em 14/01/2011 como Pendente</p> <p>O item será mantido na condição de não solucionado, aguardando deliberação da Diretoria acerca da proposta da distribuição de lucros constante do Processo n.º 0827/2010.</p>
	<p>663 - No cálculo da CSLL e IRPJ do 4º trimestre de 2009, constatamos a exclusão, da base de cálculo do imposto, de receitas reconhecidas pelo regime de competência e ainda não realizadas no exercício, no montante de R\$23.228.351,23, com a seguinte composição: Sobre o procedimento em tela, em reuniões realizadas com a área responsável, foram oferecidas as seguintes justificativas: 1) O montante de R\$23.228.351,23 corresponde às receitas registradas pelo regime de competência e ainda não realizadas. A exclusão desse valor se justifica, visto que a empresa não poderia pagar impostos sobre um resultado puramente econômico. Que a Conab é uma entidade pública e como tal adota o regime misto, em conformidade com o estabelecido no art. 35 da Lei n.º 4.320/64, o qual dispõe que pertencem ao regime financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Além disso, o art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que as despesas e os compromissos são registrados pelo regime de competência e que o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa; 2) O procedimento encontra amparo nas</p>	<p>663.1 - Recomendamos à Sucon que formalize consulta à Receita Federal do Brasil acerca dos procedimentos adotados por aquela Unidade para o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido %3 CSLL e Imposto de Renda da Pessoa jurídica %3 IRPJ, de modo a resguardar a Companhia de possíveis autuações fiscais, encaminhando cópia para a Audin.</p> <p>de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente</p> <p>A proposta foi reformulada e conduzida no processo n.º 0827/2010, em poder da PRESI desde 29/04/2010, para deliberação (p Gerente da GEFIT).</p> <p>de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente</p> <p>FAVOR DESCONSIDERAR A RESPOSTA ANTERIOR (trata-se da resposta ao subitem 662.3)</p> <p>de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente</p> <p>O Respectivo item foi atendido em resposta a CI/AUDIN n.º 420 de 06/10/2010 (p/ Gerente da GEFIT).</p>	<p>de osvaldo.pateiro em 02/08/2010 como Pendente</p> <p>Solicitamos a manifestação dessa acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de sergio.amorim em 15/09/2010 como Pendente</p> <p>Reiteramos solicitação quanto a manifestação acerca do assunto tratado nesta recomendação, tendo em vista que o prazo para resposta já se encontra esgotado.</p> <p>de jose.silveira em 24/12/2010 como Pendente</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>mudanças introduzidas pelas Leis n.º(s) 11.638/07 e 11.941/09, sendo que esta última criou o Regime Tributário de Transição - RTT para expurgar da base de cálculo do imposto, os reflexos contábeis advindos da aplicação dos mencionados diplomas legais; 3) Com relação ao valor de R\$7.150.000,00 (que corresponde à receita gerada em razão do reconhecimento do direito a receber do Tesouro Nacional para ressarcimento das despesas realizadas pela Conab com a manutenção dos estoques públicos), este foi excluído temporariamente em face do estabelecido nos arts n.º(s) 407 a 409 do Decreto n.º 3.000/99, que autoriza o diferimento de receitas decorrentes de operações com entidades governamentais, até a sua realização. Após análise, apresentamos o nosso posicionamento sobre o assunto: 1) Sobre os reflexos da aplicação do princípio contábil da competência no cálculo do IRPJ e da CSLL. Sobre o assunto, o art. 274 do Decreto n.º 3.000/99 (RIR/99), aplicável ao presente caso concreto, por se referir a Lei das Sociedades Anônimas, estabelece que as receitas e despesas devem ser apropriadas pelo Regime de Competência, conforme pode-se vislumbrar do teor do aludido dispositivo legal, abaixo transcrito: "Art. 274. Ao fim de cada período de incidência do imposto, o contribuinte deverá apurar o lucro líquido mediante a elaboração, com observância das disposições da lei comercial, do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do período de apuração e da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 7º, § 4º, e Lei n.º 7.450, de 1985, art. 18. § 1.º O lucro líquido do período deverá ser apurado com observância das disposições da Lei 6.404, de 1976 (Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 67, inciso XI, Lei n.º 7.450, de 1985, art. 18, e Lei n.º 9.249, de 1995, art. 5º.</p>	<p>de maria.lopes em 14/01/2011 como Pendente</p> <p>Após análise da resposta oferecida pelo auditado na CI/Audin n.º 420 de 06.10.2010, consideramos que o item permanece não solucionado, visto que não foi formulada consulta à Receita Federal do Brasil.</p>	

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>(...) " Assim sendo, a pessoa jurídica, no caso, a Conab, deverá obter, a partir do lucro líquido apurado em conformidade com a legislação societária, a base de cálculo do IRPJ, procedendo-se aos ajustes, consoante o disposto nos arts. 246 a 250 do Decreto n.º 3.000/99 (RIR/99). Portanto, a exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL das receitas apropriadas pelo regime de competência não encontra amparo na legislação tributária. Cumpre ressaltar, ainda, que esse procedimento não foi aplicado nos trimestres anteriores, como também no exercício de 2008. Sobre a afirmativa de que a Conab adota o regime misto, releva observar que a Companhia, como empresa pública de direito privado, submete-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, consoante o disposto no inciso II, § 1º do art. 173 da Constituição Federal. Logo, a Conab deve obediência à Lei n.º 6.404/76 e alterações promovidas pelas Leis n.º(s) 11.638/07 e 11.941/09. Por outro lado, como empresa dependente que recebe recursos do Tesouro Nacional para custear a folha de pagamento e as operações com estoques públicos, integra o orçamento fiscal e de seguridade social. Dessa forma, está também sujeita aos ditames da Lei n.º 4.320/64. Entretanto, o sistema Siafi foi adequado de modo a permitir a harmonia entre as Leis n.º(s) 4.320/64 e a Lei 6.404/76. Assim, a Conab obedece ao princípio contábil da competência, conforme explicitado na Nota n.º 4, subitem k1 das Notas Explicativas de Balanço, cujo teor reproduzimos: "k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes". 2) Sobre as mudanças introduzidas pelas Leis</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>n.º(s) 11.638/07 e 11.941/09 e seus reflexos na composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A Lei n.º 11.638/07 e os arts. 37 e 38 da Lei n.º 11.941/09 modificaram alguns dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, de n.º 6.404/76, especialmente em suas disposições de natureza contábil. Assim, com o advento do art. 15 da Lei n.º 11.941/09 que criou o Regime Tributário de Transição - RTT, as empresas podem anular, para fins de determinar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n.º 11.638/07 e arts. 37 e 38 da Lei n.º 11.941/09, até que seja editada nova lei tributária que discipline tais ajustes. Para tanto, as empresas deveriam fazer a opção pelo novo regime, para o biênio 2008/2009, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. Todavia, a empresa que não fez a opção não poderá expurgar os efeitos dos novos métodos e critérios contábeis, antes mencionados. No caso da Conab, na hipótese de opção pelo RTT, do montante de receita excluído da base de cálculo do imposto, apenas o valor de R\$ 3.828.450,42 poderia ser excluído, tendo em vista se tratar de receita decorrente de ajuste a valor presente dos depósitos recursais, registrados anteriormente pelo seu valor original. Tais ajustes foram feitos em função da nova Lei n.º 11.638/07. Contudo, como a empresa não fez a opção pelo RTT, não é possível proceder-se tal exclusão. Os demais ajustes (adições e exclusões ao lucro contábil para apurar-se o lucro tributário) devem levar em conta os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/2007. Portanto, em face do exposto, a redução da base de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 23.228.351,23, também carece de amparo na legislação em comento. 3) Sobre o diferimento de receitas</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>com base nos arts 407 a 409 do Decreto n.º 3.000/99. No que concerne ao diferimento de receita, assim estabelece o art. 409 do Decreto n.º 3.000/99: "Art. 409. No caso de empreitada ou fornecimento contratado, nas condições dos arts. 407 ou 408, com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, o contribuinte poderá diferir a tributação do lucro até sua realização, observadas as seguintes normas (Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 10, § 3º, e Decreto-Lei n.º 1.648, de 1978, art. 1º, inciso I): I - poderá ser excluída do lucro líquido do período de apuração, para efeito de determinar o lucro real, parcela do lucro da empreitada ou fornecimento computado no resultado do período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas nesse resultado e não recebida até a data do balanço de encerramento do mesmo período de apuração; II - a parcela excluída nos termos do inciso I deverá ser computada na determinação do lucro real do período de apuração em que a receita for recebida." Ademais, o art. 407 a que se refere o art. 409 dispõe: "Art. 407. Na apuração do resultado de contratos, com prazo de execução superior a um ano, de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço pré-determinado, de bens ou serviços a serem produzidos, serão computados em cada período de apuração (Decreto-Lei n.º 1.598, de 1977, art. 10)." Em assim sendo, da análise dos arts. 407 e 409 acima transcritos, verifica-se que estes não se aplicam à receita de R\$ 7.150.000,00, auferida pela Conab, pelas seguintes razões: a) a receita não é decorrente de fornecimento de serviços a serem produzidos pela Conab; b) não existe contrato firmado entre a Conab e o Tesouro Nacional com preço pré-determinado e, por fim; c) a</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>receita tem como natureza a restituição, pelo Tesouro Nacional, de despesas realizadas pela Conab com a manutenção dos estoques públicos. Pelo exposto, a condição estabelecida no art. 409, ao remeter ao art. 407, não se aplica à Conab. 4) Sobre a apuração do IRPJ e CSLL com base no lucro real trimestral. Cabe observar, ainda, que, à exceção do valor de R\$ 7.150.000,00, as demais rubricas excluídas da base de cálculo do IRPJ e CSLL apurados sobre o resultado do 4º trimestre, foram compostas com os saldos acumulados de todo o exercício de 2009. Considerando que o regime de tributação da Conab é o lucro real trimestral, na hipótese de acatamento do procedimento adotado pela Sucon, só ocorrências do 4º trimestre poderiam ser computadas para a apuração do imposto. Diante do exposto, somos de opinião que os valores do IRPJ e da CSLL apurados no 4º trimestre de 2009 estão inferiores ao efetivamente devido, ficando a empresa suscetível a eventuais problemas com o fisco.</p>		
<p>24/2010 - (ACG) - SUREH/DF -</p>	<p>843 - A Lei n.º 8.878/1994 (Lei da Anistia), publicada em 11 de maio de 1994, deu oportunidade a diversos empregados demitidos sem justa causa ou por motivação política, no período de 16.3.1990 a 30.9.1992, de retornarem à Conab por se enquadrarem nos pré-requisitos da Lei. Analisou-se o conteúdo das pastas dos empregados contemplados na amostra, verificou-se em algumas, a falta de documentos tais como: comprovação de dependentes, contrato de trabalho, dentre outros.</p>	<p>843.1 - Recomendamos à Sureh/Gepes revisar as pastas dos empregados, visando a adequá-las à exigência normativa do Regimento Interno, Código 10.104 Cap. IX, Art. 92, Item II.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente Estão sendo adotadas as providencias no sentido de atualização dos mencionados documentos, o que demanda tempo em virtude da grande quantidade de anistiados que retornaram aos quadros da Companhia. de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureh/Gepes, consideramos o item solucionado com verificação posterior em novos trabalhos nessa Sureh/Gepes</p>
	<p>844 - A cessão de empregados da Conab, obedece a normativos vigentes e a legalidade está amparada na Lei 10.470/2002 e no Decreto</p>	<p>844.1 - Recomendamos à Sureh/Gecat providenciar o documento com a situação atual de cada um dos empregados cedidos,</p>	<p>e vladimir.garcia em 24/01/2011 como Pendente Serão providenciadas cópias da publicação do DOU contendo as autorizações de cessão ou prorrogações de</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>4.050/2001. Analisou-se processos de cessão de empregados anistiados na Matriz, cujos processos ficam sob o controle e acompanhamento da Gerência de Controle e Relações de Trabalho – Gecat, e não se encontrou situações de impropriedades relevantes que merecessem comentários. Não localizamos em algumas pastas funcionais, documentos atualizados com a situação e o Órgão que estão cedidos. De acordo com a Gecat, o total de empregados cedidos (Matriz e Suregs) é de 1.065, sendo 132 sob o amparo do Decreto n.º 4.050/2001 e 933 sob o amparo da Lei n.º 10.470/2002.</p>	<p>juntando à documentação existente na pasta funcional individual do empregado.</p>	<p>cessão e/ou dos ofícios autorizando as cessões com vista ao encaminhamento à Gerência de Cadastro de Pessoal para arquivo nas pastas funcionais. de joao.filho em 27/01/2011 como Solucionado Tendo em vista a manifestação da Sureh/Gepes das providências que serão adotadas, consideramos o item como solucionado.</p>
	<p>846 - Embora o Programa de Auditoria tenha estabelecido que a amplitude dos exames abrangeriam as ações realizadas no exercício de 2009 e no período de janeiro a julho de 2010, a equipe de Auditores Internos decidiu, não só examinar a documentação pertinente à representatividade constante à fl.15 do Programa de Auditoria, mas também, estender a análise e verificação da regularidade e conformidade no processo de admissão e provimento dos cargos/função definidos no 1º Concurso Público/2005 para o cargo de Técnico de Nível Superior-TNS objeto do Processo/Sureh n.º 21200.001.803/2005-06, em virtude de impropriedades detectadas em Portarias publicadas nos Boletins Administrativos n.ºs 009 e 010 de setembro de 2010, disponibilizados na "Intranet", e também por constar no Relatório n.º 246697, da Controladoria-Geral da União - CGU, quando da realização de Auditoria de Gestão no exercício de 2009, Processo n.º 212000011.354/2010-75. O assunto foi, também, objeto do PARECER PROGE/SUORC N.º CL 238/2008 e das Notas Técnicas Audin n.ºs 12 e 18/2010. Examinou-se</p>	<p>846.1 - Recomendamos à Dirad/Sureh que adote as providências cabíveis no sentido de corrigir as disfunções elencadas nas alíneas “a” e “b”, cientificando à Audin destas.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente Em 2008 houve o desmembramento da Sureh criando a Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc a qual ficou responsável por esta matéria. Sendo assim será encaminhada uma CI para a Dirad com vistas a Sumoc para que adotem as providências cabíveis a questão. O concurso público regido pelo Edital 01/2005 foi realizado sob inteira responsabilidade da Fundação José Pelúcio Ferreira, conforme consta no subitem 1.1 do referido Edital sendo que no item 19 da Cláusula nº 3 do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Companhia consta, como obrigação da contratada, a responsabilidade por “analisar os títulos/declarações de experiência nas atividades afins ou correlatas, comunicando à Conab os candidatos habilitados à contratação do cargo TNS III”. Assim, entendemos que as comunicações feitas pela Fundação revestem-se de erros formais (assinatura com “p/”, ou sem identificação), cuja aceitação deu-se de boa fé, em razão da demanda de trabalho à época para efetivar as referidas admissões. Considerando que as atividades relativas à Concurso Público ficaram, após o desmembramento da Sureh, sob responsabilidade da Sumoc, será providenciada comunicação àquela Superintendência com vistas à regularização dos fatos apontados. No tocante aos documentos obrigatórios que devem constar da pasta funcional, tais como contrato,</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>a documentação referente aos empregados admitidos por concurso público e constatou-se as disfunções elencadas: a) Contratos Individuais de Trabalho assinados por empregados constando o cargo/função diferente do qual obtiveram aprovação no Concurso Público/2005. A título de exemplo, cita-se os seguintes casos: - candidatos aprovados para o cargo TNS III - função Procurador, cujos contratos foram assinados mantendo o cargo de TNS III, entretanto, foram designados para exercer as funções de Técnico Administrativo, Auditor, Analista de Recursos Humanos e/ou em áreas incompatíveis com o espaço ocupacional do cargo/função constantes das Normas da Organização – NOC, Código n.º 10.105 - Regulamento de Pessoal e Plano de Cargos e Salários – PCS/1991; - candidata aprovada para cargo TNS III - função Auditor, assinou o contrato para o cargo TNS III -Técnico de Planejamento lotada inicialmente na Supav/Gepor, transferida para a Sureg/PE em 13.2.2007 e reenquadrada na função de Técnico Financeiro Contábil, contrariando os termos do art. n.º 37, inciso II da Constituição Federal - CF/88, Edital n.º 01/2005 e Parecer Proge/Suorc n.º CL 238/2008 (anexo II, fl.12); - candidatos aprovados para o cargo TNS I, Função Engenheiro Agrônomo e Analista de O&M, cujos contratos foram assinados mantendo-se o cargo TNS I, e funções alteradas para Auditor com lotação na Audin, exercendo atualmente a função de Gerente de Área. A Controladoria Geral da União - CGU, recomendou por meio do Relatório n.º 246697, objeto do Processo n.º 212000011.354/2010-75, que a Conab promovesse o retorno dos empregados para os cargos/funções para os quais foram aprovados no Concurso Público. Com o intuito de atender a recomendação, foram publicados na "Intranet" os Boletins</p>		<p>cópia de documentos pessoais entre outros será feita uma revisão das pastas funcionais dos empregados contratados pelo concurso com vista ao saneamento de eventuais falhas.</p> <p>de geraldo.aquino em 27/01/2011 como Pendente Aguardamos manifestação conclusiva da Sumoc.</p> <p>de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente Informamos o encaminhamento da CI 140/2011 à Dirad com vista à Sumoc</p> <p>de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente Encaminhamos em anexo cópia da CI 140/2011 enviada à Dirad com vista à Sumoc para as devidas providências relacionadas a este item</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Administrativos n.ºs 009 e 010 de Setembro/2010, contendo os números de diversas Portarias promovendo as alterações de funções dos empregados relacionados na CI/SUMOC n.º 235, de 22.9.2010, cujas matrículas do SIAPE constam no quadro n.º 1. Entende-se que a simples emissão da Portaria não corrige a disfunção constatada -(Parecer PROGE/Suorc n.º CL 238/2008 - Anexo II, fl 12). Embora determinada a alteração nas funções dos empregados relacionados no quadro n.º 1, não houve, de fato, a transferência efetiva destes para as áreas previstas no espaço ocupacional. A execução de atividades incompatíveis com o cargo/função para os quais concorreram, configura desvio de função, passível de demanda trabalhista, tendo em vista que as faixas e níveis salariais de cada cargo/função constantes nos contratos individuais de trabalho são diferentes (Anexo II fl 12). Com relação ao assunto temos os seguintes julgados publicados: [...] Assunto: Pessoal. DOU de 20.06.2008, S.1, p.113. Ementa: O TCU determinou ao BANDESPAR que se abstinhasse de atribuir, aos seus servidores, atividades diversas daquelas inerentes ao cargo para os quais foram contratados (item 1.2, TC-004.161/2008-5, Acórdão n.º 1881/2008-TCU 1ª Câmara). Assunto: CONCURSO PÚBLICO. DOU de 16.06.2010, S.1, p.118. Ementa: alerta à Universidade Federal de Goiás (UFG) para que não remaneje candidatos aprovados em concurso público numa área, para assumir em outra área diferente, em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e publicidade a que estão sujeitos os gestores públicos e ao próprio edital do concurso, que abriu vagas separadas para as áreas de bacteriologia e patologia geral (item 1.6.1.1, TC-014.942/2009-5, Acórdão n.º 3.074/2010 1ª</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Câmara). [...] e Parecer PROGE nº LH-108/2004 - Item 2.2 (Anexo I fl 9); b) Contratos Individuais de Trabalho assinados corretamente para o Cargo/Função para os quais concorreram porém alterados por Atos de Direção para cargos/funções incompatíveis com a área de formação e tempo de experiência exigidos no Edital de Concurso Público n.º 01/2005, além de perceber no cargo atual, Gratificação de Atividade sem atender aos requisitos da Resolução n.º 004 de 16.3.2010, (exemplo: empregado matrícula Siape n.º 1623656); c) alguns empregados, ao tomarem conhecimento que suas funções foram alteradas por meio de Portarias, fizeram contestação formal no documento, alegando que esse ato foi unilateral e em desacordo com o disposto no art. n.º 26, parágrafo 3º do Regulamento de Pessoal. Referidos documentos, não retornaram à autoridade emitente para conhecimento, fato que necessita de análise e tomada de decisão por parte desta, tendo em vista as possíveis demandas judiciais advindas. O Caput do art. n.º 468, do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, dispõe que: [...] Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. [...] d) a Banca Examinadora - Fundação José Pelúcio Ferreira – emitiu diversos pareceres atestando a comprovação de experiência exigida no item n.º 13.2, alínea "h" do Edital n.º 01/2005 e item 19 da cláusula n.º 3 do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Companhia (fls. 193 a 200 do Processo n.º 1803/2005), com as seguintes impropriedades nos documentos: d1) inexistência de assinatura; d2) falta de carimbo</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>identificador e assinatura; e d3) assinatura com "P/", sem procuração e sem comprovação legal nos Autos. O subitem 2.6 do Edital n.º 01/2005, obriga a apresentação de todos os documentos exigidos para o cargo, importando inclusive, em nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, em qualquer tempo, em qualquer etapa do certame, conforme texto transcrito na íntegra. [...] 2.6. A prestação de declaração falsa ou inexata e a não apresentação de qualquer documento exigido importarão em insubsistência de inscrição, nulidade de habilitação e perda dos direitos decorrentes, em qualquer tempo, em qualquer etapa do certame, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis. [...]</p>		
		<p>846.2 - Recomendamos à Dirad/Sureh, esclarecer as causas que levaram a aceitação dos documentos citados na alínea "d", subalíneas d1, d2 e d3 sem a devida observância das formalidades contidas no Edital do Concurso Público e no Contrato firmado com a referida Fundação e as providências que serão adotadas para a regularização dos processos de admissão nessa situação. Para não incorrer em sanções por solidariedade, previstas no subitem 2.6 do Edital n.º 01/2005.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente O concurso público regido pelo Edital 01/2005 foi realizado sob inteira responsabilidade da Fundação José Pelúcio Ferreira, conforme consta no subitem 1.1 do referido Edital sendo que no item 19 da Cláusula nº 3 do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Companhia consta, como obrigação da contratada, a responsabilidade por “analisar os títulos/declarações de experiência nas atividades afins ou correlatas, comunicando à Conab os candidatos habilitados à contratação do cargo TNS III”. Assim, entendemos que as comunicações feitas pela Fundação revestem-se de erros formais (assinatura com “p/”, ou sem identificação), cuja aceitação deu-se de boa fé, em razão da demanda de trabalho à época para efetivar as referidas admissões. Considerando que as atividades relativas à Concurso Público ficaram, após o desmembramento da Sureh, sob responsabilidade da Sumoc, será providenciada comunicação àquela Superintendência com vistas à regularização dos fatos apontados. No tocante aos documentos obrigatórios que devem constar da pasta funcional, tais como contrato, cópia de documentos pessoais entre outros será feita uma revisão das pastas funcionais dos empregados contratados pelo concurso com</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>vista ao saneamento de eventuais falhas.</p> <p>de geraldo.aquino em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Aguardamos manifestação conclusiva da Sumoc.</p> <p>de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente</p> <p>encaminhamos, em anexo, cópia da CI 141/2011 enviada à Dirad com vista à Sumoc para as devidas providências.</p>
		<p>846.3 - Recomendamos à Dirad/Sureh cientificar a Presi sobre as Portarias que foram formalmente contestadas pelos empregados, para ratificação ou outras providências cabíveis à espécie.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Em atendimento a relatado pela Audin será encaminhada uma CI para Dirad com vistas a Presi enviando cópia das portarias contestadas para ciência. Por oportuno cabe esclarecer que atualmente esta matéria é tratada pela Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc</p> <p>Em atendimento a relatado pela Audin será encaminhada uma CI para Dirad com vistas a Presi enviando cópia das portarias contestadas para ciência. Por oportuno cabe esclarecer que atualmente esta matéria é tratada pela Superintendência de Modernização e Capacitação – Sumoc</p> <p>Solicitamos nos remeter cópia da correspondência que foi encaminhada à Dirad com vista à Presi.</p> <p>de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente</p> <p>encaminhamos, em anexo, cópia da CI 142/2011 enviada à Dirad com vista à Sumoc para as devidas providências.</p>
	<p>847 - Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, elegeram-se os princípios basilares que regem a Administração Pública citados de forma textual no art. n.º 37 : legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e clarificou (inciso II e IX, art. n.º 37, CF) a forma de admissibilidade aos cargos e empregos públicos: [...] II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e</p>	<p>847.1 - Recomendamos à Dirad/Sureh que informe a fundamentação legal ou parecer jurídico conclusivo, contemporâneo à época da contratação de empregados sem concurso público.</p>	<p>de em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>De acordo com o que consta no corpo do Contrato de Trabalho para as funções gerenciais e de confiança, o mesmo é firmado nos termos dos Decretos 17, 137 e 322/91 e a instrução normativa SAF 001/92, e ainda , o Parecer Proge SL n. 401/2005 – copia anexa, que cita estar a minuta de contrato, submetida à chancela daquela Procuradoria, “totalmente revestido de legalidade”</p> <p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>De acordo com o que consta no corpo do Contrato de Trabalho para as funções gerenciais e de confiança, o mesmo é firmado nos termos dos Decretos 17, 137 e 322/91 e a instrução normativa SAF 001/92, e ainda , o Parecer Proge SL n. 401/2005 – copia anexa, que cita estar</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</p> <p>.....</p> <p>..... IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; [...] Ainda nesse diapasão o Ministério Público do Trabalho firmou entendimento que não há embasamento legal para a contratação de empregados na Administração Pública, sem concurso público, ajuizando 11 ações na justiça do trabalho, contra o artifício utilizado pelas empresas públicas de contratar empregados burlando o dispositivo constitucional sob alegação da contratação para cargos em comissão, situação não prevista no Decreto Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e tampouco “declarado em lei de livre nomeação e exoneração”(Correio Brasiliense, caderno economia, p. 8, de 20/9/2010). O que se tem de fato é a contratação de empregados para funções gratificadas, que diferem dos cargos em comissão, pela forma de contratação e dispensa, pois o primeiro gera para a Conab obrigações contratuais que vão além da livre exoneração, porquanto não pode a Companhia fazer demissões imotivadas (“Os empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, embora estejam sujeitos a concurso público, são regidos pela CLT, não adquirem a estabilidade em razão dos seus serviços e tampouco estão sujeitos ao estágio probatório. No entanto, para a sua dispensa, acompanhando a melhor doutrina, entende-se ser necessária – por aplicação analógica do inc. X do art. n.º 93 da CF/88 – a motivação do ato desligatório, estando sua validade condicionada à existência real dessa” - SOUSA. Éder. Concurso Público –</p>		<p>a minuta de contrato, submetida à chancela daquela Procuradoria, “totalmente revestido de legalidade” de geraldo.aquino em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Solicitamos nos remeter a íntegra do Parecer Proge SL n.º 401/2005, para análise do teor por parte da equipe de auditores internos.</p> <p>de em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Solicitamos a fineza de desconsiderar a avaliação Audin anteriormente citada passando a considerar a seguinte: a) Solicitamos nos remeter a íntegra do Parecer Proge SL n.º 401/2005, para análise do teor por parte da equipe de auditores internos. b) Com relação a informação de que o contrato foi firmado nos termos dos Decretos n.ºs 17, 137 e 322/1991, verifica-se que as normas citadas vedam à admissão de pessoal a qualquer título, corroborando com o princípio basilar citado no art. n.º 37, inciso II da Constituição Federal de 1988. Portanto, considera-se a respostas oferecida como inconsistente com o assunto tratado que foi sobre admissão de empregado sem concurso público e não da minuta de contrato. Aguardamos manifestação conclusiva sobre o caso.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Doutrina e Jurisprudência. BH – Del Rey, 2000, p. 44) e como os empregados admitidos para essas funções são, unicamente, dispensados do emprego quando, se correta fosse a admissão, deveriam ser dispensados “a pedido”, evitando-se para a Companhia, a obrigação de pagar MULTA RECISÓRIA por dispensa imotivada de empregado, entre outras verbas indenizatórias.(vide anexo II, fl.12) A situação descrita só se apresenta quanto à dispensa de assessores contratados por “contrato de trabalho para as funções gerenciais e de confiança”, não se materializando quando da cessão de empregados ou servidores de órgãos da Administração Pública. Nesse corolário verifica-se que o art. 3.º, do Decreto n.º 17 de 1.º de fevereiro de 1991, instituiu VEDAÇÃO aos dirigentes das empresas públicas federais a contratar pessoal a qualquer título, como transcrevemos: [...] Art. 1.º As empresas públicas federais, as sociedades de economia mista e demais sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela União, aprovarão, até 28 de fevereiro de 1991, plano especial de redução real, em dez por cento, nos respectivos dispêndios correntes, comparativamente ao total realizado no exercício de 1990.....</p> <p>Art. 3.º Aos dirigentes das entidades de que trata o artigo anterior são vedados os seguintes atos de gestão: I - contratação de pessoal, a qualquer título; [...] Ainda que o normativo tenha sido flexibilizado pelo Decreto n.º 322, de 1.º de novembro de 1991, este se ateve, tão somente, a reposição de pessoal permanecendo vedada a criação de cargos, alteração de estrutura de carreiras e o ingresso de pessoal a qualquer título que necessitam de aprovação ministerial e dotação orçamentária para serem implementadas. DECRETO N.º 322, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1991. Dispõe sobre a</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>realização de despesas de pessoal em órgão e entidades da Administração Federal, bem assim em Fundações Públicas. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 169, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, DECRETA: Art. 1.º As solicitações de concessão de quaisquer vantagens, de criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem assim de ingresso de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações públicas federais, só poderão ser feitas: I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes no exercício financeiro; e II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista que não recebam recursos para o pagamento de pessoal.....</p> <p>§ 4º Exclui-se das exigências contidas neste artigo a reposição de pessoal para ocupar cargos em comissão e funções de confiança.....</p> <p>Depreende-se que, o dirigente foi autorizado, apenas para a reposição (indica a ação de repor, com o sentido de por de novo, assim só se repõe o que antes estava posto) de pessoal nas funções de confiança existentes após a edição da norma, portanto ainda com vedação legal a criação de cargos e a contratação de pessoal a qualquer título, que dependem de autorização superior. Registre-se ainda que o Decreto n.º 322, de 1.º de novembro de 1991, estabelece punição pessoal ao dirigente que não atender aos preceitos nele contidos, assim descrito: [....] Art. 9.º Os atos praticados em desacordo com o disposto neste decreto implicarão</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>responsabilidade patrimonial e administrativa, sem prejuízo da ação penal cabível. [...] Portanto, entende-se que, após a edição dos normativos elencados e também pela Emenda Constitucional n.º 19 de 1998, que deu nova redação ao Art. n.º 37 da CF/88, não se visualiza fundamentação para as contratações efetivadas por meio de “contrato de trabalho para as funções gerenciais e de confiança”. O quadro II destaca a relação de contratados sem concurso público:</p>		
		<p>847.2 - Recomendamos à Sureh/Gepes que efetue revisão no teor do “Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança” adequando os normativos elencados no corpo do contrato à realidade das contratações.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente Estão sendo providenciadas as devidas alterações no referido contrato que serão devidamente submetidas a Proge. de geraldo.aquino em 27/01/2011 como Pendente Em face da resposta oferecida pela Gepes, aguardamos remessa da cópia de nova minuta do Contrato submetida à Proge, para análise da manifestação emanada pela douta Procuradoria Geral.</p>
		<p>847.3 - Recomendamos à Dirad interagir com a Presi no sentido de orientá-la quanto a possíveis sanções advindas de órgãos de controle externo e ações públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho - MPT.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente Será encaminhada à Dirad, com vistas a Presi, Comunicação interna com as devidas orientações. de geraldo.aquino em 27/01/2011 como Pendente Aguardamos remessa da cópia da citada Comunicação Interna, para análise por parte da equipe de auditores internos.</p>
	<p>848 - Foram analisadas as pastas contendo dossiês e contratos dos empregados relacionados nas Solicitações de Auditoria n.º 005, 015 e 018/2010-Audin para SUREH. A relação incluía novos e antigos contratos, objeto da verificação. Alguns dossiês apresentavam cópias de documentos sem autenticação, outros contendo declarações de instituições, sem assinatura, atestando período de estágio para contagem de tempo de</p>	<p>848.1 - Recomendamos à Sureh/Gecav que reúna toda a documentação dos empregados em arquivo único, a partir da admissão, com vista a facilitar a consulta.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente Será encaminhada a superintendência de modernização e capacitação CI para as devidas providências. de geraldo.aquino em 27/01/2011 como Pendente Aguardamos remessa da cópia da citada Comunicação Interna, para análise por parte da equipe de auditores internos. de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente encaminhamos, em anexo, cópia da CI 143/2011 enviada à</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>experiência em desacordo com o exigido no item 13.4 do Edital 01/2005 do Concurso Público realizado pela Conab. A amostra revelou que várias pastas não continham a documentação comprobatória exigida na admissão de empregados, principalmente os documentos relativos a contrato de trabalho, experiência profissional anterior e comprovação de escolaridade para o cargo aos quais concorreram.</p>		<p>Dirad com vista à Sumoc para as devidas providências.</p>
	<p>852 - Ao verificar-se a consistência dos registros na folha de pagamento, constatou-se o pagamento de Gratificação por Atividade de Auditoria Interna - GAI a empregados que não atendem aos comandos restritivos dispostos na Resolução n.º 004 de 16.3.2010.(Ex. matrícula Siape n.º 1271794). De acordo com o estabelecido na Resolução, somente faz jus ao recebimento da GAI aquele empregado que: [...] cumulativamente, exerçam o cargo/função de TNS – Auditor, lotados e em pleno exercício das Atividades de Auditoria Interna, ou cedidos à Presidência da República ou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, independente da percepção de qualquer outra gratificação, sem efeito retroativo. [...]</p>	<p>852.1 - Recomendamos a Dirad/Sureh que verifique os pagamentos efetuados indevidamente a todos os empregados que recebem gratificações por atividade e outras, de forma a coibir a percepção destas sem o amparo em normas e regulamentos específicos, informando a Audin a relação de todos os empregados que se encontram nessa situação e as providências tomadas para a regularização dessa disfunção.</p>	<p>de em 26/01/2011 como Pendente - item IX – 852.1 - RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA – GAI matrícula SIAPE 1271794, trata-se de empregado que vinha recebendo a GAI com base nas informações da SUMOC/GECAV, sendo que a partir do mês de novembro/2010, reconhecida a impropriedade por parte daquela Gerência, iniciou-se a devolução em 8 parcelas mensais do valor recebido indevidamente. Deixamos de apresentar a relação de casos semelhantes, por não existirem; de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente - item IX – 852.1 - RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE AUDITORIA INTERNA – GAI matrícula SIAPE 1271794, trata-se de empregado que vinha recebendo a GAI com base nas informações da SUMOC/GECAV, sendo que a partir do mês de novembro/2010, reconhecida a impropriedade por parte daquela Gerência, iniciou-se a devolução em 8 parcelas mensais do valor recebido indevidamente. Deixamos de apresentar a relação de casos semelhantes, por não existirem; de em 27/01/2011 como Pendente Tendo em vista que a manifestação oferecida por essa gerência, não atende integralmente a recomendação emanada, considerando que o empregado matricula Siape n.º 0162365 também percebe gratificação por atividade, além de incorrer no desvio de função, aguardaremos novo posicionamento conclusivo para este item, em conjunto</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>com o item n.º 846, alínea A, o qual foi direcionado para a Sumoc/Matriz.</p> <p>de aldecio.almeida em 28/03/2011 como Pendente</p> <p>Relativo à matrícula 162365, cabe à GEFOP efetuar os lançamentos na folha de pagamento, atendendo aos comandos advindos de diversas áreas, cuja competência é a de emitir referidos comandos após análise do assunto e atendimento das exigências regimentais. o empregado detentor da referida matrícula, encontra-se na função de Auditor Interno e lotado na Auditoria, portanto, satisfazendo ao disposto na Resolução nº 04/2010, no tocante à percepção da GAI(processo 1773/2008)</p>
	<p>853 - Constatou-se a ausência ao trabalho por um período de 22 dias consecutivos, no mês de agosto de 2006, do empregado matrícula Siape n.º 1271794, sem justificativas. De acordo com o Regulamento de Pessoal Código 10.105, Seção VII - DA LICENÇA-PRÊMIO, cap. X: [...] art. 134 - para os 18 (dezoito) dias subsequentes adquiridos a cada período de 1(um) ano de efetivo exercício, posteriormente aos 5 (cinco) primeiros anos, serão deduzidas, do período da Licença-Prêmio, as faltas injustificadas cuja proporcionalidade de usufruto obedecerá ao seguinte:</p> <p>V – a partir da 14ª (décima quarta) falta, o empregado perderá o direito. [...] Tratamento idêntico, deverá ser dado ao período aquisitivo de férias, conforme comando insculpido no art. n.º 83 do Regulamento de Pessoal, onde está regulamentada a penalização no direito pela quantidade de faltas injustificadas conhecidas nos apontamentos na folha de presença.</p>	<p>853.1 - Recomendamos à Sureg/Gepes que informe as providências tomadas quanto ao desconto no saldo da verba Licença Prêmio do empregado citado e a verificação para a correção de possíveis casos análogos.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Conforme apontamentos da Gepes, o desconto referente ao saldo de licença prêmio deixou de ser efetuado em virtude de que a Diretoria Financeira informou que as referidas faltas deveriam ser abonadas conforme cópia da CI 132/2006.</p> <p>de nanci.lino em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista que a resposta para esse item não está conclusiva, solicitamos nos informar em qual norma o Diretor se baseou para abonar as faltas referidas. Caso inexistir norma específica enviar manifestação da Proge quanto a legalidade e oportunidade da instrução emanada pelo Diretor de forma extemporânea.</p> <p>de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente</p> <p>encaminhamos, em anexo, cópia da CI 144/2011 enviada à Dirad. (resposta dos itens 853.1 e 853.2)</p> <p>de nanci.lino em 28/03/2011 como Pendente</p> <p>A resposta oferecida não atende ao item 853.1. Solicitamos a atenta leitura ao item do relatório e a recomendação emanada oferecendo resposta consistente e conclusiva sobre o assunto.</p>
		<p>853.2 - Recomendamos a Sureh/Gepes informar a Audin, por meio de documentos, quando efetuou o desconto do período</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Conforme apontamentos da Gepes, o desconto referente ao</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
		<p>aquisitivo de férias, nos moldes citados no Regulamento de Pessoal.</p>	<p>período aquisitivo de férias deixou de ser efetuado em virtude de que a Diretoria Financeira informou que as referidas faltas deveriam ser abonadas conforme cópia da CI 132/2006. Anexo enviado no item anterior.</p> <p>de nanci.lino em 31/01/2011 como Pendente</p> <p>Verificamos que a resposta para esse item não está conclusiva, solicitamos nos informar em qual norma o Diretor se baseou para abonar as faltas referidas. Caso inexistir norma específica enviar manifestação da Proge quanto a legalidade e oportunidade da instrução emanada pelo Diretor de forma extemporânea.</p> <p>de deborah.machado em 25/03/2011 como Pendente</p> <p>encaminhamos, em anexo, cópia da CI 144/2011 enviada à Dirad. (resposta dos itens 853.1 e 853.2)</p> <p>de nanci.lino em 28/03/2011 como Pendente</p> <p>A resposta oferecida não é conclusiva, portanto aguardaremos posicionamento da douta Procuradoria Geral.</p> <p>de em 28/03/2011 como Pendente</p> <p>A resposta oferecida não é conclusiva, portanto aguardaremos posicionamento da douta Procuradoria Geral.</p>
	<p>854 - As Normas e Regulamentos internos não contemplam os procedimentos relativos aos empregados colocados à disposição do órgão de recursos humanos, principalmente no que concerne ao tempo máximo de permanência nessa condição, até a redistribuição para outra unidade orgânica. Ao analisar os registros das fichas funcionais, constatou-se que o empregado de Matrícula n.º 62900, de que trata a Ficha Funcional n.º 1166, permaneceu à disposição da área de RH no período de 29.5.2006 a 13.11.2007.</p>	<p>854.1 - Recomendamos à Dirad/Sureh que informe a Audin, qual o embasamento legal utilizado para se colocar empregados no provimento “à Disposição” da Sureh e qual o prazo considerado para esse provimento.</p>	<p>de raimunda.amorim em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>As recomendações 1 e 2 do item 854 - EMPREGADO À DISPOSIÇÃO DA SUREH, foram respondidas de forma conjunta em 854.2.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureh/Matriz, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>854.2 - Recomendamos à Dirad/Sureh informar à Audin, de forma circunstanciada, as atividades desenvolvidas pelo empregado</p>	<p>de raimunda.amorim em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>A partir de abril/2008 foi criada a Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – DIRHU, composta pelas</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
		<p>em comento no período em que esteve “à disposição” dessa área, o gestor a que se subordinou e que atestou sua frequência, como também os motivos pelo qual permaneceu por quase 18 meses à disposição sem lotação específica.</p>	<p>Superintendência de Recursos Humanos - SUREH e Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC. Para essa última migraram a Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP e a Gerência de Cargos, Salários e Avaliação – GECAP, que até então integravam a SUREH. Até a criação da Sumoc os empregados “em trânsito” entre uma e outra lotação ou entre processos de cessão diferentes eram colocados “à disposição da Sureh”, denominação adotada administrativamente para identificar o colaborador com lotação indefinida. Dispensável ressaltar as dificuldades recorrentes envolvendo a recolocação de determinados empregados, haja vista que não eram impostos a essa ou aquela unidade orgânica. Ao contrário, iniciava-se um processo de negociação com os gerentes das áreas cujas competências regimentais apresentavam alguma confluência com a formação acadêmica e/ou experiência profissional do empregado à disposição da Sureh. Foi assim que em maio/2006, por solicitação da titular da Auditoria – CI N° 096/2006, o empregado Mat. N° 62900 foi colocado à disposição para lotação em outra unidade. Nos meses que compreenderam o período maio/2006 e novembro/2007 o empregado teve as suas folhas de frequência atestadas pelos gestores das áreas as quais prestou apoio/assessoramento técnico, entre eles: Silvana da Silva Rodrigues-SUREH, José Carlos de Andrade/DIAFI, Carlos Gomes/GEPEs, Milton Elias Ortolan/GABIN. No caso específico da Gepes/Sureh não lhe foram atribuídas tarefas específicas, tendo a colaboração prestada pelo empregado se restringido a sua participação em levantamentos diversos, haja vista a transitoriedade da sua situação funcional. Atualmente, considerando as atribuições regimentais da Gemor/SUMOC, mais especificamente o Art. 88: ... Art. 88. À Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor, subordinada à Superintendência de Modernização e Capacitação, compete: I - identificar Necessidade de Força de Trabalho; II - controlar e manter o quadro de pessoal da Companhia; III - propor metodologias e definir critérios relativos à movimentação de pessoal na Companhia; IV - propor e</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>desenvolver Planos de Carreira e Sucessão Funcional e Gerencial; V - ... os empregados em trânsito estão ficando sob a responsabilidade da Sumoc, visto que incumbida do controle e manutenção do quadro de pessoal da Conab. SUREH 26/01/2011</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Sureh/Matriz, consideramos o item solucionado.</p>
	<p>855 - O Programa de "Vale transporte" é um benefício concedido ao empregado para deslocamento no percurso residência-trabalho-residência. Verificou-se que os registros relativos ao cadastro dos endereços dos empregados para emissão deste benefício está desatualizado, possibilitando o pagamento indevido de trechos não utilizados para esse fim.</p>	<p>855.1 - Recomendamos à Sureh/Gepes manter atualizado os endereços dos empregados para que haja uma correta participação empregado/empregador e o controle na emissão desse benefício. O empregado deverá informar, por escrito: seu endereço residencial, meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa, atualizando-o quando houver alteração no seu endereço ou, pelo menos, uma vez a cada exercício financeiro ficando o mês de recadastramento a critério da área responsável na Sureh.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>A Gepes em conjunto com a Gebem, irá analisar os aspectos inerentes a concessão do Vale transporte com vista a sua adequada normatização inclusive no tocante aos itens apontados pelo relatório da auditoria.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Gepes/Matriz, consideramos o item solucionado.</p>
	<p>856 - O sistema de informação da área de Recursos Humanos para ser sistematicamente integrado e eficiente, necessita de uma melhor ordenação dos documentos, como prevê o Regulamento de Pessoal no art. 2º § único. O banco de informações dos empregados está arquivado dispersamente. A concatenação dos dados trará rapidez e segurança para a área. Um sistema moderno de arquivamento deve ser adotado para eliminar as fichas datilografadas, como está sendo utilizado atualmente, é um processo antigo, ineficaz e dispendioso. A digitalização é o processo pelo qual uma imagem ou sinal analógico é transformado em código digital. Isso se dá através de um digitalizador de imagens (ou scanner) ou de um tradutor de sinais. Gerir eletronicamente,</p>	<p>856.1 - Recomendamos à Dirad/Sureh diligenciar no sentido de implantar a digitalização total dos documentos na Matriz para posteriormente implantação nas Surehs.</p>	<p>de deborah.machado em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Com vistas a digitalização sugerida, a titular da Gepes tem participado de reuniões com o MPOG para a referida medida. Tendo em vista esta participação, a Conab foi uma das companhias selecionadas para a implantação do projeto piloto que está previsto para começar em maio/2011. Novas reuniões serão agendadas para as devidas providências.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Gepes/Matriz, consideramos o item solucionado.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>permite que documentos em papel, microfichas e microfilmes sejam convertidos em arquivos digitais, acessíveis em computador. Com isso, grandes volumes de informação documental podem ser armazenados digitalmente em ambiente seguro. É uma opção que reduz drasticamente o volume dos arquivos, sendo um meio de armazenamento mais racional e prático, propiciando acesso eficiente, rápido, limpo e seguro às informações arquivadas e a baixo custo, oferecendo vantagens significativas no processo de acesso, manuseio, preservação e segurança dos documentos.</p>		
	<p>857 - No processo de demissão constatamos no Relatório de Empregados Demitidos, período de jan/2009 a jul/2010, na Matriz e Cedidos, o total de 61 casos, conforme o demonstrado no quadro a seguir. As demissões foram motivadas por: exoneração (11 casos), iniciativa do empregado (24 casos), iniciativa da empresa sem justa causa (21 casos) e final de contrato de trabalho (3 casos). Não foram identificados casos de demissão por justa causa. Também não foram identificados casos de rescisão contratual por ocasião de aposentadoria (ativos e inativos). Ocorreram, ainda, 2 casos de desligamento por falecimento. No Processo de Desligamento consta no Roteiro Gefop o seguinte: a) Portaria da Presi dispensando o empregado; b) Expedição do “nada consta” e correspondência de consulta às áreas envolvidas; c) Cálculo dos direitos trabalhistas do TRCT (13.º salário, férias, 14º salário, etc.); d) Homologação junto a SRTE (DRT); e e) Após a homologação a Gefop devolve a pasta funcional dos ex-empregados para a Gepes. Na análise documental, verificou-se as pastas funcionais dos ex-empregados, em um percentual de amostra de 14,76%, a saber: A empregada matrícula Siape nº 1359716 foi</p>	<p>857.1 - Objetivando a regularização das pendências, recomendamos à Dirad/Sureh reiterar a correspondência encaminhada para familiares do ex-empregado matrícula 023246 falecido. Adotar o mesmo procedimento para os casos similares. E que os documentos que compõem as pastas funcionais sejam numerados de maneira sequencial. Recomendamos a Dirad/Sureh, justificar as causas que motivaram o procedimento da rescisão do contrato da empregada matrícula Siape nº 1359716 da forma como foi efetuada, bem como a autoridade que deu provimento a esse procedimento.</p>	<p>de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>857.1 - Reiteramos por meio da CT/SUREH n.º 020, de 14/01/2011, os termos da CT/SUREH n.º 254/2009 aos familiares da ex-empregada, matrícula n.º 023.246, bem como, adotamos o mesmo procedimento para os demais casos pendentes; A rescisão do Contrato de Trabalho da ex-empregada, matrícula SIAPE n.º 1359716, ocorreu em conformidade com o disposto no item 1 do “Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança” que reza “... Com a destituição da função, fica o presente Contrato automaticamente rescindido”; o provimento ao procedimento foi a destituição da função, conforme Portaria PRESI.</p> <p>de jose.santiago em 31/01/2011 como Pendente</p> <p>2ª recomendação: O “Contrato de trabalho para as funções gerenciais e de confiança” não atende aos preceitos basilares gravados no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal/1988 e demais normativos vigentes. O item 1 do referido “contrato” estabelece que havendo destituição da função de confiança, este fica automaticamente rescindido, cabendo somente a “Rescisão por justa causa” ou a “Rescisão a pedido”, e não a rescisão IMOTIVADA que gera o pagamento de verbas indenizatórias. Portanto solicitamos atentar para as seguintes redações, expostas no item 847 do relatório de auditoria n.º. 024/2010, que trata dos seguintes assuntos: a) Contratação de empregado SEM</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>admitida em 19.8.2002 e desligada da Companhia sem justa causa em 15.8.2007, conforme Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT homologado pela DRT/DF em 29.8.2007. A rescisão foi homologada, com base no item 1 do respectivo “Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança”, cabendo à Conab arcar com todas as verbas rescisórias (destacamos a dispensa de cumprimento de aviso prévio e o pagamento de multa de 40% sobre o FGTS). A referida empregada foi aprovada em concurso público (Edital n.º 01/2005) e readmitida pela Sureh/Gepes 17 dias após a rescisão, por interesse da Companhia, ou seja, com pagamento de verbas penalizadoras por dispensa imotivada, ação essa que não vislumbra o interesse público como já descrito exaustivamente no item VII – CONTRATOS ESPECIAIS, CONCURSADOS E REINTEGRADOS, subitem CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS SEM CONCURSO PÚBLICO, e no anexo I – Parecer/PROGE n.º LH – 108/2004 – item 2.2. Nesse mesmo diapasão de procedimentos encontram-se os empregados, cujas situações listamos: 1) Empregada matrícula Siape n.º 2421982 foi admitida em 1.5.2007, sob a égide de “Contrato Especial” (Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança), dispensada em 4.11.2008 e readmitida em 1.8.2009 (8 meses e 26 dias após ser dispensada). 2) Empregada matrícula Siape n.º 3586220 foi admitida em 30.10.2009, sob a égide de “Contrato Especial” (Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança), dispensada em 10.5.2010 e readmitida em 13.8.2010 (3 meses e 3 dias após ser dispensada). 3) Empregado matrícula Siape n.º 1267083 foi admitido em 1.º.8.2007, sob a égide de “Contrato Especial” (Contrato de</p>		<p>concurso público; b) Entendimento firmado pelo Ministério Público do Trabalho, que não há embasamento legal para a contratação de empregados na Administração Pública sem concurso público, ajuizando ações contra o artifício usado pelas empresas públicas de contratar empregados burlando o dispositivo constitucional sob a alegação de contratação para cargos em comissão, situação não prevista no Decreto Lei n.º 5452 de 1º de maio de 1943 (CLT); c) Decreto n.º 17 de 1º/2/1991- Art. 3º = veda aos dirigentes de empresas públicas federais a contratar pessoal a qualquer título; d) Decreto n.º 322 de 1º/11/1991 = se ateuve a reposição de pessoal, permanecendo vedada a criação de cargos, alteração de estrutura de carreira e o ingresso de pessoal a qualquer título que necessitam de aprovação ministerial e dotação orçamentárias para serem implementadas; Assim, no entendimento desta equipe de auditoria interna, as respostas oferecidas não são consistentes para a análise e avaliação ao que foi recomendado,</p> <p>de zilda.silva em 06/04/2011 como Pendente</p> <p>1ª recomendação: Solucionado</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança), dispensado em 6.5.2010 e readmitido por nomeação (Decreto de 5.5.2010 – Diário Oficial da União – DOU n.º 85) em 6.5.2010 (nomeado no mesmo dia após dispensa). Não localizamos na pasta funcional do empregado, o comprovante de entrega da Declaração do Imposto de Renda 2009/2010. Cabe salientar que as rescisões foram homologadas, com base no item 1 dos respectivos “Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança”, cabendo à Conab arcar com todas as verbas rescisórias (destacamos a dispensa de cumprimento de aviso prévio e o pagamento de multa de 40% sobre o FGTS). 4) verificou-se débito (2009NL12376, de 5.1.2010 - R\$2.115,92) referente ao adiantamento de férias (TRCT - R\$2.115,89), concedido ao ex-empregado matrícula n.º 023246 (falecido). De acordo com a CT.Sureh n.º 254, de 15.6.2009 a Gefop está aguardando a apresentação, pelos familiares, do Alvará Judicial e/ou da Certidão Pis/Pasep/FGTS expedida pelo INSS (Lei n.º 6.858, de 24/11/1980, regulamentada pelo Decreto n.º 85.845, de 26.3.1981), para realizar os acertos devidos. Ressaltamos a falta de profissionais do ramo de Assistente Social. Serviço este, de fundamental importância para os empregados e para a Companhia, no sentido de prestar apoio quanto aos procedimentos que devem seguir em momentos que lhes são incomum e que pela inexperiência faz com que não tenham a assistência adequada, muitas vezes perpetuando pendências em favor destes e/ou de seus dependentes. Constam nas pastas funcionais a devolução das carteiras do SAS (titular e beneficiário) e da identidade funcional/crachá dos ex-empregados matrículas n.ºs: 106.670, 601.932, 034.108, 106.997, 107944 e 106979. Quanto ao ex-empregado</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>matrícula n.º 108045, inexistente na pasta funcional a carteira do SAS e a identidade funcional/crachá, no entanto, observa-se no formulário Nada Consta da Gepes, a expressão “não recebeu” (itens 12 a 14). Com relação ao item 11 - Exame Médico Demissional não consta nenhuma observação no formulário e na pasta funcional o documento não foi localizado. No arquivo do Serviço Médico localizamos apenas o Exame Admissional. Segundo o responsável pela área médica (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – MR7.4.3.5), o Atestado de Saúde Ocupacional Admissional tem a validade de 90 dias não sendo necessário fazer outros exames neste período, a exceção, do exame físico, porém faltou o formulário do exame demissional com assinatura e carimbo do médico e assinatura do ex-empregado. Consoante legislação pertinente, no Atestado de Saúde Ocupacional - ASO deve conter referências aos itens: admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho por mais de 30 dias/por afastamento médico e demissional, o que não foi constatado na maioria das pastas funcionais. De uma maneira geral, existe a falta de numeração nos documentos contidos nas pastas funcionais. Em relação aos empregados objeto da amostra, constatou-se a falta de alguns documentos exigidos no momento da demissão. A título de exemplo, citamos a ausência do atestado de saúde ocupacional. Em relação ao acerto de contas dos ex-empregados (matrículas n.ºs: 106.670, 601.932, 034.108, 106.997, 107944, 100658, 023246, 106979 e 108045), conferimos os cálculos do TRCT (fls. s/n.º) e também os documentos das áreas pertinentes, relativos aos possíveis débitos/atualizações, proventos e/ou nada consta (verbas: pensão alimentícia, devolução/adiantamento de 13º Salário, de antecipação salarial, de adicional de</p>		

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>férias, do abono pecuniário de férias, reposição de adiantamento de férias, horas extras, ligações interurbanas, etc.). Verificou-se a exatidão dos cálculos das rescisões de contrato examinadas. Na situação de demissão sem justa causa, observou-se que somente houve casos de desligamento de empregados com contrato especial. Em virtude de tais constatações, adverte-se que a Conab corre os riscos, tais como: a) a não devolução da carteira do SAS possibilita a utilização indevidamente nos estabelecimentos credenciados pelos usuários, embora tenha que apresentar além da carteira do SAS, um documento de identificação no ato do atendimento, este nem sempre é exigido; e b) a não informação do valor devido a ser descontado no TRTC, pela área competente, poderá acarretar prejuízo financeiro à Companhia.</p>		
		<p>857.2 - Recomendamos à DIRAD/Sureh, justificar as causas que motivaram o procedimento de admissão e demissão dos ex-empregados matrícula Siape nº 1299650 (Conab nº 601932), matrícula Siape nº 1359716 (Conab nº 601720), matrícula Siape nº 2421982 (Conab nº 108067) e matrícula Siape nº 3586220 (Conab nº 108214).</p>	<p>de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>857.2 - As admissões, matrículas SIAPE n.ºs 1299650, 1359716, 2421982 e 3586220, foram realizadas em conformidade com as Portarias de designação, emitidas pela PRESI com base nos Artigos 14 e 27 do Regulamento de Pessoal da Conab(Contrato Especial). Quanto as demissões, ocorreram na forma do disposto no item 1 do “Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança”, celebrado entre os ex-empregados e a Conab e Portarias PRESI de destituição das funções.</p> <p>de jose.santiago em 31/01/2011 como Pendente</p> <p>O “Contrato de trabalho para as funções gerenciais e de confiança” não atende aos preceitos basilares gravados no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal/1988 e demais normativos vigentes. O item 1 do referido “contrato” estabelece que havendo destituição da função de confiança, este fica automaticamente rescindido, cabendo somente a “Rescisão por justa causa” ou a “Rescisão a pedido”, e não a rescisão IMOTIVADA que gera o pagamento de verbas indenizatórias. Portanto</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>solicitamos atentar para as seguintes redações, expostas no item 847 do relatório de auditoria n.º 024/2010, que trata dos seguintes assuntos: a) Contratação de empregado SEM concurso público; b) Entendimento firmado pelo Ministério Público do Trabalho, que não há embasamento legal para a contratação de empregados na Administração Pública sem concurso público, ajuizando ações contra o artifício usado pelas empresas públicas de contratar empregados burlando o dispositivo constitucional sob a alegação de contratação para cargos em comissão, situação não prevista no Decreto Lei n.º 5452 de 1º de maio de 1943 (CLT); c) Decreto n.º 17 de 1º/2/1991- Art. 3º = veda aos dirigentes de empresas públicas federais a contratar pessoal a qualquer título; d) Decreto n.º 322 de 1º/11/1991 = se ateuve a reposição de pessoal, permanecendo vedada a criação de cargos, alteração de estrutura de carreira e o ingresso de pessoal a qualquer título que necessitam de aprovação ministerial e dotação orçamentárias para serem implementadas; Assim, no entendimento desta equipe de auditoria interna, as respostas oferecidas não são consistentes para a análise e avaliação ao que foi recomendado,</p>
		<p>857.3 - Recomendamos à Dirad/Sureh, justificar as causas que motivaram o procedimento das rescisões dos contratos dos empregados de matrículas Siape n.ºs 2421982, 3586220 e 1267083 da forma como foram efetuadas, as posteriores admissões, e quais foram as autoridades que deram provimento a esses procedimentos.</p>	<p>de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>857.3- As demissões dos ex-empregados, matrículas n.ºs 2421982 e 3586220, foram procedidas com base no disposto no item 1 do “Contrato de Trabalho para as Funções Gerenciais e de Confiança” celebrado entre os ex-empregados e a Conab, mediante Portarias PRESI de destituição das funções. As contratações, foram realizadas de acordo com Portarias PRESI de designação e Artigos 14 e 27 do Regulamento de Pessoal da Conab. Ressaltando que o prazo de 90 dias para as novas contratações, estabelecido pela Portaria MTA n.º 384/92, foi devidamente observado. Informamos ainda que a matrícula SIAPE n.º 1267083, pertence a empregado lotado na GEFOP, com Contrato normal de Trabalho em vigor desde 05/05/1980.</p> <p>de jose.santiago em 31/01/2011 como Pendente</p> <p>Retificando os termos desta recomendação, informamos</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>que por equívoco desta equipe de auditores internos, citamos indevidamente o nº da matrícula siape nº 1267083, quando o correto seria a matrícula siape de nº 1577038, solicitamos pois efetuarem a devida alteração. Considerando que essa Sureh/Gefop observou o teor estabelecido pela portaria nº 384/1992 do Ministro do Trabalho e da Administração – MTA, não observou entretanto o artigo 37 – inciso II da Constituição Federal de 1988 e demais normativos vigentes O item 1 do “Contrato de trabalho para as funções gerenciais e de confiança” não atende aos preceitos basilares da Magna Carta, e estabelece que havendo destituição da função de confiança, este fica automaticamente rescindido, cabendo somente a “Rescisão por justa causa” ou a “Rescisão a pedido”, e não a rescisão IMOTIVADA que gera o pagamento de verbas indenizatórias. Portanto, solicitamos também atentar para as redações expostas no item 847 do relatório de auditoria nº. 024/2010, que trata dos seguintes assuntos: a) Contratação de empregado SEM concurso público; b) Entendimento firmado pelo Ministério Público do Trabalho, que não há embasamento legal para a contratação de empregados na Administração Pública sem concurso público, ajuizando ações contra o artifício usado pelas empresas públicas de contratar empregados burlando o dispositivo constitucional sob a alegação de contratação para cargos em comissão, situação não prevista no Decreto Lei nº 5452 de 1º de maio de 1943 (CLT); c) Decreto nº 17 de 1º/2/1991- Art. 3º = veda aos dirigentes de empresas públicas federais a contratar pessoal a qualquer título; d) Decreto nº 322 de 1º/11/1991 = se ateuve a reposição de pessoal, permanecendo vedada a criação de cargos, alteração de estrutura de carreira e o ingresso de pessoal a qualquer título que necessitam de aprovação ministerial e dotação orçamentárias para serem implementadas; Assim, no entendimento desta equipe de auditoria interna, as respostas oferecidas não são consistentes para a análise e avaliação ao que foi recomendado.</p>
	858 - Na Auditoria de Balanço do exercício 2009, constatou-se que existem débitos de	858 - Na Auditoria de Balanço do exercício 2009, constatou-se que existem débitos de	de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente 858.1 - Por meio da CI/SUFIN/GECOB n.º 949, de

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>empregados e ex-empregados em aberto, cujo comando de cobrança não foi encaminhado pela área de Recursos Humanos à Sufin/Gecob. No quadro a seguir estão identificados os empregados e ex-empregados cujos débitos deverão ser encaminhados Gecob para efeito de cobrança.</p>	<p>empregados e ex-empregados em aberto, cujo comando de cobrança não foi encaminhado pela área de Recursos Humanos à Sufin/Gecob. No quadro a seguir estão identificados os empregados e ex-empregados cujos débitos deverão ser encaminhados Gecob para efeito de cobrança.</p>	<p>19/05/2010, encaminhada à DIRAD, foi solicitada providência quanto as pendências constantes no item acima mencionado. A GEFOP pelo despacho datado de 02/07/2010, cópia anexa, encaminhado à SUREH e posteriormente à SUFIN/GECOB, em 06/07/2010, demonstrou a situação de cada caso. A SUREH, adotará medidas com o intuito de evitar ocorrências desta natureza.</p> <p>858.1 - Por meio da CI/SUFIN/GECOB n.º 949, de 19/05/2010, encaminhada à DIRAD, foi solicitada providência quanto as pendências constantes no item acima mencionado. A GEFOP pelo despacho datado de 02/07/2010, cópia anexa, encaminhado à SUREH e posteriormente à SUFIN/GECOB, em 06/07/2010, demonstrou a situação de cada caso. A SUREH, adotará medidas com o intuito de evitar ocorrências desta natureza.</p> <p>Consoante resposta apresentada pela Sureh/Gefop, já foi encaminhada à Sufin/Gecob a relação dos empregados/ex com débitos em aberto, objetivando a cobrança.</p>
	<p>860 - Analisou-se os Demonstrativos de Utilização do Serviço de Assistência à Saúde - SAS, dos empregados da Matriz e cedidos, objetivando verificar a consistência da utilização pelos usuários, dos percentuais de participação aplicados e dos ressarcimentos feitos à Companhia. Na tabela 1 são destacadas as impropriedades constatadas. Comentários a respeito das impropriedades encontradas: a) os itens de 01 a 14, demonstram que não houve participação dos empregados no valor das consultas realizadas ou o percentual de participação diverge dos 40% estabelecidos em acordo coletivo, para todos os empregados; b) os itens de 15 a 21, demonstram que as Consultas/Exames conjugados, apresentam percentuais de participação acima do regulamentado para os empregados; c) os itens de 22 a 28, demonstram que os Exames realizados tiveram as participações dos</p>	<p>860.1 - Recomendamos à Sureh/Gesas informar à Audin, a razão da divergência existente na participação dos empregados nas consultas realizadas (item a).</p>	<p>de em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>Para os Itens 1 e 3, tem-se a seguinte resposta: Revista a documentação de conformidade. Trata-se de consulta médica destinada ao Periódico (empregado foi à clínica sem solicitar previamente a GUIA no atendimento da GESAS). A correção foi feita por ocasião da conferência de fatura; Item 2: Trata-se de autorização prévia de procedimento, cuja participação financeira o empregado está isento; Itens 4, 7, 8 e 12: Trata-se de Consulta e Exames, cuja prestação de serviço foi realizada por intermédio de uma única Guia de Atendimento. Contudo, os descontos individualizados estão corretos. Saneamento: doravante os procedimentos serão lançados individualmente; Itens 5, 9, 10, 11, 13 e 14: Cobrança de participação a menor, em função da digitação de código incorreto, cuja diferença será descontada na verba apropriada para esse fim. Motivo: estagiários novos; na oportunidade verificou-se dificuldades na aprendizagem e assimilação das rotinas de lançamentos, em face do grande volume de digitação. Saneamento: maior atenção será dada</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>empregados divergentes da regulamentada; d) os itens 29 a 31, demonstram que a participação dos empregados ficou acima do percentual autorizado; e) os itens 32 a 36, demonstram que nas “Terapias” realizadas, nem sempre houve a cobrança da participação dos empregados; f) o item 37 não apresenta o desconto da participação do empregado para o tratamento de “Odontologia”; e g) nos itens 38 e 39 houve equívoco na discriminação do valor para o serviço prestado, pois R\$40,00 é o valor para "Autorização de Procedimento", enquanto que para “Asses Técnica” teria que ser R\$80,00. Também não houve desconto da participação do empregado nos dois casos.</p>		<p>a esse item; Item 6: Tratamento de avaliação terapêutica e não consulta. Houve troca de código do procedimento. Entretanto, a cobrança da participação está correta. Saneamento: maior atenção será dada a esse item. de em 25/01/2011 como Pendente Os itens de de de joao.filho em 07/02/2011 como Solucionado Consoante resposta da Sureh/Gesas, consideramos o item solucionado. Alertando, que doravante, seja dada maior atenção aos respectivos lançamentos das guias de atendimento médico.</p>
		<p>860.2 - Recomendamos à Sureh/Gesas verificar a possibilidade de desmembrar dos comandos no SAS, as Consultas Médicas dos Exames diversos realizados, evitando a aplicação incorreta do percentual de participação dos empregados acima do normatizado (item b).</p>	<p>de luciano.lopes em 25/01/2011 como Pendente Para os itens 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, tem-se a seguinte resposta: Trata-se de Consulta e Exames, cuja prestação de serviço foi realizada por intermédio de uma única Guia de Atendimento, cujos descontos da participação financeira do empregado estão corretos. Saneamento: doravante os procedimentos serão lançados individualmente. de joao.filho em 28/01/2011 como Solucionado Consoante resposta apresentada pela Sureh/Gesas, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>860.3 - Recomendamos à Sureh/Gesas informar à Audin, porque a participação dos empregados nos serviços "exames" e "ambulatório" estão divergentes do regulamentado, e, especificamente no item 22 da tabela 1, foi descontado 100% do valor, quando trata-se de dependente típico “esposa” (itens c - d).</p>	<p>de em 25/01/2011 como Pendente Para o Item 22, tem-se a seguinte resposta: Não há informações a listar sobre este item. Trata-se de GUIA inexistente no Sistema; Itens 23, 24 e 28: Trata-se de Consulta e Exames, cuja prestação de serviço foi realizada por intermédio de uma única Guia de Atendimento, cujos descontos da participação financeira do empregado estão corretos. Saneamento: doravante os procedimentos serão lançados individualmente; Item 25: Houve lançamento do código de cálculo para consulta, ao invés daquele destinado a exames. Todavia, o desconto da participação financeira está correto. Saneamento: maior atenção será dada a esse item; Item 26: Trata-se de exame vinculado ao</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>“Periódico”. Portanto o cálculo da participação financeira do empregado está correto; Item 27: Houve uma glosa no total da guia, cujo valor líquido o Sistema não está transportando para o demonstrativo contábil do empregado. Todavia, o cálculo da participação financeira do empregado está correto. Saneamento: gestões serão feitas na área de tecnologia e informação, objetivando corrigir a presente ocorrência.</p> <p>de joao.filho em 14/02/2011 como Pendente</p> <p>Consoante resposta apresentada pela Sureh/Gesas, as providências para melhoria das distorções apresentadas no item estão sendo implementadas. Contudo, a resposta apresentada para o item 22 não satisfaz, visto que o n.º da guia 200900056627, foi retirado do Demonstrativo de Utilização e Participação no SAS do mês 03/2010 do empregado matrícula n.º 107607 e Siape n.º 1637660-7, onde foi descontado 100% do valor do exame, sendo que trata-se de dependente típico “esposa”.</p> <p>de em 22/03/2011 como Pendente</p> <p>Ao reexaminar o Item 22, deparamo-nos com a seguinte situação: Inicialmente, pedimos escusas pela manifestação anterior desta GESAS. Em verdade, a guia existe, sim, cuja participação integral ocorreu de forma incorreta, em função de lançamento de código destinado a filho de empregado, maior de 21 anos, não universitário, solteiro, dependente econômico, na forma prevista no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, Biênio 2009/2011. Saneamento: Considerando que a participação financeira do empregado é 30%, ser -lhe-á devolvida na Folha de Pagamento do Mês de Maio/2011 a cota-parte patronal descontada indevidamente, no valor de R\$629,01. Em reunião com os colaboradores envolvidos, em que pese o grande volume de faturamento, enfatizamos a necessidade de redobrar a atenção, quando dos lançamentos.</p> <p>de joao.filho em 24/03/2011 como Solucionado</p> <p>Em conformidade com as providências adotadas por essa Sureh/Gesas, consideramos o item solucionado.</p>
		860.4 - Recomendamos à Sureh/Gesas	de luciano.lopes em 25/01/2011 como Pendente

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
		<p>justificar a falta de cobrança da participação do empregado para o procedimento nas terapias (Item e) a exemplo dos itens 32 e 34.</p>	<p>Para os itens 29, 30 e 31, tem-se a seguinte resposta: Trata-se de Consulta/Material e Medicamento, cuja prestação de serviço foi realizada por intermédio de uma única Guia de Atendimento. Todavia, os descontos da participação financeira do empregado estão corretos. Saneamento: doravante os procedimentos serão lançados individualmente.</p> <p>de joao.filho em 09/02/2011 como Solucionado</p> <p>Consoante resposta da Sureh/Gesas, apontando que serão adotados novos procedimentos de lançamento, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>860.5 - Recomendamos à Sureh/Gesas informar à Audin, porque não houve a participação do empregado no tratamento odontológico realizado (item f).</p>	<p>de luciano.lopes em 25/01/2011 como Pendente</p> <p>Para os itens 32, 34, 35 e 36: Trata-se de procedimento vinculado à Campanha de Ginástica Laboral – Massagem Terapêutica Expressa, cuja participação financeira o empregado está isento. Saneamento: gestões serão feitas na área de informática, no sentido de substituir o termo “Terapia” para “Massagem Terapêutica Expressa”; Item 33: Nada a comentar e a propor, já que o cálculo da participação financeira do empregado está correto; Item 37: Houve lançamento do código de especificação para “Odontologia”, ao invés daquele destinado à “Odontologia/ Periódico”, que inclui consulta, profilaxia e aplicação tópica de flúor. Todavia, o cálculo de isenção da participação financeira do empregado está correto. Saneamento: maior atenção será dada a esse item.</p> <p>de joao.filho em 15/02/2011 como Solucionado</p> <p>Consoante resposta apresentada pela Sureh/Gesas, das providências que serão implementadas, consideramos o item solucionado.</p>
		<p>860.6 - Recomendamos à Sureh/Gesas atentar para o correto lançamento das rubricas, evitando assim ocorrências como as descritas no item g.</p>	<p>860.6 - Recomendamos à Sureh/Gesas atentar para o correto lançamento das rubricas, evitando assim ocorrências como as descritas no item g.</p> <p>Para os itens 38 e 39, tem-se a seguinte resposta: O código de lançamento está correto, bem como a isenção da participação financeira do empregado, restando apenas adequar a nomenclatura do procedimento. Saneamento: tal providência já está sendo implementada no Sistema.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			de em 28/01/2011 como Solucionado Acatamos a resposta apresentada pela Sureh/Gesas, item solucionado.
		860.7 - Recomendamos à Sureh/Gesas, aprimorar o controle dos descontos efetuados visando a evitar lançamentos incorretos e inconsistentes, que fragilizam a confiabilidade no Sistema SAS.	de luciano.lopes em 25/01/2011 como Pendente Acolhemos a recomendação procedente da AUDIN, que será levada a efeito por esta GESAS, questionando com as áreas competentes da SUTIN, por intermédio da SUREH/DIRAD. de joao.filho em 28/01/2011 como Solucionado De acordo com a resposta da Sureh/Gesas, o item foi considerado solucionado.
	861 - Encontrou-se divergências no registro do “Desconto em Folha” entre o Demonstrativo do SAS e o comandado na Folha de Pagamento, conforme tabela 2 a seguir:	861.1 - Recomendamos à Sureh diligenciar no sentido de eliminar as divergências entre os registros dos “Descontos em Folha” dos Demonstrativos do SAS e os descontos efetivados na Folha de Pagamento.	de em 25/01/2011 como Pendente De fato essas inconsistências vêm ocorrendo desde a implantação do Sistema Sênior, sendo que as ocorrências se acentuaram nas seguintes situações: 1 - no mês de dezembro/2009, quando do lançamento do abono salarial, após o envio do movimento da folha de pagamento para o SIAPE, o sistema apresentou uma série de divergências na participação financeira dos empregados no SAS X Folha de Pagamento gerada pelo Sistema Sênior; 2 - do mesmo modo, no mês de junho/2010, quando da migração de empregados do plano de cargos atual para o novo, tais divergências ocorreram em maior escala; Cumpre informar que essas divergências só ocorrem após os lançamentos feitos pela GESAS, conforme cronograma estabelecido para esse fim, e decorrem, originariamente, por ocasião da geração da folha de pagamento pelo Sistema Sênior, com vistas à sua migração para o SIAPE. O assunto é do conhecimento e domínio, tanto dos técnicos da folha de pagamento quanto da área de tecnologia e informação, cujo saneamento, em face da competência regimental, carece essencialmente da intervenção da GEFOP, já que os desencontros ocorrem no exato momento da geração da folha de pagamento pelo Sistema Sênior, antes da sua migração definitiva para o SIAPE. de joao.filho em 16/02/2011 como Pendente Solicitamos que a pendência do item seja repassada à

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>Sureh/Gefop, para que esta informe à Audin as providências que serão adotadas, com vista à solução das divergências descritas.</p> <p>de em 21/03/2011 como Pendente</p> <p>O encaminhamento da pendência à SUREH, com vistas à GEFOP, fora realizada por intermédio da CI/GESAS N° 136, de 21/3/2011.</p>
	<p>862 - A Sureh não dispõe de um lotaciograma para subsidiar a distribuição do seu quadro de pessoal, sob o ponto de vista do quantitativo e dos perfis requeridos em relação às competências regimentais. Quanto ao assunto a Corte de Contas alertou:[...]Assunto: PESSOAL. DOU de 15.12.2010, S. 1, p. 182. Ementa:determinação à UFMT para que: a) elabore lotacionograma, sob a responsabilidade centralizada da Coordenação de Gestão de Pessoas da UFMT, de todos servidores da UFMT e do HUJM, se possível em meio eletrônico e/ou integrado com o banco de dados do SIAPE, para que possa ser atualizado regularmente com informações fidedignas e concisas, contendo a relação nominal dos servidores em exercício na Universidade (UFMT) e seu Hospital Universitário (HUJM), lotação, natureza da contratação, cargo, escolaridade, carga horária, data de admissão, data de desligamento e demais ocorrências consideradas pertinentes; b) elabore estudo acerca das reais necessidades de recursos humanos de cada unidade e/ou departamento da UFMT, com base em premissas tecnicamente sustentáveis, de modo a compatibilizar a força de trabalho disponível com as atribuições de cada setor, evitando excessos e insuficiências de servidores em determinadas áreas, verificando, com periodicidade regular, os resultados desse estudo com a real disposição dos recursos humanos no lotacionograma</p>	<p>862.1 - Recomendamos à Dirad que atenda as determinações do Órgão de Controle Externo e elabore lotaciograma para as diversas unidades funcionais da Companhia, consoante descrito no Acórdão n° 7.294/2010-2ª Câmara, de 15.12.2010, e noticie a Audin quanto as providências tomadas.</p>	<p>de vladimir.garcia em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Consoante disposto no art. 88, seção III do Regimento Interno da Companhia cabe à Gerência de Ações de Modernização de Gestão de Recursos Humanos, subordinada à Superintendência de Modernização e Capacitação - SUMOC "controlar e manter o quadro de pessoal da Companhia. Assim, será encaminhada CI à DIRAD para que seja transmitida à SUMOC a recomendação feita pela AUDIN</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Pendente</p> <p>Tendo em vista o direcionamento do assunto para a SUMOC, solicitamos remeter cópia da CI de encaminhamento para acompanhamento desta Audin.</p> <p>de raimunda.amorim em 25/03/2011 como Pendente</p> <p>Segue via e-mail desse Auditor a CI SUREH N° 128/2011, com as providências que nos competiam adotar com relação ao item 862. Por motivos que desconheço não foi possível anexá-la/transmiti-la via SIAUD.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>proposto na letra “a” supra (itens 1.4.1.2 e 1.4.1.3, TC-020.518/2008-5, Acórdão nº 7.294/2010-2ª Câmara). [...].</p>		
	<p>863 - Com referência à questão em comento, é oportuno trazer inicialmente à baila o Acórdão nº 7.456/2010 – 2.ª Câmara, do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no DOU de 15.12.2010, que alerta ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Dest, “que adote as medidas pertinentes junto à Presidência de República e aos Ministérios aos quais existem empresas públicas ou sociedades de economia mista vinculadas, dependentes de recursos federais para pagamento de despesas de pessoal e custeio em geral, que o Tribunal considera indevido o pagamento da gratificação natalina, na forma das Leis nº 4.090/1962 e 4.749/1965, aos seus dirigentes, cumulativamente com a parcela prevista no § 2.º, alínea “c”, do art. 3.º do Decreto-Lei nº 2.355/1987, uma vez que tal procedimento é vedado pelo Enunciado nº 171 da Súmula/TCU.” O § 2.º, alínea “c”, do art. 3.º do Decreto-Lei nº 2.335/1987, referenciada pelo Acórdão supracitado, estabelece: “ 2.º Para fins da fixação dos honorários, bem assim para o cálculo do acréscimo de que trata o parágrafo anterior, serão considerados, exclusivamente, as parcelas da maior retribuição paga a empregado da entidade, compreendendo: - o salário-base do Plano de Cargos e Salários, efetivamente pago e não computadas as vantagens a que se refere o art. 5.º; - a gratificação de função ou equivalente; - a gratificação de Natal (Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1.962); e - o adicional por tempo de serviço”. Consoante o disposto no diploma citado, que fundamentou o Acórdão 7456/2010, é vedado o pagamento da gratificação natalina ao dirigente que optar, a título de honorário, pela maior retribuição para</p>	<p>863.1 - Consoante o disposto nas Leis nº 4.090/1962 e nº 4.749/1965, Decreto-Lei nº 2.355/1987, Acórdão nº 7.456/2010-TCU e Súmula nº 171 – TCU, recomendamos a Dirad informar: a) quais os diplomas legais que sustentam a atual sistemática de definição dos honorários dos dirigentes; b) se dirigentes optaram pela maior retribuição paga a empregado da estatal, com o acréscimo regulamentar; c) qual o procedimento adotado para dirigentes que, embora tenham vínculo com a administração pública, optaram pela maior retribuição de empregado da entidade, com o acréscimo regulamentar.</p>	<p>de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>863.1 a) A sistemática de definição dos honorários dos Dirigentes da Companhia está em conformidade com o disposto no art. 3º, item II, § 1º e 2º, alíneas a, b, c e d do Decreto-Lei nº 2.355, de 27/08/1987, tendo como última alteração o mês de janeiro/2010.</p> <p>de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>b) Constam nas pastas funcionais dos Diretores, matrículas SIAPE nºs 1369719, 1579227 e 0130044, formulários de Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, as quais informam que não possuem outro emprego, assim, entendemos, SMJ, não ser necessário firmar termo de opção pela retribuição paga a empregado da entidade estatal, para a qual foi nomeado, na forma do artigo 3º do citado Decreto-Lei. Quanto a ausência documental na pasta funcional dos demais Diretores, estão sendo providenciadas ditas Declarações; c) Supomos que a referência foi feita com relação à matrícula SIAPE nº 0130044(Diretor), o qual recebe valores de aposentadoria por outro órgão e seus honorários pela Conab, com base no disposto no Decreto-Lei acima mencionado, sendo controlado, automaticamente, pelo sistema SIAPE, o “ABATE TETO”, em obediência ao disposto no artigo 37 da Constituição Federal;</p> <p>de em 31/01/2011 como Solucionado</p> <p>Tendo em vista a manifestação conclusiva da Gepes/Matriz, consideramos o item solucionado.</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	o empregado da entidade com o acréscimo de 20%, quando a composição deste mesmo honorário contemplar a parcela da gratificação natalina, por se constituir em um “bis in idem”.		
		<p>863.2 - Recomendamos, ainda, que a Dirad disponibilize planilha atualizada da composição dos honorários dos dirigentes com a identificação do paradigma, como também informe quais as providências adotadas para sanear disfunções decorrentes da adoção de eventuais procedimentos atualmente utilizados, que conflitam com a legislação aplicável à espécie.</p>	<p>de aldecio.almeida em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>863.2 Segue planilha de composição dos honorários dos dirigentes, com a identificação do paradigma, onde pode ser constatada a ausência da gratificação natalina, razão pela qual, esta é paga aos senhores Diretores nas épocas previstas pela Lei. Portanto, entendemos não haver conflitos nas medidas adotadas pela Conab, até então, com relação à Legislação pertinente (Decreto-Lei 2.355/87).</p> <p>de osvaldo.pateiro em 31/01/2011 como Pendente</p> <p>Conforme se depreende do art. 3º, do Decreto-Lei n.º 2355, de 27/8/1987, serão consideradas as parcelas para fins da fixação dos honorários, exclusivamente: a) o salário base do plano de cargos e salários, efetivamente pago e não computadas as vantagens a que se refere o art. 5º; b) a gratificação de função ou equivalente; c) a gratificação de natal; e d) o adicional por tempo de serviço. Assim, solicitamos o embasamento legal para a inclusão no cálculo da composição dos honorários de diretores das parcelas “Gratificação incorporada” e “14º salário (1/12 avos)”, porquanto constituem-se em “vantagens pessoais adquiridas” e tenham natureza salarial, o que não se confunde com o salário base e a gratificação de função ou de atividade quando existentes.</p> <p>de aldecio.almeida em 28/03/2011 como Pendente</p> <p>A documentação comprobatória está sendo enviada via CI/SUREH</p> <p>de em 28/03/2011 como Pendente</p> <p>Honorários da Diretoria, foram reajustados até janeiro/2010, ainda com base no Decreto-Lei nº 2.355/87, o qual permitia tomar como referência empregado de maior remuneração (paradigma). A inclusão do 14º salário na composição dos honorários está amparada pelo Despacho PROGE/ADASC de 22/02/199, aprovado pelo Presidente da CONAB, constante do processo CONAB nº</p>

Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>0679/1996. Quanto a Gratificação de Função incorporada, também inclusa, entendemos "SMJ", que a mesma encontra guarida no citado Decreto-Lei, Art. 3º letra "b", vez que este não faz menção se a gratificação a ser considerada é incorporada ou não, tendo esta prática sido considerada a partir de agosto de 2007, utilizando-se na época o empregado Jacinto ferreira como paradigma e atualmente o empregado José Carlos de Andrade. Na oportunidade, informamos que encontra-se em tramitação na PRESI proc. CONAB 1534/2010, com outros parâmetros para obtenção dos novos valores dos honorários, seguindo orientação do DEST/MP</p>
	<p>864 - Considerando a obrigatoriedade da entrega da declaração de ajuste anual de imposto de renda, em atendimento a Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007, de 6.9.2007, e ao disposto na CI DIRHU n.º 36/2009, de 25.3.2009, verificou-se que na maioria das pastas funcionais não constam o envelope lacrado contendo a documentação exigida, declaração ou a autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física. A exemplo citamos o nomeado matrícula Siape n.º 1577038, cuja documentação, relativa a declaração do exercício de 2010 ano base de 2009, não foi localizada em sua pasta funcional.</p>	<p>864.1 - Recomendamos a Dirad/Sureh fazer cumprir a exigência legal quanto a apresentação da declaração de bens e valores consoante a Portaria Interministerial MP/CGU n.º 298/2007 e CI Dirhu n.º 36/2009, de 25.3.2009.</p>	<p>de em 26/01/2011 como Pendente</p> <p>Em 25/03/2009 foi expedida Comunicação Interna Circular Dirhu n.º 36/2009, para todos os empregados, via e-mail. Constatadas as ausências de apresentação por alguns empregados, foi emitida nova CI sob n.º 461 de 12/11/2010 instando o cumprimento da determinação legal. Considerando que em breve teremos nova apresentação de Declaração de Imposto de Renda será feita consulta aos órgãos competentes da Companhia com vista a eventual aplicação de penalidade.</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado</p> <p>de osvaldo.pateiro em 27/01/2011 como Solucionado</p>

Anexo C

Quadro CXXXIV - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000364					
Objetivo da consultoria:		A GECUP conta com uma equipe especializada em custos de produção, porém o grande volume de trabalho, principalmente durante a fase de consolidação e manutenção do SIA GRO, justifica a necessidade de contratação de mais este consultor, que irá se encarregar de produzir uma tarefa definida cujo produto consiste de diversas planilhas de custos, tarefa que requer experiência na área de custos.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/05/2010	31/12/2010	40.590,00	40.590,00	40.590,00	40.590,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado do Rio Grande do Sul; e, cálculo do custo de produção de frango de corte, de suínos ciclo completo e de leitão. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados			31/05/2010	4.725,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos produção de frango de corte para o estado de Santa Catarina; e, calculo do custo de produção de frango de corte, suíno ciclo completo e leitão. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados.			30/06/2010	6.075,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado do Mato Grosso do Sul; e, calculo o custo de produção de frango de corte e de suíno ciclo completo. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados			27/07/2010	4.725,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado do Mato Grosso; e, com base nos levantamentos mensais dos preços efetuados pela Sureg MT, calcular o custo de produção de frango de corte e de suíno ciclo completo. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados.			30/08/2010	6.075,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado de Goiás; e, com base nos levantamentos mensais dos preços efetuados pela Sureg GO, calcular o custo de produção de frango de corte e de suíno ciclo completo. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos			27/09/2010	4.950,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado do Espírito Santo; e, calcular o custo de produção de frango de corte e de suíno ciclo completo. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados.			27/10/2010	5.670,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado de Minas Gerais; e, calcular o custo de produção de produção de frango de corte e de suíno ciclo completo. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados			22/11/2010	4.320,00	
Relação dos coeficientes técnicos pesquisados e atualizados relativos a produção de frango de corte para o estado do Pernambuco e Ceará; e, calcular o custo de produção de frango de corte e de suíno ciclo completo. produto: Planilhas contendo a relação dos insumos com os respectivos coeficientes técnicos devidamente revisados e o cálculo do custo de produção dos produtos especificados			15/12/2010	4.050,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Ademir Francisco Giroto			CPF 141.390.069-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os circuitos de longa distância das Unidades Armazenadoras e Frigoríficas (79). Relatório descrevendo a linha geral da implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo instalação, configuração	05/04/2010	6.900,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 5 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	03/05/2010	7.150,00
Prospecção de sistema de VoIP para atender a Conab no âmbito da Matriz e Suregs e as UAs cujos links comportem. Relatório técnico	23/05/2010	5.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 6 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki	20/06/2010	6.850,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 7 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki	28/07/2010	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 8 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	09/08/2010	6.800,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 9 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki	23/08/2010	6.900,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 10 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki	03/09/2010	7.200,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 11 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki	17/09/2010	7.100,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 12 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki	30/09/2010	7.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Aderbal Botelho Leite Neto	CPF 021.741.264-51
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 27/09/2010		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000780					
Objetivo da consultoria:		Realização de avaliação das atividades realizadas sob a égide do sub-componente/projetom4do projeto Conab-Pnud BRA 03/034			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/09/2010	15/12/2010	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Revisão de material secundário de avaliação das redes e PAA e apresentação de proposta metodológica para avaliação do Resultado 4				30/09/2010	3.000,00
Avaliação de rede estadual: caso da rede no estado do Mato Grosso (Cartas de Acordo com AJOPAM e FASE-MT)				30/09/2010	5.000,00
Avaliação de rede regionais: caso da rede no estado de Goiás e oeste de Minas Gerais e Bahia (Carta de Acordo com CEDAC-GO)				30/09/2010	4.000,00
Avaliação de rede estadual: caso da rede nos estados da Bahia e Sergipe (Cartas de Acordo com ARCO-Sertão, CEALNOR, SASOP e CFAC)				30/10/2010	5.000,00
Avaliação da rede temática: o caso da rede ANA (Agroecologia)				30/10/2010	4.000,00
Avaliação de rede estadual: caso da rede no estado do Pará (Cartas de Acordo com APACC, CEAPAC E FASE-PA)				30/10/2010	5.000,00
Avaliação de estudos e pesquisas compúblicos específicos específicos (índios, mulheres, etc)				30/11/2010	4.000,00
Relatório Preliminar para discussão				30/11/2010	2.000,00
Relatório Final				10/12/2010	8.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Alberto Bracagioli Neto			CPF 280.285.540-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000689					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio de levantamento de requisitos juntos aos usuários dos sistemas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/08/2009	31/12/2010	119.000,00	119.000,00	13.970,00	42.270,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-01-05				23/08/2009	7.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-02-05				05/10/2009	7.120,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-03-05.				02/11/2009	7.100,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-04-05.				03/12/2009	7.080,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-05-05.				02/01/2010	6.980,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-06-05.				01/02/2010	6.990,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-07-05.				03/03/2010	7.050,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-08-05.				02/04/2010	7.020,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-09-05				02/05/2010	6.995,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-10-05				01/06/2010	6.890,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-11-05.				01/07/2010	6.895,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-12-05				31/07/2010	7.030,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-13-05.				30/08/2010	6.830,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-14-05.				29/09/2010	6.850,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-15-05.				29/10/2010	7.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-16-05.				28/11/2010	7.040,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-17-05				15/12/2010	7.130,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Alderado Rubem de Farias Neto			CPF 056.888.514-73
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 06 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 12/03/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000782					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de administração e treinamento em banco de dados, objetivando principalmente suporte aos sistemas: SIAGRO, SIGEST, SIAGEN, SICARM, XFAC, XFACWEB, SISCOE, SISSUB, SIAUDI, SISCOT, SIAGRO-DW, SIGEST-DW, SICARM-DW, SISCOE-D, XFAC-DW, dentre outros que venham a ser desenvolvidos			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/09/2010	15/12/2010	96.000,00	96.000,00	29.800,00	29.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 01 - 03				24/09/2010	7.250,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 02 - 03				05/10/2010	7.550,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 03 - 03				15/10/2010	7.350,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 04 - 03				23/10/2010	7.650,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 05 - 03				01/11/2010	7.300,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 06 - 03				10/11/2010	7.600,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 07 - 03				19/11/2010	8.200,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 08 - 03				27/11/2010	8.400,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 09 - 03				05/12/2010	8.550,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 10 - 03				07/12/2010	8.600,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 11 - 03				09/12/2010	8.750,00
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 12 - 03				10/12/2010	8.800,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Alexandre Rodrigues de Alencastro			CPF 346.144.350-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 04 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 10/12/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000218					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de design e formatação visual das interfaces de sistemas para usuários. Esse trabalho deverá ser executado nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócio.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2010	30/11/2010	47.250,00	47.250,00	47.250,00	47.250,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório 01 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais				16/04/2010	5.500,00
Relatório 02 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais				06/05/2010	5.100,00
Relatório 03 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				31/05/2010	4.700,00
Relatório 04 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				23/06/2010	4.850,00
Relatório 05 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				09/07/2010	4.600,00
Relatório 06 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				30/07/2010	4.550,00
Relatório 07 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				20/08/2010	4.200,00
Relatório 08 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				10/09/2010	4.400,00
Relatório 09 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais.				01/10/2010	4.750,00
Relatório 10 do Pacote de Solicitações de Projeto de Interface Visual dos Sistemas Corporativos e Departamentais				22/10/2010	4.600,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Alexandre Yukihissa Hatano			CPF 865.024.841-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 22/10/2010					

Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 4. Relatório apresentando as diferenças.	08/04/2010	2.600,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 14 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	15/04/2010	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 15 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	13/05/2010	7.000,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 5. Relatório apresentando as diferenças.	20/05/2010	2.600,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 16 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	25/06/2010	7.000,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 6. Relatório apresentando as diferenças.	25/06/2010	2.600,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 17 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	15/07/2010	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 18 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	06/08/2010	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 19 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	20/08/2010	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 19 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	29/11/2010	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 19 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	12/03/2010	7.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Alison Barros da Silva	CPF 012.529.851-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 01/10/2010.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000373					
Objetivo da consultoria:		Executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/05/2010	31/12/2010	22.500,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Atualização do mapeamento de lavouras de café da mesorregião de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, contendo uma área conhecida de café de 53.408 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital				18/06/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Barra do São Francisco, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 22.064 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				16/07/2010	2.300,00
Mapeamento de lavouras de café dos municípios de Vila Pavão, Boa Esperança e São Gabriel da Palha, da microrregião de Nova Venécia no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 27.815 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital				13/08/2010	2.600,00
Mapeamento de lavouras de café dos municípios de Nova Venécia e Águia Branca, da microrregião de Nova Venécia no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 27.522 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				10/09/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café do municípios de Vila Valério, da microrregião de Nova Venécia no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 21.400 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				08/10/2010	2.800,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões do Senhor do Bonfim, de Itaberaba e de Feira de Santana, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 3.384 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital				29/10/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Irecê e Jacobina, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 4.959 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital				19/11/2010	2.900,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 14.425 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital				10/12/2010	2.300,00
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Cacoal, no estado de Rondônia, contendo uma área conhecida de café de 52.681 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				31/12/2010	2.400,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Allana de Oliveira Souza			CPF001.441.391-46
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: a consultora entregou todos produtos antes do termino do contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 16/12/2010.					

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000287					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento e adequação de dados de sistemas de informação aderentes ao SPED FISCAL			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/04/2010	18/06/2010	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de mapeamento do SPED FISCAL				08/06/2010	4.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Ana Karina Carneiro Barreto			CPF 869.520.055-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000578					
Objetivo da consultoria:		Executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
12/07/2010	15/12/2010	24.150,00	24.150,00	24.150,00	24.150,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Máscaras das áreas de plantio das matérias primas de produção de álcool na safra 2009/2010 no RS (imagens LANDSAT) e documento com especificação de rotinas de processamento de imagens digitais, extração de dados e geração de máscaras. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente			29/10/2010	4.225,00	
Máscaras das áreas de plantio de cereais de verão (soja e arroz) da safra de 2009/2010 no RS e em SC (imagens TERRA/MODIS) e documento com especificação de rotinas de processamento de imagens digitais, extração de dados e geração de máscaras. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.			16/11/2010	3.712,50	
Mapas de diferenças de máscaras (imagens LANDSAT) por estado para caracterização da evolução fenológica das matérias primas do álcool (2007 a 2009) e perfis espectrais por município. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente			22/11/2010	4.225,00	
Mapas de diferenças de máscaras (imagens TERRA/MODIS) por estado para caracterização da evolução fenológica de cereais (soja e arroz) no RS e SC (2007 a 2009) e perfis espectrais por município. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.			29/11/2010	3.712,50	
Identificação do uso do solo através das imagens de baixa resolução (ex: TERRA/MODIS) e das máscaras de cultivo das matérias primas do álcool e dos grãos, geradas com os produtos LANDSAT e TERRA/MODIS, no RS e em SC. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente			06/12/2010	4.225,00	
Perfil espectral temporal (2007 a 2010) dos grãos e das matérias primas do álcool por município, gerado a partir das máscaras de cultivo. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados (mapas e tabelas) armazenados em mídia conveniente.			13/12/2010	4.050,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Ana Paula Luz Wagner			CPF 927.489.370-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000973					
Objetivo da consultoria:		Coordenar o desenvolvimento do projeto Geosafiras. A coordenação desse projeto deverá ser executada nas funcionalidade capturadas por meio dos casos de uso de sistemas informações geográficas			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/09/2009	31/12/2010	153.000,00	144.100,00	144.100,00	153.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório sobre a organização e padronização do banco de dados das máscaras da cultura da cana-de-açúcar, elaborados no ano de 2008 pela CONAB, UNICAMP, UFRGS e SIMEPAR; Cronograma e estrutura analítica do planejamento do mapeamento e mascaramento de café, grãos e cana-de-açúcar; Relatório de qualidade de imagens utilizadas no mascaramento dos grãos nos estados do Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia; Relatório de qualidade de imagens utilizadas no mascaramento de cana-de-açúcar na região Nordeste; Relatório de atualização do acervo e qualidade de imagens utilizadas no mapeamento do café no estado de Minas Gerais; Relatório de levantamento de dados auxiliares para o mapeamento de lavouras de café no estado da Bahia; Cronograma de implantação e plano de trabalho dos produtos a serem gerados no laboratório LATIS no INMET; Relatório de aquisição e avaliação da qualidade de imagens selecionadas para o mapeamento de lavouras de café no estado da Bahia; Relatório de acompanhamento do mapeamento do café no estado de Minas Gerais; Relatório de acompanhamento da elaboração das máscaras de grãos no Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia; Relatório de investigação da expansão da cana-de-açúcar na microrregião de Ceres - GO; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET			17/11/2009	8.900,00	
Relatório de processamento de imagens de alta e média resolução para o mapeamento de lavouras de café no estado da Bahia; Relatório de acompanhamento sobre o mapeamento do café no estado de Minas Gerais; Relatório de acompanhamento da elaboração das máscaras de grãos no estados do Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia; Relatório de mapeamento temático da microrregião de Ceres - GO; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET			20/11/2009	9.500,00	
Relatório de consolidação do mapeamento do café no estado de Minas Gerais; Relatório de qualidade das imagens utilizadas no mapeamento do café no estado de São Paulo; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar nas microrregiões de Vão do Paraná, Entorno de Brasília e Catalão, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET			03/12/2009	8.600,00	
Relatório de acompanhamento sobre o mapeamento do café no estado de São Paulo; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Anápolis, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET			10/12/2009	9.500,00	
Relatório de acompanhamento do mapeamento do café no estado de São Paulo; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Anicuns, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET;			29/01/2010	9.200,00	
Relatório de qualidade das imagens utilizadas no mapeamento do café no estado do Espírito Santo; Relatório de consolidação do mapeamento do café no estado de São Paulo; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Vale do Rio dos Bois, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET;			26/02/2010	9.500,00	
Relatório de acompanhamento do mapeamento do café no estado do Espírito Santo; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Meia Ponte, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET			29/03/2010	8.600,00	
Relatório de acompanhamento do mapeamento do café no estado do Espírito Santo; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Quirinópolis, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET			30/04/2010	9.200,00	

Relatório de consolidação do mapeamento do café no estado do Espírito Santo; Relatório de qualidade das imagens utilizadas no mapeamento do café no estado da Bahia; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Sudoeste de Goiás, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	28/05/2010	8.600,00
Relatório de acompanhamento do mapeamento do café no estado da Bahia; Relatório de acompanhamento do mapeamento de cana-de-açúcar na microrregião de Porangatú, no estado de Goiás com alta resolução; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	29/06/2010	8.900,00
Relatório de acompanhamento do mapeamento do café no estado da Bahia; Relatório de qualidade das imagens utilizadas no mapeamento do café no estado de Rondônia; Validação do mapeamento de cana-de-açúcar no estado de Goiás; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	30/07/2010	8.600,00
Relatório de consolidação do mapeamento do café no estado da Bahia; Relatório de qualidade das imagens utilizadas no mapeamento do café no estado de Rondônia; Relatório de acompanhamento do mascaramento da cana-de-açúcar nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	27/08/2010	8.900,00
Relatório de geral de acompanhamento do mapeamento do café no estado de Rondônia; Relatório de acompanhamento do mascaramento da cana-de-açúcar nos estados da Paraíba e Pernambuco; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	27/10/2010	9.200,00
Relatório de consolidação do mapeamento do café no estado de Rondônia; Relatório de qualidade das imagens utilizadas na atualização do mapeamento de lavouras de café no estado do Paraná; Relatório de acompanhamento do mascaramento da cana-de-açúcar nos estados da Alagoas e Sergipe; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	08/11/2010	8.900,00
Relatório de geral de acompanhamento do mapeamento do café no estado do Paraná; Relatório de acompanhamento do mascaramento da cana-de-açúcar no estado da Bahia; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	29/11/2010	9.400,00
Relatório de consolidação da atualização do mapeamento do café no estado do Paraná; Relatório de qualidade das imagens utilizadas na atualização do mapeamento de café no estado de Minas Gerais; Relatório de atualização do acervo e qualidade de imagens; Produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	10/12/2010	8.600,00
Relatório de atualização do mapeamento do café no estado de São Paulo e consolidação do mapeamento. Relatório de atualização do mapeamento de grãos e cana-de-açúcar nos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia; Relatório de produtos de sensoriamento remoto e agrometeorologia gerados no laboratório LATIS no INMET	15/12/2010	8.900,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	André Luiz Farias de Souza	CPF 681.132.504-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000489					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2010	15/12/2010	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho 01-13 dos Sistemas Departamentais			19/07/2010	5.950,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 02-13 dos Sistemas Departamentais			31/07/2010	6.050,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 03-13 dos Sistemas Departamentais			15/08/2010	5.900,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 04-13 dos Sistemas Departamentais			30/08/2010	5.800,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 05-13 dos Sistemas Departamentais			14/09/2010	5.750,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 06-13 dos Sistemas Departamentais			29/09/2010	5.850,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 07-13 dos Sistemas Departamentais			14/10/2010	5.950,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 08-13 dos Sistemas Departamentais			26/10/2010	6.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 09-13 dos Sistemas Departamentais			07/11/2010	6.200,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 10-13 dos Sistemas Departamentais			19/11/2010	6.150,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 11-13 dos Sistemas Departamentais			01/12/2010	6.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 12-13 dos Sistemas Departamentais			11/12/2010	6.200,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Bruno José Rodrigues			CPF 721.742.341-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000366					
Objetivo da consultoria:		Pesquisar, organizar, padronizar planilhas de custos devidamente atualizadas para serem inseridas no banco de dados do Sistema SIAGR0, envolvendo a análise dos insumos agropecuários em uso, necessários para o cálculo dos custos de produção agropecuários, referentes aos produtos em pauta e praças distribuídas nas diversas regiões produtoras e extrativistas do País			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/05/2010	15/12/2010	28.350,00	28.350,00	28.350,00	28.350,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração da baru, pequi e na produção de Mangaba(uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos				31/05/2010	3.307,50
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na coleta da Castanha do Brasil, Babaçu e produção de Abacaxi (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				30/06/2010	4.221,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Arroz de Sequeiro, Milho e produção de Mandioca (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos				27/07/2010	3.307,50
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção de Arroz de Sequeiro, Arroz Irrigado e Feijão Cores (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				30/08/2010	4.221,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção de Castanha de Caju, Carnaúba e Feijão Macaçar (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos				27/09/2010	3.465,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Arroz Irrigado, Trigo e Soja (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos				27/10/2010	3.969,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Umbu, Pequi e Piaçaba (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos				22/11/2010	3.024,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção da Cana-de-Açúcar, Café Conillon e Café Arábica (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos				15/12/2010	2.835,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:			Caio Aurélio Cardoso Nunes		CPF 017.881.691-40
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000855					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de coordenação e manutenção do sistema xFAC.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/09/2009	31/12/2010	142.000,00	142.000,00	107.150,00	142.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-01-06.			14/09/2009	8.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-02-06.			21/09/2009	8.700,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-03-06.			27/11/2009	8.900,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-04-06.			27/12/2009	8.750,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-05-06.			27/01/2010	8.650,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-06-06.			28/02/2010	8.600,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-07-06.			31/03/2010	8.750,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-08-06.			27/04/2010	8.900,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-09-06.			29/05/2010	8.700,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-10-06.			25/06/2010	8.850,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-11-06.			07/07/2010	8.650,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-12-06.			24/07/2010	9.250,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-13-06.			10/08/2010	9.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-14-06.			27/08/2010	9.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-15-06.			13/09/2010	9.000,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-16-06.			30/09/2010	9.200,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Chrystian Toigo			CPF 004.220.309-02
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes da data previsto para o termino do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 15/10/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000796					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento do sistema xFACWEB e manutenção evolutiva/corretiva do sistema xFAC			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/09/2010	15/12/2010	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-01			29/10/2010	6.950,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-02			05/11/2010	7.100,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-03			12/11/2010	7.050,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-04			17/11/2010	7.000,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-05			19/11/2010	7.200,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-06			22/11/2010	7.150,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-07			24/11/2010	7.300,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-08			26/11/2010	7.400,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-09			02/12/2010	7.350,00	
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -02-10			06/12/2010	7.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Cleidelberto Alves Oliveira			CPF 865.086.011-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000496					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2010	15/12/2010	84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 1, módulo 7 dos Sistemas Corporativos.				27/07/2010	6.850,00
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 1, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				11/08/2010	6.900,00
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 2, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				26/08/2010	6.800,00
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 2, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				10/09/2010	6.850,00
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 3, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				24/09/2010	6.600,00
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 3, módulo 7 dos Sistemas Corporativos.				29/09/2010	6.750,00
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 4, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				14/10/2010	6.850,00
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 4, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				26/10/2010	6.950,00
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 5, módulo 7 dos Sistemas Corporativos.				07/11/2010	7.200,00
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 5, módulo 7 dos Sistemas Corporativos.				19/11/2010	7.300,00
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 6, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				01/12/2010	7.450,00
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 6, módulo 7 dos Sistemas Corporativos				11/12/2010	75.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Cristiano Tenório Alves			CPF 031.877.104-76
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000315					
Objetivo da consultoria:		Garantir a qualidade do produto por meio da execução dos testes, atuando como provedora de serviços para as outras disciplinas (requisitos, análise & projeto e implementação). A qualidade do software pode ser avaliada pela execução das seguintes práticas: Localizar e documentar defeitos na qualidade do software. Validar as suposições feitas nas especificações de projeto e requisito através de demonstração concreta. Validar as funções do software conforme projetadas. Verificar se os requisitos foram implementados de forma adequada			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/04/2009	31/12/2009	147.000,00	91.654,50	91.654,50	147.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de Pacote de Testes 01.01				04/05/2009	6.615,00
Relatório de Pacote de Testes 02.01				01/06/2009	8.085,00
Relatório de Pacote de Testes 03.01				29/06/2009	7.791,00
Relatório de Pacote de Testes 04.01				03/09/2009	8.011,50
Relatório de Pacote de Testes 05.01				08/10/2009	8.673,00
Relatório de Pacote de Testes 06.01				14/11/2009	8.232,00
Relatório de Pacote de Testes 07.01				10/12/2009	7.938,00
Relatório de Pacote de Testes 08.01				26/01/2010	8.379,00
Relatório de Pacote de Testes 09.01				01/03/2010	8.305,50
Relatório de Pacote de Testes 10.01				06/04/2010	8.085,00
Relatório de Pacote de Testes 11.01				09/05/2010	8.526,00
Relatório de Pacote de Testes 12.01				08/06/2010	8.820,00
Relatório de Pacote de Testes 13.01				06/07/2010	7.791,00
Relatório de Pacote de Testes 14.01				10/08/2010	8.379,00
Relatório de Pacote de Testes 15.01				15/09/2010	8.673,00
Relatório de Pacote de Testes 16.01				20/10/2010	8.526,00
Relatório de Pacote de Testes 17.01				21/11/2010	8.085,00
Relatório de Pacote de Testes 18.01				15/12/2010	8.085,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Daniel dos Santos Monteiro			CPF 718.705.041-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 25/10/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000318					
Objetivo da consultoria:		Liderança do projeto de desenvolvimento do sistema corporativo de Gestão de Estoques, módulos Agricultura Familiar e Administração de Estoques			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/04/2009	31/12/2010	189.000,00	108.580,50	108.580,50	189.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Plano da fase de Elaboração de re-estruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)			30/04/2009	10.017,00	
Estrutura Analítica do Projeto (EAP) da fase de Elaboração da re-estruturação do PAA. Cronograma da fase de Elaboração de re-estruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).			20/05/2009	10.206,00	
Avaliação da fase de Elaboração da re-estruturação do PAA. Relatório de Acompanhamento da fase de elaboração da re-estruturação do PAA			17/06/2009	10.017,00	
Plano da fase de Construção da re-estruturação do PAA			26/06/2009	9.450,00	
Estrutura Analítica do Projeto (EAP) da fase de Construção da re-estruturação do PAA. Cronograma da fase de Construção da re-estruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).			20/08/2010	10.584,00	
Avaliação da primeira iteração da fase de Construção da re-estruturação do PAA. Relatório de Acompanhamento da primeira iteração da fase de Construção da re-estruturação do PAA.			21/09/2010	9.828,00	
Avaliação da segunda iteração da fase de Construção da re-estruturação do PAA. Relatório de Acompanhamento da segunda iteração da fase de Construção da re-estruturação do PAA			02/11/2010	10.111,50	
Plano do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			10/12/2009	10.206,00	
Estrutura Analítica do Projeto (EAP) do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST. Cronograma do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			10/01/2010	10.489,50	
Plano da primeira iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST.			13/02/2010	9.639,00	
Avaliação da primeira iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST. Relatório de Acompanhamento da primeira iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			23/03/2010	10.017,00	
Plano da segunda iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			23/04/2010	10.111,50	
Avaliação da segunda iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST. Relatório de Acompanhamento da segunda iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST.			22/05/2010	9.828,00	
Plano da terceira iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			25/06/2010	10.111,50	
Avaliação da terceira iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST. Relatório de Acompanhamento da terceira iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			02/07/2010	9.639,00	
Plano da quarta iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			18/07/2010	9.828,00	
Avaliação da quarta iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST. Relatório de Acompanhamento da quarta iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			03/08/2010	10.017,00	
Plano da quinta iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST			19/08/2010	9.639,00	
Avaliação da quinta iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST. Relatório de Acompanhamento da quinta iteração do primeiro módulo priorizado do projeto SIGEST.			04/09/2010	9.261,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Daniel Kazuhissa Hatano			CPF 858.494.481-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 06/09/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000634					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	31/12/2010	147.000,00	93.400,00	93.400,00	147.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do modelo de projeto do primeiro caso de uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				13/04/2009	8.300,00
Relatório do modelo de implementação do primeiro caso de uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				29/04/2009	9.100,00
Relatório de Testes Unitários do primeiro Caso de Uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				11/05/2009	6.500,00
Relatório de Gestão de Mudança do primeiro Caso de Uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				10/09/2009	7.500,00
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do terceiro caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				13/10/2009	7.200,00
Relatório do modelo de projeto do terceiro caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				16/11/2009	8.000,00
Relatório do modelo de implementação do terceiro caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				13/12/2009	7.000,00
Relatório de Testes Unitários do terceiro Caso de Uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				20/01/2010	8.500,00
Relatório de Gestão de Mudança do terceiro Caso de Uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				10/02/2010	8.000,00
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do quinto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				15/03/2010	8.500,00
Relatório do modelo de projeto do quinto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				01/04/2010	8.000,00
Relatório do modelo de implementação do quinto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				14/05/2010	9.500,00
Relatório de Testes Unitários do quinto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				01/07/2010	8.000,00
Relatório de Gestão de Mudança do quinto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				10/08/2010	8.600,00
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				15/09/2010	8.500,00
Relatório do modelo de projeto do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO				18/10/2010	8.800,00
Relatório do Modelo de projeto do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO.				16/11/2010	8.000,00
Relatório de testes unitários do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO.				10/12/2010	8.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Douglas Freire Martins			CPF 828.660.311-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 14/10/2010.					

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000781					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/09/2010	15/12/2010	84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 1, módulo 8 dos Sistemas Corporativos			24/09/2010	6.850,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 1, módulo 8 dos Sistemas Corporativos.			05/10/2010	6.900,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 2, módulo 8 dos Sistemas Corporativos.			15/10/2010	6.800,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 2, módulo 8 dos Sistemas Corporativos			23/10/2010	6.850,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 3, módulo 8 dos Sistemas Corporativos			01/11/2010	6.600,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 3, módulo 8 dos Sistemas Corporativos.			10/11/2010	6.750,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 4, módulo 8 dos Sistemas Corporativos			19/11/2010	6.850,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 4, módulo 8 dos Sistemas Corporativos			27/11/2010	6.950,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 5, módulo 8 dos Sistemas Corporativos.			05/12/2010	7.200,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 5, módulo 8 dos Sistemas Corporativos.			07/12/2010	7.300,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 6, módulo 8 dos Sistemas Corporativos.			09/12/2010	7.450,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 6, módulo 8 dos Sistemas Corporativos			10/12/2010	7.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Edgard Carvalho Ribeiro Neto			CPF 048.712.224-03
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000917					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento, especificação, análise e gerência de requisitos de sistema			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
15/09/2009	31/12/2010	96.000,00	96.000,00	76.800,00	96.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-01-07				03/10/2009	6.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-02-07				08/11/2009	6.300,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-03-07				09/12/2009	6.400,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-04-07				10/01/2010	6.200,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-05-07				08/02/2010	6.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-06-07				12/03/2010	6.250,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-07-07				11/04/2010	6.400,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-08-07				12/05/2010	6.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-09-07				13/06/2010	5.950,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-10-07				16/07/2010	6.100,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-11-07				01/08/2010	6.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-12-07				16/09/2010	6.300,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-13-07				16/10/2010	6.400,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-14-07				16/11/2010	6.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-15-07				15/12/2010	7.200,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Egualdo Marques da Silva			CPF 903.517.899-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000535					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	31/12/2010	126.000,00	126.000,00	36.957,32	83.957,34
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 4, módulo 4.				21/06/2009	6.655,15
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 4 - módulo 4.				03/07/2009	7.039,11
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 5, módulo 4				24/08/2009	6.719,15
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 5, módulo 4.				25/09/2009	6.527,17
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 6, módulo 4.				27/10/2009	6.591,16
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 6, módulo 4.				28/11/2009	7.039,11
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 7, módulo 4				12/12/2009	6.527,17
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 7, módulo 4.				31/01/2010	7.679,02
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 8, módulo 4				04/03/2010	7.103,10
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 8, módulo 4.				05/04/2010	7.679,02
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 9, módulo 4.				07/05/2010	7.039,11
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 9, módulo 4.				08/06/2010	7.359,07
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 10, módulo 4.				10/07/2010	6.399,19
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 10, módulo 4.				11/08/2010	6.527,17
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 11, módulo 4.				12/09/2010	7.039,11
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 11, módulo 4.				14/10/2010	7.679,02
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 12, módulo 4.				15/11/2010	7.167,09
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 12, módulo 4.				15/12/2010	7.231,08
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Eládio Lima Magalhães Júnior			CPF 056.888.514-73
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 12 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 02/06/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000673					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2009	31/12/2010	129.600,00	93.400,00	93.400,00	129.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório da integração dos ambientes OLTP e OLAP no contexto do relatório Gerar Relatórios-Preços			15/07/2009	6.500,00	
Relatório do modelo de implementação do segundo caso de uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			08/09/2009	7.500,00	
Relatório de Testes Unitários do segundo Caso de Uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			13/10/2009	7.200,00	
Relatório de Gestão de Mudança do segundo Caso de Uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			15/11/2009	8.000,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do quarto caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			10/12/2009	7.000,00	
Relatório do modelo de projeto do quarto caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			22/01/2010	8.500,00	
Relatório do modelo de implementação do quarto caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			10/02/2010	8.500,00	
Relatório de Testes Unitários do quarto Caso de Uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			15/03/2010	8.000,00	
Relatório de Gestão de Mudança do quarto Caso de Uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			01/04/2010	9.500,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do sexto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			14/05/2010	8.000,00	
Relatório do modelo de projeto do sexto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			20/06/2010	8.600,00	
Relatório do modelo de implementação do sexto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			11/07/2010	8.500,00	
Relatório de Testes Unitários do sexto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			04/08/2010	8.800,00	
Relatório de Gestão de Mudança do sexto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			28/08/2010	8.000,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do oitavo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			21/09/2010	8.500,00	
Relatório do modelo de projeto do oitavo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			15/10/2010	8.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Elton Fabiano Uramoto			CPF 989.235.521-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 18/10/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000800					
Objetivo da consultoria:		avaliação de experiências de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no Vale do Ribeira, compreendendo municípios nos Estados do Paraná e São Paulo			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/09/2010	15/12/2010	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de levantamento de dados sobre as operações do PAA			15/10/2010	5.000,00	
Relatório de visitas e entrevistas			15/11/2010	3.000,00	
Relatório de Avaliação sobre o impacto do PAA -beneficiários fornecedores			30/11/2010	4.000,00	
Relatório de Avaliação sobre o impacto do PAA - beneficiários consumidores			30/11/2010	4.000,00	
Relatório Final de Avaliação o PAA			30/11/2010	6.000,00	
Relatório do Seminário de Resultados			10/12/2010	3.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Emiliano Milanez Graziano da Silva			CPF 246.054.078-71
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000901					
Objetivo da consultoria:		Contratação de consultoria para realização de avaliação do acesso das mulheres rurais e suas organizações ao Programa de Aquisição de Alimentos, tendo como abrangência o território nacional e ênfase nos Territórios da Cidadania.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/09/2009	29/10/2010	118.000,00	118.000,00	99.000,00	118.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório com a sistematização e análise de dados secundários sobre a participação das mulheres rurais e suas organizações nas diferentes modalidades do PAA, incluindo a identificação das organizações de mulheres rurais que realizam ações comerciais com o PAA nos estados e nos 120 Territórios da Cidadania. Deve incluir informações sobre as operações comerciais das mulheres rurais e suas organizações, junto à CONAB, MDA e MDS, com estimativas dos principais produtos e volumes comercializados, a partir de dados disponibilizados por estas instituições				22/12/2009	15.000,00
Apresentação de uma pré-proposta para 5 estudos de caso, incluindo plano de execução das atividades da consultoria, definição de papéis e procedimentos, cronograma de trabalho e orçamento das viagens. Esta pré-proposta será apresentada e discutida num Seminário Interno da Pesquisa				22/12/2009	4.000,00
Relatório do Seminário Interno de Pesquisa para apresentação e discussão.				31/01/2010	4.000,00
Projeto detalhado de investigação, realizado após o Seminário Interno de Pesquisa. Deve incluir a definição e justificativa dos estudos de caso selecionados, o detalhamento do cronograma de trabalho e dos instrumentos de coleta de dados em campo, definição das entrevistas a serem realizadas, bem como uma primeira proposta de roteiros de questões para as mulheres rurais, para as organizações produtivas e órgãos envolvidos na gestão do PAA.				28/02/2010	10.000,00
Relatório do 1º Estudo de Caso, que terá um caráter de Survey, servindo para avaliação dos instrumentos e da metodologia utilizada. Juntamente com o relatório será apresentada uma avaliação do instrumental e, caso necessário, propostas de ajustes para os estudos de caso seguintes. Este relatório e os seguintes deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: descrição das atividades realizadas, pessoas entrevistadas, instituições visitadas, etc; dados detalhados das operações do PAA realizadas na região; estimativa da renda obtida (pelos grupos e individualmente) com a participação no programa; histórico de participação das organizações de mulheres no programa, incluindo o papel desempenhado por entidades de apoio; avaliação por parte das usuárias reais e potenciais sobre os pontos positivos e negativos do programa, e sugestões de melhorias; análise das informações, conclusões e recomendações, por parte da consultoria.				31/03/2010	13.000,00
Relatórios do 2º estudo de caso				30/06/2010	13.000,00
Relatório do 3º estudo de caso				31/08/2010	13.000,00
Relatório do 4º estudo de caso				30/09/2010	13.000,00
Relatório do 5º estudo de caso				31/10/2010	13.000,00
Relatório final de pesquisa, incluindo uma consolidação dos produtos anteriores e propostas de ação para ampliação do acesso das mulheres ao PAA				30/11/2010	20.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Emma Cademartori Siliprandi			CPF 292.546.710-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000667					
Objetivo da consultoria:		O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de serviço de pessoa física para executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/08/2010	10/12/2010	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.300,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Atualização do mapeamento de lavouras de café da mesorregião de Marília, no estado de São Paulo, contendo uma área conhecida de café de 25.963 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				16/08/2010	2.300,00
Mapeamento de lavouras de café dos municípios de Brejetuba, Conceição do Castelo e Venda Nova do Imigrante, da microrregião de Afonso Cláudio, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 25.603 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				10/09/2010	2.700,00
Mapeamento de lavouras de café dos municípios de Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Domingos Martins e Marechal Floriano, da microrregião de Afonso Cláudio, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 28.305 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				08/10/2010	2.600,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Vitória e Guarapari, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 16.203 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				29/10/2010	2.500,00
Mapeamento de lavouras de café dos municípios de Itaguaçu e Itarana, da microrregião de Santa Teresa no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 19.673 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				19/11/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café dos municípios de São Roque do Canaã, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, da microrregião de Santa Teresa no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 21.679 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.				10/12/2010	2.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Erivanda Carvalho dos Santos			CPF 835.425.401-10
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					



Valores em R\$ 1,00						
Identificação da Organização Internacional Cooperante						
Nome da Organização					Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"						
Código do Contrato: 2010/000487						
Objetivo da consultoria:			Execução de serviços relativos à análise e implementação de soluções de Data Warehouse (DW).			
Período de vigência			Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício	
01/07/2010	15/12/2010	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 7 dos sistemas corporativos e departamentais				16/07/2010	7.250,00	
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 7 dos sistemas corporativos e departamentais				31/07/2010	7.550,00	
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 8 dos sistemas corporativos e departamentais..				15/08/2010	7.350,00	
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 8 dos sistemas corporativos e departamentais..				30/08/2010	7.650,00	
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 9 dos sistemas corporativos e departamentais..				14/09/2010	7.300,00	
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 9 dos sistemas corporativos e departamentais..				29/09/2010	7.600,00	
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 10 dos sistemas corporativos e departamentais..				14/10/2010	8.200,00	
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 10 dos sistemas corporativos e departamentais..				26/10/2010	8.400,00	
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 11 dos sistemas corporativos e departamentais				07/11/2010	8.550,00	
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 11 dos sistemas corporativos e departamentais..				19/11/2010	8.600,00	
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 12 dos sistemas corporativos e departamentais..				01/12/2010	8.750,00	
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 12 dos sistemas corporativos e departamentais..				11/12/2010	8.800,00	
Consultor contratado						
Nome do consultor:			Fábio Guimarães Miranda		CPF 794.085.241-87	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:						

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000304					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços relativos à análise e implementação de soluções de Data Warehouse (DW).			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
26/04/2010	15/12/2010	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 1 dos sistemas corporativos e departamentais				06/05/2010	8.200,00
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 1 dos sistemas corporativos e departamentais				24/05/2010	7.500,00
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 2 dos sistemas corporativos e departamentais				11/06/2010	7.500,00
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 2 dos sistemas corporativos e departamentais..				30/06/2010	8.400,00
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 3 dos sistemas corporativos e departamentais..				20/07/2010	8.300,00
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 3 dos sistemas corporativos e departamentais..				10/08/2010	8.000,00
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 4 dos sistemas corporativos e departamentais..				31/08/2010	7.800,00
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 4 dos sistemas corporativos e departamentais..				22/09/2010	8.000,00
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 5 dos sistemas corporativos e departamentais				10/10/2010	8.000,00
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 5 dos sistemas corporativos e departamentais..				31/10/2010	8.000,00
Relatório de Planejamento e Análise do Pacote de Solicitações 6 dos sistemas corporativos e departamentais				20/11/2010	7.800,00
Relatório de Implementação do Pacote de solicitações 6 dos sistemas corporativos e departamentais.				10/12/2010	8.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Fernando de Freitas Mangussi			CPF 031.898.406-58
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000799					
Objetivo da consultoria:		Contratação de consultoria para identificação e mapeamento de experiências de produção, comercialização e conservação da agrobiodiversidade em três biomas do Brasil. (Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga).			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/09/2010	15/12/2010	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Questionário para identificação de experiências de produção, comercialização e conservação da agrobiodiversidade no Brasil.			08/10/2011	3.000,00	
Ferramenta técnica (sistema de informação nacional) desenvolvida.			29/10/2011	3.000,00	
Relatório de visita a duas experiências consolidadas de produção, comercialização e conservação da agrobiodiversidade no Brasil para teste do questionário.			12/11/2011	5.000,00	
10 Fichas de identificação de experiências no bioma Mata Atlântica.			29/11/2011	6.000,00	
10 Fichas de identificação de experiências no bioma Cerrado.			29/11/2011	6.000,00	
10 Fichas de identificação de experiências no bioma Caatinga.			29/11/2011	6.000,00	
Relatório dos Seminários Nacional e Regional sobre identificação e mapeamento de experiências.			29/11/2011	9.000,00	
Relatório final com o mapa das experiências de produção, comercialização e conservação da agrobiodiversidade identificadas.			06/12/2011	4.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Flavia Londres da Cunha			CPF 270.108.778-31
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000365					
Objetivo da consultoria:		Pesquisar, organizar, padronizar planilhas de custos devidamente atualizadas para serem inseridas no banco de dados do Sistema SIAGRO, envolvendo a análise dos insumos agropecuários em uso, necessários para o cálculo dos custos de produção agropecuários, referentes aos produtos em pauta e praças distribuídas nas diversas regiões produtoras e extrativistas do País.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/05/2010	15/12/2010	28.350,00	28.350,00	28.350,00	28.350,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração da baru, pequi e na produção de Mangaba (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.			31/05/2010	3.307,50	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na coleta da Castanha do Brasil, Babaçu e produção de Abacaxi (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos			30/06/2010	4.221,00	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Arroz de Sequeiro, Milho e produção de Mandioca (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos			27/07/2010	3.307,50	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção de Arroz de Sequeiro, Arroz Irrigado e Feijão Cores (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.			30/08/2010	4.221,00	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção de Castanha de Caju, Camaúba e Feijão Macaçar (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.			27/09/2010	3.465,00	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Arroz Irrigado, Trigo e Soja (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos			27/10/2010	3.969,00	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Umbu, Pequi e Piaçaba (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.			22/11/2010	3.024,00	
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção da Cana-de-Açúcar, Café Conillon e Café Arábica (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.			15/12/2010	2.835,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Giselle Alves Marques		CPF 704.582.431-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			Pnud		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Revitalização da Conab			BRA/03/034		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000679					
Objetivo da consultoria:		Executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2009	21/12/2010	52.500,00	28.800,00	28.800,00	52.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de levantamento de dados auxiliares para o mapeamento da cultura do café na porção Centro Sul do Estado da Bahia, aquisição de imagens e relatório de avaliação da qualidade das imagens selecionadas			10/07/2009	5.000,00	
Processamento das imagens de média e alta resolução selecionadas para o mapeamento das lavouras de café na região Centro Sul da Bahia; relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões de Jequitinhonha, Oeste de Minas e Norte de Minas, do estado de Minas Gerais; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.			24/07/2009	4.900,00	
Atualização do mapeamento de lavouras de café da mesorregião de Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, contendo uma área conhecida de café de 31.843 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			21/08/2009	3.000,00	
Atualização do mapeamento de lavouras de café das mesorregiões do Oeste de Minas e Norte de Minas, no estado de Minas Gerais, contendo uma área conhecida de café de 84.661 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			25/09/2009	2.100,00	
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões de Campinas e Bauru, do estado de São Paulo; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento			23/10/2009	3.000,00	
Atualização do mapeamento de lavouras de café da mesorregião de Campinas, no Estado de São Paulo, contendo uma área conhecida de café de 55.883 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			17/10/2009	2.700,00	
Atualização do mapeamento de lavouras de café da mesorregião de Bauru, no Estado de São Paulo, contendo uma área conhecida de café de 21.486 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			20/11/2009	3.000,00	
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para o mapeamento das lavouras de café nas microrregiões de Alegre, Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim do estado do Espírito Santo; e conjunto de imagens de média e alta resolução processadas.			22/01/2010	2.100,00	
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Alegre, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 73.253 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			19/02/2010	2.700,00	
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 58.774 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			26/03/2010	2.100,00	

Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Seabra, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 44.222 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	23/04/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Jequié, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 15.675 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	21/05/2010	2.100,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Boquira, Livramento do Brumado, Guanambi e Brumado, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 4.544 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	25/06/2010	2.500,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para o mapeamento das lavouras de café nas microrregião de Ariquemes, do estado de Rondônia, e conjunto de imagens de média e alta resolução processadas.	23/07/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Ariquemes, no estado de Rondônia, contendo uma área conhecida de café de 32.686 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	20/08/2010	2.700,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas microrregiões de Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Florai e Maringá, no Noroeste do estado do Paraná; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.	24/09/2010	2.400,00
Atualização do mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Paranavaí, Umuarama, Cianorte, Florai e Maringá, no Noroeste do estado do Paraná, contendo uma área conhecida de café de 12.675 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	22/10/2010	2.900,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões de Jequitinhonha, Oeste de Minas e Norte de Minas, do estado de Minas Gerais; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento	26/11/2010	2.100,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões de Campinas e Bauru, do estado de São Paulo; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.	15/12/2010	2.400,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Gisele Martins Amaral	CPF 870.047.391-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000480					
Objetivo da consultoria:		Apoiar atividades técnicas do Projeto GeoSafras, no sentido de subsidiar a operacionalização do monitoramento das culturas das safras de verão e inverno, utilizando dados e tecnologias de Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (SIG), incluindo monitoramento fenológico, espacialização de cultivos, estimativas de áreas e caracterização da substituição de cultivos, voltados, sobretudo, para o Zoneamento da Produção de Cana de açúcar no território brasileiro			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
28/06/2010	10/12/2010	24.150,00	24.150,00	24.150,00	24.150,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Máscaras das áreas de plantio de cana de açúcar da safra de 2009 e 2010 em SP, RJ, MG e ES (imagens TERRA/MODIS) e documento com especificação de rotinas de processamento de imagens digitais, extração de dados e geração de máscaras. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				26/07/2010	4.225,00
Máscaras das áreas de plantio de cereais de verão (soja/milho) da safra de 2009/2010 em SP, RJ, MG e ES (imagens TERRA/MODIS) e documento com especificação de rotinas de processamento de imagens digitais, extração de dados e geração de máscaras. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				23/08/2010	3.712,50
Mapas de diferenças de máscaras (imagens TERRA/MODIS) por estado para caracterização da evolução fenológica da cana de açúcar em SP, RJ, MG e ES (2008 a 2010) e perfis espectrais por município. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				20/09/2010	4.225,00
Mapas de diferenças de máscaras (imagens TERRA/MODIS) por estado para caracterização da evolução fenológica de cereais (soja/milho) em SP, RJ, MG e ES (2008 a 2010) e perfis espectrais por município. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				18/10/2010	3.712,50
Identificação do uso do solo através de imagens de baixa resolução (ex.: TERRA/MODIS) por estado. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				15/11/2010	4.225,00
Perfil espectral temporal (2008 à 2010) dos grãos e cana-de-açúcar por município, gerado a partir das máscaras de cultivo. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados (mapas e tabelas) armazenados em mídia conveniente.				13/12/2010	4.050,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Gleyce Kelly Dantas Araujo			CPF 337.083.428-60
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000393					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de design e formatação visual das interfaces de sistemas para usuários. Esse trabalho deverá ser executado nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócio.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/05/2009	31/05/2010	63.000,00	21.630,00	21.630,90	63.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 01-01.				29/05/2009	7.570,82
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 02-01.				19/06/2009	5.407,73
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 03-01				14/08/2009	5.948,50
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 04-01				15/09/2009	6.218,88
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 05-01				18/10/2009	5.678,11
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 06-01				20/11/2009	5.407,73
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 07-01.				02/10/2009	5.137,34
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 08-01.				25/01/2010	5.948,50
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 09-01				27/02/2010	4.866,95
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 10-01.				31/03/2010	5.137,34
Relatório do desenvolvimento do pacote de solicitações 11-01.				29/04/2010	5.678,11
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Grasiela Ribeiro Paes			CPF 828.752.511-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000301					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de administração e treinamento em banco de dados, objetivando principalmente suporte aos sistemas: SIAGRO, SIGEST, SIAGEN, SICARM, XFAC, XFACWEB, SISCOE, SIAUDI, SISCOT, SIAGRO-DW, SIGEST-DW, SICARM-DW, SISCOE-D, XFAC-DW,			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/05/2010	31/12/2010	96.000,00	96.000,00	9.600,00	9.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 01-02			18/05/2010	9.600,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 02-02			07/06/2010	9.500,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 03-02			02/07/2010	9.500,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 04-02			25/07/2010	9.600,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 05-02			16/08/2010	9.500,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 06-02			10/09/2010	9.550,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 07-02			07/10/2010	9.700,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 08-02			01/11/2010	9.750,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 09-02			27/11/2010	9.600,00	
Pacote de Serviço de Administração de Banco de Dados 10-02			15/12/2010	9.700,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Gustavo Henrique Alves Rodrigues			CPF 863.739.001-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor pediu a rescisão do seu contrato em, 22/06/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000802					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de evolução e manutenção da arquitetura do ambiente dos sistemas corporativos.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2009	31/12/2010	155.000,00	155.000,00	155.000,00	155.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 01-01			14/09/2009	9.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 02-01.			21/09/2009	9.350,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 03-01.			29/09/2009	9.400,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 04-01			06/10/2009	9.550,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 05-01.			14/10/2009	9.650,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 06-01			21/10/2009	8.950,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 07-01			01/02/2010	9.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 08-01			08/03/2010	9.250,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 09-01			16/04/2010	9.650,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 10-01.			22/05/2010	9.700,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 11-01.			23/06/2010	9.650,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 12-01			08/07/2010	9.750,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 13-01			29/07/2010	9.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 14-01.			19/08/2010	10.650,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 15-01.			09/09/2010	10.550,00	
Relatório do Pacote de Trabalho dos Objetos Corporativos 16-01			30/09/2010	10.600,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Igor Edwino Normando Ruediger			CPF 539.369.901-82
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			Pnud		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Projeto de Revitalização da Conab			BRA/03/034		
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/0001020					
Objetivo da consultoria:		Execução de atividades de análise e modelagem de projeto, desenvolvimento de soluções informatizadas para portal de informações e site internet, implementação de componentes de software e serviços relacionados. Esse trabalho deverá ser executado através das funcionalidades capturadas por meio do levantamento das necessidades de divulgação das informações produzidas pelas áreas finalísticas e também pelos principais sistemas corporativos em produção na Companhia.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/10/2009	30/08/2010	24.990,00	24.990,00	24.990,00	24.990,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Levantamento e Análise de Requisitos para o Desenvolvimento do Portal e da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdos. Relatório de Desenvolvimento de Interface Cross-Browser em Formato XHTML. Relatório de Desenvolvimento dos Arquivos CSS e Javascript.			11/01/2010	5.600,00	
Relatório de Desenvolvimento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo – Módulo de Notícias. Relatório de Implementação do Gerenciador Dinâmico de Mensagens			25/01/2010	2.090,00	
Relatório de Desenvolvimento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo – Módulo de Galeria de Mídias. Relatório de Desenvolvimento do Mecanismo de Indexação e Busca Dinâmica de Todas as Páginas do Site Conab.			08/02/2010	1.970,00	
Relatório de Desenvolvimento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo – Módulo de Publicação de Novas Áreas e Conteúdos Dinâmicos. Relatório de Desenvolvimento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo – Módulo de Gerenciamento de Usuários, Perfis e Permissões. Relatório de Desenvolvimento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo – Módulo LDAP			01/03/2010	11.075,00	
Relatório de implementação da Integração com Servidor SMTP Local e SMS Gateway para Envio de Informativo via e-mail e mensagens SMS. Manual de Operação da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo. Modelo Entidade Relacionamento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo. Relatório de Treinamento da Ferramenta de Gerenciamento de Conteúdo. Relatório de Migração do Conteúdo do Site Atual Para Novo Ambiente.			15/03/2010	4.255,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Ivan Florencio da Silva			CPF 006.235.731-05
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000313					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento, especificação, análise e gerência de requisitos de sistema			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
13/04/2009	31/12/2010	147.000,00	91.654,50	91.654,50	147.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Solicitações 02.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				04/05/2009	6.615,00
Relatório do Pacote de Solicitações 03.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				01/06/2009	8.085,00
Relatório do Pacote de Solicitações 04.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				29/06/2009	7.791,00
Relatório do Pacote de Solicitações 05.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				11/07/2009	8.011,50
Relatório do Pacote de Solicitações 06.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				23/07/2009	8.673,00
Relatório do Pacote de Solicitações 07.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				04/08/2009	8.232,00
Relatório do Pacote de Solicitações 08.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				16/08/2009	7.938,00
Relatório do Pacote de Solicitações 09.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				26/01/2010	8.379,00
Relatório do Pacote de Solicitações 10.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				01/03/2010	8.305,50
Relatório do Pacote de Solicitações 11.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				06/04/2010	8.085,00
Relatório do Pacote de Solicitações 12.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				09/05/2010	8.526,00
Relatório do Pacote de Solicitações 13.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				08/06/2010	8.820,00
Relatório do Pacote de Solicitações 14.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				06/07/2010	7.791,00
Relatório do Pacote de Solicitações 15.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				20/07/2010	8.379,00
Relatório do Pacote de Solicitação 16.01 da disciplina de Requisito da Equipe de Sustentação à Produção.				07/08/2010	8.673,00
Relatório do Pacote de Solicitação 17.01 da disciplina de Requisito da Equipe de Sustentação à Produção.				25/08/2010	8.526,00
Relatório do Pacote de Solicitações 18.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				12/09/2010	8.085,00
Relatório do Pacote de Solicitações 19.01 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				30/09/2010	8.085,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Janaina Breda Leite			CPF 785.594.641-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 30/09/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000229					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	31/12/2010	147.000,00	147.000,00	147.000,00	147.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do modelo de projeto do primeiro caso de uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			13/04/2009	8.300,00	
Relatório do modelo de implementação do primeiro caso de uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			11/05/2009	9.100,00	
Relatório de Testes Unitários do primeiro Caso de Uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			28/05/2009	6.500,00	
Relatório de Gestão de Mudança do primeiro Caso de Uso da primeira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			15/06/2009	7.500,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do terceiro caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			30/06/2009	7.200,00	
Relatório do modelo de projeto do terceiro caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			13/07/2009	8.000,00	
Relatório do modelo de implementação do terceiro caso de uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			10/12/2009	7.000,00	
Relatório de Testes Unitários do terceiro Caso de Uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			20/01/2010	8.500,00	
Relatório de Gestão de Mudança do terceiro Caso de Uso da segunda iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			10/02/2010	8.500,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do quinto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			15/03/2010	8.000,00	
Relatório do modelo de projeto do quinto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			01/04/2010	9.500,00	
Relatório de Testes Unitários do quinto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			14/05/2010	8.000,00	
Relatório de Testes Unitários do quinto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			25/06/2010	8.600,00	
Relatório de Gestão de Mudança do quinto Caso de Uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			14/07/2010	8.500,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			06/08/2010	8.800,00	
Relatório do modelo de projeto do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			29/08/2010	8.000,00	
Relatório de Planejamento e Desenvolvimento do quinto caso de uso da terceira iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			21/09/2010	7.000,00	
Relatório do modelo de implementação do sétimo caso de uso da quarta iteração de construção do módulo IV do SIAGRO			14/10/2010	8.500,00	
Nome do consultor:		João dos Prazeres Farias			CPF 027.216.624-30
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 15/10/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000902					
Objetivo da consultoria:		Analisar, desenvolver e adaptar modelos de estimativa de rendimento existentes, operacionalizando-os dentro do âmbito do Projeto GeoSafras			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/09/2009	31/12/2010	88.400,00	67.100,00	46.500,00	67.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Pesquisa das regiões brasileiras pertencentes a programas governamentais de assistência à segurança alimentar, e descrição das suas condições climáticas e da viabilidade da produção agrícola; pesquisa das regiões brasileiras que, historicamente, sofrem forte influência dos fenômenos climáticos transitórios El Niño e La Niña, e cruzamento dos dados com as regiões pertencentes aos programas assistenciais. Apresentação de um relatório com as condições climáticas das regiões brasileiras pertencentes aos programas, com a identificação das possibilidades de ocorrência de excesso de chuvas e secas extremas				25/09/2009	5.100,00
Proposta de um modelo de boletim de acompanhamento e de prognóstico agroclimático, específico para as principais culturas das regiões brasileiras pertencentes aos programas governamentais de assistência à segurança alimentar. Levantamento dos dados de plantio e colheita, disponíveis por município em cada mesorregião estadual, das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil.				26/11/2009	5.700,00
Definição do calendário de plantio e colheita, por mesorregião estadual, para as principais culturas agrícolas praticadas no Brasil; e proposta de um sistema de acompanhamento, do plantio e da colheita, que consolide mensalmente os percentuais para cada cultura, em cada mesorregião				03/12/2009	4.800,00
Identificação da fase do desenvolvimento das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil, a partir do calendário de plantio, em cada mesorregião estadual. Sistematização e apresentação dos resultados em mapas elaborados por cultura, para o país e em cada mês.				15/12/2009	5.700,00
Relatório com a descrição de um modelo agrometeorológico para a estimativa de produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil. Instalação do sistema baseado nesse modelo e elaboração de um manual.				22/01/2010	5.400,00
Banco de dados meteorológicos e agrometeorológicos estruturado para utilização no modelo/sistema agrometeorológico para a estimativa de produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil				19/02/2010	5.700,00
Relatório dos resultados preliminares do modelo/sistema agrometeorológico para a estimativa de produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil				26/03/2010	4.800,00
Relatório de identificação e correção de possíveis erros e/ou incompatibilidades do modelo/sistema agrometeorológico para a estimativa de produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil				23/04/2010	5.400,00
Relatório de calibração do modelo/sistema agrometeorológico para a estimativa de produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil				21/05/2010	4.800,00

Relatório com a definição do formato de apresentação dos resultados do modelo/sistema agrometeorológico para a estimativa de produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil	25/06/2010	5.100,00
Boletins de análises agrometeorológicas e seus impactos na produtividade das principais culturas agrícolas praticadas no Brasil.	23/07/2010	4.800,00
Boletins de prognóstico climático e os possíveis impactos nas principais culturas agrícolas praticadas no Brasil	20/08/2010	5.100,00
Boletins de análises agrometeorológicas e seus impactos na produtividade de culturas em regiões pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal.	24/09/2010	5.400,00
Boletins de prognóstico climático e os possíveis impactos para culturas agrícolas em regiões pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal	22/10/2010	5.100,00
Boletins de análises agrometeorológicas e seus impactos na produtividade de culturas em regiões pertencentes aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).	26/11/2010	5.600,00
Boletins de prognóstico climático e os possíveis impactos para culturas agrícolas em regiões pertencentes aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).	10/12/2010	4.800,00
Relatório com os principais pontos de cooperação e propostas de possíveis futuros projetos com órgãos/instituições parceiros do Projeto Geosafra no assunto agrometeorologia e modelagem agrometeorológica	15/12/2010	5.100,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Jorge Lulu	CPF 295.874.408-62
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor rescindiu o contrato em 08/10/2010		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000634					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos levantamentos de requisitos junto aos usuários dos sistemas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2009	31/12/2010	119.000,00	83.720,00	83.720,00	119.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 01 – 03				23/07/2009	7.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 02 – 03				03/09/2009	7.120,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 03 – 03				05/10/2009	7.100,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 04 – 03				06/11/2009	7.080,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 05 – 03				10/12/2009	6.980,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 06 – 03				09/01/2010	6.990,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 07 – 03				10/02/2010	7.050,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 08 – 03				14/03/2010	7.020,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 09 – 03				15/04/2010	6.995,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 10 – 03				17/05/2010	6.890,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 11 – 03				18/06/2010	6.895,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 12 – 03				20/07/2010	7.030,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 13 – 03				21/08/2010	6.830,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 14 – 03				23/09/2010	6.850,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 15 – 03				25/10/2010	7.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 16 – 03				27/11/2010	7.040,00
Relatório do Pacote de Trabalho – Departamental – 17 – 03				15/12/2010	7.130,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		José Pergentino de Araújo Neto			CPF 010.037.994-00
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o contrato foi rescindido em 24/09/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000234					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	31/12/2010	147.000,00	93.654,50	75.484,50	130.830,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 01 – 01			29/04/2009	6.615,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 02 – 01			27/05/2009	8.085,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 03 – 01			09/06/2009	7.791,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 04 – 01			25/08/2009	8.011,50	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 05 – 01			26/09/2009	8.673,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 06 – 01			02/11/2009	8.232,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 07 – 01			31/07/2009	7.938,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 08 – 01			14/01/2010	8.379,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 09 – 01			17/02/2010	8.305,50	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 10 – 01			25/03/2010	8.085,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 11 – 01			27/04/2010	8.526,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 12 – 01			01/06/2010	8.820,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 13 – 01			21/06/2010	7.791,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 14 – 01			10/07/2010	8.379,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 15 – 01			03/08/2010	8.673,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 16 – 01			27/08/2010	8.526,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 17 – 01			20/09/2010	8.085,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 18 – 01			14/10/2010	8.085,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Josmar Rodrigues de Oliveira			CPF 575.937.791-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o contrato foi rescindido em 24/09/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000507					
Objetivo da consultoria:		Elaboração de três estudos de caso em comercialização solidária e abastecimento de alimentos agroecológicos no sul e nordeste brasileiros, a organização, construção metodológica e sistematização de uma oficina de trabalho e um seminário nacional sobre políticas públicas de abastecimento e agroecologia			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/07/2010	15/12/2010	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Mapeamento de experiências em agroecologia e comercialização solidária e execução de PAA e PNAE			30/11/2010	2.700,00	
Oficina de seleção de experiências e construção de metodologia de sistematização realizada			31/08/2010	3.000,00	
Estudo de caso de experiência em agroecologia e comercialização solidária e/ou PAA e PNAE no nordeste do Brasil			31/09/2010	4.500,00	
Estudo de caso de experiência em agroecologia e comercialização solidária e/ou PAA e PNAE no su do Brasil 2			31/09/2010	4.500,00	
Estudo de caso de experiência em agroecologia e comercialização solidária e/ou PAA e PNAE no su do Brasil 3			31/10/2010	4.500,00	
Seminário Nacional sobre agroecologia, mercados locais e políticas públicas realizado			30/11/2010	4.500,00	
Relatório final de análise dos estudos de caso e sua relação com a construção de políticas públicas de abastecimento e promoção da agroecologia			15/12/2010	3.300,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Julian Perez Cassarino			CPF 997.360.559-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante						
Nome da Organização					Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"						
Código do Contrato: 2009/000317						
Objetivo da consultoria:		Liderança da equipe de sustentação dos sistemas SIAGEN, SIAGRO, SICARM e SIGEST, já disponibilizados em produção.				
Período de vigência		Remuneração				
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício	
14/04/2009	31/12/2010	189.000,00	60.196,50	60.196,50	140.616,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de planejamento da segunda Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				30/04/2009	10.017,00	
Relatório de avaliação da segunda Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				20/05/2009	10.206,00	
Relatório de planejamento da terceira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				17/06/2009	10.017,00	
Relatório de avaliação da terceira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				22/07/2009	9.450,00	
Relatório de planejamento da quarta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				25/08/2009	10.584,00	
Relatório de avaliação da quarta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				21/09/2009	9.828,00	
Relatório de planejamento da quinta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				02/11/2009	10.111,50	
Relatório de avaliação da quinta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				10/12/2009	10.206,00	
Relatório de planejamento da sexta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				10/01/2010	10.489,50	
Relatório de avaliação da sexta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				13/02/2010	9.639,00	
Relatório de planejamento da sétima Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				20/03/2010	10.017,00	
Relatório de avaliação da sétima Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.				23/04/2010	10.111,50	
Relatório de planejamento da oitava Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de avaliação da oitava Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de planejamento da nona Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de avaliação da nona Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de planejamento da décima Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de avaliação da décima Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de planejamento da décima primeira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de avaliação da décima primeira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de planejamento da décima segunda Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de avaliação da décima segunda Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de planejamento da décima terceira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						
Relatório de avaliação da décima terceira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.						

Relatório de avaliação da décima terceira Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção. Relatório de planejamento da décima quarta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção	22/05/2010	9.828,00
Relatório de avaliação da décima quarta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção. Relatório de planejamento da décima quinta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção	01/07/2010	10.111,50
Relatório de avaliação da décima quinta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção. Relatório de planejamento da décima sexta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção	05/08/2010	9.639,00
Relatório de avaliação da décima sexta Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção. Relatório de planejamento da décima sétima Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção	08/09/2010	9.828,00
Relatório de avaliação da décima sétima Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção. Relatório de planejamento da décima oitava Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.	13/10/2010	10.017,00
Relatório de avaliação da décima oitava Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção. Relatório de planejamento da décima nona Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção.	16/11/2010	9.639,00
Relatório de avaliação da décima nona Iteração da equipe de suporte aos sistemas em produção	15/12/2010	9.261,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Júlio César Schettini Henriques	CPF 000.666.531-42
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 14 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 06/07/2010.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000793					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/09/2010	15/12/2010	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho 01-14 dos Sistemas Departamentais			27/09/2010	5.950,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 02-14 dos Sistemas Departamentais			04/10/2010	6.050,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 03-14 dos Sistemas Departamentais			11/10/2010	5.900,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 04-14 dos Sistemas Departamentais			18/10/2010	5.800,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 05-14 dos Sistemas Departamentais			25/10/2010	5.750,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 06-14 dos Sistemas Departamentais			01/11/2010	5.850,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 07-14 dos Sistemas Departamentais			08/11/2010	5.950,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 08-14 dos Sistemas Departamentais			15/11/2010	6.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 09-14 dos Sistemas Departamentais			21/11/2010	6.200,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 10-14 dos Sistemas Departamentais			27/11/2010	6.150,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 11-14 dos Sistemas Departamentais			04/12/2010	6.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho 12-14 dos Sistemas Departamentais			10/12/2010	6.200,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Junio Pereira dos Santos			CPF 005.396.281-82
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000795					
Objetivo da consultoria:		Garantir a qualidade do produto por meio da execução dos testes, atuando como provedora de serviços para as outras disciplinas (requisitos, análise de projeto e implementação)			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2009	31/12/2010	127.454,00	81.374,00	81.374,00	127.454,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Testes 01.04.			14/09/2009	7.800,00	
Relatório do Pacote de Testes 02.04.			21/09/2010	7.550,00	
Relatório do Pacote de Testes 03.04.			29/09/2010	7.250,00	
Relatório do Pacote de Testes 04.04.			06/10/2009	8.050,00	
Relatório do Pacote de Testes 05.04.			14/10/2009	7.650,00	
Relatório do Pacote de Testes 06.04.			21/10/2009	7.780,00	
Relatório do Pacote de Testes 07.04.			01/02/2010	8.026,00	
Relatório do Pacote de Testes 08.04.			08/03/2010	8.120,00	
Relatório do Pacote de Testes 09.04.			16/04/2010	8.110,00	
Relatório do Pacote de Testes 10.04.			22/05/2010	8.100,00	
Relatório do Pacote de Testes 11.04.			21/06/2010	8.050,00	
Relatório do Pacote de Testes 12.04.			08/07/2010	8.100,00	
Relatório do Pacote de Testes 13.04.			29/07/2010	8.100,00	
Relatório do Pacote de Testes 14.04.			19/08/2010	8.235,00	
Relatório do Pacote de Testes 15.04.			09/09/2010	8.233,00	
Relatório do Pacote de Testes 16.04.			30/09/2010	8.300,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Lander da Silva Freitas			CPF 339.276.261-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 30/09/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000314					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento, especificação, análise e gerência de requisitos de sistema			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
14/04/2009	31/12/2010	147.000,00	91.654,50	91.654,50	147.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Solicitações 02.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				04/05/2009	6.615,00
Relatório do Pacote de Solicitações 03.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				01/06/2009	8.085,00
Relatório do Pacote de Solicitações 04.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				29/06/2009	7.791,00
Relatório do Pacote de Solicitações 05.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				11/07/2009	8.011,50
Relatório do Pacote de Solicitações 06.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				30/07/2009	8.673,00
Relatório do Pacote de Solicitações 07.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				04/08/2009	8.232,00
Relatório do Pacote de Solicitações 08.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				10/12/2010	7.938,00
Relatório do Pacote de Solicitações 09.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				26/01/2010	8.379,00
Relatório do Pacote de Solicitações 10.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				01/03/2010	8.305,50
Relatório do Pacote de Solicitações 11.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				06/04/2010	8.085,00
Relatório do Pacote de Solicitações 12.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				09/05/2010	8.526,00
Relatório do Pacote de Solicitações 13.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				08/06/2010	8.820,00
Relatório do Pacote de Solicitações 14.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				23/06/2010	7.791,00
Relatório do Pacote de Solicitações 15.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				11/07/2010	8.379,00
Relatório do Pacote de Solicitações 16.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				06/08/2010	8.673,00
Relatório do Pacote de Solicitações 17.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				01/09/2010	8.526,00
Relatório do Pacote de Solicitações 18.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				27/09/2010	8.085,00
Relatório do Pacote de Solicitações 19.02 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				23/10/2010	8.085,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Laura Luciane Martins Dos Anjos			CPF 276.018.228-26
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: A consultora entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 20/10/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000856					
Objetivo da consultoria:		O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de serviço de pessoa física para executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/10/2010	10/12/2010	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Vilhena, Colorado do Oeste e Ji-Paraná, no estado de Rondônia, contendo uma área conhecida de café de 36.201 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital			29/10/2010	R\$ 2,300,00	
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 38.957 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.			19/11/2010	2.700,00	
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Itapetinga, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 8.580 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2008; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em formato digital.			10/12/2010	2.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Leandra Maria Macedo de Souza			CPF 876.976.532-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000854					
Objetivo da consultoria:		executar o desenvolvimento de um sistema Web baseado em software livre, para disseminação das informações geográficas resultantes dos trabalhos de Previsão de Safras Agrícolas no Brasil.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/08/2009	31/03/2010	19.200,00	7.680,00	7.680,00	19.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Plano de Trabalho contendo informações que irão nortear as ações do desenvolvimento do projeto e implantação, incluindo, mas não se limitando a descrição das seguintes etapas: a) Planejamento de Projeto – Desenvolvimento do plano de trabalho com informações do projeto, dos contatos, da forma de comunicação, documentação e cronograma alinhada aos requerimentos técnicos exigidos. b) Mobilização da Infra-estrutura – Descrição da infra-estrutura física necessária e adequada para suportar o desenvolvimento das atividades			27/08/2009	1.920,00	
Documentação Técnica contendo as seguintes informações: a) Modelo de Dados – Diagrama de entidades e relacionamentos, b) Diagrama de Casos de Uso, c) Prototipação			27/08/2009	2.880,00	
Instalação e configuração do ambiente de produção contendo todos os requisitos de software necessários para o funcionamento da solução Web. A entrega do produto será evidenciada com a publicação de uma aplicação Web de teste para homologar o ambiente montado.			08/09/2009	1.536,00	
Entrega do primeiro grupo de funcionalidades da solução Web, atendendo aos seguintes requisitos: a) Navegação no Mapa – o usuário poderá realizar todas as ações de navegação no mapa como zoom e pan, com uso do scroll do mouse, b) Medir Distância e Área – o usuário poderá desenhar uma linha ou polígono sobre o mapa e obter a distância ou área correspondente, c) Bookmarks – o usuário poderá salvar na sua sessão corrente, visualizações que caracterizem áreas de interesse, através do fornecimento de um nome que identifique a atual visualização para acesso posterior, d) Identificar Feição – o usuário poderá consultar as informações de uma feição geográfica, mediante um clique sobre o mapa, e) Consulta por Atributo – o usuário poderá realizar consultas sobre os temas através do fornecimento de critérios alfanuméricos, utilizando uma interface intuitiva em que seja possível montar uma série de combinações sobre os campos do tema especificado, f) Adicionar Dados – o usuário poderá adicionar dados externos que estejam disponíveis através de serviços de mapas em WMS ou KML.			19/10/2009	5.184,00	
Mapas Básicos – o usuário poderá visualizar os mapas básicos oferecidos por fornecedores como Google e Microsoft. As opções de mapas básicos a serem disponibilizados são: a) Google Road Map (Arruamento), b) Google Satellite (Imagens de Satélite), c) Google Hybrid (Arruamento e Imagens de Satélite), d) Google Physicale, e) Virtual Earth Road Map (Arruamento), f) Virtual Earth Satellite (Imagens de Satélite), g) Virtual Earth Hybrid (Arruamento e Imagens de Satélite), h) Localizar Endereço – o usuário poderá realizar operações de localização de endereço sobre a base de arruamento fornecido pelo Google e disponibilizado na solução. Onde através do fornecimento de um endereço, a solução irá colocar uma indicação no mapa no local equivalente. i) Geocoding Reverso - o usuário poderá realizar a operação inversa da localização endereço, onde através da indicação de um ponto no mapa por parte do usuário, a solução irá retornar o endereço associado ao ponto.					
Localizar XY - a solução irá exibir a localização de uma coordenada repassada pelo usuário, k) Recuperar Altitude – a solução irá retornar a altitude em metros de cada ponto indicado no mapa pelo usuário, l) Exibir Coordenada Corrente – o usuário terá a disposição recurso para visualizar a coordenada com o deslocamento do mouse sobre o mapa. A entrega do produto será evidenciada com a publicação da solução Web e a homologação do produto pelo supervisor do projeto.					

<p>Entrega do segundo grupo de funcionalidades da solução Web, atendendo aos seguintes requisitos: a) Todas as funcionalidades do primeiro grupo, b) Exibir Overview – o usuário poderá habilitar e desabilitar a janela de overview, c) Exibir Barra de Escala – o usuário poderá habilitar e desabilitar a visualização da barra de escala sobre o mapa, .d) Exibir Barra de Zoom – o usuário poderá habilitar e desabilitar a visualização da barra de zoom sobre o mapa, .e) Localizar Município – o usuário poderá localizar um município rapidamente, mediante o fornecimento do nome do município, .f) Exibir Gráfico – o usuário poderá acompanhar a evolução ano a ano das previsões de Safra Agrícolas no Brasil por município, g) Imprimir Mapa – o usuário poderá gerar um arquivo de impressão de mapa em layout pré-definido, h) Exportar XLS – o usuário poderá exportar o resultado alfanumérico da consulta para XLS, .i) exportar KML – o usuário poderá exportar o resultado geográfico da consulta para KML</p>	<p>20/01/2010</p>	<p>5.760,00</p>
<p>Consultar Ajuda Online – o usuário poderá consultar o manual online do sistema, com a descrição das funcionalidades disponíveis) Configurar Serviço de Mapa – o administrador poderá incluir e excluir temas disponibilizados na solução Web e alterar configuração de simbologia através do ArcGIS Desktop.) Importar SHP para PostGIS – o administrador poderá sincronizar as alterações feitas no dado geográfico usando a ferramenta ArcGIS Desktop com o bando de dados PostGIS. A entrega do produto será evidenciada com a publicação da solução Web e a homologação do produto pelo supervisor do projeto.</p>		
<p>Execução dos treinamentos com os seguintes objetivos em módulos distintos: a) Módulo Operação: Tem como objetivo possibilitar aos profissionais de Tecnologia da Informação e aos usuários finais a compreensão do funcionamento da solução Web. b) Módulo Administração: Tem como objetivo fornecer aos profissionais de Tecnologia da Informação conhecimentos e habilidades para execução de atividades de manutenção e administração da solução Web.</p>	<p>15/03/2010</p>	<p>1.920,00</p>
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Luigi Carli Marroni Aulicino	CPF 280.128.488-21
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante						
Nome da Organização					Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"						
Código do Contrato: 2009/000242						
Objetivo da consultoria:			Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios			
Período de vigência		Remuneração				
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício	
01/04/2009	31/12/2010	147.000,00	147.000,00	147.000,00	147.000,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 01 – 02.				29/04/2009	6.615,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 02 – 02.				27/05/2009	8.085,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 03 – 02.				21/7/2009	7.791,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 04 – 02.				25/08/2009	8.011,50	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 05 – 02.				26/09/2009	8.673,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 06 – 02.				02/11/2009	8.232,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 07 – 02.				10/12/2009	7.938,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 08 – 02.				14/01/2010	8.379,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 09 – 02.				17/02/2010	8.305,50	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 10 – 02.				25/03/2010	8.085,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 11 – 02.				27/04/2010	8.526,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 12 – 02.				01/06/2010	8.820,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 13 – 02.				25/06/2010	7.791,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 14 – 02.				11/07/2010	8.379,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 15 – 02.				04/08/2010	8.673,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 16 – 02.				28/08/2010	8.526,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 17 – 02.				21/09/2010	8.085,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 18 – 02.				15/10/2010	8.085,00	
Consultor contratado						
Nome do consultor:			Luis Filipe Geraldo Alves		CPF 717.955.021-34	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos produtos antes do termino do contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 18/10/2010.						

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/001030					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de design interativo do sítio de internet da Conab. Esse trabalho deverá ser executado através das funcionalidades capturadas por meio do levantamento das necessidades de divulgação das informações produzidas pelas áreas finalísticas e também pelos principais sistemas corporativos em produção na Companhia.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/10/2009	30/07/2010	24.520,00	22.120,00	22.120,00	22.120,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Arquitetura de Informação do Sítio Internet da Conab			08/02/2010	5.000,00	
Relatório 01 do desenvolvimento de Design de Telas do Sítio Internet Conab.			26/02/2010	6.000,00	
Relatório 02 do desenvolvimento de Design de Telas do Sítio Internet Conab.			26/02/2010	6.000,00	
Relatório de criação de banners home em Flash			01/03/2010	5.120,00	
Relatório de design de telas do Portal Gerencial de Informações			15/03/2010	2.400,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Marcello Azevedo			CPF 688.269.741-87
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 4 produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 30/07/2010.					

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000875					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/11/2010	15/12/2010	49.500,00	49.500,00	49.500,00	49.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Trabalho 01-15 dos Sistemas Departamentais				11/11/2010	9.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho 02-15 dos Sistemas Departamentais				20/11/2010	9.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho 03-15 dos Sistemas Departamentais				29/11/2010	9.250,00
Relatório do Pacote de Trabalho 04-15 dos Sistemas Departamentais				07/12/2010	10.750,00
Relatório do Pacote de Trabalho 05-15 dos Sistemas Departamentais				15/12/2010	11.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Marcelo Lucas Nogueira			CPF 717.606.521-72
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000796					
Objetivo da consultoria:		Garantir a qualidade do produto por meio da execução dos testes, atuando como provedora de serviços para as outras disciplinas (requisitos, análise & projeto e implementação). A qualidade do software pode ser avaliada pela execução das seguintes práticas: Localizar e documentar defeitos na qualidade do software. Validar as suposições feitas nas especificações de projeto e requisito através de demonstração concreta. Validar as funções do software conforme projetadas. Verificar se os requisitos foram implementados de forma adequada			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2009	31/12/2010	130.545,00	81.400,00	24.345,00	73.490,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Testes 01.03			14/09/2009	8.500,00	
Relatório do Pacote de Testes 02.03			21/09/2009	8.250,00	
Relatório do Pacote de Testes 03.03			29/09/2009	8.090,00	
Relatório do Pacote de Testes 04.03			06/10/2009	8.000,00	
Relatório do Pacote de Testes 05.03			14/10/2009	8.200,00	
Relatório do Pacote de Testes 06.03			21/10/2009	8.105,00	
Relatório do Pacote de Testes 07.03			01/02/2010	8.115,00	
Relatório do Pacote de Testes 08.03			08/03/2010	8.120,00	
Relatório do Pacote de Testes 09.03			16/04/2010	8.110,00	
Relatório do Pacote de Testes 10.03			22/05/2010	8.100,00	
Relatório do Pacote de Testes 11.03			28/06/2010	8.050,00	
Relatório do Pacote de Testes 12.03			02/08/2010	8.100,00	
Relatório do Pacote de Testes 13.03			09/09/2010	8.025,00	
Relatório do Pacote de Testes 14.03			11/10/2010	8.235,00	
Relatório do Pacote de Testes 15.03			13/11/2010	8.245,00	
Relatório do Pacote de Testes 16.03			15/12/2010	8.300,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Márcia Regina Lazon			CPF 872.471.869-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor pediu a rescisão do seu contrato em, 22/06/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000291					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento do sistema XFACWEB e manutenção evolutiva/corretiva do sistema Xfac			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2010	30/12/2010	126.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-01				26/04/2010	10.600,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-02				05/05/2010	10.500,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-03.				20/05/2010	10.200,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-04.				10/06/2010	9.400,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-05				30/06/2010	8.600,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacweb 01-06				18/07/2010	8.700,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-07				04/08/2010	8.300,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-08.				23/08/2010	7.400,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-09				08/09/2010	7.300,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-10.				23/09/2010	7.600,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-11				09/10/2010	7.400,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-12.				29/10/2010	7.500,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-13.				18/11/2010	7.400,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-14.				08/12/2010	7.500,00
Relatório do Pacote de Desenvolvimento dos sistemas xFax e xFacWeb -01-15.				20/12/2010	7.600,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Márcio Rodrigues Oliveira			CPF 007.416.119-96
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000539					
Objetivo da consultoria:		Atualização, consolidação, implantação, configuração, administração e documentação de servidores e serviços de infra-estrutura tecnológica.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	31/12/2010	140.800,00	87.050,00	87.050,00	140.800,00
Insunhos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Levantamento e organização da documentação dos hardwares de todos os servidores em rack, atualização de firmwares e guarda em meio digital de todos os firmwares e drivers respectivos, postando a documentação no Twiki. Relatório informando as versões.				20/06/2009	7.400,00
Levantamento e organização da documentação dos hardwares de todos os servidores em torre, atualização de firmwares e guarda em meio digital de todos os firmwares e drivers respectivos, postando a documentação no Twiki. Relatório informando as versões				31/06/2009	3.500,00
Prospecção de servidores Jabber. Relatório técnico e postagem da documentação no Twiki.				17/07/2009	5.000,00
Confecções e atualizações das imagens dos sistemas operacionais para os grandes lotes de microcomputadores, contendo todos os softwares básicos e ferramentas homologadas para uso em desktop (Bitway, HPs, Itaotec, notebook Lenovo). Relatório de entrega das mídias que deverão ser postadas no Twiki.				10/08/2009	6.400,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 1. Relatório apresentando as diferenças.				17/08/2009	2.650,00
Implementação de segurança de rede baseado no MacAddress dos equipamentos e respectivo IP no DHCP. Relatório de entrega do produto.				17/08/2009	12.000,00
Implantação do software de monitoramento dos concentradores gerenciáveis 3COM, adequação à rede e relatório com desenho da topologia da rede.				30/04/2010	6.800,00
Atualização/implantação do sistema de inventário Cacic na Matriz, CDRH, Suregs e UA/UFs com servidores de rede, referentes aos softwares e hardwares (microcomputadores e servidores), com verificação de licenças de softwares e relatório apontando eventuais problemas de licenciamento.				12/02/2010	7.000,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 2. Relatório apresentando as diferenças.				03/12/2010	2.700,00
Implementação de Cluster de virtualização de servidores baseados na tecnologia Xen, com foco em alta disponibilidade. Relatório técnico postagem da documentação no Twiki (instalação, configuração e principais comandos de administração).				15/01/2010	14.000,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 3. Relatório apresentando as diferenças.				12/03/2010	2.550,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 13 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.				08/04/2010	7.100,00

Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 4. Relatório apresentando as diferenças.	15/04/2010	2.600,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 14 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	13/05/2010	6.900,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 15 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	20/05/2010	7.050,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 5. Relatório apresentando as diferenças.	15/06/2010	2.700,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 16 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	27/08/2010	6.950,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 6. Relatório apresentando as diferenças.	07/10/2010	2.500,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 17 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	29/10/2010	7.200,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 18 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki. Produto 21	29/11/2010	6.800,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 20 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	16/11/2010	7.100,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 21 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	30/11/2010	6.900,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 22 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	15/12/2010	7.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Marconi de Aguiar Monteiro	CPF 565.041.601-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000204					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/04/2009	31/12/2010	126.000,02	20.353,82	20.353,82	76.084,39
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-01-02.			14/04/2009	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-02-02.			30/04/2009	7.753,85	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-03-02.			15/05/2009	7.269,23	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-04-02.			14/08/2009	5.815,38	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-05-02.			11/09/2002	6.784,62	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-06-02.			18/10/2009	8.238,46	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-07-02.			17/11/2009	7.269,23	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-08-02.			15/12/2009	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-09-02.			01/02/2010	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-10-02.			05/03/2010	7.753,85	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-11-02.			08/04/2010	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-12-02.			12/05/2010	7.269,23	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-13-02.			16/06/2010	8.238,46	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-14-02.			22/07/2010	6.784,62	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-15-02.			01/09/2010	6.784,62	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-16-02.			06/10/2010	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-17-02.			09/11/2010	7.753,85	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-18-02.			15/12/2010	6.784,62	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Marcos Aurélio Nobre Silva			CPF 328.136.945-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 11 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 10/03/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000687					
Objetivo da consultoria:		Uniformizar a qualidade nos processos de gestão e técnico-operacionais, bem como contribuir para a segurança alimentar e utilização de tecnologias para agregação de valor aos produtos comercializados nos mercados atacadistas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/06/2010	10/12/2010	94.000,00	94.000,00	63.300,00	63.300,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Projeto contendo proposições de programas e ações para implantar uma rede de informações e de intercâmbio técnico.			15/06/2010	7.200,00	
Projeto contendo ações pontuais visando a recuperação e modernização das estruturas existentes			21/06/2010	7.100,00	
Projeto metodológico de coleta de informações sobre tipo e origem de produtos comercializados nos mercados atacadistas.			05/07/2010	7.400,00	
Projeto metodológico de modelo de cooperativas de pequenos produtores de hortigranjeiro objetivando a manipulação para a agregação de valor ao produto com base nas experiências nacionais e internacionais.			21/07/2010	6.500,00	
Parecer técnico e os resultados sobre a aplicação da metodologia da coleta de informações em um mercado atacadista pré-determinado.			09/08/2010	7.300,00	
Projeto metodológico para a implementação de banco de alimentos ou similar, conforme características do mercado atacadista, pontuando outros programas de aproveitamento de resíduos e redução de perdas.			24/08/2010	6.400,00	
Projeto metodológico de coleta e formação de preços de acordo com o público alvo e características dos mercados atacadistas.			09/09/2010	7.600,00	
Relatório técnico sobre a situação atual das embalagens dos produtos comercializados nos mercados atacadistas nacionais em conformidade com a legislação vigente.			30/09/2010	6.600,00	
Parecer técnico e os resultados sobre a aplicação da metodologia para formação de preços em um mercado atacadista pré-determinado.			13/10/2010	7.900,00	
Projeto metodológico do modelo cadastral contendo recepção, marcação de área e coleta de informações de produtores.			25/10/2010	8.250,00	
Projeto contendo parâmetros de qualidade dos principais produtos comercializados nos entrepostos de hortigranjeiros com base nos normativos vigentes.			09/11/2010	6.250,00	
Parecer técnico e os resultados sobre a implementação do cadastro em um mercado atacadista pré-determinado			25/11/2010	7.500,00	
Relatório sobre oito (8) visitas técnicas operacionais frente aos mercados atacadistas			10/12/2010	8.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Marcos Raposo Sousa			CPF 666.409.541-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 07 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 09/12/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000509					
Objetivo da consultoria:		Desenvolvimento e orientação sobre aspectos tecnológicos relacionados a parâmetros de qualidade da produção industrial de óleos vegetais destinados à alimentação humana, produção de energia e matéria prima industrial			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
06/07/2010	15/12/2010	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Diagnóstico sobre a implantação da unidade extratora de óleos vegetais			31/07/2010	3.000,00	
Estudo sobre tecnologias e legislação vigentes relacionadas à produção de óleos vegetais para consumo humano, produção de biocombustíveis e outros usos industriais			31/08/2010	2.000,00	
Diagnóstico sobre o atendimento, pela unidade extratora, das exigências de qualidade na produção de óleos vegetais para consumo humano			31/08/2010	2.500,00	
Diagnóstico sobre o atendimento, pela unidade extratora, das exigências de qualidade na produção de óleos vegetais para a produção de biodiesel e derivados industriais			30/09/2010	3.500,00	
Relatório de avaliação das atividades desenvolvidas na produção de óleos vegetais, integrando as 4 dimensões abordadas nos produtos anteriores			31/10/2010	2.000,00	
Manual de instruções básicas relacionadas à produção de óleos vegetais na unidade extratora			31/10/2010	5.000,00	
Relatório final contendo a síntese de avaliação da implantação e operação das estruturas para a produção de óleos vegetais com vistas ao consumo humano, produção de biodiesel e fornecimento como matéria prima industrial. O relatório deverá conter um conjunto de recomendações sobre a adoção de tecnologias que melhor atendam a legislação vigente e as exigências de inserção no mercado			15/12/2010	5.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Marta Regina dos Santos Nunes			CPF 637.094.810-15
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000445					
Objetivo da consultoria:		Contratação de consultoria para realizar pesquisa e análise sobre o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) comparando suas várias modalidades, com vistas a subsidiar a avaliação interna dos órgãos gestores quanto ao funcionamento do Programa e propor seu redesenho institucional.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/06/2010	20/12/2010	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório Analítico dos antecedentes históricos de políticas de apoio a AGF e SAN, quadro atual (formal/legal/normativo) sobre o desenho institucional do PAA e análise dos trabalhos já publicados a respeito do Programa.			30/06/2010	5.000,00	
Relatório de apresentação dos instrumentos metodológicos a serem utilizados: amostra, questionário qualitativo (semi-estruturado), pré-teste e roteiro de pesquisa.			30/06/2010	3.000,00	
Relatório com análise do processo de formulação, implementação e do desenho institucional das modalidades Contrato de Garantia de Compra da Agricultura Familiar (GCAF) e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF).			31/07/2010	4.500,00	
Relatório com análise do processo de formulação, implementação e do desenho institucional da modalidade Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF ou CPR-Alimento).			31/07/2010	4.500,00	
Relatório com análise do processo de formulação, implementação e do desenho institucional da modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação).			31/08/2010	4.500,00	
Relatório com análise do processo de formulação, implementação e do desenho institucional da modalidade Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque).			31/08/2010	4.500,00	
Relatório com análise do processo de formulação, implementação e do desenho institucional da modalidade Compra Direta Local (CDLAF)			30/09/2010	4.500,00	
Relatório com análise do processo de formulação, implementação e do desenho institucional da modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (IPCL).			30/09/2010	4.500,00	
Relatório de entrevistas com o público envolvido: agricultores, associações de produtores, beneficiários (associações sociais, filantrópicas e ações institucionais – assistência alimentar, banco de alimentos, alimentação escolar, restaurantes populares, etc.) e gestores governamentais locais e do governo federal (CONAB, MDS, MDA, etc.).			31/10/2010	4.500,00	
Relatório Parcial com análise comparativa das várias modalidades do PAA, tendo em vista a sua implementação e desenho institucional.			31/10/2010	6.000,00	
Relatório Preliminar Consolidado para apresentação ao Grupo Gestor do PAA e ao CONSEA Nacional.			30/11/2010	7.000,00	
Relatório Consolidado Final, com proposições de criação de um Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e sua destinação para programas de SAN.			15/12/2010	10.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Moisés Machado Machado			CPF 586.081.926-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000813					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento, especificação, análise e gerência de requisitos de sistema.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2010	31/12/2010	112.000,00	112.000,00	83.832,00	104.608,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 01 – 01 do projeto SIGEST				16/09/2009	7.168,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 02 – 01 do projeto SIGEST.				16/11/2009	6.888,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 03 – 01 do projeto SIGEST.				13/12/2009	6.720,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 04 – 01 do projeto SIGEST				16/01/2010	7.448,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 05 – 01 do projeto SIGEST				14/02/2010	7.672,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 06 – 01 do projeto SIGEST.				18/03/2010	7.616,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 07 – 01 do projeto SIGEST.				17/04/2010	7.504,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 08 – 01 do projeto SIGEST				18/05/2010	7.168,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 09 – 01 do projeto SIGEST.				19/06/2010	7.504,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 10 – 01 do projeto SIGEST.				22/07/2010	7.728,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 11 – 01 do projeto SIGEST				24/08/2010	7.840,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 12 – 01 do projeto SIGEST.				22/09/2010	7.728,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 13 – 01 do projeto SIGEST				22/10/2010	7.784,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 14 – 01 do projeto SIGEST				22/11/2010	7.840,00
Relatório de Pacote de Trabalho – Requisito – 15 – 01 do projeto SIGEST				15/12/2010	7.392,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Pedro Henrique da Silva			CPF 787.657.496-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 14 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 01/10/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000937					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de coordenação técnica e desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio de levantamento de requisitos juntos aos usuários dos sistemas			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/10/2009	31/12/2010	120.000,00	103.100,00	103.100,00	120.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 01.04.				14/10/2009	8.200,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 02.04.				20/10/2009	8.700,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 03.04				26/10/2009	8.400,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 04.04.				01/11/2009	8.700,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 05.04				07/11/2009	8.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 06.04.				13/11/2009	8.800,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 07.04.				13/08/2010	8.800,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 08.04.				16/08/2010	8.350,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 09.04				17/08/2010	8.250,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 10.04				26/08/2010	8.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 11.04.				27/08/2010	8.450,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 12.04				31/08/2010	8.550,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 13.04.				15/09/2010	8.800,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 14.04				30/09/2010	9.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Pedro Henrique Teixeira Costa			CPF 717.558.021-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 30/09/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000059					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de análise, migração de banco de dados e desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio de levantamento de requisitos, utilizando como base principal de informações o sistema Safiras, Sistema GP e Siscoe (Sistema de Comercialização Eletrônica).			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
11/02/2010	30/11/2010	77.000,00	77.000,00	77.000,00	77.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-01-11.			18/02/2010	6.700,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-02-11.			15/03/2010	6.200,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-03-11.			07/04/2010	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-04-11.			02/05/2010	6.300,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-05-11.			28/05/2010	6.000,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-06-11.			22/06/2010	5.900,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-07-11.			17/07/2010	6.000,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-08-11.			11/08/2010	6.200,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-09-11.			04/09/2010	6.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-10-11			29/09/2010	7.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-11-11.			25/10/2010	7.000,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-12-11.			19/11/2010	7.200,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Rafael Taveira Costa		CPF 009.838.461-97	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos produtos antes do termino do contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 03/11/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000540					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	31/12/2010	126.000,00	49.785,68	49.785,68	96.883,70
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 4, módulo 3.			21/06/2009	6.655,15	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 4 - módulo 3.			03/07/2009	7.039,11	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 5, módulo 3.			16/07/2009	6.719,15	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 5, módulo 3.			30/07/2009	6.527,17	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 6, módulo 3			10/08/2009	6.591,16	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 6, módulo 3			28/11/2009	7.039,11	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 7, módulo 3.			12/12/2009	6.527,17	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 7, módulo 3.			31/01/2010	7.000,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 8, módulo 3.			04/03/2010	7.679,02	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 8, módulo 3.			05/04/2010	7.103,10	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 9, módulo 3			07/05/2010	7.679,02	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 9, módulo 3.			08/06/2010	7.039,11	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 10, módulo 3.			10/07/2010	7.359,07	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 10, módulo 3.			11/08/2010	6.399,19	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 11, módulo 3.			12/09/2010	6.527,17	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 11, módulo 3.			14/10/2010	7.039,11	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 12, módulo 3.			15/11/2010	7.679,02	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 12, módulo 3.			15/12/2010	7.167,09	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Rodrigo Jorge Baptista			CPF 894.097.951-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 14 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 09/08/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000677					
Objetivo da consultoria:		O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de serviço de pessoa física para executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/07/2009	31/12/2010	52.500,00	52.500,00	13.900,00	37.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Apresentação de relatório com a descrição do acervo disponível na CONAB; e organização e padronização do banco de dados das máscaras da cultura de cana-de-açúcar e grãos, elaborados no ano de 2008 pela CONAB, UNICAMP e SIMEPAR.			10/07/2009	5.000,00	
Investigação do desmatamento de áreas de proteção na expansão do cultivo de cana-de-açúcar e/ou grãos na microrregião de Ceres – GO; e levantamento e atualização do acervo de imagens referentes aos anos de 2008 e 2009 para o mapeamento da cana-de-açúcar nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e de grãos, nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia.			24/07/2009	4.900,00	
Mapeamento temático da microrregião de Ceres, Goiás; elaboração de mapas das máscaras de cultivo de grãos nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia; produção de tabelas com as áreas mapeadas por município; e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			21/08/2009	3.000,00	
Elaboração de mapas das máscaras de cultivo de cana-de-açúcar nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia; produção de tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD			25/09/2009	2.100,00	
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar das microrregiões de Vão do Paraná, Entorno de Brasília e Catalão, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			23/10/2009	3.000,00	
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião de Anápolis, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			17/11/2009	2.700,00	
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião de Anicuns, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			15/12/2009	3.000,00	
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião do Vale do Rio dos Bois, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			22/01/2010	2.100,00	
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião de Meia Ponte, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			19/02/2010	2.700,00	
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião de Quirinópolis, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.			26/03/2010	2.100,00	

Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião Sudoeste de, Goiás, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	23/04/2010	R\$ 2,400,00
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar da microrregião de Porangatu, em Goiás, e identificação do uso do solo e determinação do perfil espectral; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	21/05/2010	2.100,00
Validação em campo do mapeamento de cana-de-açúcar no estado de Goiás; e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	25/06/2010	2.500,00
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	23/07/2010	2.400,00
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar nos estados da Paraíba e de Pernambuco; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	20/08/2010	2.700,00
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar no estado de Alagoas e Sergipe; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	24/09/2010	2.400,00
Mapeamento das lavouras de cana-de-açúcar no estado da Bahia; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	22/10/2010	2.900,00
Levantamento e atualização do acervo de imagens referentes aos anos de 2009 e 2010 para o mapeamento da cana-de-açúcar nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e de grãos, nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia; e apresentação de relatório com a descrição do acervo.	26/11/2010	2.100,00
Atualização das máscaras de cultivo de grãos e cana-de-açúcar nos estados de Tocantins, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia; produção de tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	15/12/2010	2.400,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Rogério Alves Barbosa Silva	CPF 874.828.861-68
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou apenas 13 produtos. Fazendo-se a rescisão contratual em 09/07/2010.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000578					
Objetivo da consultoria:		Executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/07/2010	10/12/2010	24.150,00	24.150,00	24.150,00	24.150,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Máscaras das áreas de plantio de cana de açúcar da safra de 2009 e 2010 no PR, MS e MT (imagens TERRA/MODIS) e documento com especificação de rotinas de processamento de imagens digitais, extração de dados e geração de máscaras. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente				26/07/2010	4.225,00
Máscaras das áreas de plantio de cereais de verão (soja/milho) da safra de 2009/2010 no PR, MS e MT (imagens TERRA/MODIS) e documento com especificação de rotinas de processamento de imagens digitais, extração de dados e geração de máscaras. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				23/08/2010	3.712,50
Mapas de diferenças de máscaras (imagens TERRA/MODIS) por estado para caracterização da evolução fenológica da cana de açúcar no PR, MS e MT (2008 a 2010) e perfis espectrais por município. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				20/09/2010	4.225,00
Mapas de diferenças de máscaras (imagens TERRA/MODIS) por estado para caracterização da evolução fenológica de cereais (soja/milho) no PR, MS e MT (2008 a 2010) e perfis espectrais por município. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				18/10/2010	3.712,50
Identificação do uso do solo através de imagens de baixa resolução (ex.: TERRA/MODIS) por estado. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados, armazenados em mídia conveniente.				25/11/2010	4.225,00
Perfil espectral temporal (2008 à 2010) dos grãos e da cana-de-açúcar por município, gerado a partir das máscaras de cultivo. Produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município. Apresentação de relatório com o conjunto das informações geradas e transferência dos resultados (mapas e tabelas) armazenados em mídia conveniente.				10/12/2010	4.050,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Romário Trentin			CPF 000.129.910-74
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000801					
Objetivo da consultoria:		Garantir a qualidade do produto por meio da execução dos testes, atuando como provedora de serviços para as outras disciplinas (requisitos, análise & projeto e implementação). A qualidade do software pode ser avaliada pela execução das seguintes práticas: Localizar e documentar defeitos na qualidade do software. Validar as suposições feitas nas especificações de projeto e requisito através de demonstração concreta. Validar as funções do software conforme projetadas. Verificar se os requisitos foram implementados de forma adequada			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/09/2009	31/12/2009	133.636,00	133.636,00	133.636,00	133.636,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Testes 01.05.			14/09/2009	8.700,00	
Relatório do Pacote de Testes 02.05			21/09/2009	8.500,00	
Relatório do Pacote de Testes 03.05			29/09/2009	8.130,00	
Relatório do Pacote de Testes 04.05			06/10/2009	8.250,00	
Relatório do Pacote de Testes 05.05			14/10/2009	7.900,00	
Relatório do Pacote de Testes 06.05			21/10/2009	7.750,00	
Relatório do Pacote de Testes 07.05			28/10/2009	7.850,00	
Relatório do Pacote de Testes 08.05			04/11/2009	8.150,00	
Relatório do Pacote de Testes 09.05			11/11/2009	8.156,00	
Relatório do Pacote de Testes 10.05			18/11/2009	8.330,00	
Relatório do Pacote de Testes 11.05			22/06/2010	7.950,00	
Relatório do Pacote de Testes 12.05			12/07/2010	8.700,00	
Relatório do Pacote de Testes 13.05			01/08/2010	8.850,00	
Relatório do Pacote de Testes 14.05			21/08/2010	8.930,00	
Relatório do Pacote de Testes 15.05			10/09/2010	8.680,00	
Relatório do Pacote de Testes 16.05			30/09/2010	8.810,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Samara Diniz Lisboa			CPF 826.622.821-34
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante						
Nome da Organização					Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica						
Título do Projeto					Código	
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"						
Código do Contrato: 2009/000698						
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento, especificação, análise e gerência de requisitos de sistema.				
Período de vigência		Remuneração				
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício	
28/07/2009	31/12/2009	133.000,00	82.300,00	82.300,00	133.000,00	
Insumos Externos						
Produtos Contratados						
Descrição				Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Solicitações 01.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				16/08/2009	9.700,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 02.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				24/08/2009	10.500,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 03.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				01/09/2009	9.800,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 04.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				09/09/2009	10.400,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 05.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				17/09/2009	10.300,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 06.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				25/09/2009	6.750,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 07.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				03/10/2009	7.550,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 08.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				11/10/2009	6.300,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 09.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				19/10/2009	7.170,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 10.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				27/10/2009	6.500,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 11.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				04/11/2009	7.400,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 12.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção.				12/11/2009	6.200,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 13.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				20/11/2009	7.300,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 14.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				30/11/2009	6.230,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 15.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				10/12/2009	6.900,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 16.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				20/12/2009	7.100,00	
Relatório do Pacote de Solicitações 17.03 da disciplina de Requisitos da Equipe de Sustentação à Produção				30/12/2009	6.900,00	
Consultor contratado						
Nome do consultor:		Suelene Pereira			CPF 844.479.581-04	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato a consultora entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 30/09/2010.						

Valores em R\$ 1,00					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000532					
Objetivo da consultoria:		Atualização, consolidação, implantação, configuração, administração e documentação de servidores e serviços de infra-estrutura tecnológica			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	31/12/2010	145.100,00	145.100,00	145.100,00	145.100,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Prospecção de Software de sistema de monitoramento de circuitos e servidores. Homologação do software em conjunto com a equipe de rede. Relatório e postagem no Twiki.			10/06/2009	2.400,00	
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os circuitos de longa distância das Suregs (25), Bolsas de Mercadorias (25), CDRH, Infovia (Serpro e Mapa), CDRH, UA-BSB e UAs vinculadas à Sureg-MT. Relatório descrevendo a linha geral da implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo instalação, configuração			06/07/2009	7.100,00	
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 1 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.			31/07/2009	6.900,00	
Fine Tunning do Openfire. Relatório Técnico e postagem da documentação no Twiki			24/08/2009	6.980,00	
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os servidores e serviços da Matriz. Relatório descrevendo a implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo as configurações.			10/09/2009	12.000,00	
Análise de vulnerabilidades da rede e sistemas que permitem acesso externo. Relatório técnico apontando os problemas e recomendações			21/09/2009	7.020,00	
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 2 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.			27/09/2009	7.000,00	
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os servidores e serviços das Suregs. Relatório descrevendo a implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo as configurações.			01/10/2009	8.000,00	
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 3 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.			09/10/2009	7.050,00	
Implantação de IDS/IPS livre no núcleo da rede Wan da Conab. Relatório de entrega e documentação (instalação, configuração e administração) postados no Twiki.			16/10/2009	5.800,00	
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 4 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.			23/10/2009	6.950,00	
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os circuitos de longa distância das Unidades Armazenadoras e Frigoríficas (79). Relatório descrevendo a linha geral da implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo instalação, configuração.			30/10/2009	6.900,00	

Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 5 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	06/11/2009	7.150,00
Prospecção de sistema de VoIP para atender a Conab no âmbito da Matriz e Suregs e as UAs cujos links comportem. Relatório técnico.	13/11/2009	5.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 6 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	20/11/2009	6.850,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 6 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	27/11/2009	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 7 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	04/12/2009	6.800,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 8 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	11/12/2009	6.900,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 9 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	18/12/2009	7.200,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 10 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	23/12/2009	7.100,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 11 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	27/12/2009	7.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 12 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.	31/12/2009	7.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Thiago Sampaio Montenegro	CPF 054.979.284-80
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000785					
Objetivo da consultoria:		Garantir a qualidade do produto por meio da execução dos testes, atuando como provedora de serviços para as outras disciplinas (requisitos, análise de projeto e implementação)			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
19/08/2009	31/12/2010	119.000,00	43.792,00	43.792,00	43.792,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 01 – 04			29/08/2009	7.140,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 02– 04			20/10/2009	7.497,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 03– 04			17/11/2009	7.319,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 04– 04			15/12/2009	7.140,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 05– 04			16/01/2010	7.378,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 06– 04			19/02/2010	7.318,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 07– 04			24/03/2010	7.259,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 08– 04			26/04/2010	7.497,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 09– 04			24/05/2010	7.140,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 10– 04			22/06/2010	7.378,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 11– 04			25/07/2010	8.330,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 12– 04			22/08/2010	7.140,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 13– 04			20/09/2010	7.735,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 14– 04			18/10/2010	7.497,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 15– 04			17/11/2010	8.092,00	
Relatório de Pacote de Trabalho – Desenvolvimento – 16– 04			15/12/2010	7.140,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Thiago Vinicius Barbosa Ferreira Venis			CPF 001.959.551-45
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 04/03/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000219					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio dos casos de uso de sistemas levantados no projeto de modelagem de negócios.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
08/04/2010	31/11/2010	70.000,00	70.000,00	25.000,00	25.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 1, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			17/04/2010	6.600,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 1, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			05/05/2010	6.300,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 2, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			25/05/2010	6.100,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 2, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			16/06/2010	6.000,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 3, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			06/07/2010	5.700,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 3, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			25/07/2010	5.300,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 4, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			15/08/2010	5.600,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 4, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			06/09/2010	5.500,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 5, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			26/09/2010	5.300,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 5, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			18/10/2010	5.800,00	
Relatório de Planejamento e Análise do pacote de solicitações 6, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			07/11/2010	6.000,00	
Relatório de Implementação do pacote de solicitações 6, módulo 6 dos Sistemas Corporativos.			27/11/2010	5.800,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Tiago Lopes Caixeta			CPF 721.126.541-87

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/001336					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento de sistemas. Os desenvolvimentos deverão ser executados nas funcionalidades capturadas por meio de levantamento de requisitos juntos aos usuários dos sistemas			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/01/2010	31/12/2010	76.800,00	76.800,00	76.800,00	76.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-01-08.			18/01/2010	8.100,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-02-08			12/02/2010	6.800,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-03-08			10/03/2010	5.800,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-04-08			07/04/2010	5.620,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-05-08.			02/05/2010	5.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-06-08			01/06/2010	5.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-07-08.			24/06/2010	5.400,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-08-08			15/07/2010	5.400,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-09-08.			10/08/2010	5.780,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-10-08.			09/09/2010	5.600,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-11-08			11/10/2010	5.500,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-12-08			10/11/2010	5.800,00	
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental-13-08.			12/12/2010	6.000,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Valdemar Ferreira de Barros			CPF 012.102.504-70
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 01/10/2010.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000903					
Objetivo da consultoria:		Apoiar atividades técnicas do Projeto Geosafra, na aplicação dos estudos sobre os métodos estatísticos definidos para os prognósticos de safras agrícolas, em relação a estimativas e/ou projeções de área cultivada e produtividade que são calculados a partir de amostras selecionadas, envolvendo tratamentos estatísticos, interagindo com os técnicos da área com a finalidade de determinar as metodologias mais adequadas com sua devida descrição e organização em manuais de procedimentos.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/09/2009	29/10/2010	54.860,00	42.200,00	42.200,00	54.860,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório analítico contendo a descrição do estudo realizado sobre as práticas da Conab e do parceiro no Estado produtor de São Paulo, na aplicação da metodologia para avaliação das safras de café, com críticas técnicas e opiniões sobre a necessidade de melhorias e/ou continuidade nos procedimentos adotados pelo IEA/Cati.				30/09/2009	4.220,00
Relatório da metodologia assimilada e execução prática de uma avaliação de safras de cítricos, utilizando uma aplicação da técnica proposta.				28/09/2010	4.220,00
Proposta descrita detalhadamente do método a ser praticado nas avaliações das safras de café no Estado de Minas Gerais, considerando a necessidade de padronização de procedimentos em todos os Estados				28/11/2009	4.220,00
Proposta descrita detalhadamente do método a ser praticado nas avaliações das safras de café no Estado do Espírito Santo, considerando a necessidade de padronização de procedimentos em todos os Estados				01/12/2009	4.220,00
Relatório da execução de uma avaliação de safras de café no Estado produtor do Espírito Santo, a partir da aplicação da técnica proposta				29/03/2010	4.220,00
Proposta descrita detalhadamente do método a ser praticado nas avaliações das safras de café no Estado do Paraná, considerando a necessidade de padronização de procedimentos em todos os Estados.				08/12/2009	4.220,00
Relatório da execução de uma avaliação de safras de café no Estado produtor do Paraná, a partir da aplicação da técnica proposta.				28/04/2010	4.220,00
Proposta descrita detalhadamente do método a ser praticado nas avaliações das safras de café no Estado de Rondônia, considerando a necessidade de padronização de procedimentos em todos os Estados.				28/01/2010	4.220,00
Relatório da execução de uma avaliação de safras de café no Estado produtor de Rondônia, a partir da aplicação da técnica proposta.				28/05/2010	4.220,00
Proposta descrita detalhadamente do método a ser praticado nas avaliações das safras de café no Estado da Bahia, considerando a necessidade de padronização de procedimentos em todos os Estados				26/03/2010	4.220,00
Relatório da execução de uma avaliação de safras de café no Estado produtor da Bahia, a partir da aplicação da técnica proposta.				28/06/2010	4.220,00
Revisão e acabamento (arte final) do Manual de procedimentos para a coleta e o processamento dos dados necessários a realização das estimativas de safras de café e demais produtos.				28/07/2010	4.220,00
Relatório da execução prática de uma avaliação de safras de todos os produtos no Sistema SafraNet, a partir da aplicação das técnicas propostas.				27/08/2010	4.220,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Valéria Maria Rodrigues Fechine			CPF 058.766.698-65

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000294					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de levantamento, especificação, análise e gerência de requisitos de sistema.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
22/04/2010	15/12/2010	84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório do Pacote de Requisitos 01 dos Sistemas xFac/xFacweb			28/04/2010	6.600,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 02 dos Sistemas xFac/xFacweb			16/05/2010	6.500,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 03 dos Sistemas xFac/xFacweb			05/06/2010	6.900,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 04 dos Sistemas xFac/xFacweb			27/06/2010	7.000,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 05 dos Sistemas xFac/xFacweb.			17/07/2010	6.700,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 06 dos Sistemas xFac/xFacweb.			07/08/2010	6.900,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 07 dos Sistemas xFac/xFacweb			28/08/2010	7.100,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 08 dos Sistemas xFac/xFacweb			19/09/2010	7.000,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 09 dos Sistemas xFac/xFacweb			09/10/2010	6.850,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 10 dos Sistemas xFac/xFacweb			31/10/2010	7.400,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 11 dos Sistemas xFac/xFacweb.			20/11/2010	7.500,00	
Relatório do Pacote de Requisitos 12 dos Sistemas xFac/xFacweb			10/12/2010	7.550,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Vanessa Branco			CPF 826.082.705-06
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2010/000368					
Objetivo da consultoria:		Pesquisar, organizar, padronizar planilhas de custos devidamente atualizadas para serem inseridas no banco de dados do Sistema SIAGRO, envolvendo a análise dos insumos agropecuários em uso, necessários para o cálculo dos custos de produção agropecuários, referentes aos produtos em pauta e praças distribuídas nas diversas regiões produtoras e extrativistas do País.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
24/05/2010	15/12/2010	28.350,00	28.350,00	28.350,00	28.350,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração da baru, pequi e na produção de Mangaba (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				31/05/2010	3.307,50
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na coleta da Castanha do Brasil, Babaçu e produção de Abacaxi (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				30/06/2010	4.221,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Arroz de Sequeiro, Milho e produção de Mandioca (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				27/07/2010	3.307,50
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção de Arroz de Sequeiro, Arroz Irrigado e Feijão Cores (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				30/08/2010	4.221,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção de Castanha de Caju, Carnaúba e Feijão Macaçar (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				27/09/2010	3.465,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Arroz Irrigado, Trigo e Soja (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				27/10/2010	3.969,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na extração do Umbu, Pequi e Piaçaba (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				22/11/2010	3.024,00
Atualização dos coeficientes técnicos dos insumos aplicados na produção da Cana-de-Açúcar, Café Conillon e Café Arábica (uma planilha para cada localidade produtora), contendo os respectivos coeficientes técnicos de utilização, o quais devem ser inseridos no banco de dados, para efeito de coleta mensal dos preços, para todas as regiões produtoras selecionadas do País – produto: Planilhas contendo a relação dos insumos que permanecem e os alterados, com os respectivos coeficientes técnicos.				15/12/2010	2.835,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Vanessa Lima Santoro Santoro			CPF 004.160.141-60
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				Pnud	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Projeto de Revitalização da Conab				BRA/03/034	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2008/001795					
Objetivo da consultoria:		Capacitar gestores de organizações da agricultura familiar e pesca artesanal à democratizar o acesso ao mercado por parte dos agricultores familiares. A fortalecer o PAA enquanto um instrumento de apoio à comercialização. A apoiar a estruturação de redes de produção, processamento e comercialização de produtos da agricultura familiar. A instrumentalizar a Conab, do ponto de vista metodológico, para o atendimento às demandas de avaliação de projetos.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
31/12/2008	31/03/2010	99.400,00	99.400,00	99.226,76	99.226,76
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de capacitação da Parceira de Desenvolvimento AJOPAM (regiões Norte e Noroeste) sobre: elaboração dos Relatórios Financeiros, monitoramento das atividades e elaboração dos produtos previstos no do Plano de Trabalho e Plano.				28/12/2008	7.100,00
Relatório de capacitação da Parceira de Desenvolvimento FASE-MT (regiões Sul, Sudoeste, Baixada Cuiabana e Araguaia) sobre: elaboração dos Relatórios Financeiros, monitoramento das atividades e elaboração dos produtos previstos no do Plano de Trabalho e Plano.				12/03/2009	7.100,00
Relatório de capacitação da Parceira de Desenvolvimento CEDAC (estado de Goiás) sobre: elaboração dos Relatórios Financeiros, monitoramento das atividades e elaboração dos produtos previstos no do Plano de Trabalho e Plano.				13/02/2009	7.100,00
Relatório de avaliação de impacto das operações do PAA, no estado de Goiás, sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, com propostas para continuidade das ações e avaliação de perspectivas para implantação de uma rede goiana de produção e comercialização de produtos regionais oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo, em bases econômica, social e ambientalmente sustentáveis.				21/05/2009	7.100,00
Relatório de avaliação de impacto das operações do PAA, no estado de Minas Gerais, sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, com propostas para continuidade das ações e avaliação de perspectivas para implantação de uma rede de produção e comercialização de produtos regionais oriundos da agricultura familiar e do agroextrativismo, em bases econômica, social e ambientalmente sustentáveis.				23/11/2009	7.100,00
Relatório Analítico de meio-termo sobre supervisão das atividades de estruturação de rede no estado do Mato Grosso (deverá conter levantamento e análise dos resultados obtidos em cada uma das 5 regiões, os problemas encontrados na implementação da carta de acordo, incluindo o acompanhamento às atividades da Comissão Coordenadora de Rede, e formas encontradas de solucioná-los, as melhores práticas, lições aprendidas e possibilidades de replicação em outras regiões).				15/10/2009	7.100,00
Relatório de avaliação de impacto da rede e operações do PAA (região Sul) sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, em organizações que integram a rede				13/08/2009	7.100,00
Relatório de avaliação de impacto da rede e operações do PAA (região Sudoeste) sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, em organizações que integram a rede.				07/07/2009	7.100,00

Relatório de avaliação de impacto da rede e operações do PAA (região Baixada Cuiabana) sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, em organizações que integram a rede.	08/09/2009	7.100,00
Relatório de avaliação de impacto da rede e operações do PAA (região Araguaia) sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, em organizações que integram a rede.	20/09/2009	7.100,00
Relatório de avaliação de impacto da rede e operações do PAA (região Norte e Nordeste) sobre os sistemas de produção e comercialização existentes, bem como sobre as formas de organização social dos agricultores familiares e populações agroextrativistas em nível local e regional, em organizações que integram a rede.	02/12/2009	7.100,00
Relatório Analítico de meio-termo sobre operações do PAA e perspectiva das redes nos estados de Goiás e Minas Gerais (nível de operações do PAA e articulação de parcerias para implantação das redes)	30/01/2009	7.100,00
Relatório de Seminário entre Comissão Coordenadora de Rede e Parceiras de Desenvolvimento (AJOPAM e FASE-MT), avaliando dinâmica de Rede, e sua repercussão no PAA, preparatório para o Seminário Interestadual de Rede.	10/12/2009	7.100,00
Relatório Analítico Final sobre acompanhamento e supervisão das atividades de rede no estado do Mato Grosso (deverá conter levantamento, análise e síntese dos resultados obtidos em cada uma das 6 regiões, os problemas encontrados na implementação da carta de acordo, incluindo o acompanhamento às atividades da Comissão Coordenadora de Rede, e formas encontradas de solucioná-los, as melhores práticas, lições aprendidas e possibilidades de replicação em outras regiões).	20/02/2010	7.100,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Vicente José Puhl	CPF 530.571.200-91
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 09/02/2010.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000781					
Objetivo da consultoria:		Executar o processamento e análise de imagens de satélite com a finalidade de mapear e estimar áreas cultivadas com produtos agrícolas.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
03/08/2009	31/12/2010	45.000,00	28.800,00	28.800,00	45.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões do Vale do Rio Doce, Noroeste de Minas, Campos das Vertentes e Metropolitana de Belo Horizonte do estado de Minas Gerais; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.				21/08/2009	2.400,00
Atualização do mapeamento de lavouras de café das mesorregiões do Vale do Rio Doce e Metropolitana de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, contendo uma área conhecida de café de 91.377 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.				22/08/2009	3.000,00
Atualização do mapeamento de lavouras de café das mesorregiões do Noroeste de Minas e de Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais, contendo uma área conhecida de café de 37.885 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.				25/09/2009	2.100,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões de Assis, São José do Rio Preto e Itapetininga do estado de São Paulo; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.				23/10/2009	3.000,00
Atualização do mapeamento de lavouras de café da mesorregião de Assis, no estado de São Paulo, contendo uma área conhecida de café de 13.022 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.				17/11/2009	2.700,00
Atualização do mapeamento de lavouras de café das mesorregiões de São José do Rio Preto e Itapetininga, no estado de São Paulo, contendo uma área conhecida de café de 12.840 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.				20/11/2009	3.000,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para o mapeamento das lavouras de café nas microrregiões de Colatina, Montanha, São Mateus e Linhares, do estado do Espírito Santo; e conjunto de imagens de média e alta resolução processadas.				22/01/2010	2.100,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Colatina e Montanha, no estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 69.800 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.				19/02/2010	2.700,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de São Mateus e Linhares, no Estado do Espírito Santo, contendo uma área conhecida de café de 92.329 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.				26/03/2010	2.100,00

Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Santo Antônio de Jesus, Valença e Ilhéus-Itabuna, no Estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 5.698 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	23/04/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Porto Seguro, no estado da Bahia, contendo uma área conhecida de café 22.199 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	21/05/2010	2.100,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para o mapeamento das lavouras de café nas microrregiões de Porto Velho, Guajará-Mirim e Alvorada D'Oeste, do estado de Rondônia; e conjunto de imagens de média e alta resolução processadas.	25/06/2010	2.500,00
Mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Porto Velho e Guajará-Mirim, no estado de Rondônia, contendo uma área conhecida de café de 11.134 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	23/07/2010	2.400,00
Mapeamento de lavouras de café da microrregião de Alvorada D'Oeste, no estado de Rondônia, contendo uma área conhecida de café de 28.698 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	20/08/2010	2.700,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas microrregiões de Cornélio Procópio, Assai, Jacarezinho, Ibatí, Wenceslau Braz, Telêmaco Borba e Jaguariaíva, no Nordeste do estado do Paraná; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.	24/09/2010	2.400,00
Atualização do mapeamento de lavouras de café das microrregiões de Cornélio Procópio, Assai, Jacarezinho, Ibatí, Wenceslau Braz, Telêmaco Borba e Jaguariaíva, no Nordeste, no Noroeste do estado do Paraná, contendo uma área conhecida de café de 40.073 hectares, segundo os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal 2007; produção de mapas e tabelas com as áreas mapeadas por município, e apresentação de um relatório com o conjunto das informações geradas, com os resultados armazenados em DVD.	22/10/2010	2.900,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões do Vale do Rio Doce, Noroeste de Minas, Campos das Vertentes e Metropolitana de Belo Horizonte do estado de Minas Gerais; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.	26/11/2010	2.100,00
Relatório de avaliação da qualidade de imagens selecionadas para a atualização do mapeamento das lavouras de café nas mesorregiões de Assis, São José do Rio Preto e Itapetininga do estado de São Paulo; conjunto de imagens de média e alta resolução processadas; e quadro comparativo, por microrregião e por município, entre os dados do IBGE e do último mapeamento.	15/12/2010	2.400,00
Consultor contratado		
Nome do consultor:	Viviane Machado Lettry de Faria	CPF 716.153.341-49
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/001337					
Objetivo da consultoria:		Execução de serviços de desenvolvimento e manutenção do xFAC			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
04/01/2010	31/12/2010	96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 01.09.				17/01/2010	6.700,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 02.09				11/02/2010	6.200,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 03.09				06/03/2010	6.300,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 04.09				31/03/2010	5.500,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 05.09				23/04/2010	5.700,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 06.09				18/05/2010	5.800,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 07.09.				09/06/2010	5.850,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 08.09				04/07/2010	6.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 09.09				25/07/2010	6.100,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 10.09				19/08/2010	6.000,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 11.09				07/09/2010	5.900,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 12.09				02/10/2010	5.700,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 13.09				22/10/2010	5.300,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 14.09				16/11/2010	6.150,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 15.09				05/12/2010	6.300,00
Relatório do Pacote de Trabalho Departamental 16.09				30/12/2010	6.500,00
Consultor contratado					
Nome do consultor:		Volnei Braga Machado			CPF 461.160.280-04
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: o consultor entregou todos os produtos antes do prazo previsto para o encerramento do seu contrato. Fazendo-se a rescisão contratual em 09/12/2010					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000531					
Objetivo da consultoria:		Atualização, consolidação, implantação, configuração, administração e documentação de servidores e serviços de infra-estrutura tecnológica			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	31/12/2010	145.100,00	87.700,00	87.700,00	145.100,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Prospecção de Software de sistema de monitoramento de circuitos e servidores. Homologação do software em conjunto com a equipe de rede. Relatório e postagem no Twiki				10/06/2009	2.400,00
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os circuitos de longa distância das Suregs (25), Bolsas de Mercadorias (25), CDRH, Infovia (Serpro e Mapa), CDRH, UA-BSB e UAs vinculadas à Sureg-MT. Relatório descrevendo a linha geral da implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo instalação, configuração				06/07/2009	7.100,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 1 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki				31/07/2009	6.900,00
Fine Tuning do Openfire. Relatório Técnico e postagem da documentação no Twiki.				24/08/2009	6.980,00
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os servidores e serviços da Matriz. Relatório descrevendo a implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo as configurações.				10/09/2009	12.000,00
Análise de vulnerabilidades da rede e sistemas que permitem acesso externo. Relatório técnico apontando os problemas e recomendações				21/09/2009	7.020,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 2 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki				27/09/2009	7.000,00
Implantação e documentação de sistema de monitoramento referente a todos os servidores e serviços das Suregs. Relatório descrevendo a implantação e postagem da documentação detalhada no Twiki contendo as configurações.				01/10/2009	8.000,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 3 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.				27/01/2010	7.050,00
Implantação de IDS/IPS livre no núcleo da rede Wan da Conab. Relatório de entrega e documentação (instalação, configuração e administração) postados no Twiki.				15/02/2010	5.800,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 4 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes, apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.				07/03/2010	6.950,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					Pnud
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Projeto de Revitalização da Conab					BRA/03/034
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2009/000537					
Objetivo da consultoria:		Atualização, consolidação, implantação, configuração, administração e documentação de servidores e serviços de infra-estrutura tecnológica.			
Período de vigência		Remuneração			
Início	Termino	Total Previsto no contrato	Total Previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
01/06/2009	31/12/2010	140.800,00	140.800,00	87.050,00	140.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Levantamento e organização da documentação dos hardwares de todos os servidores em rack, atualização de firmwares e guarda em meio digital de todos os firmwares e drivers respectivos, postando a documentação no Twiki. Relatório informando as versões.				20/06/2009	7.400,00
Levantamento e organização da documentação dos hardwares de todos os servidores em torre, atualização de firmwares e guarda em meio digital de todos os firmwares e drivers respectivos, postando a documentação no Twiki. Relatório informando as versões.				31/06/2009	3.500,00
Prospecção de servidores Jabber. Relatório técnico e postagem da documentação no Twiki.				17/07/2009	5.000,00
Confecções e atualizações das imagens dos sistemas operacionais para os grandes lotes de microcomputadores, contendo todos os softwares básicos e ferramentas homologadas para uso em desktop (Bitway, HPs, Itaotec, notebook Lenovo). Relatório de entrega das mídias que deverão ser postadas no Twiki.				10/08/2009	6.400,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 1. Relatório apresentando as diferenças.				17/08/2009	2.600,00
Implementação de segurança de rede baseado no MacAddress dos equipamentos e respectivo IP no DHCP. Relatório de entrega do produto.				24/08/2009	12.000,00
Implantação do software de monitoramento dos concentradores gerenciáveis 3COM, adequação à rede e relatório com desenho da topologia da rede.				30/04/2009	6.800,00
Atualização/implantação do sistema de inventário Cacic na Matriz, CDRH, Suregs e UA/UFs com servidores de rede, referentes aos softwares e hardwares (microcomputadores e servidores), com verificação de licenças de softwares e relatório apontando eventuais problemas de licenciamento.				03/12/2009	7.000,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 2. Relatório apresentando as diferenças.				12/02/2010	2.600,00
Implementação de Cluster de virtualização de servidores baseados na tecnologia Xen, com foco em alta disponibilidade. Relatório técnico postagem da documentação no Twiki (instalação, configuração e principais comandos de administração).				03/12/2010	14.000,00
Análise e comparação dos resultados apresentados pelo sistema da Conab de monitoramento dos circuitos de longa distância da Wan em relação ao sistema da Embratel de monitoramento dos circuitos de longa distância – Conjunto 3. Relatório apresentando as diferenças.				15/01/2010	2.600,00
Atualização e consolidação dos sistemas operacionais e serviços do conjunto 13 de servidores, contendo todos os serviços e softwares inerentes apresentando a documentação em relatório e postando estruturadamente no Twiki.				12/03/2010	7.000,00

